



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

WILSON DE CREDDO MAESTRO

“NEU-DANZIG AFUNDOU E FOI ESQUECIDA”:
HISTORIOGRAFIA, MEMORIALISMO E O SILENCIAMENTO
DE UM PROJETO COLONIAL NO NORTE DO PARANÁ
(1931-1935)

WILSON DE CREDDO MAESTRO

“NEU-DANZIG AFUNDOU E FOI ESQUECIDA”:
HISTORIOGRAFIA, MEMORIALISMO E O SILENCIAMENTO
DE UM PROJETO COLONIAL NO NORTE DO PARANÁ
(1931-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Wander de Lara Proença.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M186 Maestro, Wilson de Creddo.
 Neu-Danzig afundou e foi esquecida: historiografia, memorialismo e o silenciamento de um projeto colonial no Norte do Paraná (1931-1935) / Wilson de Creddo Maestro. - Londrina, 2026.
 186 f.: il.

 Orientador: Wander de Lara Proença.
 Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2026.
 Inclui bibliografia.

 1. Colônia Neu Danzig - Tese. 2. Memória - Tese. 3. Norte do Paraná - Tese. 4. História Regional/Local - Tese. I. Proença, Wander de Lara. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

WILSON DE CREDDO MAESTRO

“NEU-DANZIG AFUNDOU E FOI ESQUECIDA”:
HISTORIOGRAFIA, MEMORIALISMO E O SILENCIAMENTO
DE UM PROJETO COLONIAL NO NORTE DO PARANÁ
(1931-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br WANDER DE LARA PROENÇA
Data: 22/03/2026 11:28:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Orientac Universidade Estadual de Londrina - UEL Proença

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Hélio Sochodolak
Universidade Estadual do Centro Oeste -
Unicentro

Londrina, 26 de fevereiro de 2026.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família, especialmente aos meus pais, Wilson e Eliane, por todo apoio que me foi dado ao longo de todo o processo do mestrado. Sem o incentivo de vocês, tudo teria sido infinitamente mais difícil.

Agradeço ao Prof. Dr. Wander de Lara Proença não só pela orientação deste trabalho, mas pelas trocas de ideia, sempre muito leves, e pela amizade que já vem sendo construída desde os tempos da graduação. Você é uma grande referência para minha formação profissional.

Agradeço aos amigos Mateus Torelli, Matheus Pelaquim e Rafael Perrenoud por acompanharem de perto partes importantes do desenvolvimento desta pesquisa, além de tornarem todo o processo muito mais descontraído. As conversas e discussões de texto no “Labhis UEPTB” foram essenciais para meu aprimoramento acadêmico.

Agradeço à Lorayne, principalmente pelo companheirismo, carinho e incentivo nesse período, mas também por realizar diversas vezes a leitura do trabalho, pelas ideias trocadas e por nunca me deixar desanimar nos momentos mais difíceis. Você foi um diferencial nesse processo, obrigado por tanto.

Agradeço ao Prof. Dr. José Miguel Arias Neto, Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares e Prof. Dr. Hélio Sochodolak, que aceitaram compor a banca de defesa como titulares, bem como ao Prof. Dr. Richard André e ao Prof. Dr. Antônio Paulo Benatte, que a compõem como suplentes. É uma honra poder contar com as sugestões, críticas e comentários de historiadores que são, sem dúvidas, inspiração para mim.

Agradeço a toda a equipe do projeto “Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural em Londrina: estudo de bens culturais”, em especial à Pamela e à Ingrid, que junto comigo compunham o grupo da área de história. As trocas de experiências ao longo desse projeto foram um divisor de águas em minha formação como pesquisador e no desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL e ao Museu Histórico de Cambé pelo acesso a fontes tão importantes para o presente trabalho. Um agradecimento especial ao Eduardo Pavinato, diretor do Museu Histórico de Cambé, por toda colaboração ao longo do projeto.

Por fim, agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dessa pesquisa.

“Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. [...] O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida.”

(Michael Pollak)

MAESTRO, Wilson de Creddo. “**Neu-Danzig afundou e foi esquecida**”: historiografia, memorialismo e o silenciamento de um projeto colonial no norte do Paraná (1931-1935). 2026. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

RESUMO

A região norte do Estado do Paraná passou por profundas transformações nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir da atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa colonizadora de capital britânico responsável pela venda de lotes de terras e pela difusão de uma ampla campanha propagandística voltada à atração de migrantes e imigrantes. Nesse contexto de formação recente dos núcleos urbanos, consolidaram-se narrativas que buscavam legitimar o empreendimento colonizador, exaltando o ideal de progresso e contribuindo para a construção do chamado “mito do pioneiro”, no qual a proximidade com o passado fundacional passou a representar capital simbólico, prestígio social e poder local. É nessa conjuntura que se insere a presente pesquisa, voltada ao estudo da Colônia *Neu Danzig*, assentamento rural constituído por imigrantes oriundos da Cidade Livre de Danzig e localizado no atual município de Cambé/PR. O problema investigado, fundamentado na perspectiva de Michael Pollak (1989) acerca do silenciamento e das fronteiras da memória, questiona os motivos pelos quais a experiência histórica dos colonos danziguenses, especialmente em seus aspectos sensíveis, foi progressivamente apagada pela memória oficial local, tanto na historiografia tradicional quanto nos espaços públicos do município. Em vista disso, o objetivo central consiste em compreender os mecanismos e as motivações desse silenciamento por meio do confronto entre as narrativas de progresso e as impressões documentais da crise administrativa e econômica que levou à falência do empreendimento colonial. Parte-se da hipótese de que o apagamento dessas memórias ocorreu de forma deliberada, uma vez que o colapso do assentamento se mostrava incompatível com a narrativa legitimadora difundida pela CTNP e reproduzida pelas elites locais. A metodologia adotada fundamenta-se na análise de documentos inéditos relativos à crise da Colônia *Neu Danzig*, sobretudo aqueles inseridos no Fundo Oswald Nixdorf, sob guarda do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, articulada a um balanço crítico da produção historiográfica acadêmica e memorialista. Conclui-se que o silenciamento da experiência danziguense operou como um mecanismo de proteção da ordem estabelecida, por meio do qual a exposição de memórias incômodas foi evitada em favor da preservação de uma ordem simbólica e discursiva associada ao progresso e à coesão social.

Palavras-chave: Colônia *Neu Danzig*; Silenciamento; Memória; História Regional/Local; Norte do Paraná.

MAESTRO, Wilson de Creddo. **“Neu-Danzig collapsed and was forgotten”**: historiography, memorialism and the silencing of a colonial project in northern Paraná (1931-1935). 2026. 186 f. Dissertation (Master’s Degree in Social History) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Letras e Ciências Humanas, State University of Londrina, Londrina, 2026.

ABSTRACT

The Northern region of the state of Paraná underwent profound transformation during the early decades of the twentieth century, particularly as a result of the activities of the Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a British-capital colonization company responsible for the sale of land plots and for the dissemination of extensive propaganda campaigns aimed at attracting migrants and immigrants. Within this context of recently formed urban centers, narratives were consolidated that sought to legitimize the colonization enterprise by exalting the ideal of progress and contributing to the construction of the so-called “pioneer myth”, in which proximity to the foundational past came to represent symbolic capital, social prestige, and local power. It is within this framework that the present research is situated, focusing on the study of the Neu Danzig Colony, a rural settlement formed by immigrants from the Free City of Danzig and located in what is now the city of Cambé, Paraná, Brazil. Grounded in Michael Pollak’s (1989) perspective on silencing and the boundaries of memory, the research problem questions the reasons why the historical experience of the Danzig settlers, especially its most sensitive aspects, was progressively erased from local official memory, both in traditional historiography and in the public spaces of the municipality. Accordingly, the central objective is to understand the mechanisms and motivations behind this silencing by confronting narratives of progress with documentary evidence of the administrative and economic crisis that led to the collapse of the colonial enterprise. The hypothesis advanced is that the erasure of these memories occurred deliberately, since the failure of the settlement proved incompatible with the legitimizing narrative promoted by the CTNP and reproduced by local elites. The methodology adopted is based on the analysis of previously unpublished documents related to the crisis of the Neu Danzig Colony, particularly those contained in the Oswald Nixdorf Collection, held by the Documentation and Historical Research Center of the State University of Londrina, combined with a critical review of academic and memorialist historiographical production. It is concluded that the silencing of the danziger experience functioned as a mechanism for protecting the established order, whereby the exposure of troubling memories was avoided in favor of preserving a symbolic and discursive order associated with progress and social cohesion.

Key-words: Neu Danzig Collony; Silencing; Memory; Regional/Local History; Northern Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte do mapa da situação das terras da CTNP (1930).....	26
Figura 2 – Anúncio sobre a expansão da ferrovia na primeira edição do Jornal Paraná-Norte (1934).....	28
Figura 3 – Encarte de divulgação das terras da Colônia Neu Danzig redigido em alemão (1932)	40
Figura 4 – Banco de pedra localizado em frente à Igreja Matriz de Cambé (2024).....	79
Figura 5 – Estruturação dos conteúdos do material didático.....	88
Figura 6 – Reportagem sobre a inauguração do Parque Histórico Municipal Danziger Hof (1995).....	92
Figura 7 – Reportagem sobre a inauguração da casa da família Tkotz no Parque Danziger Hof.....	94
Figura 8 – A Cidade Livre de Danzig e o Corredor Polonês (1919-39).....	111
Figura 9 – Detalhe de carimbo em autorização de negociação (1931)	119
Figura 10 – Warnung vor „Neu-Danzig“ (Advertência sobre Neu Danzig).....	121
Figura 11 – Planta parcial “Colonização das glebas dos ribeirões Tres Boccas, Jacutinga e Vermelho” (1930-1932).....	126
Figura 12 – Sobreposição da malha urbana atual sobre a Planta Parcial da CTNP	128
Figura 13 – Detalhe dos primeiros lotes demarcados na Colônia Neu Danzig (1932).....	129
Figura 14 – Anúncio da Officina Mechanica “Nova Dantzig” no Jornal Paraná-Norte (1936)	153
Figura 15 – Balancete geral dos débitos (dez. 1931 – nov. 1932)	155
Figura 16 – “Nova Dantzig quer mudar de nome” (1940).....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas acadêmicas sobre a história de Cambé (1980-2023)	35
Quadro 2 – Relação dos primeiros proprietários de lotes na Colônia Neu Danzig	130
Quadro 3 – Primeiro grupo de imigrantes danziguenses estabelecidos na Colônia Neu Danzig em janeiro de 1932.....	151
Quadro 4 – Balanço dos colonos de Neu Danzig (1932)	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFSP	Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EDUEL	Editora da Universidade Estadual de Londrina
GWS	Gesellschaft für Wirtschaftliche Studien in Übersee (Sociedade de Estudos Econômicos do Ultramar)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MHC	Museu Histórico de Cambé
NDL	Norddeutscher Lloyd
NDPH	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica
RML	Região Metropolitana de Londrina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	HISTÓRIA, MEMÓRIA E SILENCIAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DE CAMBÉ	20
2.1	Do contexto de formação do Norte do Paraná à historiografia acadêmica sobre Cambé	20
2.1.1	O projeto imperialista britânico no norte do Paraná como recorte espacial.....	23
2.1.2	Balanco historiográfico sobre Cambé: a baixa produtividade acadêmica.....	31
2.2	Discussões acerca da baixa produção acadêmica sobre a Colônia Neu Danzig	37
2.2.1	A ruptura com o discurso ideológico da Companhia de Terras Norte do Paraná.....	38
2.2.2	A escassez de fontes históricas como causa da baixa produtividade acadêmica	44
2.2.3	A seletividade temática e os critérios de relevância historiográfica.....	46
2.2.4	O sentimento de pertencimento (ou a ausência dele) como consequência.....	47
2.2.5	A predominância do memorialismo na história sobre a fundação de Cambé.....	52
3	A CONSTRUÇÃO MEMORIALISTA DA HISTÓRIA DE CAMBÉ: CARACTERÍSTICAS, PARTICULARIDADES E FORMAS DE DIFUSÃO	56
3.1	Características do memorialismo e o mito do pioneiro no caso do Norte do Paraná	56
3.1.1	O mito fundador e a função social da escrita memorialista	56
3.1.2	A exaltação do pioneiro e do progresso em narrativas regionais.....	61
3.2	As expressões do memorialismo em Cambé: suas	

	particularidades e inscrições no espaço urbano	66
3.2.1	Uma tipologia da produção memorialista no caso de Cambé	66
3.2.2	Outras formas de expressão do memorialismo em Cambé	76
3.3	Interações entre memorialismo e História Pública em Cambé	80
3.3.1	A demanda por História e os desafios das produções acadêmicas	81
3.3.2	Difusão da história local a partir de exemplos de História Pública em Cambé.....	87
4	A FALÊNCIA DA COLÔNIA <i>NEU DANZIG</i> REVISITADA: FORMAÇÃO, CRISE E SILENCIAMENTO A PARTIR DE NOVAS FONTES	97
4.1	O Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica e o Fundo Oswald Nixdorf	97
4.2	A formação da Colônia <i>Neu Danzig</i> sob a perspectiva da variação de escalas	104
4.2.1	Micro-História e História Regional/Local: variação de escalas como ferramenta analítica	104
4.2.2	A conjuntura internacional do entreguerras e os vetores da emigração danziguense	109
4.2.3	A estruturação burocrática e fundiária da Colônia <i>Neu Danzig</i>	118
4.3	O colapso do projeto colonial e as estratégias de apagamento	134
4.3.1	Desarticulação institucional e crise administrativa na Colônia <i>Neu Danzig</i>	134
4.3.2	A materialidade econômica do colapso.....	148
4.3.3	O silenciamento do fracasso como estratégia corporativa	160
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
	REFERÊNCIAS	174
	APÊNDICE A – FICHA DE CATALOGAÇÃO	186

1. INTRODUÇÃO

Lançado em 1990, o filme *Uma Cidade Sem Passado*¹, dirigido pelo cineasta alemão Michael Verhoeven, narra a história de Sonja Rosenberger, uma estudante que, ao pesquisar o passado de sua localidade para um concurso de redação cujo tema era “minha cidade natal durante o Terceiro Reich”, depara-se com sucessivos obstáculos no acesso aos arquivos históricos municipais. O que inicialmente se apresenta como um trabalho sobre a realidade cotidiana transforma-se, gradualmente, em um conflito aberto com os detentores do poder local, empenhados em manter ocultas as memórias relacionadas ao período em que a cidade esteve sob o regime nazista. A resistência institucional à investigação desperta em Sonja desconfiança e inquietação, conduzindo-a a um envolvimento cada vez mais intenso com a apuração dos acontecimentos deliberadamente silenciados.

A premissa proposta no filme de Verhoeven traz à tona um debate de grande relevância, ao evidenciar as tensões entre a interdição de um passado incômodo promovido pelas instâncias de poder local e as disputas entre as “memórias oficiais”, dominantes e organizadas, e as “memórias subterrâneas”, que persistem de forma silenciosa e subversiva². No enredo, o silêncio dos moradores da cidade fictícia de Pfilzing ilustra aquilo que o sociólogo Michael Pollak define como “reflexo de proteção”, isto é, uma estratégia voltada a evitar a reativação de sentimento de culpa da maioria e a prevenir conflitos em torno de questões graves do passado³. Nesse sentido, a omissão opera como um mecanismo de preservação da “ordem estabelecida”, uma vez que a exposição de episódios comprometedores poderia prejudicar a coesão identitária e a respeitabilidade de figuras públicas.

Tendo isso em vista, é possível utilizar a perspectiva apresentada no filme como metáfora para o tema desenvolvido na presente dissertação. Assim como na ficção, também nas cidades reais são construídas narrativas vitoriosas – muitas vezes heroicas – que contrastam com a complexidade dos fatos históricos, sendo o apagamento uma ferramenta utilizada para a manutenção de determinados ideais associados à coesão social. Nessas circunstâncias, o silenciamento não se configura

¹ UMA CIDADE sem passado (*Das schreckliche Mädchen*). Direção e roteiro: Michael Verhoeven. Alemanha Ocidental: Sentana Filmproduktion, 1990. (92 min.).

² Cf. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 4.

³ *Ibid.*, p. 5.

como simples ausência ou esquecimento involuntário, mas como uma forma consciente de gestão política do passado.

O interesse por essa problemática, contudo, não se deu apenas a partir de uma reflexão teórica, mas emergiu empiricamente no decorrer de investigações precedentes. A gênese desta pesquisa remonta aos estudos desenvolvidos ainda no período da graduação⁴, voltados à história de alemães judeus que foram refugiados na Gleba Colônia Roland (atual Rolândia⁵). Ao debruçar-se sobre a bibliografia daquela localidade, foi possível notar que, para além das publicações acadêmicas existentes, havia produções de cunho memorialista, marcadas por um padrão de discurso recorrente: a exaltação do “mito do pioneiro” e do ideal de progresso. Mais do que simples relatos do passado, essas narrativas foram gradativamente legitimadas e cristalizaram-se, ao longo das décadas, como o discurso hegemônico da região, orientando a memória pública local e delimitando os marcos considerados dignos de lembrança.

Essa constatação inicial lançou luz sobre a existência desse modelo narrativo em outras localidades do norte do Paraná, constituindo um ponto de partida para questionar se processos semelhantes teriam ocorrido em outros núcleos de povoamento. Nesse movimento comparativo, a cidade de Cambé⁶ destacou-se como um caso particularmente significativo, uma vez que a história do município é marcada pela formação de um assentamento constituído de imigrantes oriundos da Cidade Livre de Danzig⁷, a Colônia *Neu Danzig*.

Situada na região norte do estado do Paraná, Cambé integrou, ao longo das primeiras décadas do século XX, um conjunto de iniciativas de colonização que

⁴ Cf. MAESTRO, Wilson de Credo. **A Permuta de Interesses:** perspectivas sobre a estratégia para o assentamento de refugiados na Colônia Roland (1935-1939). 2022. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022. Pesquisa realizada sob orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares (UEL).

⁵ Rolândia é um município localizado na região norte do Estado do Paraná, inserido na Região Geográfica Imediata de Londrina, conforme divisão adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município possui população de aproximadamente 71 mil habitantes. É integrante da Região Metropolitana de Londrina (RML).

⁶ A cidade de Cambé está localizada entre os municípios de Londrina e Rolândia. Conforme o Censo Demográfico de 2022, o município possui população de aproximadamente 107 mil habitantes. Também está inserido na Região Metropolitana de Londrina.

⁷ A Cidade Livre de Danzig foi uma entidade político-territorial criada em 1920, a partir do Tratado de Versalhes, sob a tutela da Liga das Nações. Localizada na região do Báltico, entre a Alemanha e a Polônia, possuía população majoritariamente de língua alemã e desempenhou papel estratégico nas disputas políticas e econômicas no período entreguerras. A experiência histórica da Cidade Livre de Danzig e suas implicações no fluxo migratório para o norte do Paraná serão analisadas de forma aprofundada no terceiro capítulo desta pesquisa.

marcaram profundamente a memória histórica da região. Ao contrário da Colônia Roland, a experiência danziguense não havia prosperado, tendo sua trajetória marcada por uma falência precoce. Ao realizar um levantamento bibliográfico preliminar, foi perceptível a escassez de produções acadêmicas dedicadas ao surgimento desse núcleo colonial. Enquanto no caso de Rolândia, a bibliografia especializada existente possibilitou tensionar o discurso memorialista dominante e evidenciar memórias silenciadas, em Cambé tal contraponto mostrava-se praticamente ausente, reforçando a permanência de uma memória oficial ainda pouco problematizada.

A metáfora utilizada a partir do filme de Verhoeven, no entanto, não deve ser compreendida de forma plenamente equivalente ao caso de Cambé, dadas as diferenças contextuais e temáticas. Embora existam aproximações entre as narrativas, no contexto cambeense as memórias incômodas estão associadas, sobretudo, à crise administrativa e econômica que conduziu a Colônia *Neu Danzig* à sua ruína. O silenciamento decorrente desse processo articula-se diretamente ao discurso de progresso difundido pela companhia colonizadora proprietária das terras loteadas na região, convergindo com a definição de “reflexo de proteção”. Nesse sentido, um dos propósitos centrais desta pesquisa é “lançar o desafio à ordem estabelecida”, ao questionar a credibilidade da memória oficial construída sobre a história do município.

Considerando o interesse despertado no tema em questão, torna-se necessário situar o recorte temático escolhido para esta pesquisa. As análises desenvolvidas nos capítulos mais adiante inserem-se em um contexto marcado pela expansão da fronteira agrícola paranaense nas primeiras décadas do século XX, processo intensificado a partir da atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) após 1925. A ação dessa empresa colonizadora, pautada na venda de lotes urbanos e rurais e sustentada por uma ampla campanha propagandística dentro e fora do Brasil, contribuiu para a formação de núcleos de povoamento que orbitavam a recém fundada cidade de Londrina⁸.

É nesse cenário de formação territorial e de expectativas associadas à promessa de prosperidade nas “terras roxas” que se insere a Colônia *Neu Danzig*,

⁸ Londrina situa-se no norte do Estado do Paraná, sendo vizinha direta da cidade de Cambé. Segundo o Censo Demográfico de 2022, o município possui população de aproximadamente 556 mil habitantes. É a cidade-sede da Região Metropolitana de Londrina.

objeto central desta análise. A história da formação do município de Cambé encontra-se diretamente vinculada à experiência desse assentamento colonial, uma vez que o núcleo urbano inicialmente recebeu o nome de “Nova Dantzig”⁹, em referência aos imigrantes que se estabeleceram na região a partir de janeiro de 1932. O recorte temporal delimitado no título (1931-1935) compreende, portanto, a breve existência do projeto colonial, iniciando-se com as tratativas para a emigração ainda na Europa e encerrando-se com a falência administrativa do núcleo.

A problemática a ser investigada emerge da dissonância entre a materialidade desse passado e sua representação na memória coletiva. A inquietação central parte do seguinte questionamento: por que a experiência histórica da Colônia *Neu Danzig*, sobretudo em seus aspectos mais sensíveis, foi progressivamente silenciada pela historiografia e pela memória oficial de Cambé? Tal questão torna-se palpável ao se observar a ausência de referências à trajetória da Colônia nos espaços públicos do município, indicando que o insucesso do projeto colonial não encontrou lugar na narrativa de “terra da promessa” consolidada nas décadas seguintes.

Parte-se da hipótese de que o apagamento das memórias da Colônia *Neu Danzig* nos espaços públicos foi realizado de maneira deliberada, por representar uma experiência incômoda, associada ao colapso institucional e econômico, incompatível com a ideologia de progresso e a lógica capitalista da CTNP, também disseminada pelas elites locais. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender os mecanismos desse silenciamento por meio do confronto entre as narrativas de êxito e do mito do pioneiro, presente no memorialismo, e a realidade da crise administrativa e da falência econômica evidenciada por um conjunto documental relativo ao assentamento danziguense.

A viabilidade desta investigação foi assegurada a partir da localização desse *corpus* documental, até então inédito, relativo à Colônia *Neu Danzig*, salvaguardado no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH/UEL). O contato inicial com essas fontes ocorreu durante o período de um estágio realizado no NDPH entre os anos de 2020 e 2022, momento em que

⁹ Faz-se necessária, nesta pesquisa, uma distinção terminológica. Optou-se pela utilização da grafia original em alemão, “*Neu Danzig*”, para designar o projeto de assentamento rural formado por imigrantes oriundos da Cidade Livre de Danzig, denominação predominante na documentação primária do Fundo Oswald Nixdorf. Já a forma aportuguesada “Nova Dantzig” é empregada para referir-se ao núcleo urbano – mencionado ao longo do texto como “Vila Nova Dantzig” – e à toponímia oficial brasileira registrada em documentos da época, anterior à alteração do nome para Cambé.

foi possível identificar a riqueza dos materiais inseridos no Fundo Oswald Nixdorf. Foi a partir do reconhecimento, levantamento e tratamento arquivístico dessa documentação que se desenharam os caminhos para a formulação do problema de pesquisa, permitindo vislumbrar as condições que sustentariam a hipótese aqui proposta.

Complementarmente ao acervo do NDPH, o conjunto de documentos foi ampliado pela incorporação de outras tipologias de fontes. As produções memorialistas, inicialmente levantadas para a composição do balanço historiográfico, foram utilizadas não apenas como bibliografia de consulta, mas como fontes históricas, essenciais para compreender a construção das narrativas que se pretendia confrontar. Agregaram-se ao escopo da pesquisa alguns exemplares de jornais de origem brasileira e estrangeira que circularam na década de 1930, cruciais para situar o objeto em uma perspectiva global. Nesse sentido, a metodologia adotada pautou-se na triangulação dessas fontes e no confronto crítico com a historiografia disponível, estratégia que permitiu problematizar as camadas de silenciamento sobre a Colônia *Neu Danzig*.

A relevância desta pesquisa reside, desse modo, tanto na questão do ineditismo do conjunto de documentos analisados quanto na proposição de um novo problema historiográfico que envolve as nuances contidas na crise que desencadeou a falência da Colônia *Neu Danzig*. Ao manusear fontes primárias até então pouco – ou nunca – exploradas, o trabalho propõe uma revisão crítica das dinâmicas de ocupação do norte do Paraná, incorporando à análise histórica uma experiência marcada pelo fracasso e pela ruptura. Dessa forma, a dissertação contribui para tensionar narrativas lineares, consolidadas como oficiais, e evidencia a importância de considerar experiências subvertidas para uma compreensão mais ampla da formação social da região estudada.

A frase que intitula o presente trabalho – “*Neu-Danzig afundou e foi esquecida*” – não surge apenas como recurso retórico. Ela foi extraída da obra “*Als Einwanderer in Brasilien: Erfolg oder Untergang*”¹⁰, publicada por Albert Koch em 1952. Koch, imigrante alemão já estabelecido no norte do Paraná antes da chegada dos colonos de Danzig, conviveu próximo a eles até a desestruturação do assentamento. O interesse por essa formulação encontra-se, primeiramente, na proximidade temporal

¹⁰ [Tradução livre do título: Como imigrante no Brasil: sucesso ou fracasso].

entre sua escrita e os acontecimentos vivenciados na Colônia. Além disso, trata-se de uma afirmação produzida em um contexto marcado pela circulação de obras memorialistas voltadas à exaltação do progresso e da coesão social, o que confere ao excerto um caráter dissonante e crítico em relação às narrativas dominantes da época. Nesse sentido, a menção de Koch ao fato de a Colônia *Neu Danzig* ter “afundado e sido esquecida” associa-se à problemática que orienta esta dissertação, ao expor a existência de um fracasso reconhecido por contemporâneos, mas progressivamente silenciado na memória e na história de Cambé.

Buscando alcançar o objetivo geral da pesquisa e responder à questão central proposta, a presente dissertação organiza-se em três capítulos de desenvolvimento. O primeiro capítulo apresenta um balanço crítico da produção historiográfica sobre Cambé, com especial atenção à experiência da Colônia *Neu Danzig* e aos anos iniciais de formação do município. A partir de uma análise comparativa com a literatura especializada existente sobre Londrina e Rolândia, constrói-se um diagnóstico que evidencia a posição periférica ocupada pela história de Cambé no meio acadêmico. Utilizando os conceitos de memória, esquecimento e silêncio, fundamentados especialmente na obra de Michael Pollak¹¹, o texto investiga, partindo da formulação de algumas hipóteses explicativas, os motivos pelos quais determinados núcleos de povoamento foram privilegiados pela historiografia regional, enquanto Cambé, sobretudo a partir da experiência danziguense, permaneceu em uma espécie de “ponto cego” nas pesquisas locais.

O segundo capítulo dedica-se ao exame dos elementos de cunho memorialista, analisando seus autores, características narrativas e formas de circulação, bem como o processo de consolidação do “mito do pioneiro” como pilar da identidade local. O foco recai sobre a forma como o ideário de progresso, articulado pela Companhia de Terras Norte do Paraná e reverberado pelas elites regionais, constituiu-se como discurso dominante na região. Busca-se explicitar os mecanismos que sustentaram uma versão linear e engrandecida do passado, observando como essa lógica se projeta nos espaços urbanos e no ensino de história local no caso de Cambé, contribuindo para a preservação de uma ordem estabelecida que exclui experiências de insucesso.

Por fim, o terceiro capítulo constitui o cerne empírico desta investigação, onde

¹¹ POLLAK, op. cit.

a análise se desloca para a materialidade das fontes inéditas sobre a formação e desestruturação da Colônia *Neu Danzig*. Sob a ótica das variações de escala, apresentam-se as interconexões entre os contextos global e local, perspectiva que permite compreender os processos ocorridos no assentamento de forma integrada. A partir dos documentos inseridos no Fundo Oswald Nixdorf, a trajetória do assentamento é revisitada e reconstituída à luz dos conflitos administrativos, das fragilidades estruturais e da crise econômica que culminaram em sua falência. O cruzamento entre essas fontes e a historiografia possibilita demonstrar como o colapso do projeto colonial foi, por décadas, silenciado em favor de uma retórica associada à história dos vencedores.

2. HISTÓRIA, MEMÓRIA E SILENCIAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DE CAMBÉ

A compreensão da formação histórica de um município exige não apenas a análise dos acontecimentos que marcaram seu desenvolvimento, mas um exame das narrativas produzidas a seu respeito. A escrita da história, incluindo aquela produzida por pessoas alheias ao âmbito acadêmico, constitui um campo de disputas, onde diferentes grupos sociais procuram legitimar suas memórias e identidades. Investigar o saber produzido sobre o passado de Cambé, portanto, permite evidenciar tanto as presenças quanto os silenciamentos que atravessam sua historiografia.

Tendo isso em vista, o presente capítulo tem como objetivo mapear as produções já realizadas sobre a história de Cambé e, mais do que elencá-las, discutir hipóteses que ajudam a compreender a disparidade observada em relação ao número de pesquisas dedicadas ao município, sobretudo quando comparado às cidades vizinhas. Para isso, parte-se de uma contextualização da História Regional como campo de estudos e, em seguida, tendo como parâmetro tais aspectos conceituais, aprofunda-se a análise no recorte espacial que delinea a pesquisa.

2.1 Do contexto de formação do Norte do Paraná à historiografia acadêmica sobre Cambé

O campo de estudos voltado à história regional e local tem contribuído para o surgimento de investigações que buscam novas perspectivas sobre territórios cuja memória foi, por muito tempo, dominada por narrativas tradicionais, frequentemente produzidas por memorialistas e cronistas locais¹². Ao propor novos olhares sobre essas experiências, esse campo ampliou as possibilidades de análise da

¹² O historiador Jurandir Malerba destaca algumas das terminologias empregadas para se referir a esses sujeitos, como “escritores de histórias”, “historiadores populares” ou “historiadores leigos”. No recorte analítico desta pesquisa, a produção desses agentes surge, em geral, em um momento que antecede a institucionalização da historiografia acadêmica. Aprofundando essa definição, Gilmar Arruda e Wander de Lara Proença apontam que: “Trata-se de um saber vinculado, por vezes, ao poder de mando, derivado de uma elite local, que constrói, veicula, valida e, principalmente, legitima os usos políticos sobre os sentidos e as interpretações desse passado”. Cf. MALERBA, Jurandir. **Notas à margem: teoria e crítica historiográfica**. Serra: Editora Milfontes, 2018. p. 123; Cf. ARRUDA, Gilmar; PROENÇA, Wander de Lara. Conflitos no campo do saber: universidades, historiadores e usos do passado na fronteira – Londrina 1970-1980. **Revista de História Regional**, Programa de Pós-Graduação em História – UEPG, Ponta Grossa/PR, v. 25, n. 1, 2020. p. 33.

historiografia, trazendo à tona espacialidades e sujeitos que antes permaneciam à margem do discurso histórico dominante.

A História Regional/Local passou a receber maior atenção da pesquisa acadêmica, sobretudo a partir da década de 1970 quando a expansão dos cursos de pós-graduação em História impulsionou novas agendas de investigação. Como afirmam Gilmar Arruda e Wander Proença:

A década de 1970 marca o início da expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em história no país. [...] Simultâneo a esse crescimento e, em parte, também derivado desse fenômeno, houve um incremento nas linhas de pesquisa definidas ou enquadradas como sendo 'história regional'. De outra forma, pode-se dizer que a produção historiográfica procurou delimitar outras espacialidades que não as já definidas anteriormente no campo da historiografia [...]¹³.

Essa delimitação tornou possível a pesquisa dos espaços que comportam a dimensão do regional, antes ignorados ou invalidados como campo de trabalho da História enquanto disciplina, em razão de uma espécie de preconceito no que diz respeito à área da História Regional/Local, conforme observa Erivaldo Neves:

Até recentemente, os historiadores em geral, e os da Península Ibérica e da América Latina, em particular, reportavam-se à história regional e local como um recurso desprezível da pesquisa histórica, uma solução para registros de memórias e crônicas históricas de párocos, professores de cursos propedêuticos, curiosos e eruditos locais¹⁴.

A associação da história regional/local com cronistas e eruditos locais concretizou o desinteresse desta área de estudos entre os historiadores, tornando ainda mais forte a presença daqueles outros autores. Consequentemente, as produções advindas de tais agentes, muitas vezes, acabam por englobar um conteúdo excludente, que privilegia algumas narrativas e silencia outras.

Nesse sentido, toma-se por definição que “[...] a história local e regional devem partir de um estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia. Necessitando subsistir num determinado território, juntamente com outros habitantes

¹³ ARRUDA, Gilmar; PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**. Programa de Pós-Graduação em História – UEPG, Ponta Grossa/PR, v. 18, n. 1, 2013. p. 249-250.

¹⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. História e Região: tópicos de história regional e local. **Revista Ponta de Lança**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, v. 1. n.2, abr.-out. 2008. p. 29.

[...]”¹⁵. Além disso, a definição de uma determinada região pode ser bastante ampla, apresentando múltiplas possibilidades, o que torna necessário o estabelecimento de critérios explícitos para a efetivação do recorte¹⁶. Como observa José D’Assunção Barros, nenhuma região se impõe previamente ao historiador; trata-se de uma construção analítica produzida no interior da própria pesquisa, orientada pelo problema histórico investigado¹⁷.

Outros aspectos importantes que devem ser levados em consideração no caso de uma regionalização, segundo Gisleide Couto, são “Os processos históricos da construção do espaço, as formas de estruturação e a dinâmica social sobre o território (território visto como campo de lutas e disputa de poder) [...]”¹⁸. A partir dessa perspectiva, a noção de região ultrapassa a mera delimitação geográfica, configurando-se como um recorte historicamente produzido. Em diálogo com essa abordagem, Arruda e Proença¹⁹, ao mobilizarem o conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu, permitem compreender que o próprio ato de regionalizar envolve um poder de classificação e de divisão do mundo social. Nessa ótica, a região define-se não apenas por suas fronteiras físicas, mas como um espaço onde disputas simbólicas e políticas conferem sentido e identidade ao território.

Partindo desses elementos que determinam uma região, analisa-se o caso do Norte do Paraná, que é o recorte espacial utilizado nesta pesquisa. Cabe ressaltar a diferença existente entre o “norte do Paraná” estabelecido como região geográfica, e o “Norte do Paraná” a partir da construção ideológica, reforçada, sobretudo, a partir da narrativa proposta pela Companhia de Terras Norte do Paraná²⁰. O segundo caso caberá no escopo de análise.

¹⁵ MATTOSO, José. A História Regional e Local. *In*: MATTOSO, José. **A Escrita da História**: teoria e métodos. Lisboa: Editora Estampa, 1988. p. 169.

¹⁶ José D’ Assunção Barros destaca alguns parâmetros possíveis a serem estabelecidos para a definição de uma região, a exemplo dos critérios econômicos, critérios culturais ou critérios geológicos. Cf. BARROS, José D’ Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**. Programa de Pós-Graduação em História – UEPG, Ponta Grossa/PR, v. 10, n. 1, 2007. p. 99.

¹⁷ BARROS, José D’Assunção. O lugar da História Local. *In*: **A expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 277.

¹⁸ COUTO, Gisleide da Silva. O Local e o Regional: experiências de planejamento e a intervenção dos atores. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 29, n. 1, 2009. p. 155.

¹⁹ ARRUDA; PROENÇA, Conflitos no campo do saber [...], *op. cit.*, p. 31-33.

²⁰ Cf. TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

2.1.1 O projeto imperialista britânico no norte do Paraná como recorte espacial

Os processos de (re)ocupação²¹ do norte do Paraná atravessaram complexas disputas de poder envolvendo o exercício do imperialismo britânico²² no Brasil. Este episódio inicia-se após a tentativa de uma inserção definitiva das práticas imperialistas britânicas na economia brasileira na década de 1920, quando foi enviada de Londres uma comitiva composta por especialistas, cujo objetivo era, em teoria, analisar como estaria a situação econômica do Brasil²³. No entanto, o objetivo final dos britânicos ultrapassava a ideia de uma “simples análise econômica”; a intenção era fixar influência na economia brasileira, uma espécie de controle total da economia do país²⁴.

A vinda desse grupo ao Brasil ficou conhecida como “Missão Montagu”, visto que o líder da comitiva foi Edwin Montagu, banqueiro britânico e ex-secretário de Estado da Índia. Outras quatro pessoas compunham a Missão, sendo elas: Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do *Hong-Kong and Shanghai Bank*; Sir William McLintock, sócio da *Thomson McLintock & Company*, uma das maiores

²¹ Fala-se em (re)ocupação devido à presença indígena e de posseiros na região, os quais, por muito tempo, foram apagados dos discursos oficiais. Para uma discussão mais aprofundada sobre este relevante tema, conferir os trabalhos: TOMAZI, Nelson Dacio. op. cit. e MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

²² O conceito de imperialismo britânico aqui empregado remete à categoria de “império informal”, conforme analisado por Eric Hobsbawm. Segundo o autor, regiões como a América Latina integravam uma zona de influência na qual a dominação era exercida não através da conquista formal ou administração política direta, mas pela subordinação econômica. O Brasil, assim como outras repúblicas latino-americanas, embora constituísse um Estado soberano e independente, funcionava na prática como uma “economia satélite” da Grã-Bretanha, dependente de seus investimentos e empréstimos. Cf. HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 71.

²³ O vínculo entre o Brasil e a Grã-Bretanha fortaleceu-se a partir do traslado da Família Real portuguesa ao Brasil, mais especificamente para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, ainda como uma colônia de Portugal. Essa aproximação intensificou as relações políticas, comerciais e financeiras entre os dois países, resultando, ao longo do século XIX e início do XX, em uma crescente dependência brasileira em relação aos empréstimos e capitais britânicos. Essas frequentes operações financeiras ampliaram a capacidade de influência britânica sobre setores estratégicos da economia e da política brasileira, expondo que os interesses imperialistas eram reais e operantes. Durante a década de 1920, o Brasil tornou-se o maior tomador de empréstimos da Grã-Bretanha na América do Sul, fato que reforçou o interesse britânico em expandir sua influência econômica no país. Cf. CAIN, P. J.; HOPKINS, A.G., **British Imperialism**: 1688-2015. 3. ed. Oxford: Routledge, 2016.

²⁴ É possível observar as intenções imperialistas de Montagu a partir da maneira com que se aproximou do Governo brasileiro à época. Segundo o economista Winston Fritsch, Montagu buscava alcançar uma forma palatável de controle financeiro da economia brasileira. Uma de suas opções foi a tentativa de venda de parte das ações do Banco do Brasil que pertenciam ao Governo para investidores estrangeiros. Além disso, Montagu afirmava que “[...] a única convicção firme formada pela Missão, era de que a única garantia de uma política financeira segura no Brasil ‘seria de que houvesse algum elemento estrangeiro, isto é, inglês no sistema financeiro’[...]”. Cf. FRITSCH, Winston. 1924. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 713-774, dez. 1980.

firmas inglesas de contabilidade; Hartley Withers, antigo editor do *The Economist*²⁵; e Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat, este que estava envolvido com o plantio de algodão no Sudão através de sua empresa, a *Sudan Cotton Plantations Syndicate*.

O grupo da Missão Montagu esteve no Brasil entre dezembro de 1923 e junho de 1924, período que culminou na entrega do relatório ao presidente Arthur Bernardes. As cláusulas presentes nesse documento²⁶ foram publicadas no Diário Oficial da União e eram compostas por sugestões para diversos setores da economia brasileira, incluindo a recomendação da inserção de pessoal britânico em cargos estratégicos, especialmente aqueles relacionados às ferrovias e ao Ministério da Viação. O interesse britânico nas estradas de ferro brasileiras, contudo, não se deu por mera coincidência, tampouco surgiu no contexto da Missão Montagu. De acordo com Nelson Dacio Tomazi²⁷, os integrantes da Missão possivelmente tiveram contato prévio com o trabalho de Thomas P. Bigg-Wither²⁸, um dos responsáveis por elaborar o projeto de uma estrada de ferro que se estenderia de Ourinhos até Guaíra, atravessando toda a região norte do Paraná. Nesse sentido, é possível supor que os britânicos tenham chegado ao Brasil, em 1923, com a ideia delineada de executar o referido projeto ferroviário, além de vislumbrar sua expansão em escala transcontinental, ligando o Atlântico ao Pacífico²⁹.

Considerando a afirmação de que os britânicos já possuíam conhecimento da região onde a ferrovia transcontinental poderia ser construída, destaca-se a atuação de um dos integrantes da Missão, Lord Lovat. Durante sua estadia no Brasil entre 1923 e 1924, Lovat visitou o norte do Paraná e foi convencido a adquirir terras naquela área. Valendo-se de sua experiência anterior na exploração de recursos no Sudão, fundou, em 1924, a companhia *Brazil Plantations Syndicate*, cujo objetivo inicial era a

²⁵ O periódico britânico *The Economist* foi fundado em 1843 por James Wilson, político liberal, economista e empresário. As publicações englobam política, economia e assuntos internacionais, tendo como base ideológica o liberalismo clássico e econômico.

²⁶ Cf. ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de (org.). **Relatório da Missão Inglesa**. Fortaleza: FWA, 2010.

²⁷ TOMAZI, op. cit., p. 184.

²⁸ Thomas Plantagenet Bigg-Wither nasceu no ano de 1845 em Hampshire, proveniente de uma família influente na Inglaterra. Trabalhou como engenheiro e escritor, tendo publicado em 1878, através de um dos maiores editores da época, John Murray, cujo escritório localizava-se na Albemarle Street, sua obra "*Pioneering in South Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*", a qual era composta por relatos da expedição que participou na província do Paraná entre os anos de 1871 e 1875.

²⁹ TOMAZI, op. cit., p. 185.

inserção de capital britânico em fazendas voltadas ao plantio de algodão³⁰, especialmente destinado ao abastecimento das indústrias têxteis britânicas. No entanto, a queda do preço do algodão no mercado levou Lovat a redirecionar seus investimentos para outra finalidade, neste caso, a constituição de um empreendimento imobiliário que também permitisse recuperar os prejuízos decorrentes da tentativa frustrada de investimento no algodão. Dessa forma, em 1925, adquiriu junto ao governo do Estado do Paraná aproximadamente 350.000 alqueires de terras localizadas a oeste do rio Tibagi. Outras transações ainda foram realizadas entre 1925 e 1927, totalizando, ao final, mais de 515.000 alqueires de terras adquirida³¹.

Para gerenciar o empreendimento imobiliário e levantar fundos para o desenvolvimento da estrada de ferro na região, constituiu-se, ainda em 1925, a *Parana Plantations Ltd.*, com sede em Londres. A partir dela, foram formadas no Brasil suas duas subsidiárias, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), responsável pelo loteamento e venda das terras, e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP), responsável pela expansão da ferrovia, que forneceria acesso aos lotes e escoamento da produção daquela região.

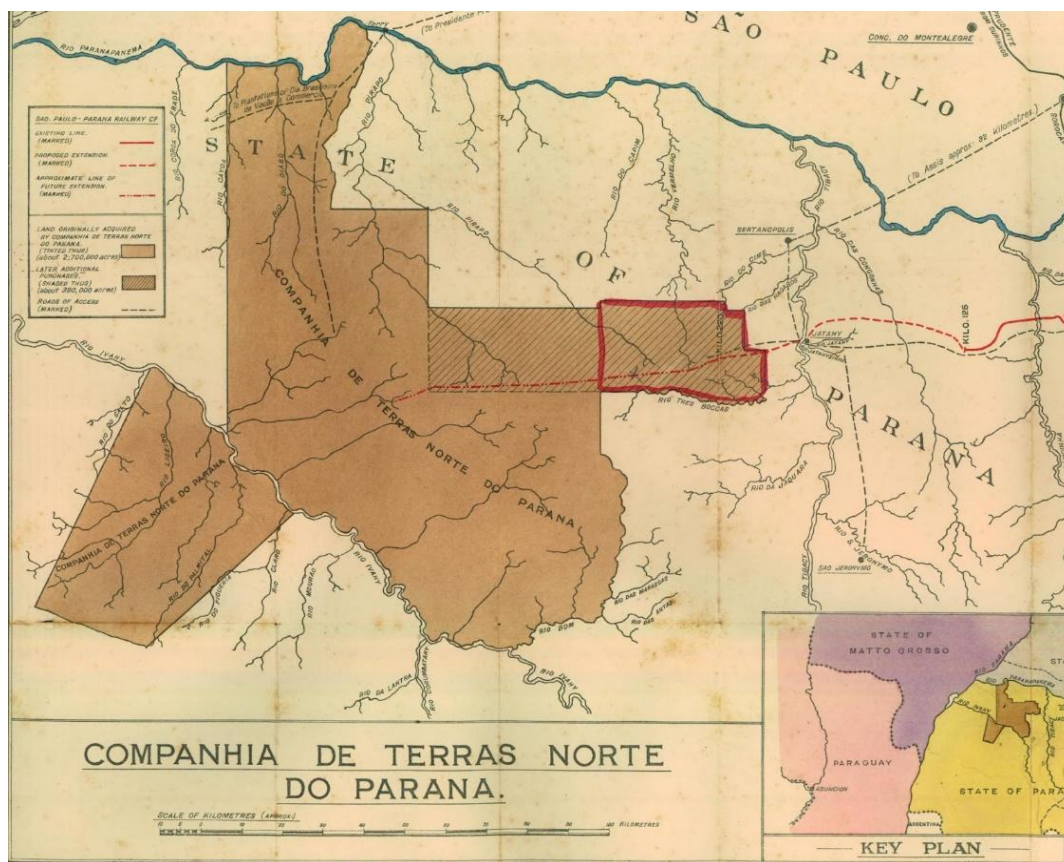
A extensão³² do território pertencente à Companhia de Terras Norte do Paraná pode ser observada a partir do mapa a seguir (Figura 1), datado de julho de 1930.

³⁰ TOMAZI, op. cit., p. 181.

³¹ Ibid., p. 182.

³² A legenda do mapa indica a extensão das terras adquiridas em um primeiro momento pela CTNP (sendo 2.700.000 acres, ou 451.510 alqueires), e das terras adquiridas posteriormente (390.000 acres, ou 65.218 alqueires), somando 516.728 alqueires.

Figura 1 – Recorte do mapa da situação das terras da CTNP (1930)



Fonte: Fundo Oswald Nixdorf³³. Acervo do NDPH-UEL (2024).

A demarcação destacada no mapa na cor laranja apresenta a área adquirida pela CTNP. Por sua vez, a zona contornada em vermelho engloba o espaço onde surgiram, nos anos seguintes, os primeiros assentamentos, sendo eles: o Patrimônio Três Bocas (Londrina), a Colônia *Neu Danzig* (Cambé) e a Gleba Colônia *Roland* (Rolândia)³⁴. Também é possível observar neste recorte do mapa, a presença de uma linha vermelha, que representa os trechos da estrada de ferro. No ponto mais à direita, observa-se uma linha contínua que se encerra na marcação “Kilo. 125”, entre o rio Laranjinha e o rio Congonhas, que representa o ponto final da estrada de ferro já construída no ano em que o mapa foi produzido. Em seguida, é possível observar a linha tracejada que vai do “Kilo. 125” até adentrar à área da CTNP, no “Kilo. 220”, representando o trecho da ferrovia que já havia sido proposto e planejado para ser

³³ NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Mapa da situação das terras da CTNP publicado pela Parana Plantations Ltd.* jul. 1930. Documento 2.

³⁴ Um dos planos colocados em prática pela CTNP para a formação dos núcleos urbanos foi a definição das distâncias entre cada um deles. Núcleos maiores, estabelecidos a cada 100 km (a exemplo de Londrina e Maringá), e núcleos intermediários, estabelecidos a cada 15 km (Cambé, Rolândia, Arapongas etc.).

construído. Por fim na sequência do tracejado, existe um outro padrão da linha que se estende do “Kilo. 220” até o centro da área adquirida pela CTNP, representando o traçado aproximado da futura expansão da estrada de ferro.

Dessa forma, pode-se afirmar que essa área que compõe parte do norte do Paraná, mais especificamente as terras pertencentes à CTNP, é um produto da atuação imperialista³⁵ dos britânicos na região. Isto pois, para além dos elementos presentes no recorte do mapa apresentado, que indica um plano bem definido da expansão da ferrovia ainda em 1930 – a estrada de ferro só chegaria de fato às terras da CTNP em 1935, após a construção da ponte ferroviária sobre o rio Tibagi –, é possível perceber a intencionalidade da aquisição daquele território, conforme aponta Tomazi:

Analisando o mapa do Paraná onde estão assinaladas as terras compradas pela CTNP e o mapa do projeto da ferrovia transcontinental e mesmo aquela que Cincinato Braga projetara visando a ligação entre Santos e Assunção (que segue o mesmo curso da anterior), tem-se a clara evidência que a definição das terras adquiridas pela CTNP, segue o curso definido anteriormente por onde passaria aquela ferrovia³⁶.

Este argumento apresentado por Tomazi pode ser reforçado a partir das propagandas produzidas pela CTNP, que além de divulgar as vantagens do empreendimento imobiliário, ressaltavam a intenção que tinham de expandir a estrada de ferro até o Paraguai (Figura 2).

³⁵ Um dos primeiros autores a mencionarem os objetivos imperialistas da CTNP foi José Joffily em sua obra “*Londres-Londrina*”. Sua argumentação sobre tal ideia aparece quando aborda a respeito dos termos presentes no nome das empresas responsáveis pela CTNP – inicialmente a *Brazil Plantations Syndicate*, posteriormente *Parana Plantations Ltd*. Joffily aponta que “[...] a expressão ‘plantation’, ao contrário do que parece, nada ou quase nada tem a ver com plantação. Designa, em seu significado histórico, ‘colonização’, do mesmo modo que o vocábulo ‘syndicate’ não possui o sentido atual de ‘associação de empregados ou de empregadores’ e sim agrupamento de homens de negócio, de capitalistas.” In: JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 79.

³⁶ TOMAZI, op. cit. p. 185.

Figura 2 – Anúncio sobre a expansão da ferrovia na primeira edição do Jornal Paraná-Norte (1934)



Paraná - Norte



DR. JOÃO FIGUEIREDO
Médico
Clínica de adultos e crianças - Paraná
Atende: crianças para São Paulo
Londrina

Correio Paulistano
Assinatura e emissão - Nova redação

ANNO I
LONDRINA, 9 de Outubro de 1934.
NUM. I

A Caminho do Paraguay!

Não há exagero em dizer-se que a E. F. S. Paulo-Paraná, está destinada a ser a via férrea mais importante do Brasil. Ella atravessará a zona mais fértil, mais pujante e mais apropriada para toda espécie de cultura, servida ainda por um clima, cuja amenidade é simplesmente ideal.

Uma vez rompidas a mata bruta e portentosa, que nos separa do grande rio que traça a linha divisória deste Estado, com Matto Grosso e duas republicas do Prata, a exportação pela citada via férrea, de **madeiras, café, cerezas, açúcar, algodão** e outros productos da grande zona, será admirável, de accordo com as magnificas condições de fertilidade do sólo.

Assim, o hinterland **argentino e paraguayo**, terá a sua ligação ferroviaria com os portos de **Santos e Paranaguá**, ao passo que, por sua vez, a zona atravessada pela São Paulo-Paraná, poderá, com a facilidade do acesso ao rio Paraná, mandar por este os seus productos, directamente a Buenos-Ayres e Assumpção. Até a nossa ligação com o Rio Grande do Sul, será mais facil, seguindo-se o trajecto de Londrina - Posadas - Santo Tomé - Rio Grande.

Nesta abençoada zona a Comp. de Terras Norte do Paraná está colonizando as melhores terras e, para demonstrar o desenvolvimento, o progresso já feito, basta citar as seguintes e eloquentes cifras:

Lotes vendidos

Em 1930	—	96	lotes
Em 1931	—	136	lotes
Em 1932	—	297	lotes
Em 1933	—	484	lotes
Em 1934 - 9 meses	—	755	lotes
Total		— 1.768	lotes

No começo de 1930 a população desta zona era de **Ninguém**

Hoje: Cerca de **10.000** pessoas, habitam as terras da COMPANHIA, nas vizinhanças das novas cidades de

Londrina
Nova Dantzig
Rolandia

Quem quiser participar deste notavel movimento, adquira terras da

Comp. de Terras Norte do Paraná

Londrina — E. F. S. P. Paraná

AGENCIA EM S. PAULO - Rua 3 de Dezembro, 48.

Fonte: Jornal Paraná-Norte. Acervo do Museu Histórico de Londrina (2024).

O Jornal Paraná-Norte foi o primeiro periódico londrinense a circular na região e fora dela. Fundado por Humberto Puiggari Coutinho em outubro 1934, era de grande interesse da CTNP, visto que serviria como uma vitrine para o empreendimento a partir dos feitos realizados na região³⁷. No exemplar em questão, pode-se observar a

³⁷ As boas relações entre Coutinho, que já havia trabalhado como jornalista, e a direção da CTNP fizeram com que surgisse o interesse na fundação do periódico. Seria a união do útil ao agradável, visto que “Além de a cidade poder contar com seu próprio órgão de imprensa, que se constituiria na visão dos seus idealizadores como ‘mais um fator de progresso’, o periódico poderia servir como material publicitário da CTNP, ao publicar além de anúncios e propagandas, matérias, artigos e editoriais voltados para o destaque das ações da Cia., do desenvolvimento da região, da fertilidade das terras e que dentre outras questões, buscariam ressaltar as ‘maravilhas da região’. Cf. LEITE, Carlos Henrique Ferreira. “O modesto semanário” **Intervenção, atuação e mobilização**: o jornal Paraná-Norte na disputa pelo controle político em Londrina (1934-1936). 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em História

propaganda publicada na primeira edição do periódico, que contém a frase “A Caminho do Paraguay” como título, seguida pelo texto:

Não ha exaggero em dizer-se que a E. F. S. Paulo-Paraná, está destinada a ser a via ferrea mais importante do Brasil. Ella atravessará a zona mais fertil, mais pujante [...]. Uma vez rompida a matta bruta e portentosa, que nos separa do grande rio que traça a linha divisoria deste Estado, com Matto Grosso e duas republicas do Prata, a exportação pela citada via ferrea, de madeiras, café, cereaes, assucar, algodão e outros productos da grande zona, será admiravel, de accordo com as magnificas condições de fertilidade do sólo. Assim, o hinterland argentino e paraguayano terá a sua ligação ferroviaria com os portos de Santos e Paranaguá [...]³⁸.

Nota-se neste trecho a clara intenção que os britânicos possuíam em relação à extensão da ferrovia, visando como objetivo alcançar outros países da América do Sul, sempre utilizando-se da alusão à qualidade das terras com o uso de palavras e expressões que engrandecem o empreendimento, característica presente em diversas outras propagandas da CTNP.

Outro detalhe que merece destaque na propaganda em questão localiza-se no canto inferior esquerdo da página, que diz: “No começo de 1930 a população desta zona era de ‘ninguém’. Hoje: cerca de 10.000 pessoas, habitam as terras da COMPANHIA, nas visinhanças das novas cidades de Londrina, Nova Dantzig, Rolândia”³⁹. Este trecho indica um elemento comumente encontrado no discurso da CTNP de que a região era inabitada e desconhecida, uma área de “vazio demográfico” que estaria esperando pela chegada da civilização e do progresso.

Estes elementos presentes nas propagandas⁴⁰ que estavam sendo espalhadas pelo Brasil e em outros países do mundo pela CTNP constituíram uma narrativa específica que justificava as ações dos britânicos através da Companhia, e que criavam uma imagem épica do empreendimento. Neste sentido, é possível afirmar que o “Norte do Paraná”, correspondente ao território adquirido pela CTNP, além de constituir um espaço geográfico localizado ao norte do estado, foi contemplado por um fator ideológico, um “[...] conjunto de idéias/imagens que expressam uma

Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. p. 43.

³⁸ A CAMINHO do Paraguay. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 1, n. 1, 09 out. 1934, p. 6.

³⁹ Ibid., p. 6.

⁴⁰ Para uma análise mais detalhada sobre as características das propagandas produzidas pela CTNP Cf. ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). Londrina: Eduel, 2008. p. 7-11.

determinada visão de mundo e de história [...]”, que passou a representar tal localidade⁴¹.

Considerando o Norte do Paraná como espaço geográfico e discurso ideológico, toma-se como recorte mais específico para a análise pretendida neste tópico o eixo “Londrina-Cambé-Rolândia” como espaço a ser observado. Localizadas na “porta de entrada” das terras da CTNP, Londrina, Cambé e Rolândia exerceram um importante papel no contexto de formação da região. Muitas famílias de origem nacional e internacional se estabeleceram nestes vilarejos entre 1930 e 1932, mas foram os anos seguintes que marcaram o aumento exponencial das vendas de lotes.

Acompanhando o crescimento populacional da região – e a necessidade de alguns grupos de criar uma identidade no local em que estavam recém estabelecidos –, narrativas sobre os feitos e acontecimentos daqueles primeiros anos foram produzidas por diferentes agentes. De acordo com Arruda e Proença:

Em Londrina, nas décadas que antecedem a presença da universidade e, por conseguinte, a formação de um campo acadêmico historiográfico, já havia sido elaborado um saber sobre o passado da região, conexo ao campo do poder, de autoria de profissionais de diferentes áreas, como jornalistas, geógrafos, cronistas, publicado em revistas, jornais, murais ou encartes comemorativos [...]⁴²

As produções inseridas nesse campo do saber – no caso, a História Regional do Norte do Paraná – englobam diferentes perspectivas e objetivos ao longo das décadas de 1930 até o presente. É fundamental ressaltar que, mesmo após a institucionalização do ensino superior na região, a partir do final da década de 1950, não houve, de imediato, uma ruptura com essas narrativas tradicionais. Ao contrário, o campo acadêmico da história surge da assimilação do saber histórico local, fenômeno justificado, em grande medida, pela composição social da própria universidade, que tendeu a reproduzir a memória dos grupos dominantes ao invés de problematizá-la⁴³. A emergência das perspectivas críticas capazes de confrontar o

⁴¹ TOMAZI, op. cit., p. 118.

⁴² ARRUDA; PROENÇA, Conflitos no campo do saber [...], op. cit., p. 33.

⁴³ Conforme apontam Arruda e Proença, esse novo campo acadêmico não surgiu de forma abstrata, mas validando interpretações do passado já consagradas. Tal continuidade justifica-se, em parte, pela composição social da própria universidade em seus anos iniciais, constituída majoritariamente por membros das elites locais, portanto, reproduzindo, assim, a memória desses grupos dominantes ao invés de problematizá-la. Cf. ARRUDA; PROENÇA, Conflitos no campo do saber [...], op. cit., p. 30.

discurso oficial ocorreria de forma mais expressiva apenas a partir da década de 1980⁴⁴.

As questões que envolvem as obras anteriores à presença da academia serão abordadas com mais detalhes no próximo capítulo. Nesse momento, cabe ressaltar um fenômeno que chamou atenção, relacionado às produções sobre História Regional do Norte do Paraná inseridas neste campo historiográfico dentro da academia.

2.1.2 Balanço historiográfico sobre Cambé: a baixa produtividade acadêmica

Utilizando-se do eixo “Londrina-Cambé-Rolândia” como elemento de comparação, é possível observar uma disparidade na quantidade de pesquisas acadêmicas dedicadas ao estudo da história de cada um desses municípios. Os trabalhos dedicados à história de Londrina encontram-se em maior número, seguidos pelas pesquisas acerca de Rolândia e, por último, aquelas que se dedicam a Cambé, que representam a menor parte⁴⁵.

O recorte temporal adotado para observar as pesquisas dedicadas ao estudo dos aspectos históricos e à formação desses três núcleos urbanos compreende o período entre os anos de 2000 e 2023. Para o levantamento comparativo, foram consideradas as dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em História de universidades próximas à região de estudo – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Assis)⁴⁶. Além da data de defesa, aplicou-se um critério temático específico: foram incluídas apenas as pesquisas cujo recorte temporal incidisse sobre os processos históricos compreendidos entre as décadas de 1930 e 1975⁴⁷, período que abarca a formação das colônias, a constituição dos núcleos urbanos e a consolidação dos municípios analisados.

⁴⁴ Sobre a “virada” historiográfica dos anos 1980, cf. ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Historiografia Norte Paranaense: Alguns Apontamentos*. In: ALEGRO, Regina Célia et al. **Temas e questões para o ensino de história do Paraná**. Londrina: Eduel, 2013.

⁴⁵ Considerando os critérios temáticos e temporais utilizados neste levantamento, foram identificados os seguintes quantitativos de pesquisas acadêmicas: 18 trabalhos dedicados à história de Londrina; 4 à história de Rolândia; e nenhum que tivesse como objeto central a história de Cambé.

⁴⁶ O levantamento foi realizado nos repositórios institucionais das referidas universidades e também no acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL (NDPH/UEL).

⁴⁷ O ano de 1975 foi estabelecido como limite do recorte temporal por representar uma ruptura simbólica com o ciclo da cafeicultura, em decorrência da chamada “Geada Negra”, evento que desencadeou um intenso processo de êxodo rural e significativas transformações sociais e econômicas na região em análise.

A escolha pelo período de 2000 a 2023 não foi aleatória. Esse intervalo reflete um momento de “radicalização das tendências”⁴⁸ historiográficas fortalecidas a partir dos anos 1990. Segundo Sonia Adum, tal movimento caracteriza-se pela:

Mudança de focos e enfoques, inserção de novos objetos, ampliação e diversificação de fontes documentais, mas, sobretudo, a emergência de novos espaços e personagens na cena histórica: as margens substituem o centro.⁴⁹

Os novos objetos explorados nessas produções recentes corroboram a desconstrução de perspectivas tradicionais, que durante décadas foi reforçada pelas narrativas memorialistas, apresentando um outro lado de uma história que já havia sido cimentada como “oficial”. No entanto, considerando o quantitativo de pesquisas que apresentam novos pontos de vista sobre a história da região, verificou-se o baixo número de investigações que se dedicaram a analisar a história de Cambé.

Apesar de nenhuma das pesquisas identificadas ter como foco os aspectos históricos da Colônia *Neu Danzig* ou os anos iniciais de Cambé, foram localizados, nos repositórios institucionais consultados, três trabalhos que tomam o município como objeto de análise, todos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da UEL. Essas produções priorizam recortes temáticos e temporais distintos daquele mobilizado para o levantamento, concentrando-se em questões relacionadas ao patrimônio, à religiosidade e à arqueologia. Todavia, sua menção se mostra pertinente, na medida em que permite delinear o estado atual do balanço historiográfico sobre a história de Cambé. Por um lado, evidencia-se a baixa produtividade acadêmica, uma vez que foram identificadas apenas três pesquisas vinculadas a Programas de Pós-Graduação ao longo das últimas décadas. Por outro, trata-se de produções relativamente recentes, desenvolvidas entre 2014 e 2023, o que pode indicar o início de uma melhora nesse quadro e a abertura para novas investigações sobre a história do município.

O primeiro trata-se da dissertação de mestrado escrita por Gabriela Maceda Rubert, intitulada “*A construção do sagrado: benzedeadas e práticas religiosas em Cambé/Paraná*”, defendida no ano de 2014. Em síntese, a produção de Rubert

⁴⁸ ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Historiografia Norte Paranaense: Alguns Apontamentos*. In: ALEGRO, Regina Célia et al. **Temas e questões para o ensino de história do Paraná**. Londrina: Eduel, 2013. p. 17.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 17.

investiga as crenças e práticas religiosas das benzedeadas em Cambé, explorando as memórias e representações associadas a essas figuras. A pesquisa foi desenvolvida utilizando como fontes entrevistas e a análise de altares domésticos, buscando compreender os silenciamentos e preconceitos enfrentados por essas práticas⁵⁰.

Como segundo exemplo, tem-se a dissertação de Bruna Garcia Catarino, intitulada “*E assim começou a história que já havia começado: a presença indígena e as ações educativas patrimoniais no Museu Histórico de Cambé (1985 a 2019)*”, defendida em 2020. Catarino aprofundou-se nas questões relacionadas ao Museu Histórico de Cambé (MHC), com um foco específico na presença indígena dentro de seu espaço. Por meio da análise de relatórios de atividades e entrevistas com funcionários, a pesquisa de Catarino buscou examinar como a temática indígena foi tratada ao longo da existência do Museu. Esse estudo destacou a disputa de narrativas entre a abordagem indígena e a dos “pioneiros”, a qual enfatiza aspectos da chegada da Companhia de Terras Norte do Paraná a partir da década de 1930⁵¹.

O terceiro exemplo diz respeito à dissertação desenvolvida por Eduardo Roberto Pavinato, intitulada “*Conexões Temporais: História e Arqueologia Indígena no Museu Histórico de Cambé*”⁵². A pesquisa examina o acervo de arqueologia indígena existente no MHC, focando na análise de personagens fundamentais para o surgimento da instituição e para a coleta de objetos no Sítio Arqueológico da Fazenda Santa Dalmácia, localizada na zona rural de Cambé. A dissertação destaca o reposicionamento dos objetivos do museu ao longo das décadas, transformando-se em uma instituição de referência na temática indígena⁵³.

É importante mencionar outras duas pesquisas sobre a história de Cambé inseridas no âmbito acadêmico que, apesar de estarem fora do recorte temporal proposto nesta dissertação, foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação e são usadas como referência em trabalhos posteriores. A primeira é a obra intitulada

⁵⁰ RUBERT, Gabriela Cristina Maceda. **A construção do sagrado: benzedeadas e práticas religiosas em Cambé/Paraná**. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

⁵¹ CATARINO, Bruna Garcia. “**E assim começou a história que já havia começado**”: a presença indígena e as ações educativas patrimoniais do Museu Histórico de Cambé (1985 a 2019). 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

⁵² Embora o trabalho de Pavinato tenha sido defendido no início de 2024, ele foi incluído no recorte visto que o levantamento de dados foi realizado em 2023 e sua pesquisa já se encontrava qualificada e em avançado desenvolvimento.

⁵³ PAVINATO, Eduardo Roberto. **Conexões Temporais: História e Arqueologia Indígena no Museu Histórico de Cambé 1985 - 2023**. 224 f. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

“*Cambé: confronto, composição política e relações de poder no município de Cambé de 1947 a 1968*”, dissertação de mestrado em História defendida em 1986 por José Garcia Gonzales Neto, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis. Publicada como livro em 1987, a pesquisa de Gonzales Neto constrói uma análise ao redor do cenário político de Cambé a partir de 1947, data que marca a emancipação política do município. O trabalho estuda os confrontos entre as duas lideranças políticas que se alternaram no poder dentro do cargo de prefeito da cidade entre 1947 e 1969. Apesar do foco nas questões políticas, Gonzales Neto apresenta uma breve introdução do contexto inicial da região, fazendo menção à chegada dos imigrantes da Cidade Livre de Danzig e a formação da Vila Nova Dantzig.

A segunda pesquisa que deve ser destacada é a monografia de Rosângela Perini de Godoy Gaspar, apresentada ao Curso de Especialização em História da UEL no ano de 1996. Intitulada “*A emigração de Dantzig para Nova Dantzig*”, a pesquisa fundamenta-se em relatos orais de imigrantes danziguenses estabelecidos na Colônia *Neu Danzig*, com o objetivo de melhor compreender como se deu o processo de transição das famílias da Cidade Livre de Danzig para o Norte do Paraná⁵⁴. É possível afirmar que a pesquisa de Gaspar representa o único trabalho desenvolvido em âmbito acadêmico que aborda especificamente aspectos históricos relacionados à Colônia *Neu Danzig*, tendo sido realizado há aproximadamente três décadas, considerando o momento de elaboração desta pesquisa.

Essa constatação evidencia a necessidade de novos estudos acadêmicos sobre a temática, uma vez que diversos aspectos relacionados à formação, ao funcionamento, à crise e às memórias da colônia permanecem pouco explorados no debate historiográfico. Tendo isso em vista, apresenta-se no Quadro 1 as pesquisas acadêmicas que tomaram a história de Cambé como objeto de análise.

⁵⁴ GASPAR, Rosângela Perini de Godoy. **A emigração de Dantzig para Nova Dantzig**. 83 f. Monografia (Especialização em História). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1996.

Quadro 1 – Pesquisas acadêmicas sobre a história de Cambé (1980-2023)

Período	Autor	Título	Ano
2000-2023	RUBERT, Gabriela Maceda.	A construção do sagrado: benzedeiças e práticas religiosas em Cambé/Paraná	2014
	CATARINO, Bruna Garcia.	"E assim começou a história que já havia começado": a presença indígena e as ações educativas patrimoniais no Museu Histórico de Cambé (1985 a 2019)	2020
	PAVINATO, Eduardo Roberto.	Conexões Temporais: História e Arqueologia Indígena no Museu Histórico de Cambé	2023/2024*
1980-2000	GONZALES NETO, José Garcia.	Cambé: confronto, composição política e relações de poder no município de Cambé de 1947 a 1968	1986
	GASPAR, Rosângela Perini de Godoy.	A emigração de Dantzig para Nova Dantzig	1996

* A pesquisa foi defendida em 2024, mas já havia sido qualificada em 2023.

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A observação dos dados sistematizados no quadro evidencia a necessidade de ampliação das investigações no âmbito acadêmico dedicadas à história da cidade de Cambé. Embora o período compreendido entre 1980-2000 não integre o recorte temporal aqui considerado, sua inclusão mostra-se pertinente, na medida em que explicita a existência de um hiato de aproximadamente quatro décadas na produção de pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação das universidades analisadas.

Por outro lado, existem três publicações mais recentes que, apesar de não estarem inseridas em Programas de Pós-Graduação, também merecem destaque por abordarem especificamente a Colônia *Neu Danzig*. A primeira consiste em um capítulo intitulado “*Cambé: os germânicos de Danzig fundaram Nova Dantzig*”⁵⁵, escrito pelo jornalista César Cortez em parceria com um pesquisador da área de comunicação,

⁵⁵ CORTEZ, César; LAGOEIRO, Danilo do Amaral Santos. Cambé: os germânicos de Danzig fundaram Nova Dantzig. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da história**: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p. 103-126.

Danilo do Amaral Lagoeiro. O texto compõe parte do livro “*Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá*”, organizado por Paulo César Boni, e publicado no ano de 2009. A obra apresenta um panorama geral sobre a história de Cambé a partir de uma abordagem centrada na análise de fotografias produzidas em seus anos iniciais, perpassando tanto a experiência da Colônia *Neu Danzig* quanto a da Vila Nova Dantzig.

O segundo trabalho a ser destacado é o de Edna Scalon Cortez, intitulada “*Danziger Hof: a hospedaria dos danziguenses em Cambé*”. A pesquisa foi publicada como livro no ano de 2012, no entanto, é fruto de um trabalho produzido em 1985 para a disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa em História, do curso de História da UEL⁵⁶. A obra de Cortez dedicou-se à análise da formação da Colônia *Neu Danzig* tendo como base os relatos cedidos pelos imigrantes danziguenses ao Museu Histórico de Cambé. Ao longo da apresentação do texto, a autora chega a mencionar algumas dificuldades no desenvolvimento de sua pesquisa, sendo uma delas a escassez de bibliografias sobre o tema. Essa limitação, apontada por Cortez há quase quarenta anos, ainda persiste como um desafio significativo para a realização de novas pesquisas. Nesse sentido, a própria autora aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados e detalhados sobre o contexto que envolve a Colônia *Neu Danzig*⁵⁷.

A terceira publicação trata-se do trabalho do historiador polonês Jan Daniluk, “*Emigration from the Free City of Danzig to the Brazilian Jungle*”⁵⁸. O trabalho de Daniluk compõe um dos capítulos do livro “*East Central Europe in Exile – Volume 1: Transatlantic Migrations*”⁵⁹, publicado no ano de 2013 pela Cambridge Scholars Publishing, editora de livros acadêmicos com sede na cidade de Newcastle, Inglaterra. Daniluk é pesquisador da história de Danzig (atualmente, Gdansk), sobretudo do contexto dos séculos XIX e XX, recorte temporal em que ocorreu a imigração das famílias danziguenses para o Norte do Paraná. Embora não se detenha em uma análise aprofundada do funcionamento interno da Colônia *Neu Danzig* – sobretudo

⁵⁶ CORTEZ, Edna Scalon. **Danziger Hof: a hospedaria dos danziguenses em Cambé**. Cambé: Gráfica Objetiva, 2012. p. 20.

⁵⁷ Ibid., p. 93.

⁵⁸ DANILUK, Jan. *Emigration from the Free City of Danzig to the Brazilian Jungle*. In: MAZURKIEWICZ, Anna (org.). **East Central Europe in Exile Volume 1: Transatlantic Migrations**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013. [Tradução livre do título: Emigração da Cidade Livre de Danzig para a selva brasileira].

⁵⁹ [Tradução livre do título: Europa Centro-Oriental no Exílio – Volume 1: Migrações Transatlânticas].

pela possível limitação de acesso a fontes primárias locais –, o trabalho apresenta um panorama consistente do contexto de Danzig, tanto antes quanto após sua constituição como Cidade Livre. Tal abordagem contribui para a compreensão da situação do local de origem dos imigrantes e das motivações que os levaram a negociar com os britânicos da Companhia de Terras Norte do Paraná. Além disso, o interesse de um historiador estrangeiro pela temática da Colônia *Neu Danzig* abre possibilidades para futuras colaborações e para a identificação de novas fontes, capazes de oferecer o ponto de vista daqueles que permaneceram em Danzig sobre os acontecimentos da época.

A partir do levantamento das pesquisas acadêmicas que tomam a história de Cambé como objeto de análise, observa-se que, embora a produção sobre o tema ainda seja reduzida no recorte temporal escolhido, os últimos anos indicam o início de uma mudança nesse cenário. Ainda assim, permanece evidente a necessidade de ampliar os horizontes do debate historiográfico, sobretudo no que se refere a abordagens que contemplem diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. O amadurecimento desse campo investigativo tende a favorecer o surgimento de novos olhares interpretativos e a proposição de problemas de pesquisa ainda pouco explorados. Nesse sentido, tanto a afirmação de Cortez sobre a escassez bibliográfica referente à Colônia *Neu Danzig* quanto a constatação de Daniluk de que sua história tem sido abordada de maneira superficial⁶⁰ reforçam a necessidade de investigações mais aprofundadas, capazes de problematizar dimensões frequentemente negligenciadas pela historiografia tradicional.

2.2 Discussões acerca da baixa produção acadêmica sobre a Colônia *Neu Danzig*

Tendo em vista o quadro de pesquisas históricas produzidas sobre a história de Cambé, sobretudo aquelas que se dedicaram, ainda que de forma pontual, à Colônia *Neu Danzig*, torna-se pertinente refletir sobre as circunstâncias que contribuíram para a escassa abordagem acadêmica do tema. Nesse sentido, como possibilidades explicativas, são consideradas a seguir três hipóteses que buscam compreender os fatores envolvidos nessa lacuna.

⁶⁰ No original: “[...] in historical studies of Cambé its origins are presented in a rather cursory matter.” Cf. DANILUK, op. cit., p. 177-178.

2.2.1 A ruptura com o discurso ideológico da Companhia de Terras Norte do Paraná

Pode-se considerar como um dos fatores explicativos para a escassez de produções acadêmicas sobre a Colônia *Neu Danzig* a constituição de um discurso ideológico acerca do Norte do Paraná, produzido e amplamente disseminado pela CTNP. Esse discurso esteve orientado para o engrandecimento do empreendimento colonizador e para a promoção de uma imagem positiva da região, diretamente associada à venda dos lotes de terras. Nesse contexto, as dificuldades e tensões que envolveram a criação da Colônia *Neu Danzig* – como se demonstrará de forma mais aprofundada ao longo desta pesquisa – representavam um contraponto negativo ao ideário propagandístico da CTNP, tornando-se elementos poucos compatíveis com a narrativa ufanista que buscava consolidar uma identidade fundacional marcada pelo sucesso e pelo progresso.

Tanto em seus anos iniciais, nas primeiras propagandas e menções feitas ao empreendimento da CTNP, quanto posteriormente, em datas comemorativas⁶¹, faz-se presente em relação ao Norte do Paraná uma narrativa que exalta a ideia de “terra do progresso”. Nos anos iniciais da década de 1940, é possível observar a utilização do termo “Eldorado” para se referir à Londrina e o Norte do Paraná, sobretudo a partir do crescente sucesso que a cafeicultura experienciava naquele contexto. José Miguel Arias Neto, em sua obra “*O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*”, apresenta uma análise aprofundada sobre a representação do Eldorado utilizada em narrativas sobre a região em questão, identificável já na década de 1940, mas sobretudo nos anos 1950 e 1960. O discurso do Eldorado apresentava a ideia de

⁶¹ Três exemplos de elementos produzidos em datas comemorativas merecem destaque. O primeiro é o mural do Jubileu de Prata (1959) do município de Londrina. Foi confeccionado em azulejos e fez parte da fachada do antigo prédio da prefeitura até 1976, quando foi demolido. No ano de 1981, o mural passou por uma restauração e foi posicionado no campus da UEL, localizado até os dias atuais em frente ao prédio da Biblioteca Central. O segundo diz respeito ao mural produzido em comemoração ao cinquentenário de Londrina (1984), que também foi elaborado em azulejos e instalado no prédio da Secretaria Municipal de Cultura da cidade. Em ambos os casos, os murais utilizaram fotografias de José Juliani, fotógrafo que prestou serviços de propaganda à CTNP, contrastando imagens dos anos iniciais de Londrina, em 1934, com representações da cidade nos momentos de produção dos murais (1959 e 1984). Tal composição reforça uma narrativa visual da ideia de progresso vivenciada no núcleo urbano. O terceiro exemplo trata-se da publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja primeira edição foi lançada em 24 de setembro de 1975. A obra celebra o empreendimento britânico no Norte do Paraná por meio de depoimentos de administradores e colaboradores da Companhia, construindo uma narrativa laudatória que exalta o papel da CTNP como agente do progresso regional e apresenta uma visão épica de sua atuação. Para uma análise mais detalhada dos murais comemorativos, cf. ARRUDA, Gilmar. **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas.** Londrina: Eduel, 2005. p. 20.

que aqueles que se estabelecessem na região “poderiam transformar a fertilidade da terra em ouro”, além disso, apresentava a imagem do “progresso para todos”. No entanto, essa narrativa é seletiva, visto que apenas uma parte da população prosperou economicamente. Nesse contexto, o conceito de Eldorado colaborou para que os grupos dominantes de Londrina e região pudessem se legitimar, construindo assim a imagem do “pioneiro”⁶², uma outra representação que está presente na cidade até os dias atuais.⁶³

Apesar de o “Eldorado” se referir ao Norte do Paraná como um todo – no caso, como Norte do Paraná, entende-se as terras pertencentes à CTNP –, é possível observar uma variante desse discurso mais localizado no caso de Rolândia, a partir da utilização da expressão “Terra Prometida”. O termo é abordado na obra da socióloga Ethel Volfzon Kosminsky, que produziu uma das primeiras investigações acadêmicas sobre a história de Rolândia focada na presença dos judeus refugiados, oferecendo uma perspectiva diferente das narrativas memorialistas da época. Kosminsky argumenta que, buscando escapar das atrocidades do nazismo, esses judeus se dirigiram à “Canaã nos trópicos” com a expectativa de sobrevivência. No entanto, embora as perseguições diretas e a violência física não fossem uma realidade no local, a chamada “Terra Prometida” logo revelou vestígios dos ideais nazistas, inclusive entre representantes administrativos da Colônia Roland, aumentando a insegurança dos refugiados.⁶⁴

No caso da cidade de Cambé, a situação em relação aos discursos não foi diferente, visto que estava inserida na narrativa do Eldorado, discurso que englobava toda a região da CTNP. As propagandas produzidas pela Companhia (Figura 3) para divulgar a qualidade das terras da região destacavam a presença da Colônia *Neu Danzig* e adotavam o mesmo teor ideológico, voltado para a exaltação do empreendimento, apresentando-o como investimento promissor e lucrativo para quem adquirisse os lotes de terras.

⁶² O termo “pioneiro” é empregado nesta pesquisa não como uma categoria descritiva neutra, mas como uma construção simbólica amplamente mobilizada nas narrativas memorialistas sobre a formação de Londrina e do Norte do Paraná. Associado à ideia de desbravamento, progresso e êxito individual, o “pioneiro” ocupa lugar central na legitimação das elites locais e na construção de uma identidade regional positiva, frequentemente silenciando conflitos, fracassos e experiências dissidentes do processo de ocupação.

⁶³ Cf. ARIAS NETO, op. cit.

⁶⁴ Cf. KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **Rolândia, a terra prometida**: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, 1985.

Figura 3 – Encarte de divulgação das terras da Colônia Neu Danzig redigido em alemão (1932)

**„Die beste Kapitalsanlage ist Land,
wenn es in günstiger Verkehrslage
liegt, einwandfreie Besitztitel und
erstklassigen Boden hat.“**

Unsere Ländereien, die in der fruchtbarsten Gegend Brasiliens, dem Norden von Paraná, genannt das

Südamerikanische Kalifornien
gelegen sind, entsprechen diesen Anforderungen. Unsere Eisenbahn hat bereits die Ortschaft Jatahy am Rio Tibagy erreicht. Von dort aus sind es nur noch 22 km bis zu unseren Ländereien, welche auf einer erstklassigen, von uns selbst erbauten Autostrasse zurückgelegt werden. Bekannt ist der Fortschritt unserer

Kolonie „Heimtal“
auf der sich bereits über 100 deutsche Familien niedergelassen haben, welche dort gut vorwärtskommen. Eine eigene deutsche Schule ist auf der Kolonie vorhanden. Auch mit dem Verkauf von Stadtplätzen in

Londrina
der zukünftigen ersten Eisenbahnstation auf eigenem Gebiet, ist bereits begonnen worden.

Ermutigt durch den schnellen und anhaltenden Fortschritt unserer Kolonisationsarbeit, sowie den bereits bekannten Vorzügen, welche wir unseren Siedlern bieten, hat sich bei uns die Siedlungsgesellschaft Neu-Danzig angekauft und mit der Besiedlung der

Kolonie Neu-Danzig
begonnen. Die ersten Siedler sind bereits eingetroffen und haben mit der Bearbeitung ihres Landes begonnen. Kurz zusammengefasst bieten wir folgende Vorzüge: Fruchtbarste Terra roxa mit Urwald bestanden, geeignet für alle Kulturen desgl. für Geflügel-, Schweine- und Viehzucht. Gute Absatzmöglichkeiten durch unsere Eisenbahn und unsere Autostrassen. Keine Ameisen (saúva), ebenes, steinfreies Gelände, absolut einwandfreie Besitztitel, gesundes Klima etc.

Ausserdem ist der Norden von Paraná die einzige Zone, wo auch heute noch ohne Besteuerung Kaffee angebaut werden darf.

Nähere Auskünfte und Prospekte durch:

Cia. de Terras Norte do Paraná
Deutsche Abteilung.
Rua 3 de Dezembro 12 — 5. Stock —
Caixa Postal 2771.
S ã o P a u l o

Fonte: *Deutsche Zeitung*. Acervo do Museu Histórico de Cambé (2025).

Esse encarte de 1932 – ano em que os danziguenses chegaram à região – contém os elementos que a CTNP costumava destacar, como a localização favorável e a qualidade das terras, além de caracterizar o norte do Paraná como a “Califórnia Sul-Americana”. É possível observar uma menção sobre a formação da Colônia *Neu Danzig*, na qual a Companhia associa o “progresso do trabalho de colonização” à aquisição das terras por parte dos imigrantes da Cidade Livre de Danzig, indicando que estes já haviam iniciado o trabalho em seus lotes e reiterando as qualidades das

terras oferecidas. Cabe destacar que esse tipo de material integrava uma estratégia mais ampla de propaganda da CTNP, que incluía a produção de encartes e folhetos em diferentes idiomas e sua circulação em contextos internacionais, com o objetivo de atingir potenciais imigrantes e investidores fora do território brasileiro.

Em um outro prospecto produzido pela CTNP em 1934, observa-se um destaque às colônias que se formavam na região naquele período:

Alem dos bons elementos brasileiros que tem se collocado em nossas terras, existem e prosperam notoriamente as colonias allemãs denominadas HEIMTAL, NOVA DANZIG e ROLAND, bem como as colonias Italianas, Polonezas, Tchecoslovacas, Hungaras e Japonezas.⁶⁵

A propaganda ressalta as colônias alemãs Heimtal, Nova Danzig (*Neu Danzig*) e Roland, enfatizando que estas “prosperam notoriamente”. De fato, as colônias Heimtal e Roland apresentaram, no contexto em que a propaganda foi publicada, um progresso evidente e se desenvolveram de forma significativa nos anos seguintes. Contudo, esse mesmo nível de desenvolvimento não foi alcançado pela Colônia *Neu Danzig*. Sua realidade em 1934 não condizia com a afirmação da Companhia acerca da prosperidade. É possível encontrar em alguns documentos certas constatações em relação às dificuldades administrativas enfrentadas já em 1933, além de problemas financeiros denunciados pelos colonos danziguenses no ano de 1934. Em uma carta datada de 5 de março de 1933, enviada por Oswald Nixdorf, diretor da Colônia Roland, à Oscar Greiser, Comissário de Emigração da Cidade Livre de Danzig, Nixdorf escreve:

Fico feliz em saber que a reestruturação da Colônia Neu Danzig está sendo considerada e que a colonização será continuada. Estou trabalhando para estabelecer uma certa conexão interna entre as três colônias de língua alemã localizadas nas terras da Cia. de Terras, com base em uma cooperativa agrícola (compra e venda). Após a conclusão da reestruturação, eu irei me dirigir ao Senado de sua cidade a esse respeito. No entanto, gostaria de aproveitar esta oportunidade para escrever brevemente sobre isso hoje. Além do benefício pessoal que isso pode me trazer, **considero impossível um desenvolvimento favorável da colônia sem uma liderança**. Por um lado, os colonos precisam de orientação agrícola; por outro, os cidadãos, que na maioria das vezes estão acostumados a trabalhar sob supervisão, tornam-se tão indisciplinados ao se verem com liberdade irrestrita, que **é inconcebível esperar um desenvolvimento tranquilo da colônia nessas condições**.⁶⁶

⁶⁵ NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Prospecto da CTNP*. 1934. Documento 416, p. 3.

⁶⁶ „Es freu mich zu hoeren, dass die Sanierung der Kolonie Neu-Danzig in Aussicht steht und, dass die Besiedelung fortgesetzt warden soll. Ich bin an der Arbeit, die drei deutschsprachigen Kolonien auf dem Gelaende der Cia. De Terras in eine gewisse innerliche Verbindung zu bringen, die auf Grund einer landw. Genossenschaft (Ein- und Verkauf) aufgebaut warden soll. Nach Beendigter Sanierung haette

Neste trecho do documento, observa-se que Nixdorf menciona a “reestruturação da Colônia”, o que deixa subentendido a necessidade de uma reorganização naquele local. Essa ideia é reforçada quando ele escreve que considera “impossível o desenvolvimento favorável da colônia sem uma liderança”. O contexto em que Nixdorf escreve a carta para Greiser é posterior ao episódio que desencadeou uma série de complicações administrativas e financeiras na Colônia, marcada pelo desaparecimento dos recursos que deveriam ter sido depositados em um fundo destinado à manutenção da Colônia, ainda em 1932. A situação se agravou quando o líder da Colônia *Neu Danzig* à época, Franz Bloch, tornou-se o principal suspeito em relação à má administração dos recursos dos colonos, tendo sido expulso da região após um conflito direto com os colonos, deixando o assentamento sem uma liderança. Esses elementos, aqui apenas indicados, serão retomados e analisados de forma mais aprofundada no terceiro capítulo.

Essas adversidades enfrentadas na Colônia, que culminaram em sua falência entre 1935 e 1936⁶⁷, provocaram uma ruptura no discurso ideológico veiculado pela CTNP em suas propagandas. A “terra da promessa”, o “Eldorado” ou a terra onde “tudo prospera, onde tudo é bom e sadio”⁶⁸, não correspondiam à experiência vivenciada pela Colônia *Neu Danzig*, marcada por revolta e desespero, fazendo com que os colonos se sentissem “[...] enganados e abandonados à própria sorte”⁶⁹. Nesse sentido, um elemento central para reforçar a hipótese defendida neste subitem reside no caráter incômodo que a experiência da Colônia *Neu Danzig* assumiu frente ao discurso propagandístico da CTNP. Tal dissociação em relação à narrativa oficial pode ter contribuído para o apagamento das memórias relacionadas à Colônia nos espaços

ich mich deswegen an den Senat Ihrer Stadt gewandt. Ich will aber diese Gelegenheit dazu benutzen, Ihnen heute schon kurz darueber zu schreiben. Abgesehen von dem persoenlichen Vorteil, der mir daraus erwachsen wird, halte ich eine huenstige Weiterentwicklung der Kolonie ohne Leiter fuer unmoeglich. Einersents muessen die Leute landwirtschaftliche Anleitung haben, andererseits sind die meist an Arbeit unter Vorgesetzten gewoehnten Staedter hier in Besitz uneingeschraenkter Freiheit derartig undiszipliniert, dass an eine ruhige Entwicklung der Kolonie nicht zu denken ist.“ In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Pasta Neu Danzig. Carta de Oswald Nixdorf a Oscar Greiser*. 5 mar. 1933. Documento 21, p. 1. Texto original em alemão. Tradução e grifo nossos.

⁶⁷ Os últimos documentos sobre a Colônia *Neu Danzig* que tem-se acesso datam de julho de 1935, sendo um deles o relatório produzido por Oswald Nixdorf acerca dos acontecimentos no assentamento, documento este que será analisado de maneira aprofundada posteriormente, nesta dissertação. Devido à data e ao conteúdo desses documentos, é possível inferir por aproximação que a dissolução da Colônia teria ocorrido nesse período.

⁶⁸ NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Prospecto da CTNP*. 1934. Documento 416, p. 3.

⁶⁹ CORTEZ, op. cit., p. 59.

públicos de Cambé, consolidando apenas a presença dos chamados “vencedores”⁷⁰. Esse processo de silenciamento simbólico ajuda a compreender, a posteriori, a ausência de maior interesse acadêmico pela Colônia *Neu Danzig* enquanto marco inicial da cidade. O distanciamento dessas memórias pode ser compreendido como uma tentativa de evitar a associação entre o fracasso do assentamento e a Vila Nova Dantzig – que viria a ser o município de Cambé – em um contexto no qual o “progresso garantido” figurava como a vitrine da CTNP.

A Vila Nova Dantzig foi considerada distrito de Londrina até outubro de 1947, quando se emancipou politicamente, fundando-se como município. As decisões políticas deste contexto se confundiam com os interesses da CTNP, visto que os líderes políticos de Londrina estavam diretamente interligados aos dirigentes da Companhia. É o caso, por exemplo, de Willie Davids⁷¹, que foi diretor técnico da CTNP, tendo sido convidado para o cargo no ano de 1932, e posteriormente eleito prefeito do município de Londrina entre dezembro de 1935 e maio de 1940. Neste sentido, era acessível ao mando político da época encobertar o acontecimento que envolveu a falência da Colônia, visando preservar a integridade da narrativa apresentada pela Companhia, contornando a possível propaganda negativa que poderia atingir futuros compradores e afetar o empreendimento.

Partindo desse contexto, levanta-se a hipótese, portanto, de que tenha ocorrido um “apagamento ativo” em relação ao episódio da crise que envolveu a Colônia, sendo a carência das memórias dos imigrantes danziguenses nos espaços públicos do município um resquício desse processo. O pouco que se encontra de referências a respeito desses imigrantes na cidade está concentrado em um grupo específico: a família Tkotz. Sua trajetória, apresentada como exemplo de superação das dificuldades decorrentes da falência da Colônia, parece atuar como um “elo” entre o

⁷⁰ O termo “vencedores” refere-se, neste contexto, aos indivíduos que se estabeleceram na região e alcançaram proeminência política ou econômica. Sob a ótica do capitalismo, esses grupos são considerados “vencedores” por terem enriquecido e superado as adversidades impostas pela “mata virgem”, sendo frequentemente retratados como agentes do progresso e consolidando-se como protagonistas das narrativas memorialistas.

⁷¹ Willie da Fonseca Brabazon Davids (1883-1944), engenheiro eletricista natural de Campinas (SP), formou-se em Engenharia Elétrica na Inglaterra em 1902. Após retornar ao Brasil, atuou na *City of Santos Improvements Co.*, empresa sediada em Santos onde seu pai, Richard Gore Brabazon Davids, havia exercido o cargo de engenheiro-chefe. Em 1911, adquiriu terras para o cultivo de café na região de Jacarezinho (PR), marco que coincidiu com sua entrada na vida política. Foi eleito prefeito de Jacarezinho entre 1914 e 1920 e, posteriormente, deputado estadual de 1920 a 1925. Willie Davids ainda esteve envolvido, a partir de 1920, na construção da estrada de ferro que seria a ligação entre São Paulo e Paraná através do rio Paranapanema, marcando o surgimento da Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que futuramente se tornaria a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP).

passado local e o discurso de progresso consolidado pela CTNP. Uma análise mais aprofundada sobre a presença dos Tkotz nos espaços públicos será desenvolvida no próximo capítulo.

Passa-se, a seguir, à apresentação da segunda hipótese explicativa.

2.2.2 A escassez de fontes históricas como causa da baixa produtividade acadêmica

Dado este panorama sobre as adversidades enfrentadas nos anos iniciais da Colônia e a ruptura com os discursos mencionados, destaca-se o que pode ser considerada uma segunda causa importante para a baixa produtividade acadêmica sobre a história de Cambé, mais especificamente sobre a Colônia *Neu Danzig*. Trata-se do acesso às fontes, ou nesse caso, uma possível dificuldade de contato com os documentos que se aprofundam em detalhes acerca da Colônia. Os poucos trabalhos que foram produzidos sobre esse tema utilizaram os relatos orais como principal fonte de pesquisa, apresentando a narrativa de algumas pessoas que viveram no contexto em questão. O uso de fontes orais é indiscutivelmente fundamental para a compreensão dos acontecimentos históricos da Colônia. No entanto, a integração de outros tipos de documentos que complementem os relatos dos colonos enriquece a análise, possibilitando a construção de diferentes perspectivas, quando cruzados com as fontes orais. Além disso, esses documentos permitem questionar memórias que possam ter sofrido algum tipo de interferência, mesmo que de forma passiva.

É possível associar a dificuldade de acesso a fontes históricas sobre a Colônia com uma questão quantitativa, diretamente conectada com os problemas administrativos do assentamento, que inclusive ocasionaram sua falência precoce. Essa escassez documental interfere no mapeamento de dados mais completos, o que dificulta o desenvolvimento de novas abordagens. Para melhor observar esta questão, toma-se a Colônia Roland como ponto de comparação em relação à situação dos documentos. Grande parte da documentação administrativa da Colônia Roland foi resguardada por Oswald Nixdorf, sendo possível ter acesso a diversos relatórios, cartas e dados importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa histórica. Em contraste, a crise que abalou a Colônia *Neu Danzig* impediu a organização sistemática

de sua documentação administrativa⁷², o que agravou a lacuna documental sobre o contexto.

Uma alternativa relevante para ter acesso a documentação relacionada à Colônia *Neu Danzig* seria por meio da consulta ao acervo histórico da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)⁷³. Contudo, após tentativas de contato junto aos setores responsáveis, constatou-se que, embora a Companhia possua registros pertinentes ao período em questão, o acesso a tal acervo encontra-se restrito devido a políticas internas de confidencialidade alinhadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)⁷⁴. Esse obstáculo é mais um exemplo da dificuldade relacionada à escassez de fontes históricas que mencionam diretamente a Colônia *Neu Danzig* e seu contexto, expondo a interferência que isso gera na produção de pesquisas históricas sobre o tema.

Para além das limitações documentais, é necessário considerar outro fator que também influenciou a baixa produtividade acadêmica sobre a Colônia *Neu Danzig*. A seguir, apresenta-se uma terceira hipótese para esse quadro.

⁷² A documentação inédita levantada para o desenvolvimento desta pesquisa é parte do acervo doado por Oswald Nixdorf, que guardou documentos importantes que envolvem as negociações entre a CTNP e o representante dos colonos danzigueses, além de cartas e outras informações relevantes para a compreensão do contexto de crise do assentamento. Esses documentos possivelmente foram compilados por Nixdorf ao se mobilizar para dar suporte aos colonos, que se encontravam sem uma figura administradora no assentamento. O detalhamento sobre o Fundo Oswald Nixdorf será aprofundado no terceiro capítulo.

⁷³ Em 1939, os esforços financeiros por parte dos britânicos se voltaram para o contexto da guerra, dificultando a administração da CTNP. A solução encontrada foi colocar à venda a Companhia, a princípio anunciada no exterior. No entanto, um grupo de investidores formados por personalidades ligadas à elite econômica paulista se interessou pela compra do negócio britânico. Fazia parte do grupo de investidores brasileiros: Gastão de Mesquita Filho, Gastão Vidigal, Arthur Bernardes Filho e os Irmãos Soares Sampaio. Após a formação da sociedade e a compra do empreendimento em 1944, trocou-se o nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A gerência foi mantida, a princípio, sob os cuidados de Arthur H. M. Thomas, que participou da fundação da CTNP junto aos britânicos na década de 1920, mas com a administração do empreendimento tornando-se brasileira. A CMNP permanece em atividade até os dias atuais, mantendo grandes propriedades rurais e investimentos no setor sucroenergético, além de possuir sede administrativa em atividade localizada na região noroeste do Paraná, mais especificamente na cidade de Cianorte.

⁷⁴ A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída pela Lei nº 13.709/2018, regulamenta o tratamento de dados pessoais no Brasil, tanto em meios digitais quanto físicos. Inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, a LGPD tem como objetivo garantir maior transparência, segurança e privacidade no uso de dados pessoais por empresas, órgãos públicos e outras instituições. A lei estabelece princípios como a finalidade específica do uso dos dados, a necessidade de consentimento do titular e a responsabilização dos agentes de tratamento. Cf. BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

2.2.3 A seletividade temática e os critérios de relevância historiográfica

Este elemento está associado aos “atrativos” presentes na história das cidades da região em comparação (Londrina, Cambé e Rolândia), produzindo uma seletividade temática orientada por critérios implícitos de relevância historiográfica. Nesse contexto, o interesse dos pesquisadores é direcionado para Londrina e Rolândia, enquanto o município de Cambé recebe menor atenção. Isso não ocorre apenas por ser frequentemente percebido como um objeto de estudo “menos atrativo”, mas também porque a historiografia sobre Londrina muitas vezes pressupõe a incorporação automática da história de Nova Dantzig – que até 1947 integrou administrativamente o território de Londrina na condição de distrito. Essa sobreposição contribui para a diluição da especificidade histórica de Cambé no interior da narrativa regional.

A cidade de Londrina (ainda como Patrimônio Três Bocas) foi o primeiro núcleo urbano estabelecido nas terras adquiridas pela CTNP e pode ser considerado como uma central administrativa e logística da região em seu contexto de formação, visto que era a sede do escritório onde os compradores adquiriam lotes de terras e eram guiados para as propriedades⁷⁵. Neste sentido, a forma com que se deu o desenvolvimento do município, além de sua importância econômica e política para a região, são alguns dos fatores que atraem maior atenção de pesquisadores inseridos na área da História.

No caso de Rolândia, outros aspectos relacionados à sua formação atraem a atenção dos pesquisadores. O assentamento de imigrantes alemães foi constituído em um contexto marcado pelas perseguições étnico-religiosas na Alemanha durante a década de 1930, especialmente após a ascensão dos nazistas ao poder em 1933. A venda de lotes de terra na Gleba Colônia Roland cresceu exponencialmente nessas circunstâncias, particularmente após 1935, ano em que foram promulgadas as Leis de Nuremberg e estabelecido um acordo entre a *Parana Plantations Ltd.* e

⁷⁵ Tomazi se mostra contrário à ideia de Monbeig sobre Londrina ser apontada como “a verdadeira capital da região”, visto que, segundo ele, os municípios a leste do Tibagi como Jacarezinho e Cambará possuíam atividades urbanas mais significativas do que Londrina no contexto da década de 1930. No entanto, se considerarmos o crescimento expressivo que o município de Londrina presenciou, como consequência do sucesso das vendas de terras e da cafeicultura nas décadas seguintes – com isso, o investimento em benfeitorias e infraestrutura –, a definição proposta por Monbeig faz sentido. Cf. TOMAZI, op. cit., p. 207.

representantes políticos da Alemanha para a aquisição de terras destinadas a judeus que buscavam refúgio das perseguições⁷⁶.

Dessa forma, observa-se que os contextos considerados mais “atrativos” na formação dos núcleos urbanos vizinhos acabam por ofuscar os eventos que marcaram, por exemplo, o surgimento da Colônia *Neu Danzig*. A partir dessas reflexões, verifica-se que a carência de fontes históricas sobre a Colônia constitui um fator central para a baixa produção acadêmica sobre o tema, articulando-se à seletividade temática que orienta as escolhas dos pesquisadores. Ambos os elementos encontram na crise administrativa que culminou na falência do núcleo colonial um ponto de convergência explicativo. Esses fatores contribuem para a construção de um cenário no qual a história dos imigrantes danzigueses é abordada de forma superficial ou diluída em narrativas mais amplas, frequentemente sobreposta pela trajetória de agentes e grupos que se adequaram ao ideário do sucesso e do progresso, mantendo, assim, a produção histórica local ancorada em uma “história no singular”⁷⁷.

As hipóteses discutidas nos subitens anteriores não se restringem ao campo da produção historiográfica, projetando efeitos concretos no plano social e identitário. O sentimento de pertencimento, ou a fragilização dele, emerge como um desdobramento desses processos, especialmente no que diz respeito à memória e à identidade local.

2.2.4 O sentimento de pertencimento (ou a ausência dele) como consequência

O termo “pertencer” possui como um de seus significados “fazer parte de”⁷⁸. Aproximando o significado do contexto em questão, o sentimento de pertencimento estaria relacionado ao ato do sujeito de se sentir pertencente a um determinado lugar,

⁷⁶ As Leis de Nuremberg foram decretadas visando a legalização dos ideais que embasavam as perseguições antisemitas por parte dos nazistas. As definições estabelecidas pelas Leis visavam a remoção dos direitos de cidadania dos judeus e a proibição do casamento entre raças. Os efeitos das Leis de Nuremberg influenciaram diretamente a Colônia Roland, visto que “uma quantidade apreciável de famílias” adquiriram terras na região. Neste sentido, para a efetivação das negociações dos lotes entre as famílias judias e a CTNP, planejou-se a “Permuta de Interesses”, um esquema que consistia na troca de material ferroviário por títulos de terras. Estima-se que aproximadamente 59 famílias diferentes ingressaram na Gleba Colônia Roland entre 1935 e 1939, devido a Permuta de Interesses. Cf. Kosminsky (1985), Soares (2012) e Maestro, (2022).

⁷⁷ HOBSEAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 161.

⁷⁸ PERTENCER. In: MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025.

ter um passado a ser lembrado, no caso, a população de Cambé (sujeito) e o município (lugar). Conforme Assumpção e Castral:

É a partir desse sentir, desse processo de se constituir socialmente e de ser constituído, que o sujeito cria uma identidade e, apoiado nela, passa a se envolver coletivamente dentro de determinado grupo social e de determinado lugar, sentindo-se parte dele e lutando pela sua sobrevivência, pela sobrevivência de sua cultura, bem como da construção da sua memória coletiva.⁷⁹

À vista disso, deve-se ressaltar o papel da memória na constituição do sentimento de pertencimento e identidade. Sobre este aspecto, Michael Pollak argumenta que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.⁸⁰

Nesse sentido, pode-se compreender a "referência ao passado" como um processo de construção da identidade local por meio da memória coletiva⁸¹. Como destaca Pollak, a memória não apenas evoca eventos passados, mas também reforça sentimentos de pertencimento e delimita fronteiras sociais entre grupos. No caso de Cambé, as poucas referências às memórias dos imigrantes danzigenses em espaços públicos, em contraste com a ênfase atribuída à família Tkotz, que acaba por ocupar a posição de "representante" da Colônia *Neu Danzig*, sugerem um processo de valorização de determinadas experiências em detrimento de outras, ou seja, um silenciamento seletivo. Essa configuração pode ser interpretada como um fator que limita a construção de uma identidade local mais plural, ao reduzir as possibilidades

⁷⁹ ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, 2022. p. 18.

⁸⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 9.

⁸¹ A ideia de "memória coletiva" é apresentada pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) em suas obras "*Les cadres sociaux de la mémoire*" (1925) e "*La mémoire collective*" (1950). Para Halbwachs, a memória é uma construção social e coletiva, uma vez que as lembranças individuais estão sempre inseridas em quadros de referência compartilhados por grupos. A memória coletiva é transmitida por meio de narrativas, símbolos e práticas sociais que reforçam a identidade e a coesão de um grupo. No contexto de Cambé, o distanciamento das memórias relacionadas à Colônia *Neu Danzig* nos espaços públicos da cidade reflete na ausência dos quadros de referência, como por exemplos os nomes de ruas, que poderiam integrar suas experiências à memória coletiva de Cambé. Cf. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

de reconhecimento social mais amplo da trajetória dos danzigueses na narrativa histórica da cidade.

A descontinuidade identitária observada em Cambé pode ser, portanto, compreendida como uma consequência da abordagem superficial sobre a história da Colônia *Neu Danzig*. Esse silenciamento das memórias resulta, em grande parte, da baixa produção acadêmica sobre o tema, condicionada pelos motivos destacados anteriormente. Tal contexto ajuda a compreender os motivos de a trajetória dos imigrantes danzigueses permanecer pouco explorada, dificultando sua inserção mais ampla na narrativa histórica local e corroborando o discurso oficial, que mantém, como uma de suas características, a exaltação do pioneiro como agente do progresso.

É possível utilizar um exemplo próximo à Cambé para melhor observar essa questão da identificação com a história do município, que é o caso de Rolândia. A presença de diversas famílias de origem germânica que se estabeleceram na Gleba Colônia Roland influenciou diretamente os elementos presentes na cidade, remanescentes no presente. O primeiro marco simbólico é o próprio nome do município, que é uma referência à Roland⁸², figura associada a lendas medievais que possui uma estátua em sua homenagem na cidade de Bremen, na Alemanha. O fato de Oswald Nixdorf e Erich Koch-Weser, ambos ligados diretamente com a fundação da Colônia Roland, serem originários de Bremen, influenciou na escolha do nome para o assentamento. Esse vínculo tornou-se ainda mais evidente com a inauguração, em 1957, de uma réplica da estátua de Roland, oferecida pela cidade de Bremen e instalada na região central de Rolândia.

Além do nome do município e a presença da estátua, outro fator que pode ser observado nos espaços públicos é a arquitetura de algumas construções, que refletem a influência da presença germânica no local. De acordo com Marco Antônio Neves Soares:

[...] a paisagem em transformação ou recriação tornou-se um marcador étnico visível entre os alemães judeus que se fixaram na região a partir de 1932.

⁸² Roland (ou Hruodland) foi um cavaleiro franco que serviu no exército do imperador Carlos Magno no século VIII. Tornou-se uma figura lendária, sobretudo após ter sua história na Batalha de Roncesvales contada no poema épico *La Chanson de Roland*, datado do século XI. Roland é considerado um símbolo da liberdade, justiça e autonomia municipal na Europa medieval, especialmente nas cidades do Sacro Império Romano-Germânico. A homenagem a Roland na cidade de Rolândia pode estar relacionada diretamente à representatividade desses valores para os imigrantes alemães que se estabeleceram na região no início da década de 1930, dada a situação da Europa naquele contexto. Cf. SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. **Aspectos históricos de Rolândia**. Cambé: Wgraf, 2003. p. 38.

Isto pode ser notado pelos elementos arquitetônicos constituídos na Gleba Roland, e depois também na vila e município de Rolândia. Os ranchos de palmito embora tivessem cobertura de palha, seu formato evocava as formas do *Kehlbalkensparrendach* localizável em diferentes regiões da Alemanha. O Hotel Roland, construído em 1934 tem o telhado sob a forma *Krüppelwamdach*. [...] em pouco tempo essas variações arquitetônicas tornaram-se de fato presentes na paisagem quando passaram a encimar os telhados no campo e na cidade.⁸³

Ainda é possível observar esses elementos arquitetônicos em alguns edifícios de Rolândia, a exemplo do próprio Hotel Rolândia, que apesar da demolição de sua estrutura original em 2011, foi homenageado com a construção de uma réplica, inaugurada em 2024. Um último aspecto que merece destaque é o hino municipal de Rolândia, que faz menção à estátua de Roland nas primeiras estrofes, além de enfatizar a contribuição dos imigrantes alemães no trecho “[...] E os pioneiros germanos saudemos, Fundadores da terra natal”⁸⁴, reforçando simbolicamente a presença desse grupo na história e na identidade do município. Em contraste, no caso de Cambé, não se identificam referências diretas à Colônia *Neu Danzig* ou aos imigrantes danzigueses em símbolos oficiais, como o hino municipal, o que evidencia a assimetria no tratamento das memórias fundacionais entre os dois municípios.

Esses são alguns elementos que estão presentes na cidade de Rolândia e que remetem a uma parte de sua história e memória, constituindo uma identidade ao município, tendo um passado ao qual a população possa se recordar. A influência da presença desses elementos é reforçada pelas pesquisas que apresentam novas abordagens sobre a história local, incluindo diferentes pontos de vista sobre a história e corroborando a construção de uma identidade no município. Tal situação ocorre de maneira diferente em Cambé, visto que, como mencionado, pouco se encontra referências aos imigrantes danzigueses nos espaços públicos da cidade.

Além disso, essa dinâmica passa a operar como um efeito social dos processos anteriormente discutidos, produzindo um enfraquecimento do sentimento de identificação coletiva. Na ausência de referências amplamente reconhecidas, determinadas memórias são silenciadas e deixadas “no escuro”, dificultando sua transmissão social e o reconhecimento público de experiências fundacionais diversas. Esse processo contribui para a consolidação de uma identidade local pouco plural,

⁸³ SOARES, Marco Antonio Neves. **Da Alemanha aos Trópicos: identidades judaicas na terra vermelha** (1933-2003). Londrina: Eduel, 2012. p. 121.

⁸⁴ SILVA, Francisco Pereira da. **Hino do Município de Rolândia**. Música de Angelo Antonello. Rolândia, 1957.

marcada pela valorização seletiva de determinadas trajetórias em detrimento de outras.

O apagamento das memórias da maioria dos danziguenses aparenta ter sido conveniente para outros grupos que se estabeleceram em Cambé, visto que a sobreposição que ocorre entre as memórias também se relaciona com as disputas pelo poder que ocorreram nessa localidade. Poder este que seria amparado justamente pela memória, especialmente na exaltação dos “grandes feitos” daqueles que se estabeleceram na região. Segundo Gilmar Arruda:

Entre os signos de poder e de prestígio estão os elementos da história, as narrativas que enaltecem os feitos dos grandes homens do passado, os trabalhos e a luta em torno da memória. [...] Nesse sentido, tornar-se os “senhores da memória”, ou estar mais perto da fundação e dos fundadores, é um recurso importante na constituição de poder e legitimidade.⁸⁵

Ao analisar a ideia de que “estar mais perto da fundação e dos fundadores, é um recurso importante na constituição de poder e legitimidade”, percebe-se que tal dinâmica ocorre de maneira diferente em Cambé. Considerando “a fundação e os fundadores” como a Colônia *Neu Danzig* e os imigrantes da Cidade Livre de Danzig que lá se estabeleceram, nota-se que suas memórias são ofuscadas pela dos “outros fundadores”. Incluem-se nesse grupo de “outros fundadores” famílias de origem nacional e estrangeira que, após estabelecerem-se em Cambé, ascenderam economicamente por meio da agricultura e de outros setores, passando a exercer influência política e social na região.

Em um primeiro momento, ainda na década de 1930, havia uma conexão mais próxima entre a cidade e a memória dos “fundadores” danziguenses, refletida no nome “Nova Dantzig”, atribuído ao vilarejo como homenagem à Colônia⁸⁶. Contudo, a mudança de nome ocorrida no início da década de 1940 alterou significativamente esse vínculo. Tal processo inseriu-se nas políticas nacionalistas do Estado Novo (1937-1945)⁸⁷, intensificadas a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial,

⁸⁵ ARRUDA, op. cit., p. 9.

⁸⁶ GONZALES NETO, José Garcia. **Cambé**: confronto, composição política e relações de poder no município de Cambé de 1947 a 1968. Cambé: Prefeitura do Município de Cambé, 1987. p. 24.

⁸⁷ Nesse contexto, foram promulgados decretos que regulamentavam incisivamente as atividades estrangeiras no país, como o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que vedava atividades políticas a estrangeiros e o Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, voltado à nacionalização do ensino e das associações. No âmbito estadual, a alteração toponímica foi oficializada pelo Decreto-Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943, que determinou, entre outras alterações, a mudança dos nomes de Nova Dantzig para Cambé e de Rolândia para Caviúna.

em 1942, que buscaram reduzir a visibilidade de referências estrangeiras no espaço público. Essas medidas tiveram impacto direto sobre os núcleos urbanos vinculados à CTNP, impondo a substituição de denominações relacionadas aos países do Eixo, como Nova Dantzig e Rolândia. Cabe destacar, porém, que no caso específico de Cambé, a questão da mudança de nome não se esgota nesse enquadramento normativo, aspecto que será analisado de forma aprofundada no terceiro capítulo.

2.2.5 A predominância do memorialismo na história sobre a fundação de Cambé

Em sua obra *“O paraíso entre luzes e sombras: representações de natureza em fontes fotográficas”*, Richard Gonçalves André aponta que “Qualquer imaginário sustenta-se historicamente na identificação de certos grupos sociais em relação ao sistema simbólico que representa, *feedback* sem o qual seria silenciado ou mesmo desapareceria”⁸⁸. No caso de Cambé, a escassez de elementos que remetem à memória dos colonos danzigueses resulta em um processo de silenciamento, que contribui para o desconhecimento da presença e da participação da maior parte desse grupo na formação do município. Em contraste, determinados grupos familiares passaram a ocupar posições de maior visibilidade simbólica, estabelecendo-se como referências da memória local a partir de sua proximidade do ato de fundação e dos fundadores, como destacado por Arruda⁸⁹. Nesse sentido, a família Tkotz destaca-se como um exemplo desse processo, na medida em que sua trajetória foi incorporada à memória pública local como síntese legitimadora da experiência do empreendimento colonial, funcionando como referência positiva em meio a um conjunto mais amplo de trajetórias marcadas por conflitos e dificuldades.

Essa apropriação simbólica manifesta-se no memorialismo, não apenas por meio de obras literárias, mas também em outras formas de expressão, como a nomeação de ruas, praças e escolas, por exemplo. Esse fenômeno, comum em outras cidades da região, constitui-se como uma das primeiras formas de transformar memórias e acontecimentos locais em narrativas históricas. Ao refletir sobre a transição da memória para a história, Pierre Nora afirma que:

⁸⁸ ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O paraíso entre luzes e sombras: representações de natureza em fontes fotográficas**. Londrina: Eduel, 2014. p. 171.

⁸⁹ ARRUDA, op. cit., p. 9.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens.⁹⁰

A discussão proposta por Nora aplica-se ao contexto de Cambé e de outras cidades da região, no sentido de que existe uma movimentação de indivíduos – não ligados ao círculo dos historiadores profissionais – para produzir uma narrativa a respeito dos feitos que estariam se concretizando nos locais, ou seja, estariam exercendo seu “dever de memória”. Desta forma, é possível ressaltar dois tipos de narrativas que se mostram presentes no contexto da região: a primeira, produzida por memorialistas, conta com elementos semelhantes ao discurso ideológico proposto pela CTNP, com um maior enfoque nos personagens e seus “grandes feitos”; a segunda, produzida por historiadores – e sociólogos, como é o caso de Nelson Tomazi e Ethel Kosminsky, por exemplo –, dentro da academia. Essa dualidade evidencia uma disputa pela memória local.

Devido ao baixo volume de pesquisas históricas advindas do ambiente acadêmico sobre Cambé, a tendência é que se mantenha a hegemonia do discurso memorialista. Essa predominância sustenta uma “história oficial” que, por sua vez, limita as perspectivas sobre os processos históricos que moldaram o município, ocasionando a marginalização da memória de determinados grupos, como é o caso da maioria dos imigrantes danzigueses. Esse processo, que gera um silenciamento, posiciona as memórias desse coletivo como coadjuvantes da história local, convertendo-as em “narrativas subterrâneas”, situação que acaba por reforçar o seu esquecimento.

Para compreender a dinâmica desse esquecimento imposto às “narrativas subterrâneas”, é pertinente recorrer ao argumento de Paul Ricoeur, quando afirma que:

[...] por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. [...] Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma

⁹⁰ NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos Lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993. p. 17.

ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva.⁹¹

No caso em questão, esse viés seletivo inclina-se para a narrativa memorialista, visto a ausência de contribuições acadêmicas que proponham problematizações e leituras atualizadas. Eis a importância da pluralidade de perspectivas, que possibilita trazer luz às memórias quase esquecidas, silenciadas pelo discurso dominante. Acerca dessa seletividade que causa o silenciamento de certas memórias, Ricoeur ainda ressalta que:

Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir.⁹²

Nesse sentido, a seletividade da narrativa e a ocupação que o memorialismo possui na narrativa histórica sobre Cambé se caracteriza como um comportamento ativo do esquecimento. Grande parte dos elementos simbólicos produzidos pelo memorialismo são dominados por personagens que estavam inseridos em determinados “grupos de destaque” que se estabeleceram no vilarejo em seus anos iniciais. É possível tomar novamente como exemplo o caso da nomeação das ruas do município, que também pode ser considerado um elemento carregado por esse “esquecimento ativo”.

Observa-se a dominância dos nomes de pessoas que foram consideradas “pioneiras” no município, tendo constituído algum tipo de influência ou certa relevância em Cambé. Esse fator pode ser observado, inclusive, no nome de alguns bairros do município que fazem alusão a elementos presentes nas narrativas constituídas à época, como por exemplo “Eldorado”, “Pioneiros” e “Café”. No entanto, uma situação que chama atenção é a supressão de nomes de ruas que referenciam os colonos vindos da Cidade Livre de Danzig, com exceção da família Tkotz, com a rua Ronald Tkotz, localizada próxima à empresa que foi fundada pela família, nas margens de um trecho da BR-369 que perpassa o município de Cambé. Questões sobre estes elementos serão aprofundados no segundo capítulo.

⁹¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 455.

⁹² RICOEUR, op. cit., p. 455-456.

Tomando como base o argumento de Nora que “A necessidade de memória é uma necessidade da história”⁹³, e considerando o apagamento causado às memórias dos colonos danziguenses, a narrativa excludente baseada na “história dos vencedores” seguirá dominante, não havendo uma história que contemple maior diversidade de figuras que exerceram diferentes papéis no contexto de formação do município de Cambé. Diante desse cenário, apresenta-se mais uma vez a necessidade de novas investigações acadêmicas que explorem o local em questão, carregada da importância de apresentar outras perspectivas acerca dos acontecimentos históricos, sobrepujando a superficialidade histórica do contexto que envolve os imigrantes danziguenses em Cambé, contribuindo, dessa forma, para a formação de uma identidade histórica mais plural ao município.

⁹³ NORA, op. cit., p. 14.

3. A CONSTRUÇÃO MEMORIALISTA DA HISTÓRIA DE CAMBÉ: CARACTERÍSTICAS, PARTICULARIDADES E FORMAS DE DIFUSÃO

Tendo em vista a hipótese de que a ruptura com o discurso ideológico da CTNP ocasionada pela falência da Colônia *Neu Danzig* tenha afetado diretamente a produção e preservação de fontes históricas relacionadas ao contexto, logo, influenciando negativamente na quantidade de investigações acadêmicas sobre o tema, observa-se uma situação em que há a permanência da perspectiva memorialista sobre a narrativa histórica da cidade de Cambé.

Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo examinar as formas de expressão memorialistas presentes na região, buscando identificar suas principais características, particularidades e formas de difusão. Para isso, parte-se da análise da constituição dos mitos de origem – em especial o “mito do pioneiro” –, reforçados pelas próprias produções memorialistas. Além disso, procurou-se discutir como essas narrativas foram apropriadas e transmitidas no espaço público, contribuindo para a formação de uma memória coletiva seletiva e, ao mesmo tempo, evidenciando os silenciamentos que marcaram o processo de construção histórica do município.

3.1 Características do memorialismo e o mito do pioneiro no caso do Norte do Paraná

3.1.1 O mito fundador e a função social da escrita memorialista

A busca pelas origens, no sentido de “começo como causa explicativa de algo”, é recorrente na vida das pessoas, seja em menor escala, a exemplo da história dos próprios familiares, seja em maior escala, a exemplo da cidade, estado ou país que estão inseridos. Marc Bloch, ao escrever sobre o ídolo das origens, argumenta que “Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade, aí mora o perigo”⁹⁴. Essa ânsia pelo “começo que explica” corrobora a criação de uma espécie de “mito fundador”. Considerando-se um contexto regionalizado, esse “mito fundador” pode acabar sendo

⁹⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 56-57.

constituído por um grupo específico de sujeitos. A respeito do “mito”, o Dicionário Prático de Filosofia define que:

[...] a etnologia mostra hoje que os mitos têm importantes funções sociais: asseguram a coesão do grupo ao fornecerem, principalmente sob a forma de uma **narrativa das origens** relatada de maneira ritual, uma justificação à ordem, simultaneamente natural e social, do mundo.⁹⁵

Nesse sentido, a procura pela explicação das origens atende à necessidade de legitimar uma ordem socialmente construída, operando por meio de discursos que buscam naturalizá-la. Ou seja, trata-se de estabelecer o início em determinado ponto para forjar uma linha sequencial de acontecimentos que pareça inerente à realidade. Em meio a isso, tem-se a figura do mito fundador, que reforça e acresce coesão à essas narrativas. Marilena Chauí, ao escrever sobre o mito fundador, aponta que:

[...] a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido.⁹⁶

Dessa forma, pode-se dizer que a existência de um mito fundador que constitui sentido e linearidade a determinados grupos se mantém duradoura a partir das narrativas que abordam os feitos originários. Essas narrativas podem ser manifestadas de diversas maneiras, no entanto, a investigação será aprofundada no que diz respeito à utilização dos elementos memorialistas como ferramenta de construção e manutenção do mito fundador no caso do Norte do Paraná, como se verá mais adiante. Neste primeiro momento, destacam-se as principais características encontradas nas produções memorialistas.

O termo “memorialista”, relacionado à palavra “memória”, é definido pelo dicionário como “aquele que escreve memórias; ou aquele que exalta com exagero as lembranças do passado”.⁹⁷ Consta como características dos autores memorialistas a utilização da tradição oral do local que estão investigando, o uso de sua própria experiência de vida como argumento para sua narrativa, além de se aproveitarem de

⁹⁵ CLÉMENT, Élisabeth et al. **Dicionário Prático de Filosofia**. Lisboa: Terramar, 1999. p. 257. Grifo nosso.

⁹⁶ CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 6.

⁹⁷ MEMORIALISTA. *In*: MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025.

outros tipos de fontes, a exemplo dos documentos escritos, fotografias e jornais em suas obras. No entanto, é necessária uma maior cautela com a forma que essas fontes são utilizadas nesse tipo de produção, conforme nos aponta Viviane Domingues:

Os memorialistas são numerosos e variados escritores que escrevem sobre história, mas cada um o faz da sua maneira, e é essa a primeira característica diferenciadora de um trabalho historiográfico para um memorialístico: as regras teórico-metodológicas previamente estabelecidas no caso da escrita acadêmica não existem na narrativa produzida por memorialistas.⁹⁸

Diferentemente das produções acadêmicas elaboradas por historiadores, que seguem um método de trabalho com as fontes históricas, as produções memorialistas, que também se utilizam da escrita da história, vão se comportar de maneira diferente, apesar de utilizarem, em alguns casos, os mesmos tipos de fontes. Não seria justo fazer uma comparação direta entre os métodos e teorias presentes nas narrativas das produções acadêmicas e memorialistas, visto que estes não se propõem a serem historiadores. Quanto a isso, Maria Lúcia Mendes aponta que:

O memorialista não é um historiador, nem um cronista apenas, trata-se, na verdade, de uma testemunha da História. Seu testemunho restringe-se aos acontecimentos aos quais ele esteve ligado – como ator ou expectador. Para escrever, o autor normalmente recorre a testemunhos de outras pessoas presentes ou mesmo a fontes documentais; contudo é a primeira pessoa que toma a frente na narração, organizando os fatos de acordo com a perspectiva pessoal de um indivíduo em particular.⁹⁹

A escrita memorialista, dessa forma, constrói-se pela seleção de acontecimentos, orientada pela interpretação do autor e pela hierarquização que ele estabelece entre os eventos narrados. Tal procedimento favorece a valorização de determinados episódios e sujeitos históricos, frequentemente alinhados aos interesses políticos de grupos específicos, em geral vinculados às elites locais. Nessa dinâmica, observa-se a ideia do “esquecimento ativo” proposto por Ricoeur¹⁰⁰, apresentado anteriormente, uma vez que a exclusão de certas experiências ocorre por uma escolha narrativa consciente.

⁹⁸ DOMINGUES, Viviane Pedrosa. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. *In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 26. 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 2.

⁹⁹ MENDES, Maria Lúcia Dias. **No limiar da história e da memória. Um estudo de Mês mémoires, de Alexandre Dumas**. 320 f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 37-38.

¹⁰⁰ RICOEUR, op. cit., p. 455-456.

Em sua análise acerca das produções de cunho memorialista dedicadas a famílias consideradas pioneiras estabelecidas na região sul de Mato Grosso – atual Mato Grosso do Sul –, Nataniél Dal Moro observa que tais escritos se organizam a partir de uma construção discursiva do passado norteadada por interesses e valores específicos de determinados grupos sociais. Nesse sentido, o autor afirma que:

A construção no presente do ato de edificar um determinado discurso sobre o passado é uma das tarefas a que se presta a maior parte dos textos memorialistas, para não dizer todos eles. Essa situação, por seu turno, é perfeitamente compreensível. Como textos altamente políticos e comprometidos com valores de certos grupos, os escritos memorialistas servem a determinados propósitos, logo, é aceitável que tendam e se prestem integralmente a defender os valores e a cultura dos sujeitos e dos grupos neles externados.¹⁰¹

A reflexão proposta por Dal Moro permite estabelecer um paralelo com o contexto do Norte do Paraná, sobretudo no que se refere ao estreito vínculo entre memorialismo e as elites locais, à exaltação dos feitos atribuídos aos chamados pioneiros e à recorrência das narrativas assentadas na oposição entre “civilização” e “barbárie”, especialmente diante da presença de povos indígenas em ambos os espaços. Tal aproximação evidencia a recorrência de padrões narrativos e ideológicos na construção memorialista de diferentes experiências de ocupação territorial no Brasil.

Em um plano geral, as produções memorialistas sobre o Norte do Paraná – mais especificamente sobre Londrina e as cidades da região – contribuíram para o engrandecimento do empreendimento da CTNP¹⁰², associando seus desdobramentos ao êxito de famílias específicas. Essas narrativas consolidaram posições de prestígio e autoridade no espaço social e, não raramente, resultaram de encomendas diretas, financiadas por famílias interessadas em fixar sua trajetória como parte central da história local. De acordo com Gilmar Arruda:

Nas pequenas cidades de fronteira erguidas contra a natureza, não existe propriamente um passado a que se remeter. O ato da fundação do urbano é, por excelência, o ato primordial que cria a sociedade local. Esse ato possui,

¹⁰¹ DAL MORO, Nataniél. Os memorialistas e a Edificação de um Passado Glorioso. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 3, n. 6, 2012. p. 4.

¹⁰² Algumas das principais características dessas produções sobre Londrina e região são destacadas por André, sendo elas: “[...] a exaltação da natureza regional, ‘belíssima’ e produtiva em sua ‘terra roxa’; a garantia aos colonos de enriquecimento rápido; o heroísmo em torno do ‘pioneiro’; o ‘progresso’ engendrado pela CTNP contrariamente ao ‘descaso’ estatal entre outros aspectos”. Cf. ANDRÉ, op. cit., p. 73.

nessas cidades, a capacidade de outorgar poder. Ter participado, ter estado presente, ter dado continuidade ao ato de fundação, o surgimento do urbano são alguns dos aspectos na narrativa sobre a história dessas cidades.¹⁰³

Portanto, a inserção privilegiada de determinados grupos sociais na narrativa histórica pode ser compreendida como parte de um processo de legitimação do poder. As famílias que se estabeleceram em uma posição dominante nesse contexto passaram a ocupar o papel de protagonistas da história local. Edson Holtz Leme complementa essa perspectiva ao apontar que:

As publicações, tanto particulares quanto aquelas produzidas pelo poder público municipal, crônicas, livros-documentários e notadamente os álbuns comemorativos, elegeram, para serem os protagonistas dessa história, apenas os representantes dos grupos hegemônicos da sociedade, tornados vultos e nomes tutelares da história local/regional. Os segmentos populares, quando apareciam, ocupavam um espaço discreto de coadjuvantes anônimos, figurantes mudos da grande epopeia pioneira. Essa narrativa de exaltação aos mitos fundadores e, por extensão, de outros atores sociais, no processo histórico da cidade de Londrina, acabou sendo reiterada e consolidado em livros didáticos e no Museu Histórico da cidade.¹⁰⁴

A problemática central dessa prática reside justamente no silenciamento das chamadas “outras memórias”, relegadas a posições secundárias na narrativa histórica do local. Essa questão é reforçada por Richard Gonçalves André, ao apontar que:

Em Londrina e região, a criação de memórias e identidades coletivas por determinados segmentos sociais tem excluído outras memórias, principalmente de populações marginalizadas, como indígenas, posseiros, prostitutas e **colonos, nacionais e estrangeiros, que não alcançaram a riqueza prometida nas propagandas da CTNP**. A memória de tais grupos tem sido silenciada diante das narrativas textuais, musicais e imagéticas em torno do pioneiro vencedor que teria desbravado a floresta bravia e construído a civilização com mãos e pés vermelhos de terra roxa.¹⁰⁵

O argumento de Leme acerca da condição dos segmentos populares como coadjuvantes anônimos na história de Londrina pode ser estendido às demais cidades da região, igualmente marcadas pela presença de elementos memorialistas e do culto ao pioneiro. Ao mesmo tempo, a análise de André indica que parte dos colonos estrangeiros que não encontraram as promessas de riquezas e progresso veiculadas nas propagandas da CTNP teve suas memórias postas em segundo plano. Nesse

¹⁰³ ARRUDA, op. cit., p. 10.

¹⁰⁴ LEME, Edson José Holtz. **O Teatro da memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000**. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013. p. 24.

¹⁰⁵ ANDRÉ, op. cit., p. 74. Grifo nosso.

sentido, é possível estabelecer uma associação com o caso dos colonos danzigueses, em que a falência da Colônia *Neu Danzig* pode ter contribuído para sua inserção no grupo daqueles que “não venceram”, resultando na sobreposição de suas memórias pela de outros agentes – inclusive por parte de seus próprios pares, como no caso da família Tkotz, que será analisado mais adiante.

3.1.2 A exaltação do pioneiro e do progresso em narrativas regionais

Considerando as características do memorialismo discutidas, torna-se necessário observar de que modo tais narrativas se materializaram na região. Para tanto, toma-se inicialmente como referência alguns exemplos de produções memorialistas sobre Londrina e Rolândia, que evidenciam os discursos de exaltação do mito do pioneiro e do progresso. O objetivo é delimitar esse repertório narrativo regional a partir de seus temas recorrentes, estratégias de valorização e silenciamentos, para, em seguida, avançar à análise do caso específico de Cambé, que será desenvolvida de forma mais aprofundada no tópico 2.2.

A produção de narrativas sobre a História, mesmo fora do ambiente acadêmico, foi – e permanece sendo – uma prática comum nas cidades que compõem o Norte do Paraná, conforme observado nos tópicos anteriores. Tal prática não se restringe à região em questão, como demonstram estudos desenvolvidos em outros contextos, a exemplo da análise proposta por Dal Moro¹⁰⁶. Contudo, a forma como se estruturou o empreendimento colonizador britânico no norte do Paraná, aliada ao crescimento acelerado dos núcleos urbanos ali estabelecidos, contribuiu de maneira significativa para o surgimento dessas narrativas, voltadas ao registro dos chamados “grandes feitos” e à consolidação do “mito do pioneiro”.

A ideia de “ser pioneiro” está diretamente relacionada, no caso do Norte do Paraná, ao exercício de poder e influência espaço social local. Sobre a associação entre a figura do pioneiro e a cidade de Londrina, Leme destaca que:

[...] comerciantes, cafeicultores, proprietários de empresas de ônibus, serrarias, dentre outros, também passaram a ser reconhecidos como pioneiros. Para seus descendentes o fato de serem filhos ou netos de pioneiros passou a ser utilizado como status social. Nas campanhas políticas para a prefeitura, mais que nascer em Londrina o fato de carregar um sobrenome de pioneiro transformou-se em importante aliado na idealização da imagem pessoal e avalizador da conduta do postulante ao cargo público,

¹⁰⁶ DAL MORO, op. cit.

como que, pelo fato de carregar a ascendência pioneira no sangue, o colocasse em vantagem frente aos adversários, nascidos ou de ascendência de fora da cidade.¹⁰⁷

A partir dessa perspectiva, a figura do “pioneiro” consolidou-se como agente central da narrativa sobre a fundação da região, estreitamente associada às elites locais e apresentada como símbolo de sucesso frente às adversidades impostas pela “mata fechada”. Essa representação foi reiterada e naturalizada por meio de diferentes elementos memorialistas, que contribuíram para a construção de uma imagem do “pioneiro heroico”, frequentemente articulada às ações promovidas pela CTNP. No caso de Londrina, é possível identificar aqui ao menos dois exemplos de produções escritas que desempenharam papel central na difusão dessa narrativa.

O primeiro exemplo, trata-se da publicação *“Londrina, Estado do Paraná: 25 anos de sua História”*, lançado no ano de 1959. O livro foi escrito por Humberto Puiggari Coutinho – o mesmo sujeito que foi responsável pela fundação do jornal Paraná-Norte – com o objetivo de celebrar o Jubileu de Prata de Londrina. A publicação da obra de Coutinho foi realizada nos anos finais da década de 1950, período em que a cidade de Londrina passou por um crescimento acelerado devido ao êxito da cafeicultura na região. Em sua narrativa, Coutinho busca exaltar a importância de algumas figuras que faziam parte da elite política e econômica da cidade, associando-as ao progresso que Londrina experienciou em seus vinte e cinco anos de existência. Entre essas personalidades, encontra-se Gastão de Mesquita Filho, figura a qual o autor dedica a obra em seu prefácio. Posteriormente, ainda é possível encontrar um capítulo que apresenta a biografia e os feitos considerados como relevantes de Mesquita Filho em Londrina e região¹⁰⁸.

O segundo exemplo é o livro *“Londrina monumental: milagre do gênio britânico e do caboclo vencendo as forças brutas da natureza”*, publicado por Brasilino Carvalho no ano de 1978. A começar pelo título da obra, é possível analisá-lo a partir de três elementos presentes: o uso do termo “monumental”, que busca transmitir a ideia de grandiosidade associada à cidade de Londrina; a expressão “milagre do gênio britânico e do caboclo”, que exalta a figura do britânico – sobretudo a de Arthur Thomas – como responsável pela fundação e progresso de Londrina, além de utilizar

¹⁰⁷ LEME, op. cit., p. 91.

¹⁰⁸ COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, Estado do Paraná: 25 anos de sua História**. Londrina: Universal, 1959.

o termo “caboclo” – possivelmente para representar os trabalhadores braçais – quase como um adicional secundário à “grandeza e genialidade” da figura do britânico proposta pelo autor; e por fim, “vencendo as forças brutas da natureza”, que apresenta a natureza como algo a ser superado, devendo dar espaço ao progresso e à civilização. Além disso, uma espécie de dedicatória nas primeiras páginas da obra reforça todo o discurso presente no título: “Cidade moderna, monumental, fundada pelo gênio britânico de Artur Thomas, como atestado do trabalho do homem vencendo as forças brutas da natureza”.¹⁰⁹

Em ambos os exemplos pode-se observar a presença de elementos característicos de produções memorialistas que se enraizaram como a narrativa oficial da cidade, sendo eles a exaltação dos fundadores/pioneiros e a busca pelo progresso na região, representada sobretudo pelo enfrentamento da natureza e as modernizações que foram se espalhando pela cidade após a ascensão da cafeicultura no pós-guerra. Além disso, outro fator que desperta curiosidade acerca da narrativa memorialista, representada, nesse caso, por essas duas obras mencionadas, está relacionado ao contexto em que foram publicadas. A primeira, publicada em 1959, reflete o contexto em que a cafeicultura atravessava seu auge na região, como apontado por Tomazi:

Coincidentemente, com a euforia pelo crescimento/desenvolvimento em nível mundial e nacional, este é o período que a (re)ocupação se efetivará e todo o território norte-paranaense se integrará definitivamente à produção na ótica do capital. É neste período, também, que o discurso “Norte do Paraná” se estruturará integralmente onde se pode encontrar as mais lídimas narrativas sobre o “progresso” e a “riqueza” existente na região. Os preços altos no mercado internacional e os incentivos para novos plantios de cafezais que, no Paraná, já haviam começado em meados da década de 1940, criaram, nos anos seguintes, e, principalmente, no final da década de 50 e início da 60, as grandes safras de café que nos anos de 1959/60 a 1962/3, produziram um total de aproximadamente 70 milhões de sacas de 60 kg e colocaram o estado como o maior produtor de café do Brasil.¹¹⁰

Por outro lado, a segunda publicação foi realizada em 1978, alguns anos após o episódio que ficou conhecido como a Geada Negra¹¹¹, sendo um contexto que ficou

¹⁰⁹ CARVALHO, Brasilino de. **Londrina Monumental: milagre do gênio britânico e do caboclo vencendo as forças brutas da natureza**. São Paulo: BIPA Editora, 1978.

¹¹⁰ TOMAZI, op. cit., p. 234.

¹¹¹ Apesar de as geadas serem eventos climáticos comuns na região, o episódio ocorrido em 1975 ficou marcado como responsável pelo fim da cafeicultura. Essa narrativa que culpabiliza o evento climático como figura central na alteração dos rumos da agricultura no Paraná, sobretudo na região norte do estado, foi reforçada e disseminada pela mídia local, a exemplo do Jornal Folha de Londrina. Cf. OLIVEIRA, Caroline da Silva. **A “Geada Negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar**

marcado pela brusca decadência da cafeicultura na região e as mudanças econômicas e sociais que tal acontecimento acarretou. Todavia, tanto no contexto de abundância econômica, quanto no momento de crise, o discurso apresentado pelos autores memorialistas se manteve o mesmo, engrandecendo os atos dos ditos pioneiros, destacando o empreendimento da CTNP e fazendo referência ao ideal de progresso.

É cabível destacar mais dois exemplos – estes, relacionados à cidade de Rolândia – que possuem características semelhantes e se incluem como elementos memorialistas na região. O primeiro caso, trata-se do livro *“Rolândia, terra de pioneiros”*, publicado por Orion Villanueva em 1974. Em linhas gerais, a obra de Villanueva apresenta uma narrativa que descreve algumas características e acontecimentos históricos da cidade de Rolândia, desde a chegada dos primeiros colonos em 1932. A evocação da expressão “terra de pioneiros” no título do livro é, por si só, um elemento que vale ser ressaltado e associa-se ao discurso de engrandecimento dessa “classe”. Um outro elemento presente na obra e que pode ser destacado como memorialista é a exaltação exacerbada da figura de Oswald Nixdorf como “único fundador” de Rolândia, afirmação essa que exclui completamente a participação de outros sujeitos como Erich Koch-Weser e Johannes Schauff da construção do contexto histórico da cidade. Exemplo disso pode ser observado quando Villanueva aponta que os “outros que se julgam fundadores”¹¹² – e aqui considera-se que seja uma menção à Koch-Weser e Schauff – seriam apenas intermediários, tendo eles se deslocado para Rolândia quando ela se encontrava “[...] já iniciada e em franco desenvolvimento”¹¹³. O autor ainda escreve:

Se em quase 40 anos existiam tantas dúvidas porque ainda não se tinha tido o interesse em grafar para o futuro a **história real**, agora aqui fica para as gerações futuras a elucidação do fato em si, em que o protagonista é um **homem de real valor**, bastante humilde quando se fala na **obra grandiosa** que desempenhou, – esse homem é Nixdorf.¹¹⁴

Percebe-se que os termos utilizados retratam as características que identificam elementos memorialistas presentes na publicação: “história real”, dando a entender

de memória. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

¹¹² VILLANUEVA, Orion. **Rolândia, Terra de Pioneiros**. Londrina: Gráfica Ipê, 1974. p. 60.

¹¹³ *Ibid.*, p. 60.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 61. Grifo nosso.

que o ponto de vista do autor é único, verdadeiro; “homem de real valor”, na visão do autor, somente Nixdorf seria digno de ser considerado fundador de Rolândia, perspectiva que é excludente e silenciadora; e “obra grandiosa”, termo que mais uma vez aparece como característica nesse tipo de obra, com o objetivo de engrandecer o projeto colonizador e associá-lo à figura de somente um grupo, ou nesse caso, um sujeito.

O segundo caso de obra memorialista inserido no contexto de Rolândia diz respeito ao livro de memórias escrito por Oswald Nixdorf. Intitulado “*Um pioneiro na selva brasileira: a história de aventuras da colônia alemã de Rolândia*”, a obra foi publicada no ano de 2016 pela Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL), sendo assim uma obra póstuma. Os elementos presentes no título do livro de Nixdorf apontam para características memorialistas, como por exemplo o uso dos termos “pioneiro” e “selva brasileira”, semelhantes aos que foram utilizados em outras publicações já mencionadas, e que reforçam o mesmo discurso. O livro é composto pela trajetória de Nixdorf no Norte do Paraná, desde sua chegada na região nos anos iniciais da década de 1930 até meados da década de 1970, contada através de suas memórias. O autor do prefácio – Klaus Nixdorf, filho de Oswald – fez questão de destacar que as ações de Oswald Nixdorf deveriam ser mais valorizadas pela população de Rolândia e região, ao apontar que:

Oswald escolheu a área de implantação da cidade, trabalhou incansavelmente para que se construíssem hospitais, igrejas, escolas, foi preso injustamente, ajudou incessantemente e gratuitamente a todos que o procuravam e jamais foi retribuído com o título de fundador a que fez jus em Rolândia e região [...]. Esperamos que Rolândia e região valorizem a história do grande fundador Oswald Nixdorf. Esperamos que a honra que lhe é devida, mesmo que postumamente, seja-lhe concedida.¹¹⁵

Pode-se observar a utilização do termo “grande fundador” e o destaque solicitado por Klaus em relação aos feitos de seu pai como sendo algumas das características memorialistas presentes na obra. Além de ser uma forma de engrandecer a figura de Oswald, tal perspectiva destacada por seu filho reforça o discurso do pioneiro.

Cabem ser ressaltados outros dois elementos que envolvem a publicação da obra. Primeiro, a respeito da data de publicação, no ano de 2016. Oswald Nixdorf

¹¹⁵ NIXDORF, Oswald. **Um pioneiro na selva brasileira**: a história de aventuras da colônia alemã de Rolândia. Londrina: EDUEL, 2016. p. 11.

faleceu no ano de 1982, ou seja, aproximadamente 34 anos antes do lançamento de seu livro. A decisão de publicar seu livro postumamente, possivelmente tomada pela família de Nixdorf, pode estar relacionada com a tentativa de manutenção do discurso do pioneiro, de conservar a imagem de fundador, visto que tal narrativa é uma forma de constituição de poder. O segundo elemento diz respeito ao fato de a publicação ter sido realizada pela EDUEL, uma editora universitária, o que confere à obra uma chancela institucional associada ao meio acadêmico. Tal circunstância atribui maior peso legitimador à narrativa memorialista ali apresentada, uma vez que é vinculada à produção universitária do conhecimento histórico. Essa interação revela-se particularmente significativa em um contexto mais recente, no qual esse tipo de produção é objeto de análises críticas no âmbito acadêmico.

3.2 As expressões do memorialismo em Cambé: suas particularidades e inscrições no espaço urbano

3.2.1 Uma tipologia da produção memorialista no caso de Cambé

Após a análise de alguns dos exemplares da literatura memorialista que podem ser encontrados em Londrina e Rolândia, visando destacar e compreender suas principais características, volta-se agora o foco para o caso da cidade de Cambé. A partir de um levantamento de obras que versam sobre a história do município, foi possível constatar que, apesar da existência de escritos cujas características se assemelham às mencionadas anteriormente, o conjunto de produções memorialistas sobre a história de Cambé possui algumas particularidades que devem ser destrinchadas. Para melhor compreensão dessas particularidades, dividiram-se as obras sobre a história de Cambé em duas categorias analíticas. A primeira é a *Categoria 1: obras memorialistas cujos autores não são associados à História (outras profissões)*. A segunda é a *Categoria 2: obras com características memorialistas cujos autores estão associados à História ou a instituições de preservação histórica*.

Apresentado esse escopo, passa-se à análise detalhada da Categoria 1. As obras inclusas nesta primeira classificação, além de possuírem as características intrínsecas que as definem como sendo de cunho memorialista, foram produzidas por pessoas que não estão associadas ao ofício da História, mas que mesmo assim, utilizam-se de aspectos do passado local para produzirem sua narrativa. Como

exemplos de publicações dessa categoria, pode-se destacar: “*Als Einwanderer in Brasilien: Erfolg oder Untergang*” (1952), publicado por Albert Koch; “*Três Gerações da Família Doré*” (1980), de Luiz Doré; “*O sonho de Salomão*” (2004), de Domingos Pellegrini; “*Raízes: a família Raminelli de Oliveira*” (2020), de Marli Vannuchi e Regina Manfrin; “*Viagem a Nova Dantzig: do sertão do Guairá a Londrina, quatro séculos de história*” (2020), de José Julio de Azevedo; e “*Fazenda Restinga: o início de tudo*” (2021), de Moacyr Rocha.

Considerando o interesse central da presente pesquisa como sendo os acontecimentos históricos relacionados à Colônia *Neu Danzig*, observa-se que, dentre os exemplos de produções memorialistas inseridos nessa primeira categoria, são as obras de Koch¹¹⁶ e Azevedo¹¹⁷ que fazem menção – cada qual à sua maneira – ao assentamento dos danziguenses. Não se objetiva analisar detalhadamente o conteúdo de cada obra, no entanto, importa apresentá-las de maneira sintetizada, especialmente as duas últimas mencionadas, para que dessa forma, compreendam-se os motivos de estarem inseridas nessa primeira categoria. Além disso, por este caminho, será possível levantar e refletir algumas hipóteses acerca das particularidades das produções memorialistas sobre a história de Cambé.

Em “*Als Einwanderer in Brasilien: Erfolg oder Untergang*”, Koch apresenta uma narrativa baseada nas experiências que teve ao se direcionar para o Brasil, no início de 1924. O autor descreve os acontecimentos desde o traslado de navio para a América do Sul, a aquisição de uma porção de terras na região de Santos/SP e, na sequência, o contato com a propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná – possivelmente entre 1930 e 1931 –, que o fez transferir-se para a região do empreendimento, adquirir lotes e iniciar no ramo dos armazéns de secos e molhados. Em determinado trecho do livro, Koch ainda aborda a Colônia *Neu Danzig* e os obstáculos que enfrentou, direcionando o assentamento à falência. É importante destacar que o autor não cita os nomes dos envolvidos no contexto, além de não suprimir o fracasso da Colônia.

No prefácio de seu livro, Koch escreve: “Não sou um historiador por vocação, e se o provérbio ‘a experiência não pode ser transmitida’ for verdadeiro, então minha

¹¹⁶ KOCH, Albert. **Als Einwanderer in Brasilien: Erfolg oder Untergang**. Olsberg: Josefs-Druckerei Bigge-Ruhr, 1952.

¹¹⁷ AZEVEDO, José Julio de. **Viagem à Nova Dantzig: do sertão do Guairá aos primórdios de Londrina, quatro séculos de história**. São Matheus do Sul: Manoel Menezes, 2020.

intenção é inútil desde o início”¹¹⁸. É perceptível a característica de texto biográfico adotada pelo autor em sua narrativa, visto que ao longo de todo o livro, apresenta suas experiências e percepções pessoais sobre o contexto abordado. A afirmação do autor presente no prefácio reforça tal característica, o que justifica a inserção da obra na primeira categoria mencionada.

O livro “*Viagem a Nova Dantzig: do sertão do Guairá a Londrina, quatro séculos de história*”, apesar de também compor parte da categoria 1, possui características diferentes do exemplo anterior. Em suma, Azevedo aborda desde assuntos relacionados ao contexto histórico do estabelecimento da CTNP no norte do Paraná até a presença indígena na mesma região por volta do século XVI, conforme o próprio subtítulo da obra indica. Ao escrever sobre a Colônia *Neu Danzig*, Azevedo possui como referências o trabalho de Albert Koch e algumas entrevistas que foram realizadas com imigrantes danziguenses que experienciaram o contexto. O autor menciona a falência do núcleo colonial, embora de forma pouco detalhada, inclusive com apontamentos semelhantes ao de Koch, possivelmente por tê-lo como referência no momento da pesquisa e escrita.

Em sua obra, Azevedo utiliza de elementos históricos encontrados em fontes documentais com outros elementos fictícios, a exemplo do “personagem principal” adotado por ele para construir sua narrativa, prática esta que é confirmada no posfácio:

Este é um trabalho onde o autor enxerta textos e personagens de ficção a relatos de testemunhas e de fatos históricos, referenciados. Foram mantidos nomes reais da grande maioria dos entrevistados, quando se tratou de fatos históricos resgatados em função de depoimentos, importantes para a compreensão da História regional.¹¹⁹

Na introdução do livro o autor caracteriza seu trabalho como sendo um romance épico, além de afirmar que: “Esta obra é uma modesta contribuição – não de um acadêmico especialista, mas de um jornalista e pesquisador sinceramente comprometido com a verdade”¹²⁰. O estilo de narrativa adotado por Azevedo para escrever seu texto – misturando uma linguagem literária com apontamentos

¹¹⁸ „Ich bin kein berufener Geschichtsschreiber, und wenn das Sprichwort ‚Erfahrung kann man nicht weitergeben‘ zutrifft, dann ist mein Wollen schon von vornherein nutzlos.“ Tradução nossa. In: KOCH, op. cit., p. 5.

¹¹⁹ AZEVEDO, op. cit., p. 456.

¹²⁰ Ibid., p. 11.

embasados em fontes históricas – e a subjetividade presente ao longo da temática abordada, ambas somadas ao seu distanciamento pessoal da História como profissão, são elementos que justificam a inserção da obra em questão na primeira categoria.

Em ambos os exemplos analisados, é possível identificar traços recorrentes da escrita memorialista. Para compreender as variações internas do memorialismo, Luciano Pereira da Silva propõe uma tipologia que distingue diferentes formas de atuação dos autores memorialistas, contribuindo para uma leitura mais precisa dos usos da memória nesses tipos de produção. Ele aponta que:

Um que investe na consulta de fontes documentais, às vezes de maneira exaustiva, e outro que produz textos quase autobiográficos. O primeiro tipo aproxima-se mais do historiador, mas, levando-se em conta a subjetividade de seu trabalho, contribui mais no sentido da identificação e preservação de fontes históricas, do que com análises da sociedade propriamente dita. Já o segundo tipo aproxima-se mais do romancista, compondo seu texto a partir da experiência de vida, da fala de familiares, amigos e conhecidos e do conhecimento popular de sua região. Há também memorialistas que adotam essas duas características em obras separadas ou em uma mesma obra.¹²¹

Levando em consideração os casos supracitados, Albert Koch enquadra-se no segundo tipo, aproximando-se de um romancista que utiliza sua própria experiência de vida para produção de sua narrativa, praticamente um texto autobiográfico, como visto. Por outro lado, José Julio de Azevedo apresenta características de ambos os tipos, visto que se aproxima do historiador a partir da utilização de vasta fonte documental, mas também do romancista, ao construir seu texto misturando elementos ficcionais com a documentação histórica. Além disso fica claro, neste último caso, o apontamento de Silva: “[...] a subjetividade do seu trabalho, contribui mais no sentido da identificação e preservação de fontes históricas, do que com análises da sociedade propriamente dita”¹²², visto que a subjetividade é uma característica intrínseca da narrativa proposta por Azevedo.

Por outro lado, as demais obras classificadas na categoria em que os autores não são associados ao ofício da História, possuem uma perspectiva diferente acerca

¹²¹ SILVA, Luciano Pereira da. **Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado** (Montes Claros, 1889-1926). 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. p. 31.

¹²² Ibid, p. 31.

da história de Cambé. Produções como as de Doré¹²³, Pellegrini¹²⁴, Vannuchi e Manfrin¹²⁵ e Rocha¹²⁶, por exemplo, possuem uma narrativa centralizada na história e trajetória de determinadas famílias, cuja experiência dialoga pontualmente com a história do município. Ou seja, nesses casos, Cambé aparece apenas de forma indireta, como pano de fundo para a valorização das memórias familiares registradas nessas obras.

Neste sentido, é possível perceber em Cambé uma diferença no escopo central das produções memorialistas. Tomando-se os casos já mencionados de produções memorialistas presentes em Londrina e Rolândia como elementos de comparação, obras como “*Londrina, Estado do Paraná: 25 anos de sua História*” (1959) e “*Rolândia, terra de pioneiros*” (1974), apresentam uma narrativa centralizada na formação e exaltação da cidade, além de apresentar as figuras tidas como fundamentais para sua formação histórica. Em contrapartida, no caso de Cambé o conjunto de produções memorialistas é composto por obras que abordam indiretamente a história da cidade, não tendo sido possível encontrar uma publicação que abordasse os aspectos históricos do município na estrutura semelhante aos casos comumente encontrados nos municípios vizinhos.

Além disso, um outro detalhe que pode ser observado a partir do levantamento das obras inseridas na primeira categoria está relacionado às lacunas temporais entre as publicações. Nota-se que há um grande intervalo entre os lançamentos, visto que o primeiro se deu em 1952, o segundo em 1980 e os outros quatro mais recentemente, sendo um deles em 2004, dois em 2020 e um no ano de 2021. Dessa forma, o que se percebe é uma atividade recente de autores memorialistas, indicando que, possivelmente, há uma busca, sobretudo por aqueles que escreveram a história das famílias, pela reafirmação da importância dessas determinadas famílias e sua participação ativa no local em que estiveram inseridos – eventualmente, na cidade de Cambé.

Conforme estruturado anteriormente, cabe agora tratar da *Categoria 2: obras com características memorialistas cujos autores estão associados à História ou a*

¹²³ DORÉ, Luiz. **Três gerações da família Doré**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1980.

¹²⁴ PELLEGRINI, Domingos. **O sonho de Salomão**: história da família Haully/El Haoli. Londrina: [s.n.], 2004.

¹²⁵ VANNUCHI, Marli Terezinha Oliveira; MANFRIN, Regina Tereza de Oliveira. **Raízes**: a família Raminelli de Oliveira. Londrina: Midiograf, 2020.

¹²⁶ ROCHA, Moacyr. **Fazenda restinga**: o início de tudo. Santos: Editora Comunnicar, 2021.

instituições de preservação histórica. Diferentemente da primeira categoria, nesse caso os autores possuem formação acadêmica e vínculos institucionais com o campo da História; contudo, suas obras mobilizam procedimentos narrativos e interpretativos comumente associados ao memorialismo, como se observará adiante.

Segundo Euclides Antunes de Medeiros e Olivia Macedo Miranda Cormineiro, existe uma certa proximidade entre o trabalho do historiador e o do memorialista, especialmente no que diz respeito ao controle da subjetividade:

A fronteira entre o historiador e o memorialista é muito tênue sendo que muitos trabalhos de memorialistas utilizam significativo apoio documental o que os aproxima ainda mais do ofício do historiador. A distinção mais significativa refere-se ao **controle da subjetividade**, mais rigoroso no historiador que no memorialista. É essa distinção, aliás, que torna o trabalho do memorialista uma fonte riquíssima para a reconstrução realizada pelo historiador de ofício: sem um controle mais rigoroso de sua própria subjetividade o memorialista impregna sua obra com representações acerca das relações sociais experimentadas em seu tempo, geralmente carregadas de posicionamentos ideológicos que aparecem para o historiador como expressão do **intricado jogo de relações e interesses** de uma época.¹²⁷

Essa linha tênue pode ser observada, por exemplo, na obra de Azevedo mencionada anteriormente. Embora o autor se apoie em um vasto conjunto documental para o desenvolvimento de sua narrativa, percebe-se a presença de uma subjetividade, inclusive no próprio subtítulo – “*do sertão do Guairá a Londrina, quatro séculos de história*” – que indica um recorte espacial e temporal excessivamente amplo e subjetivo, indicando escolhas interpretativas mais próximas da lógica memorialista.

Acerca das obras inseridas nessa segunda categoria, é perceptível que há uma certa subjetividade inerente, apesar de os livros terem sido produzidos por historiadores. No entanto, compreende-se essa subjetividade como parte do próprio objetivo do material que foi produzido, embora suas finalidades não estejam isentas de problematizações. Somado a isso, observa-se também um conjunto de relações e interesses nessas publicações, como será possível visualizar. Compõem parte dessa categoria os livros que foram publicados na coleção intitulada “*Cadernos de Memória*”, sendo eles: “*Família Haully*” (1985), “*Família Wladeck*” (1986), “*Padre Symphoriano*

¹²⁷ MEDEIROS, Euclides Antunes de.; CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. História, Memória e Literatura: o uso das fontes na reconstrução dos processos históricos vividos pelos sertanejos do Norte nos séculos XIX e XX. In: DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia**: aprender com a história? Ouro Preto: EDUFOP, 2009. p. 7. Grifo nosso.

Kopf (1986) e *Família Tkotz* (2003). Além desses, tem-se também outros exemplos, sem associação à coleção mencionada: *Cambé: repensando sua história* (1992), *Brava Gente Italiana: caderno fotográfico de famílias italianas que chegaram a Cambé na década de 30* (2003) e *Cambé nas lentes de Arthur Eidam* (2009).

Todas essas obras foram produzidas e publicadas no âmbito do Museu Histórico de Cambé, instituição fundada oficialmente em 30 de outubro de 1985 com o objetivo de reunir, preservar e divulgar materiais relacionados ao passado da cidade. Em entrevista concedida à Bruna Garcia Catarino, o ex-diretor e fundador do MHC, César Cortez, relata as dificuldades enfrentadas para localizar publicações sobre a história de Cambé:

Eu fiquei com medo de fazer essa pesquisa e fazer texto sobre a história de Cambé. Aí eu comecei a fazer pesquisa, procurar publicações de livros né, mas não encontrei nada. Não tinha nada. Era tudo muito difícil. Encontrei pouquíssimas, pouquíssimas coisas publicadas né. E aí eu parti para fazer... gravar depoimentos com pioneiros de pessoas que..., que eram testemunhas da história, que participaram da história. Não daqueles que ouviram falar que foi assim. Eram pessoas que fizeram a história, participaram né. Testemunha ocular da história, como se diz né.¹²⁸

A partir do relato de Cortez, evidencia-se a busca pela construção de uma identidade histórica para a cidade de Cambé, ancorada em elementos considerados representativos do seu passado. Nesse primeiro momento, o foco recaiu sobre os chamados “pioneiros”¹²⁹ – o mesmo modelo narrativo observado em produções memorialistas relativas a cidades como Londrina e Rolândia. Desse modo, tanto o depoimento de Cortez quanto as publicações elencadas permitem observar uma aproximação entre a história de determinadas famílias e o esforço de constituição de uma narrativa sobre o passado local.

Um aspecto particularmente relevante nesse ponto diz respeito aos critérios adotados para a seleção das famílias retratadas nas obras mencionadas. O livro publicado em 1985 sobre a família Haully, por exemplo, apresenta um dado significativo quanto ao seu contexto de produção. O prefeito eleito de Cambé para o período de 1983 a 1988, ou seja, momento que coincide tanto com a fundação do MHC quanto com a publicação do primeiro volume da série *Cadernos de Memória*, foi Luiz Carlos Jorge Haully, integrante da família homenageada no livro. Tal situação

¹²⁸ CORTEZ, César *apud* CATARINO, op. cit. p. 28-29.

¹²⁹ CATARINO, op. cit. p. 29.

sugere a existência de interesses específicos associados à publicação, permitindo estabelecer uma aproximação com a perspectiva apresentada por Arruda, já discutida em outros momentos nesta pesquisa, segundo a qual ele afirma que “[...] tornar-se os ‘senhores da memória’, ou estar mais perto da fundação e dos fundadores, é um recurso importante na constituição de poder e legitimidade”¹³⁰.

As publicações realizadas em 1986, uma sobre a família Wladeck e outra sobre o padre Symphoriano Kopf, exemplificam a continuidade do trabalho de exaltação do pioneiro promovido pelo MHC. Após esses lançamentos, a coleção “*Cadernos de Memória*” parece ter entrado em hiato até o ano de 2003, quando foi publicado o volume dedicado à família Tkotz. Estruturada nos mesmos moldes dos primeiros exemplares, esta obra chama atenção pelo fato de que somente cerca de duas décadas após a fundação do MHC – e, conseqüentemente, da própria coleção –, passou-se a abordar os imigrantes danziguenses que se estabeleceram na região em 1932.

Ainda que possua relevância para a história e memória local, o livro sobre a família Tkotz insere-se, assim como os demais exemplares da coleção, em um processo marcado pela seleção dos sujeitos que seriam homenageados por meio do MHC. Quando um grupo específico é destacado como representante público da memória da cidade, outros sujeitos que compartilharam o mesmo contexto histórico – inclusive integrantes do mesmo grupo de origem, mas que vivenciaram trajetórias menos favoráveis – acabam sendo ofuscados¹³¹. No caso do volume dedicado à família Tkotz, observa-se a tendência de associar sua escolha ao fato de eles se adequarem ao discurso do pioneiro, uma vez que representou a exceção entre os imigrantes da Colônia *Neu Danzig*, tendo alcançado o progresso prometido pela CTNP. Sob essa perspectiva, projeta-se a imagem de um passado “bem representado”, construída de forma idealizada, mas sustentada por uma seleção excludente.

Sobre os outros livros inseridos nessa segunda categoria, “*Brava Gente Italiana: caderno fotográfico de famílias italianas que chegaram a Cambé na década de 30*” (2003) e “*Cambé nas lentes de Arthur Eidam*” (2009) são exemplares que buscaram explorar, como ponto central, as fotografias do contexto inicial do município.

¹³⁰ ARRUDA, op. cit., p. 9.

¹³¹ Nesse sentido, cabe mais uma vez apontar para o “esquecimento ativo” proposto por Ricoeur, cuja reflexão foi realizada anteriormente. Cf. RICOEUR, op. cit., p. 455-456.

O primeiro, dispõe fotografias de famílias italianas que se deslocaram para a região de Cambé na década de 1930, junto de um resumo que indica brevemente a trajetória dessas famílias até chegar à cidade. O segundo, dedica-se a apresentar o trabalho de Arthur Eidam, considerado o primeiro fotógrafo de Cambé, tendo sido responsável por realizar registros fotográficos de diversos espaços do município entre as décadas de 1940 e 1960.

Por fim, outro exemplar que também está contido nessa segunda categoria é o livro “*Cambé: repensando sua história*”, publicado no ano de 1992. O caso dessa publicação difere dos outros, visto que tanto em sua apresentação quanto na introdução é explicitado que, além de ser planejado para o público geral, foi também produzido para ser direcionado aos professores que lecionam sobre a história de Cambé. Na apresentação do livro, José Garcia Gonzales Neto escreve: “Estamos apresentando ao público cambeense em geral e aos professores em especial, o volume básico de fatos relativos à história de Cambé”¹³². Mais adiante, na introdução, o então diretor do MHC, César Cortez, aponta que:

A publicação ‘Cambé: repensando sua História’ faz parte de um conjunto de iniciativas do Museu Histórico de Cambé em resgatar a memória de nosso município, permitindo que os cambesenses possam conhecer um pouco do seu passado, para assim reconhecer-se no presente. Nesse sentido, o museu oferece aos professores material de pesquisa para ser utilizado na rede pública e particular de ensino de 1º grau.¹³³

Percebe-se que o principal objetivo do material publicado foi embasar as aulas sobre a história de Cambé no ensino básico. Apesar de ser um material ainda utilizado como referência para muitas pessoas que buscam contato com a história de Cambé, o livro acabou se tornando desatualizado ao longo do tempo, muito por conta de suas características que privilegiam um formato descritivo sobre elementos relacionados ao município, dados estes que foram coletados na época em que foi produzido.

Considerando o conjunto das publicações aqui analisadas, percebe-se que a subjetividade presente nas narrativas, bem como as características próprias da escrita memorialista nelas identificadas, estão diretamente relacionadas ao objetivo central dessas obras: a difusão da história de Cambé para um público geral, não especializado. Nesse sentido, o estilo narrativo adotado e a forma de apresentação

¹³² GONZALES NETO, José Garcia. Apresentação. In: PREFEITURA DE CAMBÉ. **Cambé: repensando sua história**. Cambé: Imagem Gráfica e Editora, 1992. p. 3.

¹³³ CORTEZ, César. Introdução. In: PREFEITURA DE CAMBÉ. **Cambé: repensando** [...] op. cit., p. 5.

dos conteúdos, apesar de subjetivos, tornam o material mais acessível para esse tipo de público. Essa receptividade é potencializada pela credibilidade institucional atribuída ao Museu Histórico de Cambé, espaço associado à História e composto por profissionais da área, o que confere legitimidade às publicações por ele promovidas. Tal legitimação, entretanto, não elimina a necessidade de problematizar questões recorrentes nessas obras, como a presença de interesses particulares e a ênfase em uma narrativa centrada na “história dos vencedores”. Ainda assim, o capital simbólico acumulado pela instituição contribui para que essas publicações sejam cristalizadas como referências do discurso dominante sobre o município.

Estabelecidas as categorias que permitem identificar especificidades das produções memorialistas sobre a história de Cambé, torna-se oportuno refletir sobre como essas narrativas e as particularidades do campo memorialista local influenciaram a limitada produção acadêmica dedicada à história do município. Tal reflexão dialoga diretamente com os pontos discutidos no capítulo anterior, especialmente no que se refere às hipóteses explicativas para a escassez de pesquisas históricas, com destaque para os estudos sobre a Colônia *Neu Danzig*, objeto central desta investigação.

Uma particularidade perceptível na produção memorialista de Cambé diz respeito à predominância de obras que, em ambas as categorias, discorrem sobre trajetórias familiares e personalidades dos anos iniciais. As exceções residem em dois exemplos. A primeira, “*Cambé: repensando sua história*”, embora mantenha o foco local, adota um tom descritivo, nos moldes de um manual de informações estatísticas ou históricas, característica que lhe confere certa impessoalidade. A segunda exceção é “*Viagem a Nova Dantzig: do sertão do Guairá a Londrina, quatro séculos de história*”, que, apesar de não se restringir às famílias, propõe uma abordagem distinta, descrita pelo próprio autor como um “romance épico”.

Esse cenário de dominância das produções sobre a história das famílias estabelecidas em Cambé mostrou-se um fator que dificulta o contato com elementos históricos sobre o município como um todo. Tal situação pôde ser observada a partir do levantamento bibliográfico inicial realizado para esta pesquisa, por exemplo. Isso não significa, importa destacar, que essas produções que versam sobre a história das famílias são descartáveis e devem ser excluídas do horizonte de um pesquisador que irá desenvolver suas análises tomando a história de Cambé como objeto. Inclusive, a depender do caminho que o pesquisador pretende percorrer, é de grande importância

esmiuçar as características das narrativas dessas obras. No entanto, o ponto que deve ser levado em consideração nas obras sobre a história das famílias é que o foco da narrativa se mantém na própria trajetória familiar, essa é a proposta principal da produção.

Diante disso, pode-se levantar a hipótese de que o baixo número de produções acadêmicas sobre a história de Cambé esteja relacionado ao quadro hegemônico das obras existentes, voltadas principalmente para a trajetória de famílias e personalidades específicas. Soma-se a isso o fato de que o número de produções memorialistas que abordam a história do município como um todo é limitado. Considerando que esses materiais constituem, em muitos casos, a única bibliografia disponível para pesquisas sobre a história local, sua escassez acaba por dificultar a elaboração de estudos mais amplos e, por vezes, desestimular o interesse no tema, pela aparente inviabilidade de seu desenvolvimento.

Tal situação é intensificada quando se passa a considerar um recorte mais específico sobre a história do município, como o caso da Colônia *Neu Danzig*. Neste sentido, é possível observar que a história da Colônia foi pouco explorada nos escritos memorialistas, e que quando explorada, fez-se de maneira superficial e subjetiva, ou privilegiando aqueles que foram considerados “agentes do progresso”. Portanto, o que foi possível observar a partir dessa análise sobre a literatura memorialista em Cambé, é que a ênfase nas narrativas familiares, além de ocasionar uma dificuldade produtiva no espaço acadêmico, também moldou uma memória oficial específica sobre o passado da cidade. Essa perspectiva poderá também ser observada nas outras formas de expressão do memorialismo, que serão abordadas a seguir.

3.2.2 Outras formas de expressão do memorialismo em Cambé

Além das narrativas impressas, o discurso memorialista encontra outras formas de expressão e legitimação em Cambé, materializando-se também na apropriação simbólica do espaço urbano. Aspectos como a denominação de ruas, instituições de ensino e bairros funcionam, assim, como vetores de consagração, perpetuando no cotidiano a lembrança de figuras e elementos associados aos anos iniciais do município e da região, sob a ótica dos grupos hegemônicos.

Primeiramente, foram selecionados alguns bairros e ruas de Cambé que expressam elementos associados ao discurso oficial presente na cidade. Entre esses

itens, estão o Conjunto Habitacional Pioneiros, o Jardim do Café e o Jardim Eldorado. No Conjunto Pioneiros, algumas ruas homenageiam figuras ligadas aos primeiros anos do núcleo urbano que deu origem ao município, a exemplo da rua Alberto Koch – o mesmo que publicou o livro sobre sua trajetória no Brasil –, rua Armando Lucas Pinheiro e rua Carlos Codato, personalidades lembradas como pioneiros. Já no Jardim do Café, as ruas Bourbon, Catuaí, Caturra e Sumatra¹³⁴ remetem diretamente à cafeicultura, visto que foi a principal atividade econômica na região durante décadas, sendo exaltada no discurso oficial do município. Por fim, no Jardim Eldorado, nomes como Giuseppe Fabiano Fregonesi, João Fregonezi e José Lucas Pinheiro Filho reiteram a valorização de personagens vinculados às origens da cidade¹³⁵.

Existem diversos outros casos de nomes de ruas de Cambé que poderiam ser elencados para abordar tal assunto. Neste caso, caberia uma pesquisa mais aprofundada sobre os nomes de ruas no município. As amostras apresentadas representam um recorte que servirá para observar a presença dos elementos memorialistas nos espaços públicos. De acordo com Bruno Sanches Mariante Silva, em seu trabalho sobre as nomeações de ruas em Londrina:

A relação dos nomes de ruas com a memória coletiva se dá no sentido de legar uma imagem de si. A nomenclatura urbana integra o conjunto de elementos que possibilitam a uma sociedade transmitir uma imagem de si, assim como os monumentos, os grandes prédios, o espaço urbano, entre outros. Da mesma forma que todos os demais elementos, as nomeações de ruas estão eivadas das relações de poder e consequentes disputas por este.¹³⁶

Verifica-se, portanto, nos nomes dos bairros e ruas mencionados, algumas das características presentes no discurso oficial sobre a história da cidade, que é perpetuado na memória coletiva da população cambense. Elementos como os termos “Pioneiros” e “Eldorado” e as ruas com nomes de pessoas que foram influentes

¹³⁴ Bourbon, Catuaí e Caturra são variedades de café arábica, desenvolvidas e difundidas em diferentes momentos da história da cafeicultura latino-americana. Sumatra, por sua vez, não corresponde a uma variedade, mas a uma região produtora de café na Indonésia, reconhecida pela exportação de grãos de sabor característico. A presença desses nomes em ruas de Cambé evidencia a força simbólica da cafeicultura na construção da memória local, vinculando-a ao discurso de progresso que marcou a história do Norte do Paraná. Referências à cafeicultura também estão presentes em outros símbolos oficiais do município, como a bandeira e o hino.

¹³⁵ Nota-se que nos casos das ruas Armando Lucas Pinheiro e José Lucas Pinheiro Filho, a homenagem é feita a membros da mesma família. É o caso também de Giuseppe Fabiano Fregonesi e João Fregonezi, integrantes do mesmo grupo familiar.

¹³⁶ SILVA, Bruno Sanches Mariante. **Representações do gênero no espaço urbano**: nomeações de ruas em Londrina-PR (1981-2008). 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013. p. 53.

nos anos iniciais do núcleo urbano – inclusive, indicando uma dimensão familiar da memória pública –, reforçam a busca pela proximidade e da fortificação das relações de poder no local.

Além dos nomes de bairros e ruas do município, é justo fazer menção a outro “elemento memorialista de nomeação” presente no espaço urbano: o nome das escolas localizadas em Cambé. Destacam-se aqui dois exemplos: o Colégio Cívico-Militar Attílio Codato¹³⁷ e a Escola Municipal Pedro Tkotz, uma das únicas referências aos imigrantes oriundos da Cidade Livre de Danzig nos espaços públicos. É interessante notar sobre a possível relevância que ambos os personagens possuíram no local em que estavam inseridos, visto que seus nomes foram escolhidos para batizarem instituições de ensino da cidade.

Observando os exemplos aqui mencionados sobre os bairros, ruas e escolas, é notável a ausência dos nomes de outros colonos que se estabeleceram na Colônia *Neu Danzig*, uma característica que reforça a ideia de que esses sujeitos foram suprimidos na memória da cidade. Mesmo nos arredores do Parque Histórico Municipal *Danziger Hof* – local onde a Colônia foi estabelecida na década de 1930 e que serve como espaço de memória atualmente – não encontram-se nomes de ruas em homenagem aos danziguenses. O fato de os integrantes da família Tkotz serem os únicos representantes desse grupo de imigrantes a ocuparem espaço – mesmo que ainda limitado – nos locais públicos de Cambé, parece estar diretamente ligado à tentativa de transmitir uma imagem de sucesso das pessoas que “fundaram” Cambé, visto que estabeleceram, naquele contexto inicial, uma empresa que continua ativa até os dias atuais.

Esse argumento pode ser reforçado ao destacar-se um outro exemplo de elemento memorialista encontrado nos espaços públicos do município de Cambé que se faz presente na memória coletiva da população: os bancos de pedra localizados em frente ao prédio da Igreja Matriz da cidade. O conjunto de cinco bancos¹³⁸ pode ser encontrado na calçada da Rua França, próximo ao calçadão. Os bancos, construídos em concreto, foram personalizados com propagandas de antigos estabelecimentos localizados em Cambé. Entre eles, encontra-se uma propaganda

¹³⁷ Outro exemplo dessa dimensão familiar da memória pública pode ser verificado neste caso, visto a existência das ruas Carlos Codato (Conjunto Habitacional Pioneiros) e Carlota Codato (Jardim Boa Vista).

¹³⁸ O conjunto completo era composto por seis bancos. Um deles foi removido, possivelmente por ter sido danificado.

da “Fábrica de Molas Blacksmith Ltda” (Figura 4), empresa pertencente à família Tkotz, a qual atualmente conhece-se pelo nome AESA (Automolas Equipamentos S.A).

Figura 4 – Banco de pedra localizado em frente à Igreja Matriz de Cambé (2024)



Fonte: O autor (2024).

Para além de somente um banco localizado na praça da Igreja Matriz de Cambé, esse exemplar pode ser considerado uma espécie de monumento, e aqui aplica-se a definição proposta por Jacques Le Goff, que escreve:

O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]. O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) [...].¹³⁹

Nesse sentido, a propaganda da empresa “Blacksmith Ltda” estampada no banco configura-se como um legado da família Tkotz inserido na memória coletiva de Cambé. A existência de um monumento que evoca a trajetória desse grupo familiar

¹³⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 486.

está ligada às relações de poder que ordenam o espaço urbano. A distribuição desses dispositivos memorialistas nos espaços públicos – incluindo os nomes de ruas e escolas – não parte de uma escolha aleatória. O conteúdo preservado nesses locais deriva de um recorte seletivo, evidenciando o filtro excludente que caracteriza a produção memorialista, como discutido anteriormente.

O que se observa, nesse caso, é que essas representações associadas à Colônia *Neu Danzig* acabaram sendo circunscritas quase exclusivamente à família Tkotz, em razão da relevância que esse grupo adquiriu no contexto local. Tal destaque parece funcionar como uma forma de reconhecimento simbólico, associando a trajetória da família à ideia de progresso no município. Estabelece-se, assim, uma relação de legitimação mútua; por um lado, a cidade incorpora essa memória como parte de sua narrativa fundacional; por outro, a família aproxima-se das origens da cidade, posição que, conforme discutido anteriormente, constitui um importante recurso de validação e manutenção do poder.

Dessa maneira, a análise dos elementos presentes nos espaços públicos de Cambé permite identificar a consolidação ativa de uma memória pública que privilegia a narrativa do pioneiro. O ímpeto capitalista de ascensão econômica travestido de progresso, bem como a missão de civilizar um espaço tratado como bárbaro, fazem parte desse discurso ainda conservado. É um exemplo disso a própria experiência coletiva dos colonos de *Neu Danzig*, que, em sua grande maioria, foram consumidos pelo fracasso da Colônia e conseqüentemente suprimidos dos espaços de representação e da memória coletiva local.

3.3 Interações entre memorialismo e História Pública em Cambé

Apresentadas as diferentes formas de expressão do memorialismo e as particularidades desse campo em Cambé, pretende-se, neste tópico, refletir sobre o alcance social da narrativa hegemônica sobre o município. A questão central que se impõe é: qual saber sobre o passado efetivamente circula entre o público não especializado? Para encaminhar essa discussão, toma-se como ponto de partida a notável receptividade desse público às produções de caráter não acadêmico.

3.3.1 A demanda por História e os desafios das produções acadêmicas

A cristalização de uma narrativa hegemônica, constituída por características que foram verificadas anteriormente, evidencia a preferência da população por produções extra-acadêmicas. Por um lado, pode-se dizer que esse discurso permanece incontestado devido ao baixo volume de pesquisas acadêmicas que abordam a história local. Por outro, chama atenção o distanciamento das pesquisas existentes em relação ao grande público, mantendo a discussão restrita ao ambiente acadêmico. Tal isolamento acaba por dificultar a inserção de perspectivas que visem à desconstrução da narrativa consagrada do passado local.

Ao discutir sobre o crescimento explosivo do campo da História Pública em seu artigo sobre os embates entre os historiadores acadêmicos e não acadêmicos, Jurandir Malerba discorre:

[...] constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história, verificável no aparecimento de revistas especializadas de divulgação com grandes tiragens e, por outro lado, uma agressiva produção 'historiográfica' que insiste em se autopromover como uma 'nova história' - não acadêmica, diferente e superior àquela.¹⁴⁰

A constatação apresentada por Malerba aponta para esse crescimento no interesse pela História nos últimos tempos, o que por si só deveria ser um ponto positivo. O que se mostra preocupante, nesse caso, é o tipo de conteúdo que esse público crescente está consumindo. A alta demanda por conteúdo histórico fez com que muitos enxergassem na área uma oportunidade de negócio, tornando a História um produto com fins comerciais¹⁴¹.

Essa situação tem se mostrado alarmante para os historiadores acadêmicos, pois, conforme Malerba, no Brasil “[...] a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício”¹⁴². Isso implica no envolvimento de sujeitos que não possuem o devido trato teórico-metodológico do campo histórico na produção de narrativas, muitas vezes com

¹⁴⁰ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, 2014. p. 31-32.

¹⁴¹ Ibid., p. 31-32.

¹⁴² Ibid., p. 32.

títulos e conteúdo sensacionalistas¹⁴³, utilizados propositalmente com a finalidade de alcançar o público mais amplo possível.

Fato é que boa parte dessa demanda cada vez maior pela História nas últimas décadas possui ligação direta com a expansão da Internet e das mídias sociais, visto a facilidade de acesso a esse tipo de conteúdo. Nesse sentido, o público leitor de história, segundo Malerba:

[...] não é mais o especialista, nem sequer o indivíduo educado, como no século XIX e praticamente todo o século XX. *Blogs* e redes sociais, por exemplo, não aceitam o ‘textão’. A informação e a análise devem se veicular em gotas. A capacidade e a disponibilidade de leitura hoje contam-se em dígitos.¹⁴⁴

À vista disso, além do interesse crescente no tema, existe também uma menor tolerância em relação às narrativas mais complexas, que envolvem debates teóricos e processos analíticos – características comumente encontradas em produções acadêmicas –, por parte desse “novo público” consumidor. É visível uma certa impaciência em relação a conteúdos extensos, muitas vezes incitada pelo próprio meio que estão consumindo – redes sociais, *blogs*, aplicativos de vídeos curtos etc.

Apesar de a Internet ser uma ferramenta com grande potencial para historiadores profissionais expandirem o acesso a discussões e trabalhos produzidos na academia e apresentarem um conteúdo de qualidade a um público mais amplo¹⁴⁵, deve haver maior atenção e cautela quanto a certos tipos de conteúdo que podem estar sendo disseminados. Sobre isso, Malerba aponta que:

A disponibilidade de uma ampla rede de difusão de conhecimento histórico, como os canais e livros populares de história, biografias, exposições, *websites*, documentários, filmes, e séries de fundo histórico veiculados em televisão e cinema, para nomear só alguns, muitas vezes implica que qualquer um detém autoridade e é responsável – o que significa, de modo inverso, que ninguém é responsável e detém a autoridade sobre o conhecimento histórico¹⁴⁶.

¹⁴³ Podem ser considerados títulos sensacionalistas aqueles que contém apelos, como por exemplo “a verdadeira História”, “a História não contada” ou “a História revelada”.

¹⁴⁴ MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. p. 143.

¹⁴⁵ Dentre alguns exemplos desse tipo de conteúdo, é possível destacar: o podcast “História FM”, produzido pelo historiador Icles Rodrigues; o podcast “Hora Americana”, desenvolvido como um projeto de extensão interinstitucional, coordenado pelo historiador Caio Pedrosa da Silva; e o canal do YouTube “Estranha História”, produzido pelo historiador Henrique Rodrigues Caldeira.

¹⁴⁶ MALERBA, Os historiadores e seus públicos [...], p. 147.

Considerando a perspectiva do autor, os meios de difusão do conhecimento histórico apresentados acabam conferindo ao sujeito sem formação especializada uma sensação de domínio sobre a área. Atualmente, a praticidade de acesso a esses materiais e a facilidade de compartilhamento na Internet podem transformar esses meios em instrumentos de ampla repercussão nas mãos de sujeitos que pretendem utilizar a narrativa histórica como recurso de disputa política, ou para legitimação de interesses de grupos específicos.

Apesar de os parágrafos anteriores se mostrarem preocupados com os usos do passado por pessoas “não treinadas” em contextos contemporâneos, nos quais a expansão tecnológica é uma realidade, tal prática não é recente. Ao longo do século passado, jornalistas, médicos, advogados, entre outros, se aventuraram como “historiadores amadores”, especialmente em contextos regionais. Aproximando-se do recorte espacial desta pesquisa, as décadas de 1950, 1960 e 1970 ficaram marcadas por diversas obras sobre História Local das cidades estabelecidas na região norte do Paraná, produzidas por escritores não associados à área da História, conforme já analisado.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹⁴⁷ apresenta a ideia de que não há motivos para considerar como problemática a presença de grupos e indivíduos “não historiadores” na escrita e divulgação de narrativas históricas, uma vez que tal prática não constitui novidade no Brasil e nunca foi monopólio dos historiadores de ofício. Isso não significa que todos os tipos de usos do passado por esses sujeitos são convenientes, visto que em muitos casos, utilizam-se dessa prática para fins indevidos.

É possível estabelecer uma aproximação entre essa discussão sobre os usos do passado por sujeitos “não historiadores” e as formas de expressão do memorialismo presentes em Cambé, especialmente nas produções escritas. Diante da dificuldade que as pesquisas acadêmicas em História Regional e Local encontram para alcançar um público mais amplo, externo à universidade, a narrativa memorialista permanece em evidência e ocupa um espaço privilegiado no saber sobre o passado. No caso específico de Cambé, essa situação é reforçada pelo reduzido número de pesquisas históricas desenvolvidas no âmbito acadêmico.

¹⁴⁷ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira (org.) et al. **Coleção História do Tempo Presente**: volume II. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 142.

Embora os autores memorialistas que escreveram sobre o passado local não tivessem como objetivo desenvolver análises críticas da sociedade, tampouco recorrer a referenciais teórico-metodológicos próprios da ciência histórica, é necessário reconhecer que suas narrativas devem, em muitos casos, ser problematizadas. Isso porque o conteúdo por eles produzido acabou sendo incorporado à história oficial do município, sobretudo em um contexto marcado pela escassez de pesquisas acadêmicas capazes de tensionar esse discurso. Nesse sentido, ainda que a presença de sujeitos “não historiadores” não deva ser vista como problemática, em concordância com Rovai¹⁴⁸, cabe ao historiador de ofício evitar uma postura passiva diante dessas narrativas, exercendo a crítica e produzindo análises que evidenciem seus limites e implicações.

Nesse ponto, torna-se pertinente recorrer a um campo que tem crescido consideravelmente nos últimos anos e que tem entre suas vertentes de análise a discussão sobre as formas de circulação do conhecimento histórico para além dos limites da academia: a História Pública. Não é cabível, nesta pesquisa, aprofundar-se nos debates em torno do surgimento e das diferentes definições desse campo. Isto pois, conforme observa Souza:

Uma das formas de interesse sobre um determinado campo de pesquisa surge da procura (ou até mesmo a cobrança) de uma definição clara, objetiva e, por vezes, quase monolítica, da área em questão. É mais do que compreensível, portanto, a expectativa por uma resposta simples e precisa à pergunta: “O que é História Pública?”. Contudo, como veremos, esse anseio é comumente frustrado, uma vez que o primeiro contato com a literatura especializada revela uma ampla e variada gama de definições, além de distintas compreensões sobre o termo e os tipos de conhecimento relacionados à expressão “História Pública”.¹⁴⁹

Dessa forma, pode-se afirmar que a História Pública não constitui um campo de definições fixas ou de fronteiras rígidas, mas sim um espaço em constante debate e construção. No Brasil, essas reflexões passaram a ganhar maior visibilidade a partir de 2011¹⁵⁰, o que reforça o caráter recente e, ao mesmo tempo, dinâmico das

¹⁴⁸ ROVAI, op. cit.

¹⁴⁹ SOUZA, Diego Gomes. Ensino de História e História Pública: territórios comuns, zonas de contato e diálogos possíveis. *Ars Histórica*, Rio de Janeiro, n. 18, jan/jun 2019. p. 105.

¹⁵⁰ O conceito de História Pública tem suas origens por volta da década de 1970 a partir das reflexões de historiadores nas universidades dos Estados Unidos, sobretudo na Califórnia. No Brasil, uma dedicação maior ao estudo desse campo se deu a partir do “Curso de Introdução à História Pública”, realizado na Universidade de São Paulo (USP) em 2011. Como um dos produtos desse curso, o livro “*Introdução à história pública*”, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, é considerado uma das primeiras obras brasileiras a tratar sobre História Pública. Cf. MAUAD,

discussões. É nesse contexto que se destaca a sistematização proposta por Ricardo Santhiago, que identifica quatro vertentes fundamentais de ação da História Pública:

[...] a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de 'autoridade compartilhada' é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo).¹⁵¹

Essa classificação contribui para a compreensão da variedade de práticas que se inserem na História Pública e oferece instrumentos úteis para refletir sobre como determinadas narrativas históricas circulam e se consolidam fora da academia. No caso de Cambé, dois desses aspectos ganham maior pertinência: a história feita *pelo* público, visto a predominância das produções memorialistas que ocupam o espaço de mediação entre passado e presente; e a história feita *para* o público, que remete ao desafio de fazer com que as investigações acadêmicas ultrapassem os limites da universidade e alcancem um público mais amplo.

Dentro dessa perspectiva, Rovai aponta para a complexidade do campo da História Pública, para além de uma simples análise sobre o que é divulgado, ou o conteúdo que está sendo abordado. A preocupação, segundo a autora, deve ser sobre *como* esse conhecimento foi produzido:

Mais do que se pensar sobre o conteúdo que se aborda e divulga, torna-se necessário compreender os processos que os originam, as razões, a natureza dos conhecimentos e das relações entre os agentes que o constroem e consomem representações, fazem usos estratégicos do passado para dar sentido à sua existência ou à existência alheia, à continuidade de seus interesses e às memórias e lutas identitárias e políticas.¹⁵²

Ao aproximar a reflexão de Rovai do caso das obras memorialistas identificadas em Cambé, analisadas no tópico anterior, torna-se fundamental observar os interesses que orientam a produção dessas narrativas. No caso dos livros dedicados à história das famílias específicas, por exemplo, os usos do passado operam como estratégia de continuidade da memória desses grupos e da perpetuação de sua presença na história local. Situação semelhante pode ser observada no *Caderno de*

Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁵¹ SANTHIAGO, Ricardo. **Dois palavras, muitos significados**: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, op. cit., p. 28.

¹⁵² ROVAI, op. cit., p. 143.

Memórias dedicado à família Tkotz, cuja análise exige atenção às relações de poder implicadas em sua publicação, sobretudo em razão da posição de destaque que essa família ocupa na memória local, especialmente no que se refere à Colônia *Neu Danzig*.

Ainda sob a ótica proposta por Rovai, argumenta-se sobre a necessidade da mediação do historiador na percepção de como as “outras histórias” constituem o senso comum:

O diálogo e a mediação do historiador com diversos sujeitos se tornam fundamentais, não no sentido de controlar, mas de perceber como outras histórias são produzidas e circulam socialmente, responsáveis pela formação do senso comum e pelos sentidos da história. Publicizar, dessa forma, não significa trazer à tona a verdade guardada, mas agir de modo a promover a reflexão das comunidades e dos movimentos sociais sobre sua trajetória e suas agendas presentes e futuras, evitando a tarefa de ‘traduzir’, ‘revelar’ ou ‘simplificar’ a história, o que pode contribuir, muitas vezes, com exotizações, folclorizações e hierarquizações de experiências múltiplas.¹⁵³

A reflexão da autora indica um ponto relevante em relação a atuação do historiador no caso das narrativas históricas “paralelas”. Essas produções reforçam a formação do conhecimento sobre o passado da cidade a partir do senso comum, visto a falta de reflexões críticas e diálogos que apresentem outros pontos de vista sobre a história local. Isso não significa que o papel do historiador seja o de impor uma “verdade guardada”, que visa substituir ou somente corrigir o conteúdo apresentado pelos memorialistas, mas problematizá-los a partir dos interesses que sustentam sua permanência e de que modo eles influenciam a memória coletiva.

Uma alternativa que difere a área de História Pública no Brasil dos outros países é, conforme observa Souza, “[...] a opção pelo Ensino de História como um interlocutor privilegiado nas reflexões sobre o conjunto de práticas que estão relacionados à História Pública”¹⁵⁴. Nesse sentido, as aulas de História oferecem a possibilidade de incorporar diferentes pontos de vista e promover reflexões críticas sobre a história local. Entre as estratégias possíveis, a elaboração de materiais didáticos voltados aos estudantes apresenta-se como um caminho relevante para inserir, em sala de aula, uma abordagem mais analítica e problematizadora do passado. Afinal, como ressalta Souza, é por meio do conhecimento histórico escolar, “[...] presente há bastante tempo nos currículos escolares mundo afora, que a maioria

¹⁵³ ROVAI, op. cit., p. 143.

¹⁵⁴ SOUZA, op. cit., p. 111.

das pessoas adquire, em certa medida, seu senso de passado e desenvolve sua consciência e cultura históricas”¹⁵⁵.

3.3.2 Difusão da história local a partir de exemplos de História Pública em Cambé

Considerando o argumento de Souza, de que o Ensino de História constitui um espaço privilegiado para a formação do senso de passado, destaca-se o caso de um material didático, publicado em 2023, para uso nas aulas de História dos alunos do 3º ano da rede municipal de Cambé. Intitulado “*Viagem histórica pelos caminhos de Cambé*”, o material foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) e tem como autora Angélica Pires Nantes de Oliveira Zerbetto, professora e assessora pedagógica da instituição.

No prefácio da obra em questão, a secretária Municipal de Educação e Cultura de Cambé, Estela Camata, enfatiza o caráter inédito e lúdico da proposta, ressaltando que:

[...] professores e apreciadores perceberão a história de Cambé contada de forma inédita com muita ludicidade, em que os conteúdos de ensino sobre o município revelam sua história de desenvolvimento, a possibilidade de análise das rupturas e permanências, da comparação entre as semelhanças e diferenças, possibilitando à criança a construção do conhecimento histórico, bem como a reflexão sobre suas responsabilidades como partícipes do processo de desenvolvimento do meio em que vivem.¹⁵⁶

Essa apresentação evidencia a intenção de articular a história local com a formação cidadã dos estudantes, valorizando uma abordagem pedagógica lúdica e reflexiva. Ao mesmo tempo, sugere uma narrativa voltada para o desenvolvimento do município, o que levanta questões sobre quais aspectos do passado foram apresentados ao longo do material didático. Além disso, é possível também observar outros elementos que apontam para essa narrativa que apresenta o desenvolvimento da cidade. Um deles, é a própria organização do material.

O formato que se escolheu para a estrutura se dá a partir de uma linha do tempo, que apresenta os diferentes períodos da formação de Cambé em sequência cronológica. Cada período histórico foi separado em uma estação ferroviária, e a estrada de ferro representa a linha do tempo em si (Figura 5).

¹⁵⁵ SOUZA, op. cit.

¹⁵⁶ CAMATA, Estela. Prefácio. In: ZERBETTO, Angélica Pires Nantes de Oliveira. **Viagem histórica pelos caminhos de Cambé**. Cambé: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023. p. 9.

Figura 5 – Estruturação dos conteúdos do material didático



Fonte: Zerbetto (2023, p. 13).

Essa divisão propõe uma narrativa linear que privilegia a ideia de progresso do município, conduzindo o estudante a compreender o passado local como uma trajetória ordenada e contínua. Embora didaticamente atrativa, essa opção tende a cristalizar uma visão tradicional da história, passível de problematizações. Tal concepção manifesta-se, por exemplo, na disposição cronológica dos conteúdos: os povos originários aparecem no início da linha do tempo, enquanto o desenvolvimento econômico figura como etapa final. Essa organização pode sugerir uma leitura teleológica do passado, próxima ao discurso do “progresso da civilização e a destruição da barbárie”¹⁵⁷.

É importante ponderar, contudo, que o Museu Histórico de Cambé, enquanto espaço institucional de produção e difusão de narrativas sobre o passado, tem

¹⁵⁷ Tal abordagem corrobora os elementos memorialistas discutidos anteriormente. A ideia da disputa contra a natureza e a chegada da civilização estende-se à questão indígena, grupo frequentemente silenciado ou marginalizado nesses discursos.

buscado, nos últimos anos, incorporar a temática indígena em suas exposições. Ainda assim, cabe questionar se essa representação se limita a situar os povos originários como pertencentes a um “passado distante”, circunscrito aos “primórdios da linha do tempo”, ou se consegue inserir a presença indígena como parte constitutiva e contínua da história do município. Nesse sentido, produções acadêmicas recentes – como a pesquisa desenvolvida por Eduardo Pavinato, atual diretor do MHC – exemplificam a maneira com que a pesquisa histórica pode atuar como mediação crítica, tensionando a separação entre passado e presente e propondo formas mais complexas de integração dessas memórias na narrativa histórica local.

Outro aspecto possível de ser destacado é o capítulo dedicado ao café, presente no material didático. O texto enfatiza a qualidade do solo e ressalta a centralidade da cafeicultura para a economia local até a década de 1960, afirmando que “a cafeicultura trouxe riqueza e desenvolvimento para o município de Cambé”¹⁵⁸. Essa perspectiva também se mostra passível de problematizações, visto que a riqueza gerada pelas fazendas de café beneficiou apenas uma parcela da população. Além disso, esse ponto de vista dialoga com a narrativa difundida pela CTNP, que apresentava a região como uma “terra da promessa”, quando, na realidade, o processo histórico foi marcado por contradições e desigualdades muito mais complexas¹⁵⁹.

Tanto a narrativa linear quanto a afirmação sobre a cafeicultura não deslegitimam a produção como um todo. Considerando seus objetivos e o público-alvo, a construção do material, que prioriza uma abordagem lúdica sem cair em uma simplificação da História, apresenta aspectos positivos que devem ser reconhecidos. Ainda assim, os pontos aqui destacados não foram levantados de forma aleatória. Ao observar a bibliografia que fundamenta o material, torna-se possível compreender os caminhos que orientaram tanto a escolha da narrativa quanto a forma de abordagem de determinados temas. No capítulo “migrantes e imigrantes”, por exemplo, apresenta-se uma contextualização da formação histórica da região a partir da atuação da CTNP e do deslocamento de imigrantes para a área onde hoje se localiza o município. Entre esses grupos, destacam-se os imigrantes danzigueses, cuja

¹⁵⁸ ZERBETTO, Angélica Pires Nantes de Oliveira. **Viagem histórica pelos caminhos de Cambé**. Cambé: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023. p. 85.

¹⁵⁹ Alguns exemplos de obras que apontam para as contradições do discurso da CTNP, sobretudo as que abordam aqueles que foram marginalizados nos anos iniciais do empreendimento imobiliário britânico, são as de Benatte (1996), Leme (2005) e Souza (2008).

experiência é apresentada de forma comparativa, contrapondo as condições da cidade europeia de origem às dificuldades enfrentadas na Colônia, com ênfase nos desafios que precisaram ser superados.

O aspecto que demanda problematização, nesse caso, refere-se às obras utilizadas como referência para a construção dessa narrativa. O material recorre às obras de Albert Koch e Luiz Doré, ambos memorialistas já analisados neste capítulo, além de informações extraídas de “*Cambé: repensando sua história*”, obra associada ao MHC e que apresenta características típicas do memorialismo local. A única produção de caráter acadêmico utilizada para embasar a análise do contexto da imigração é a pesquisa de Edna Cortez. Embora sua inclusão seja relevante, o fato de se tratar de um estudo apresentado em 1985 evidencia, mais uma vez, a escassez de pesquisas acadêmicas recentes dedicadas à temática.

O problema, portanto, não se dá na utilização das obras memorialistas, visto que podem, inclusive, ser exploradas como fontes históricas em sala de aula, mas na ausência de uma base acadêmica contemporânea. Observa-se, a partir desse quadro, que o memorialismo ocupa um espaço que a historiografia acadêmica ainda não conseguiu preencher na história de Cambé. Tal cenário evidencia a baixa produção de pesquisas recentes sobre Cambé, em especial sobre o processo de formação da Colônia *Neu Danzig*, e ajuda a compreender os motivos do memorialismo continuar a exercer um papel central na construção do saber histórico local.

Essa breve análise do material didático distribuído na cidade de Cambé corrobora a importância do campo da História Pública, e com isso, a necessidade de aproximação entre os trabalhos desenvolvidos por historiadores profissionais e o grande público. No caso do material que está sendo utilizado para as aulas sobre a história do município, essa necessidade de interação entre as análises críticas e a construção do conhecimento histórico dos alunos se faz presente, visto que a depender da base bibliográfica utilizada, narrativas tradicionais podem ser perpetuadas, comprometendo a integridade do ensino sobre a história de Cambé.

Se, por um lado, o material didático evidencia como a história local é transmitida aos estudantes da rede municipal, por outro, é importante observar que as práticas de História Pública em Cambé não se limitam ao espaço escolar. Um exemplo pertinente de ser apresentado, considerando o escopo desta pesquisa, é o Parque Histórico Municipal *Danziger Hof*. Analisar a narrativa presente neste espaço, a partir das construções existentes no local, possibilita observar como o passado sobre a Colônia

Neu Danzig é apresentado ao público, visto que o Parque foi fundado na área onde deu-se início o processo de colonização dos danzigueses.

O nome *Danziger Hof*, utilizado para batizar o Parque, foi escolhido como uma forma de homenagem ao alojamento provisório que foi construído para recepcionar os colonos da Cidade Livre de Danzig, que se deslocaram para as terras que haviam adquirido da CTNP. De acordo com Edna Cortez:

O alojamento localizava-se próximo à margem direita do Córrego São Domingos, era revestida de tábuas rachadas e coberta de tabuinhas, com um anexo utilizado como depósito de mantimentos e cozinha. No início, a CTNP colocou à disposição dos imigrantes um cozinheiro no local e, ainda no mesmo mês, muitos dos futuros colonos estavam alojados na hospedaria.¹⁶⁰

A descrição dada pela autora indica a relevância que o local possuiu no momento de formação da Colônia *Neu Danzig*, visto que serviu de residência provisória para diversas famílias danzigueses, além de também ter funcionado como um espaço comum para troca de ideias e diferentes atividades. Por sua vez, o nome *Danziger Hof* foi ironicamente escolhido pelos imigrantes como apelido para a casa de recepção, visto que era o nome de um hotel de luxo localizado na Cidade Livre de Danzig¹⁶¹.

O Parque Histórico começou a ser planejado em meados da década de 1990, mais especificamente, no ano de 1994¹⁶², e ocuparia uma área de preservação ambiental com aproximadamente 90 mil metros quadrados. Sua criação foi oficializada a partir da Lei Municipal nº 934 de 28 de abril de 1995¹⁶³ e, após os trâmites legais, a inauguração do Parque foi realizada em 15 de novembro de 1995 (Figura 6).

O local materializa-se como um espaço de História Pública, sobretudo devido às iniciativas institucionais que selecionam, organizam e apresentam uma narrativa sobre o passado com propósitos que vão do educacional ao turístico e identitário. Nesse caso, a narrativa sobre a formação da Colônia *Neu Danzig* é apresentada para

¹⁶⁰ CORTEZ, op. cit., p. 45.

¹⁶¹ Projetado pelo arquiteto alemão Carl Gause, o hotel *Danziger Hof* foi inaugurado no ano de 1899 em Danzig. Era composto por 120 quartos, um espaço de jantar para cerca de 100 pessoas e um salão para cerca de 400 pessoas. Apesar de sua grandeza e luxuosidade, a hospedaria foi demolida no ano de 1961. Cf. Westpreußischer Architekten- und Ingenieur-Verein zu Danzig (org.). **Danzig und seine Bauten**. Berlin: Wilhelm Ernst & Sohn, 1908. p. 218.

¹⁶² CATARINO, op. cit., p. 56.

¹⁶³ CAMBÉ. **Lei nº 934, de 28 de abril de 1995**. Dispõe sobre a criação do Parque Histórico Municipal Danziger Hof, e dá outras providências. Cambé: Câmara Municipal, 1995.

a população de Cambé a partir de determinados elementos selecionados, ou seja, podem conter construções intencionais.

Figura 6 – Reportagem sobre a inauguração do Parque Histórico Municipal *Danziger Hof* (1995)



Fonte: Jornal Folha de Londrina¹⁶⁴. Acervo do NDPH-UEL (2025).

A reportagem apresenta algumas das funcionalidades do Parque, ressaltadas pelo prefeito do município à época, Gilberto Martin. Segundo ele, a população teria acesso às trilhas inseridas em meio à mata preservada, além de afirmar: "Estamos preservando um patrimônio público para as futuras gerações e também resgatando a memória dos pioneiros que fundaram a cidade"¹⁶⁵. Considerando a fala do ex-prefeito na reportagem sobre a inauguração do Parque Histórico, surgem possíveis questionamentos sobre esse "resgate" da memória dos "pioneiros que fundaram a cidade". Primeiro, a utilização do termo "resgate", indicaria uma história que estaria perdida/esquecida?

¹⁶⁴ ALVES, Edinelson. Marco inicial de Cambé vira parque. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 nov. 1995. p. 2.

¹⁶⁵ Ibid.

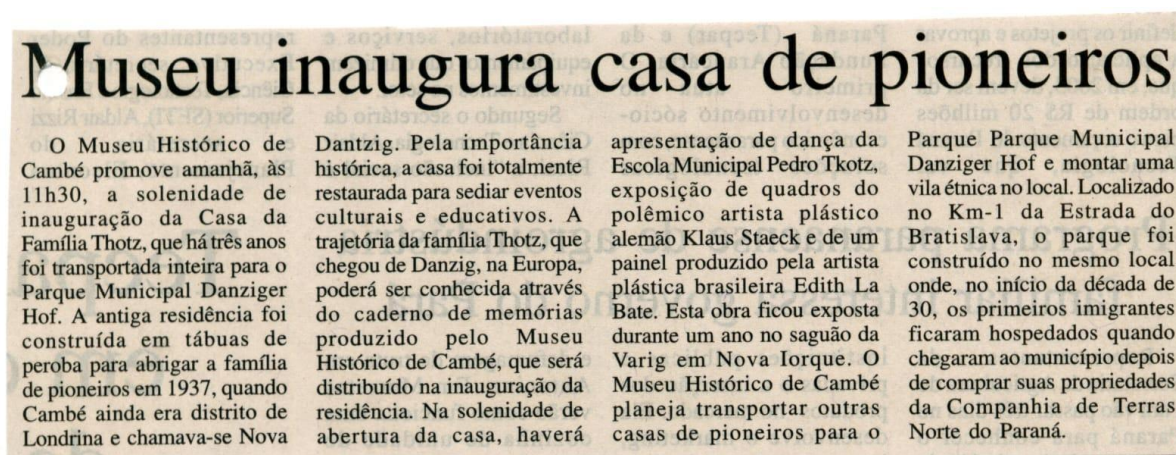
É comum se deparar com a utilização desse termo associado à História, sobretudo nos casos em que pessoas não inseridas na área buscam se referir ao fazer histórico. Entretanto, tal visão é considerada problemática, ao passo que sugere o passado como algo que está adormecido, aguardando ser redescoberto. Somado a isso, essa ideia posiciona o sujeito/instituição que faz o “resgate” como um agente quase heroico, que salva o passado do esquecimento. Essa perspectiva também oculta o fato de que a narrativa sobre o passado, o fazer histórico, é um processo de construção, interpretação e atribuição de sentidos, e não a visão simplificada da recuperação de algo que se perdeu.

Outra questão que deve ser refletida a partir do discurso proferido pelo ex-prefeito se dá em relação à quais as memórias que estão sendo consideradas em sua fala. São as memórias de todos os colonos que ali se estabeleceram? Essa reflexão ajuda a verificar qual a narrativa presente no Parque Histórico. Na mesma reportagem sobre a inauguração do Parque, nota-se que um dos elementos que compõe o local é a casa da família Zifchak: “Além do alambrado em toda extensão do parque também foi reconstruída a antiga casa de madeira que pertencia a família Zifchak – pioneiros da colônia Bratislava – e que servirá como sede administrativa do parque [...]”¹⁶⁶. Cabe destacar que, conforme o próprio excerto, a família Zifchak fazia parte de outro grupo de imigrantes, estabelecidos na Colônia Bratislava.

Além desse elemento, que inclusive pode causar certa confusão em relação à narrativa sobre a formação da Colônia *Neu Danzig*, outra construção inserida nos limites do Parque *Danziger Hof* é a casa de madeira que pertenceu à família Tkotz. Há uma curiosidade que chama atenção quanto a essa casa, visto que ela foi construída na Vila Nova Dantzig (zona urbana) por volta do ano de 1937. Visando a conservação da residência, visto que ela corria risco de ser demolida para dar local a um outro empreendimento, foi transportada por inteiro para o Parque em abril de 2000, mas só foi inaugurada três anos depois, após todo processo de restauração (Figura 7).

¹⁶⁶ ALVES, op. cit., p. 2.

Figura 7 – Reportagem sobre a inauguração da casa da família Tkotz no Parque Danziger Hof.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Cambé (2025).

Nota-se que a reportagem menciona a intenção do Museu Histórico de Cambé em realizar o transporte de outras residências que foram construídas nos anos iniciais do município, com o objetivo de transformar o Parque Histórico *Danziger Hof* em uma espécie de vila étnica. Apesar de o projeto não ter sido continuado até o presente momento, a intenção do MHC em formar uma vila étnica no Parque explica a presença da casa da família Zifchak no local.

Para além do incomum traslado da residência, que foi transportada na carroceria de um caminhão, um ponto que deve ser considerado em relação à presença desse elemento na narrativa do Parque Histórico tem a ver com a ideia de permanência das memórias da família Tkotz nos espaços públicos da cidade. O fato de a família possuir uma casa construída na zona urbana em 1937, poucos anos depois da chegada ao Brasil – e após a crise que ocasionou a falência da colônia –, indica que seus integrantes conseguiram constituir certo patrimônio no tempo em que estiveram presentes na região. E por este fato, levando em conta o “sucesso” que obtiveram, são considerados os expoentes do passado de Cambé. Essas são as memórias que são “resgatadas” em primeiro lugar. O ponto é que o passado da Colônia *Neu Danzig* está sendo representado no Parque Histórico a partir das memórias de uma família específica, o grupo que prosperou, que se encaixou no discurso de progresso vigente à época, e foi cristalizado na memória oficial do município.

A narrativa que prevalece nesse importante espaço de História Pública – um dos poucos que se remete estritamente à história dos colonos danziguenses em

Cambé – não é a do infortúnio (ou irresponsabilidade administrativa) que causou o fracasso coletivo na Colônia *Neu Danzig*, mas a da exceção bem-sucedida, representada pela família Tkotz. Uma opção que possivelmente contornaria essa perspectiva seria a criação de um espaço que não remeta somente a uma família no Parque Histórico, mas ao grupo dos colonos como um todo.

Relatos indicam que a casa de recepção dos colonos foi demolida por volta dos anos 1960, após a Prefeitura de Cambé ter adquirido a área¹⁶⁷. Não foram encontradas maiores informações sobre as motivações da não preservação do prédio que serviu de abrigo provisórios aos danziguenses, mas em uma das reportagens que noticiaram a inauguração do Parque Histórico, foi mencionado a intenção de construir uma réplica do *Danziger Hof*, que serviria como uma espécie de museu com fotos, documentos e objetos sobre o processo de imigração¹⁶⁸. Contudo, até o momento do desenvolvimento desta pesquisa, não foi possível identificar novos projetos que façam referência à essa reconstrução.

A análise dos dois exemplos que se apresentam como difusores de uma história que se torna pública, permite responder à questão proposta no início deste tópico: qual saber sobre o passado alcança a população que se atrai pela temática da história? No caso de Cambé, seja na sala de aula, a partir do ensino de história local, ou no Parque Histórico *Danziger Hof*, na tentativa de resguardar e divulgar as memórias dos colonizadores, observa-se a hegemonia de um discurso oficial, que se fortalece sob a perspectiva do memorialismo. Essa narrativa, ao mesmo tempo em que cristaliza uma memória específica, produz silêncios¹⁶⁹ sobre as contradições do processo de colonização implementado pela CTNP. A história do fracasso administrativo, das dificuldades e do abandono da maioria dos colonos é sobreposta pela ideia do progresso. Consequentemente, perde-se a oportunidade de uma reflexão crítica e complexa sobre o contexto histórico da cidade de Cambé.

Diante do quadro de escassez de investigações acadêmicas recentes sobre a história do município, torna-se imperativo o desenvolvimento de trabalhos críticos que busquem desconstruir essa narrativa consagrada. A superação desse cenário exige que historiadores profissionais ocupem os espaços da escrita e da difusão do conhecimento histórico, propondo novas perspectivas interpretativas. É nessa

¹⁶⁷ CORTEZ, op. cit., p. 81.

¹⁶⁸ ALVES, op. cit.

¹⁶⁹ Cf. POLLAK, op. cit.

conjuntura que a História Pública ganha relevância, oferecendo ferramentas fundamentais para promover a aproximação entre a produção acadêmica e o grande público.

4. A FALÊNCIA DA COLÔNIA *NEU DANZIG* REVISITADA: FORMAÇÃO, CRISE E SILENCIAMENTO A PARTIR DE NOVAS FONTES

Após a discussão realizada no capítulo anterior acerca da predominância da narrativa memorialista na construção da história de Cambé, tornou-se evidente a maneira com que o discurso dominante privilegiou uma visão linear de progresso, obscurecendo as experiências de ruptura e insucesso, sobretudo no que se refere à Colônia *Neu Danzig*. Ao analisar as formas de difusão do memorialismo, suas inscrições no espaço urbano e interações com a História Pública, foi possível observar que o fracasso do empreendimento colonial foi progressivamente silenciado e reduzido a um episódio secundário, pouco problematizado pela historiografia local disponível.

A partir desse quadro, o presente capítulo se propõe a revisitar a falência da Colônia *Neu Danzig*, mobilizando novas evidências documentais para compreender os processos que conduziram à crise do empreendimento. Inicialmente, discute-se a variação de escalas como ferramenta metodológica aplicada aos estudos regionais, articulando o contexto mais amplo do período entreguerras – como lente macro-histórica – às dinâmicas locais de estruturação e colapso da colônia – como lente micro-histórica. Busca-se demonstrar, a partir da documentação analisada, que o episódio crítico envolvendo o núcleo colonial danziguense esteve inserido em processos históricos complexos e interdependentes, e que o posterior silenciamento de suas memórias integrou estratégias deliberadas de manutenção da narrativa do progresso difundida pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

4.1 O Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica e o Fundo Oswald Nixdorf

A análise desenvolvida neste capítulo fundamenta-se, majoritariamente, em uma documentação inédita preservada no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH/UEL), inserida no Fundo Oswald Nixdorf. Antes de avançar nas interpretações sobre a formação, crise e posterior silenciamento das memórias da Colônia *Neu Danzig*, torna-se necessário apresentar o espaço institucional no qual essa documentação se encontra preservada, bem como refletir, ainda que brevemente, sobre a importância dos arquivos e centros de documentação na produção do conhecimento histórico.

Os arquivos e centros de documentação devem ser compreendidos como espaços fundamentais para a preservação e acesso à informação, indo além de simples locais de guarda documental. Essas instituições atuam como mediadoras entre o pesquisador e o documento, influenciando diretamente os caminhos interpretativos possíveis de uma investigação histórica. Embora apresentem diferenças quanto às suas funções e formas de organização, há entre elas um elemento primordial comum, conforme destaca Heloísa Liberalli Bellotto: o documento¹⁷⁰.

Não é o objetivo deste tópico realizar um aprofundamento técnico sobre as funções específicas dessas instituições. Contudo, faz-se necessário destacar algumas distinções fundamentais entre arquivos e centros de documentação, uma vez que tais diferenças possuem implicações diretas para o acesso, a preservação e o uso das fontes. Ao definir o arquivo, Bellotto ressalta que:

[...] o arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) [...] os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos [...].¹⁷¹

A partir dessa definição, observa-se que a função principal do arquivo está vinculada à gestão da documentação administrativa, cabendo à pesquisa histórica um papel posterior, decorrente da preservação desses registros ao longo do tempo. Em contraste, o centro de documentação apresenta características distintas em quase todos os aspectos. Conforme Bellotto:

[...] o centro de documentação é órgão colecionador ou referenciador [...]. Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade.¹⁷²

É justamente esse caráter científico que confere aos centros de documentação relevância para os pesquisadores das Ciências Humanas, sobretudo para os historiadores. Nesse enquadramento se insere o NDPH/UEL, cuja atuação será

¹⁷⁰ Compreende-se como documento “tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana”. Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 34.

¹⁷¹ Ibid., p. 37.

¹⁷² Ibid.

apresentada mais adiante a partir de sua trajetória institucional. Por constituir-se como órgão colecionador, o NDPH reúne documentos de valor histórico e memorial, cuja preservação é essencial para sua incorporação ao campo da pesquisa acadêmica. Nesse sentido, o Núcleo não apenas conserva a documentação, mas possibilita sua reinserção crítica no debate historiográfico, ampliando o horizonte interpretativo sobre a História.

No contexto brasileiro, a consolidação dos centros de documentação esteve associada, conforme analisa Célia Reis Camargo¹⁷³, à fragilidade das políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio documental. Tal cenário não se explica pela inexistência de aparato institucional, mas, sobretudo, pelo descaso recorrente do poder público em relação à salvaguarda da documentação histórica. Diante dessa realidade, a função de preservação foi transmitida para as universidades, especialmente a partir da década de 1970. De acordo com Camargo:

A solução encontrada foi criar, na universidade, centros especializados na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas. Dessa forma, resolvia-se o problema do acesso às fontes e, ao mesmo tempo, envolvia-se a universidade na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional ou regional, conforme o caso.¹⁷⁴

A instalação dos centros de documentação nas universidades contribuiu, dessa forma, para a ampliação e a democratização do acesso à informação histórica, não apenas para os pesquisadores diretamente envolvidos com a produção acadêmica, mas também para a sociedade em geral. Ao aproximar a documentação dos espaços de ensino e pesquisa, essas instituições romperam, em certa medida, com a concentração dos acervos em instâncias menos acessíveis, além de possibilitar que a massa documental recebesse o devido tratamento arquivístico – como a higienização, a catalogação e o acondicionamento adequado –, passo imprescindível para sua conservação.

É nesse movimento de institucionalização dos centros de documentação no âmbito das universidades que se insere o NDPH/UEL. Inicialmente denominado Arquivo Histórico, o projeto começou a ser planejado em 1967, juntamente com o

¹⁷³ CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.) **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 56.

¹⁷⁴ Ibid., p. 57.

Museu Histórico, por um grupo de professores do Departamento de História da UEL. O objetivo inicial do projeto consistia no agrupamento de materiais associados a história do Norte do Paraná, com ênfase na recepção de doações provenientes de indivíduos reconhecidos como “pioneiros” da região. Em 1972, com um acervo ainda incipiente, o Arquivo e o Museu foram instalados no porão do Grupo Escolar Hugo Simas, localizado no centro de Londrina, espaço que abrigava a antiga Faculdade de Filosofia¹⁷⁵.

A partir de 1974, o Arquivo Histórico foi transferido para o recém-instalado campus da Universidade Estadual de Londrina, permanecendo vinculado academicamente ao Departamento de História. Contudo, ao longo dos anos seguintes, o acervo enfrentou um período de estagnação. Somente na década de 1980, mais especificamente em 1986, foi formada uma comissão voltada à reestruturação do Arquivo Histórico, em consonância com a valorização crescente da pesquisa história e do desenvolvimento dos programas de pós-graduação no Brasil¹⁷⁶, assunto que foi devidamente abordado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Segundo Cacilda Maesima, essa revitalização, impulsionada pela demanda crescente por apoio documental, tinha como objetivo:

[...] transformar o Arquivo Histórico em Centro de Documentação e Pesquisa, cujas preocupações estivessem voltadas para a recuperação, preservação e conservação da memória histórica local, além de servir de laboratório de pesquisa para os alunos da graduação em História.¹⁷⁷

À luz da definição proposta por Bellotto, segundo a qual os centros de documentação possuem como finalidade primária a pesquisa histórica, foi a partir dessa reestruturação institucional e conceitual que se constituiu, entre 1986 e 1988, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da UEL. Essa transformação não representou apenas uma mudança de nomenclatura, mas implicou uma redefinição do papel do acervo, que deixou de ser compreendido como um repositório passivo de documentos para assumir uma função ativa na produção de conhecimento histórico. Em 2005 o CDPH foi transferido para uma nova instalação no prédio do Instituto de Referência em Ciências Humanas (IRCH) da UEL, passando a dispor de

¹⁷⁵ MAESIMA, Cacilda. Do centro de documentação a lugar de memória. *In*: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 348.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 349.

uma estrutura mais ampla e adequada ao acondicionamento e à preservação de seu acervo.

Consolidado em sua função de salvaguarda da documentação histórica, o órgão passou, em 2016, por uma reformulação administrativa que resultou em sua constituição como núcleo de estudos, passando a denominar-se Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica. Esse processo reforçou o caráter acadêmico da instituição, alinhando-a de forma mais direta às demandas da pesquisa histórica. Por fim, o NDPH foi reinaugurado em 18 de setembro de 2025 sob a denominação de “Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica *Enezila de Lima*”, em homenagem póstuma à professora do Departamento de História da UEL, cuja atuação foi fundamental para a consolidação da instituição.

O acervo do NDPH é composto por uma ampla coleção de documentos institucionais, mas também reúne acervos pessoais provenientes de doações realizadas por professores e pesquisadores dedicados à História Regional do Norte do Paraná e por agentes históricos diretamente envolvidos nos processos de formação da região. Insere-se nesse conjunto o Fundo Oswald Nixdorf, que concentra a documentação utilizada na construção dos tópicos seguintes deste capítulo. O referido fundo foi doado ao NDPH em 18 de maio de 1997 por Klaus Nixdorf¹⁷⁸ e é constituído por uma tipologia documental variada, composta por cartas, relatórios, recortes de jornal, prospectos da CTNP, entre outros registros administrativos. Esses documentos abrangem comunicações entre figuras envolvidas na condução de projetos coloniais e referências a instâncias administrativas, permitindo acessar aspectos do funcionamento interno desses empreendimentos que raramente aparecem nas narrativas oficiais.

O recorte temporal do fundo abrange o período compreendido entre 1932 e 1976, sendo uma parte dessa documentação relativa aos anos em que Oswald Nixdorf esteve à frente da administração da Colônia Roland. Agrônomo de formação, com especialização em culturas tropicais, Nixdorf havia atuado em um projeto colonizador na ilha de Sumatra, na Indonésia, ao longo da década de 1920¹⁷⁹. Sua aproximação com a CTNP se deu por intermédio da *Gesellschaft für Wirtschaftliche Studien in*

¹⁷⁸ Informação concedida pelo Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL.

¹⁷⁹ Para uma abordagem mais detalhada sobre a trajetória de Oswald Nixdorf, conferir: TIEMANN, Joachim. Oswald Nixdorf (1902-1981). In: MAINKA, Peter Johann; PRIORI, Ângelo (orgs.). **Rolândia no norte do Paraná: contribuições para a história da sua fundação**. Maringá: Eduem, 2017.

Übsersee (GWS)¹⁸⁰, uma vez que Erich Koch-Weser, um de seus diretores, era seu amigo de infância. Após negociações, Nixdorf formalizou um contrato com a GWS, que passou a intermediar as condições de sua atuação junto à CTNP¹⁸¹.

Nixdorf chegou à Londrina em maio de 1932 com a finalidade de estudar as condições das terras e avaliar a viabilidade da instalação de uma colônia de imigrantes alemães na região. Com o desenvolvimento do assentamento que se tornou a Colônia Roland, passou a armazenar correspondências, telegramas e outros documentos relacionados à administração cotidiana do empreendimento. Esses registros, produzidos no contexto das práticas administrativas e das relações institucionais que estruturavam o projeto colonizador, constituem hoje o Fundo Oswald Nixdorf. Trata-se uma documentação vasta em informações inéditas, que ultrapassa os limites da história local de Rolândia e permite compreender as dinâmicas mais amplas do período de formação do Norte do Paraná, bem como sobre os conflitos, as tensões e os impasses que marcaram esses processos. Esse último quadro descreve de maneira precisa o conjunto documental sobre a Colônia *Neu Danzig* inserido em meio aos documentos administrativos de Nixdorf.

O Fundo Oswald Nixdorf encontra-se, desde o momento de sua doação, sem uma organização sistemática segundo os princípios da ciência da informação. A documentação está acondicionada em pastas de polietileno e separada por ano de produção, porém sem uma classificação, identificação ou arranjo definitivo. Em meio a esse conjunto, foi localizada uma pasta de material distinto – confeccionada em papelão ou papel cartão, semelhante a pastas escolares – que apresenta a anotação manuscrita “*Neu-Danzig heute Cambé*” (“Neu Danzig hoje Cambé”). Esse conjunto documental, possivelmente incorporado por Oswald Nixdorf após os problemas administrativos enfrentados pela Colônia *Neu Danzig*, sobretudo no que se refere à sua liderança, foi doado ao NDPH juntamente com o restante da documentação acumulada por ele no exercício de seu cargo como diretor da Colônia Roland.

¹⁸⁰ A GWS ou Sociedade de Estudos Econômicos do Ultramar, era uma associação sem fins lucrativos composta por políticos, bancos e companhias de navegação, que possuía como objetivo central o estudo de possibilidades para o estabelecimento de emigrantes alemães em locais com condições econômicas favoráveis ao progresso e à manutenção do vínculo com a cultura e a pátria alemã. A Colônia Roland, assentamento o qual Nixdorf havia sido incumbido de organizar, era “filiada” à GWS, o que explica a frequente troca de cartas com von Freeden. Cf. NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf. Impresso institucional da Gesellschaft für Wirtschaftliche Studien in Übersee.** 1932. Documento 4.

¹⁸¹ TIEMANN, op. cit. p. 97.

As condições de armazenamento, contudo, não eram adequadas para esse tipo de documentação. Considerando que o conjunto não se encontrava organizado nem acondicionado de forma segura, foi necessário realizar um trabalho de tratamento das fontes para viabilizar sua utilização nesta pesquisa. Inicialmente, os documentos foram digitalizados, com o objetivo de facilitar o acesso e reduzir o manuseio do material físico, já fragilizado em decorrência de um longo período de acondicionamento inadequado. Em um segundo momento, os documentos foram separados e armazenados em jaquetas de poliéster¹⁸², visando a manutenção de sua integridade física.

Após a organização preliminar do material, foi elaborada uma ficha de catalogação¹⁸³ destinada ao registro de informações essenciais sobre cada documento, tais como a numeração, tipologia documental, datação, conteúdo e observações gerais. Ressalta-se que esse procedimento não teve como finalidade a reorganização arquivística formal do fundo, mas a criação de um mecanismo de controle e análise que possibilitasse o uso da documentação no âmbito desta pesquisa. Os documentos pertencentes ao conjunto relativo à Colônia *Neu Danzig* apresentam-se em três idiomas, com predominância do alemão, além de ocorrências esporádicas em português e inglês. Todos os documentos desse conjunto foram transcritos e traduzidos¹⁸⁴, informação que também foi registrada na ficha de catalogação. Ademais, alguns documentos da coleção mais ampla do fundo Oswald Nixdorf foram selecionados por estabelecerem relação direta com a Colônia *Neu Danzig*, sendo igualmente transcritos e traduzidos para fins analíticos.

Diante da ausência de uma classificação prévia e da inexistência de uma numeração original atribuída aos documentos sobre *Neu Danzig*, tornou-se necessário estabelecer um sistema de identificação específico para esta pesquisa. Dessa forma, cada documento foi numerado sequencialmente, conforme sua incorporação à ficha de catalogação elaborada, recebendo um número único que permite sua localização, controle e referência ao longo do trabalho. Essa numeração constituiu-se como um recurso metodológico adotado exclusivamente para fins de pesquisa.

¹⁸² Material gentilmente fornecido pelo Museu Histórico de Cambé.

¹⁸³ Conferir modelo no Apêndice A.

¹⁸⁴ Em casos de manuscritos em alemão, foi utilizada a plataforma Transkribus, que utiliza um sistema de inteligência artificial para realizar o trabalho paleográfico e detectar o texto. Disponível em: <https://www.transkribus.org/>. Acesso em: 23 set. 2023.

As referências aos documentos seguem o padrão “Fundo Oswald Nixdorf. Pasta *Neu Danzig*. [descrição]. [data]. [número do documento], [número da página, se houver mais de uma]”, no qual a designação “Pasta *Neu Danzig*” distingue o conjunto documental específico relacionado à colônia, enquanto o número remete ao registro atribuído na ficha de catalogação. Por exemplo, a referência “NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig produzido por Oswald Nixdorf*. 20 jul. 1935. Documento 37, p. 2” corresponde ao documento numerado como 37 na tabela elaborada para esta pesquisa. Tal procedimento assegura transparência metodológica e facilita a rastreabilidade das fontes utilizadas, evitando ambiguidades na identificação documental em um fundo caracterizado pela fragmentação e diversidade tipológica.

Os documentos referentes à Colônia *Neu Danzig*, portanto, configuram um achado de grande relevância historiográfica, na medida em que apresentam informações inéditas sobre o processo de estruturação do empreendimento colonial, contratos firmados com a CTNP e a atuação de agentes pouco ou nada abordados na bibliografia existente, seja ela de caráter memorialista ou acadêmico. O acesso a esse conjunto documental possibilita não apenas a ampliação do corpus de fontes disponíveis, mas sobretudo a revisão de interpretações consolidadas, muitas vezes baseadas em narrativas parciais. É a partir dessa base documental e das possibilidades analíticas que ela oferece que se desenvolvem, nos tópicos seguintes, as análises sobre a formação e declínio da Colônia *Neu Danzig*.

4.2 A formação da Colônia *Neu Danzig* sob a perspectiva da variação de escalas

4.2.1 Micro-História e História Regional/Local: variação de escalas como ferramenta analítica

A segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1970, representou um período de significativas transformações no que diz respeito à historiografia ocidental. Muitas dessas mudanças se deram devido aos ecos dos movimentos que se desenrolaram ao longo do ano de 1968¹⁸⁵. Sobre esse contexto,

¹⁸⁵ Os movimentos de 1968 constituem uma espécie de “acontecimento-ruptura” de alcance mundial. Embora tenham assumido formas distintas em seus epicentros – do Maio Francês e da Primavera de Praga à Revolução Cultural Chinesa e às mobilizações estudantis no México e nos EUA, por exemplo –, partilharam uma matriz comum, que foi a contestação radical da lógica cultural dominante. Mais que

Carlos Aguirre Rojas aponta que:

1968 é sobretudo uma profunda e estrutural revolução cultural. Então, ao irromper com força no plano da “cultura” contemporânea e de seus principais mecanismos de reprodução, o movimento de 1968 desestruturou essa esfera da totalidade social, direcionando todos os refletores do drama histórico para essas dimensões culturais, e abrindo espaço para o evidente auge que o estudo da história de todos esses temas teria ao longo dos últimos cinquenta anos.¹⁸⁶

Os impactos dos movimentos de 1968 na percepção sobre a dimensão cultural influenciaram diretamente no campo historiográfico. Passou-se a direcionar o foco das investigações nas questões envolvendo os sujeitos comuns, as experiências locais, os modos de vida e as representações coletivas, aspectos até então marginalizados pela história política e econômica tradicional. Apesar desse direcionamento para experiências localizadas, não se buscou, nesse contexto, renunciar os modelos gerais. Rojas aponta que, na historiografia, o movimento de 1968 possuía como sentido:

[...] restabelecer o equilíbrio da balança da análise histórica, reintroduzindo junto a essas coordenadas estruturais e mais universais da história, todo um conjunto de dimensões histórico-concretas, de níveis e realidades complementares a essas mesmas coordenadas. Assim, ao restaurar as diversas dialéticas entre o geral e o particular, o macro e o micro, as estruturas e os atores, a economia e a cultura, o poder e as resistências, o global e o regional-local, as normas e os casos, os centros e as margens, os historiadores do pós-68 tornaram mais complexo o ofício do historiador, ao reintroduzirem o papel ativo e criador dos sujeitos históricos na construção de sua própria história.¹⁸⁷

uma mudança política imediata, os movimentos de 1968 abalaram as instituições de reprodução cultural e abriram espaço para novos sujeitos coletivos e para as chamadas “novas esquerdas”. Para um maior aprofundamento sobre os movimentos de 1968 conferir: Rojas (2012); Rojas (2018); e Hobsbawm (1996).

¹⁸⁶ “1968 es sobre todo una profunda y estructural revolución cultural. Entonces, al irrumpir con fuerza en el plano de la “cultura” contemporánea y de sus principales mecanismos de reproducción, el movimiento del 68 desestructuró a esta esfera de la totalidad social, movilizandando todos los reflectores del drama histórico hacia dichas dimensiones culturales, y abriendo el espacio para el auge evidente que el estudio de la historia de todos estos temas va a tener durante los últimos cincuenta años transcurridos”. In: ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Los efectos de 1968 sobre la historiografía occidental. **Revista de Historia y Geografía**, Santiago, n. 39, nov. 2018. p. 194. Texto original em espanhol. Tradução nossa.

¹⁸⁷ “[...] volver a nivelar la balanza del análisis histórico, reintroduciendo junto a estas coordenadas estructurales y más universales de la historia también a todo ese conjunto de dimensiones histórico-concretas, y de niveles y realidades complementarias de dichas coordenadas. Así, restituyendo las distintas dialéticas de lo general/particular, macro/micro, estructuras/actores, economía/cultura, poder/resistencias, global/regional-local, normas/casos y centros/márgenes, los historiadores post-68 han recomplejizado una vez más el oficio de historiador, reintroduciendo de nueva cuenta el rol activo y creador de los sujetos históricos en la construcción de su propia historia”. In: ROJAS, op. cit., p. 200. Tradução nossa.

Ao invés de incentivar a exclusão das abordagens macro-históricas, essas novas perspectivas apresentaram uma revalorização das dialéticas, a interpenetração entre os acontecimentos gerais e particulares, atitude essa que permitiu a inserção, na historiografia, de grupos, sujeitos e contextos antes marginalizados ou ignorados. Nessa circunstância, dentre as várias abordagens históricas que emergiram a partir dessa ruptura, um exemplo possível de destacar trata-se da Micro-História.

A Micro-história, mais especificamente a Micro-História italiana, desenvolveu-se a partir da chegada de novos colaboradores no periódico *Quaderni Storici*¹⁸⁸ a partir de meados da década de 1970. Entre eles, Giovanni Levi, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg foram alguns dos historiadores que “[...] compartilhavam uma forma especial de fazer história atendendo a reduzidos espaços de análise”¹⁸⁹.

Embora uma definição exaustiva da Micro-História italiana¹⁹⁰ não seja o foco principal desta pesquisa, é fundamental destacar seus três paradigmas metodológicos centrais, conforme identificado por Rojas, para compreender sua abordagem analítica:

Em primeiro lugar, o paradigma da mudança da escala de observação; em segundo lugar, o paradigma da análise exaustiva e intensiva do universo micro-histórico recortado para construir descrições densas dos fatos e processos estudados; e finalmente o paradigma indiciário utilizado como método de investigação naqueles casos específicos em que, por diversas razões, o acesso direto e imediato aos problemas abordados pelo historiador é dificultado [...]¹⁹¹

Desses três paradigmas que constituem a abordagem micro-histórica, destaca-se o primeiro, sobre a mudança da escala de observação, por sua ampla aplicabilidade não apenas à Micro-História, mas para outros campos da pesquisa histórica. Para além da perspectiva de que a Micro-História se utiliza somente da redução da escala de análise para o desenvolvimento de seus estudos, é preciso recordar que, conforme

¹⁸⁸ O *Quaderni Storici* é um periódico fundado em 1966 pelo historiador Alberto Caracciolo, na comuna italiana de Ancona. A revista publica estudos que abrangem diversos campos da disciplina histórica, da Antiguidade às abordagens contemporâneas, e tornou-se particularmente reconhecida por seu papel central na consolidação e difusão da Micro-História, que marcou as renovações historiográficas italianas a partir dos anos 1970.

¹⁸⁹ BANDIERI, Susana. Micro História, Microanálise, História Regional, História Local. Semelhanças, diferenças e desafios teóricos e metodológicos: contribuições a partir da Patagônia. **Aedos**, Porto Alegre, v. 14, n. 32, jul./dez. 2022. p. 300.

¹⁹⁰ Mais informações e definições sobre a Micro-História, conferir: Levi (2011), Espada Lima (2006) e Rojas (2012).

¹⁹¹ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-História italiana**: modos de uso. Londrina: EDUEL, 2012. p. 9.

destacado por Jacques Revel, “[...] mais do que escalas, reivindicadas como mais ou menos pertinentes, é do princípio da variação de escala que se esperam hoje benefícios heurísticos”¹⁹².

Neste sentido, a alternância entre os níveis de observação ao desenvolver análises sobre determinados contextos constitui uma ferramenta metodológica de grande relevância, visto que permite a compreensão das interações entre diferentes dimensões da realidade histórica. Um exemplo de uso possível dessa metodologia para além da abordagem micro-histórica se dá nos estudos inseridos no campo da História Regional. Antes de discutir sobre a utilização das variações de escala no campo da História Regional/Local, é relevante destacar algumas diferenças existentes entre essa área e a Micro-História italiana, visto que é comum que possa existir certa confusão nas definições de ambas as abordagens.

Bem como a Micro-História, a História Regional/Local passou a receber maior atenção dos historiadores após os movimentos de 1968, especialmente a partir da revalorização da dialética entre o recorte global e o local. Esse contexto marcou, para a História Regional/Local, um momento de renovação metodológica, impulsionado por debates oriundos da historiografia inglesa, francesa e italiana¹⁹³. A partir dessas transformações, os estudos regionais deixaram gradualmente a perspectiva tradicional associada às crônicas e aos memorialistas locais, passando a ser considerada como uma Nova História Regional/Local, caracterizada por maior rigor analítico, problematização e integração com questões de ordem estrutural e processual.

Apesar do termo “micro” dar a entender que o foco de análise do campo de pesquisa se dá em espaços menores – como uma cidade ou uma região, por exemplo – existem grandes diferenças na constituição metodológica entre Micro-História e História Regional/Local, como apontado por alguns autores. José D’Assunção Barros escreveu sobre algumas dessas características diferenciadoras:

[...] é óbvio que o ‘espaço’, seja este difundido como espaço físico ou como espaço social, é uma noção fundamental dentro deste campo de estudos que pode ser enquadrado como História regional.
Enquanto a História regional corresponde a um domínio ou a uma abordagem

¹⁹² REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010. p. 436.

¹⁹³ CORRÊA, Anderson Pereira Romário. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 146, 2015. p. 17.

historiográfica que foi se constituindo em torno da idéia de construir um espaço de observação sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais (e a recorrência de determinadas contradições sociais, obviamente), já a Micro-História corresponde a um campo histórico que se refere a uma coisa bem distinta: a uma determinada maneira de se aproximar de certa realidade social ou de construir o objeto historiográfico.¹⁹⁴

A distinção proposta por Barros destaca a utilização do “espaço” como ponto central da análise dentro da História Regional, ou seja, a delimitação de um território sobre o qual são produzidas as interpretações das experiências sociais. Por outro lado, o foco analítico da Micro-História se estabelece na redução da escala, não necessariamente a uma região ou local, mas em relação a um indivíduo ou até mesmo uma realidade específica. Ainda sobre este assunto, Barros aponta que:

Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através da pequena comunidade (não é, por exemplo, a perspectiva da História local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para se atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla.¹⁹⁵

Compreende-se, a partir do que é exposto pelo autor, que uma das principais diferenças entre a Micro-História e a História Regional/Local está em suas finalidades analíticas. Conforme Anderson Pereira Corrêa, “A História Local Nova e a Micro-História se encontram na escala. Uma utiliza a escala como fim e a outra como meio”¹⁹⁶. Apesar dessas distinções, é possível reconhecer uma convergência metodológica entre ambas as abordagens, especialmente no uso das variações de escala como ferramenta interpretativa.

Essa aproximação é reforçada pelo próprio objetivo da renovação pós-1968, conforme mencionado, que buscava reintroduzir a dialética Global/Regional-Local. Assim como a Micro-História usa o caso individual ou comunitário para testar, complexificar ou apresentar dimensões subalternas das estruturas sociais mais amplas, a História Regional/Local pode recorrer à mudança de escala para articular o espaço regional às coordenadas estruturais mais universais. Esse movimento possibilita o historiador perceber o espaço local como um reflexo do global, além de

¹⁹⁴ BARROS, José D’Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **OP SIS**, Goiânia, v. 7, n. 9, 2010. p. 168-169.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 169.

¹⁹⁶ CORRÊA, op. cit., p. 26.

reconhecer a atuação dos sujeitos e a singularidade dos contextos, enfatizando o papel ativo de suas próprias experiências históricas.

No caso da presente pesquisa, essa ferramenta da variação de escalas será utilizada a seguir com a finalidade de apresentar os desdobramentos dos conflitos ocorridos no ocidente no início do século XX. Conflitos esses que influenciaram diretamente na transferência das famílias oriundas da Cidade Livre de Danzig ao Brasil, visando a constituição da Colônia *Neu Danzig* no Norte do Paraná. A aproximação entre o global e o local possibilita, neste caso, observar um determinado contexto que poderia passar despercebido sob uma análise estritamente macro-histórica, como será verificado a seguir.

4.2.2 A conjuntura internacional do entreguerras e os vetores da emigração danziguense

Para compreender algumas das motivações que levaram milhares de pessoas de distintas regiões da Europa a abandonarem suas origens e se deslocarem rumo a uma extensa área de mata atlântica ainda intocada pelos agentes do capitalismo – sem garantia real de prosperidade além das promessas, frequentemente exageradas, presentes nas propagandas da CTNP –, torna-se necessário observar o contexto histórico que marcou as décadas iniciais do século XX. Os acontecimentos que caracterizaram o intervalo entre 1919 e 1939, conhecido como “período entreguerras”, foram responsáveis por intensas transformações políticas, econômicas e sociais que redefiniram as fronteiras nacionais, alteraram profundamente as condições financeiras e desencadearam uma crise identitária entre diversos grupos estabelecidos na Europa.

Tem-se como um dos pontos centrais de todas essas transformações a assinatura do Tratado de Versalhes, em 28 de junho de 1919, após o armistício firmado em 1918, que marcou o fim da Primeira Guerra Mundial, além do próprio conflito, que destruiu a economia dos países envolvidos. O acordo foi constituído por uma série de considerações voltadas a restringir o poder da Alemanha, mantendo-a enfraquecida e sob vigilância internacional. Uma dessas medidas foi a redefinição do mapa da Europa, que fragmentou impérios e deu origem a novos Estados. Ao abordar o Tratado de Versalhes, Eric Hobsbawm aponta que:

Impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências (a cláusula da 'culpa de guerra'), para mantê-la permanentemente enfraquecida. Isso foi conseguido não tanto por perdas territoriais, embora a Alsácia-Lorena voltasse à França e uma substancial região no Leste à Polônia restaurada (o 'Corredor Polonês', que separava a Prússia oriental do resto da Alemanha) [...]; essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-se 'reparações' (pagamentos dos custos da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar.¹⁹⁷

As imposições do acordo de Versalhes, ao mesmo tempo que buscaram uma garantia de paz e reparação pós-guerra, acarretaram um sentimento de humilhação coletiva na população alemã¹⁹⁸, contribuindo também com a instabilidade na economia, que já havia sido afetada pelos esforços de guerra. A questão territorial também foi um dos tópicos sensíveis que influenciou diretamente o ressentimento dos alemães diante do acordo.

Além de perder as colônias no ultramar, a Alemanha foi obrigada a ceder uma faixa de terra estratégica localizada ao redor do rio Vístula, conhecida como "Corredor Polonês", que passou a integrar o território da Polônia recém independente¹⁹⁹. Essa redefinição separou a Prússia Oriental do restante do território alemão, criando uma descontinuidade geográfica que seria vista pelos alemães como uma afronta à integridade do Estado nacional. O interesse em torno do Corredor Polonês não se limitava à configuração das fronteiras, mas incluía o acesso ao mar Báltico, que se dava através do porto localizado na cidade de Danzig. Possuir domínio sobre essa região era essencial para quem obtivesse o controle do porto, tanto pelo escoamento da produção quanto pela questão econômica envolvida.

Quanto à Danzig, duas determinações do Tratado de Versalhes influenciaram diretamente sua existência. A primeira foi a criação da Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações, que consistia na união de alguns países

¹⁹⁷ HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 39.

¹⁹⁸ A desvalorização da moeda e a alta taxa de desemprego na Alemanha após a Guerra foram responsáveis por gerar um choque psicológico na população, que atravessou um período de miséria e angústia nos anos iniciais da República de Weimar, estabelecida em novembro de 1918. Sobre este contexto, cf. RICHARD, Lionel. **A República de Weimar (1919-1933)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁹⁹ Sobre a história da Polônia e as divisões territoriais que sofreu ao longo dos séculos, cf. LUKOWSKI, Jerzy; ZAWADZKI, Hubert. **A Concise History of Poland**. New York: Cambridge University Press, 2019.

em prol da manutenção da paz e prevenção de novos conflitos armados generalizados – algo que não se concretizou na prática, como é de conhecimento. A segunda determinação foi a transformação de Danzig em uma cidade-estado, que ficaria sob tutela da recém-criada Sociedade das Nações, conforme o Art. 102º do Tratado²⁰⁰.

A existência de Danzig foi marcada por inúmeros conflitos territoriais, não tendo sido diferente durante as décadas iniciais do século XX. A partir da unificação da Alemanha em 1871, a cidade se tornou o centro administrativo da província da Prússia Oriental²⁰¹, tendo se mantido até 1919, quando da assinatura do tratado de paz que culminou na transição para se tornar a Cidade Livre de Danzig (Figura 8).

Figura 8 – A Cidade Livre de Danzig e o Corredor Polonês (1919-39)



Fonte: *The Map Archive* (2025).

Observa-se, no mapa apresentado, a delimitação das fronteiras da Cidade Livre de Danzig, vigentes entre 1920 e 1939, até sua anexação pela Alemanha no

²⁰⁰ TRATADO de Paz entre as Potências aliadas e associadas e a Alemanha, e Protocolo anexo [...]. 28 jun. 1919. p. 327.

²⁰¹ CIENCIALA, Anna M.; KOMARNICKI, Titus. **From Versailles to Locarno: keys to Polish foreign policy, 1919-25.** Lawrence: University Press of Kansas, 1984. p. 92.

início da Segunda Guerra Mundial. O território da Cidade Livre compreendia, além da cidade de Danzig, centros urbanos como Zoppot, Praust e Neuteich, sendo administrado sob tutela da Liga das Nações. O mapa destaca também o território ocupado pelo Corredor Polonês, que concedeu acesso ao Mar Báltico por parte da Polônia. Outro dado relevante são as áreas identificadas por majorias linguísticas alemãs e polonesas dentro do território polonês. Nota-se que, mesmo após a separação política da Alemanha, persistia uma forte presença germanófono na região, sobretudo em Danzig, apesar de não estar em destaque na imagem. Essa permanência demográfica, aliada ao caráter cultural, administrativo e político amplamente germânico da Cidade Livre, esteve na base das tensões recorrentes entre população alemã, governo polonês e autoridades internacionais, configurando um dos fatores de instabilidade após o fim da Primeira Guerra Mundial.

O contexto geopolítico que engloba o período entreguerras, sobretudo as questões envolvendo os territórios mencionados, é repleto de nuances e especificidades que não cabem serem aprofundadas na presente pesquisa, visto o risco de se distanciar do assunto central. Entretanto, é possível destacar uma questão que pode interessar para o desenvolvimento da análise sob a variação de escalas, e diz respeito à influência política e econômica da Grã-Bretanha na Cidade Livre de Danzig ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Essa contextualização permite considerar que determinados agentes e instituições presentes no território danziguense podem ter desempenhado papel relevante na difusão de informações sobre oportunidades de migração para o Norte do Paraná, especialmente em razão de sua interlocução com iniciativas empresariais vinculadas à colonização em curso no Brasil. Nesse contexto, a atuação britânica em Danzig surge como um possível canal indireto de divulgação das iniciativas promovidas pela CTNP. Os elementos apresentados a seguir buscam fundamentar essa hipótese, articulando as dinâmicas do plano macro-histórico com os processos específicos que resultaram na formação da *Colônia Neu Danzig*.

A participação britânica nas questões pós-armistício de 1918 não se restringiu somente às assembleias para definição das imposições que estariam presentes no Tratado de Versalhes. É possível notar, a partir do que destacou Anna Cienciala²⁰², uma presença considerável dos britânicos não apenas na agenda política, mas

²⁰² CIENCIALA; KOMARNICKI, op. cit.

também no que diz respeito à economia, sobretudo no que tange à Cidade Livre de Danzig. Entre os exemplos dessa atuação na economia, tem-se o acordo firmado no ano de 1923 para a introdução de uma nova moeda na Cidade, visto que até então utilizava-se a moeda oficial da Alemanha, o *Papiermark* (Marco de papel)²⁰³.

Após a aprovação de um acordo em assembleia popular, o *gulden* (Florim) foi adotado como moeda oficial de Danzig. Conforme Cienciala, “A nova moeda, o *gulden*, avaliada em um vinte e cinco avos da libra esterlina inglesa, foi estabelecida com o auxílio de um empréstimo significativo de bancos britânicos”²⁰⁴. Essa vinculação direta à libra esterlina aponta que o apoio britânico não se limitou à esfera diplomática, estendendo-se à estabilização financeira do território. Outra decisão que reforça essa presença britânica foi a abertura de uma filial do Banco de Danzig – espécie de Banco Central, fundado para realizar a emissão do *gulden* – em Londres, que seria utilizada para o processamento de cheques²⁰⁵.

Necessita-se ter em vista que essas e outras ações relacionadas à aproximação entre a Grã-Bretanha e a Cidade Livre de Danzig ocorreram por razões geopolíticas. Os britânicos se posicionaram contrários ao processo de “polonização” de Danzig, pois consideravam fundamental que a cidade permanecesse como um elemento estratégico em eventuais negociações futuras de revisão do Tratado de Versalhes com a Alemanha. Nesse sentido, o respaldo britânico à estabilidade monetária de Danzig funcionou como um mecanismo de contenção, motivado pelo temor de que a Polônia, aproveitando-se da instabilidade econômica do território, pudesse exercer pressões políticas e comerciais sobre a Cidade Livre.

Além da intervenção monetária, outro vetor relevante da presença britânica em Danzig manifestou-se através de investimentos de capital privado em indústrias dos setores ferroviário e de construção naval no início da década de 1920²⁰⁶. Tal informação mostra-se de grande importância para o contexto da presente pesquisa, pois permite sustentar a hipótese de como os cidadãos da Cidade Livre de Danzig

²⁰³ A busca pela criação de uma nova moeda na Cidade Livre de Danzig se deu, sobretudo, por conta da hiperinflação que atingiu o *Papiermark*. A inflação foi um efeito direto dos pagamentos da dívida de reparação de guerra imposta pelo Tratado de Versalhes, além de ser agravada pela ocupação franco-belga da região do Ruhr, na Alemanha, no início de 1923. Cf. CIENCIALA; KOMARNICKI, op. cit., p. 108.

²⁰⁴ “The new currency, the gulden, valued at one-twenty fifth of the English pound sterling, was established with the aid of a sizeable loan from British banks.” *In*: Ibid., p. 108. Texto original em inglês. Tradução nossa.

²⁰⁵ DANZIG to establish new currency system. **The New York Times**, New York, 20 jul. 1923.

²⁰⁶ CIENCIALA; KOMARNICKI, op. cit., p. 97.

tomaram conhecimento do empreendimento fundado no Norte do Paraná pela *Parana Plantations Ltd.*, considerando que uma de suas vertentes era justamente o investimento na malha ferroviária da região.

No capítulo “*Emigration from The Free City of Danzig to the Brazilian jungle*”, Jan Daniluk, ao contextualizar sobre as questões migratórias de Danzig, aponta que: “As circunstâncias que se deu a transmissão de informações sobre as oportunidades de migração para o Paraná aos cidadãos da Cidade Livre de Danzig permanecem desconhecidas”²⁰⁷. Nesse sentido, embora não tenham sido localizados documentos que esclareçam de modo preciso essa questão, é plausível supor a existência de algum tipo de contato entre as empresas britânicas que investiram nas ferrovias de Danzig no início dos anos 1920 e a própria *Parana Plantations Ltd.* Essa hipótese se reforça ao se considerar o interesse crescente da CTNP em atrair uma base de compradores de terras a partir da década de 1930, movimento que envolveu estratégias de propaganda em diferentes países europeus e que possivelmente favoreceu o acesso dos cidadãos da Cidade Livre de Danzig a informações sobre a colonização no Norte do Paraná.

Outro elemento que sustenta a hipótese de que os britânicos direcionaram intencionalmente seus esforços propagandísticos à Danzig está relacionado ao crescimento do porto como ponto de embarque de migrantes. O aumento da procura pelo transporte de passageiros indicava intensa circulação de pessoas que buscavam deslocar-se definitivamente para outros países²⁰⁸. Dessa forma, faz-se plausível que a *Parana Plantations Ltd./CTNP* tenha identificado a Cidade Livre de Danzig como um alvo estratégico de suas ações de divulgação, justamente pela presença de um público predisposto à emigração. De acordo com Daniluk:

No início da década de 1920, devido ao papel crescente de Danzig como porto de passageiros, algumas das maiores companhias de navegação estrangeiras abriram escritórios na cidade, como a American Line SSC, a britânica White Star Line, a francesa Worms & Cie, a alemã Norddeutscher Lloyd e a canadense Cunard White Star Ltd. (em 1927, havia ao todo 13 escritórios estabelecidos).²⁰⁹

²⁰⁷ “The circumstances of the passing of information on Paraná migration opportunities to the citizens of the Free City of Danzig remain unknown.” *In*: DANILUK, op. cit., p. 181. Tradução nossa.

²⁰⁸ Estima-se que entre as décadas de 1920 e 1930 um total de 290.000 pessoas emigraram através do porto de Danzig, indicativo da alta movimentação do local. Cf. DANILUK, op. cit., p. 180.

²⁰⁹ “In the early 1920s, due to the increasing role of Danzig as a passenger port, some of the largest foreign shipping companies opened their offices there, e.g. the American Line SSC, the British White Star Line, the French Worms & Cie, the German Norddeutscher Lloyd or the Canadian Cunard White Star Ltd (in 1927 there were 13 offices in total)”. *In*: DANILUK, op. cit. p. 179. Tradução nossa.

Neste trecho, o autor evidencia a relevância que porto de Danzig possuiu no transporte de passageiros a partir da década de 1920, sobretudo devido ao fluxo migratório. Entre as empresas de navegação mencionadas, uma se destaca para o escopo desta pesquisa. A *Norddeutscher Lloyd* (NDL)²¹⁰, considerada como uma das maiores companhias de navegação da Alemanha, esteve envolvida no processo de imigração de famílias alemãs para diversos lugares do mundo. Entretanto, no caso da Colônia *Neu Danzig*, foi possível perceber, a partir do conteúdo presente em determinados documentos, uma atuação mais direta no processo de transferência das famílias de imigrantes, sobretudo a partir da filial da NDL na Cidade Livre de Danzig.

Alguns documentos localizados no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, que tratam do papel da NDL no contexto da transferência dos imigrantes da Cidade Livre de Danzig, sugerem duas formas de atuação da companhia marítima em questão. A primeira delas, naturalmente, diz respeito ao transporte dos passageiros, como demonstra o seguinte trecho:

O presidente do nosso Conselho de Administração, o Sr. Bloch, domiciliado em Badestrand 5, fica por meio desta devidamente autorizado a celebrar, em nome da Hamburg Süd-Amerika e da Norddeutscher Lloyd Bremen, ou de qualquer companhia de navegação que mantenha comunhão de interesses com ambas as linhas, um acordo juridicamente válido para o transporte de membros de nossa cooperativa como emigrantes para o Brasil.²¹¹

Esse excerto integra uma autorização datada de 28 de junho de 1931, na qual a diretoria e o conselho de administração da “Cooperativa de Colonização *Neu Danzig*” concedem a Franz Bloch poderes para negociar acordos com diferentes companhias de navegação, entre elas a *Norddeutscher Lloyd*. Dentre os documentos

²¹⁰ A *Norddeutscher Lloyd* (NDL) foi fundada em Bremen, Alemanha, em 1857. Tornou-se uma das principais companhias de navegação alemãs, atuando intensamente nas rotas marítimas intercontinentais e adquirindo grande relevância no transporte de passageiros, especialmente durante o período de intensificação da migração europeia para outros continentes. Em 1970, a NDL fundiu-se com sua tradicional concorrente, a *Hamburg-Amerikanische Packetfahrt-Actien-Gesellschaft* (HAPAG), companhia fundada em 1847, dando origem à *Hapag-Lloyd AG* (HLAG). A nova empresa permanece ativa até os dias atuais como uma das maiores operadoras globais de transporte marítimo de contêineres, contando inclusive com escritórios em diversos estados brasileiros.

²¹¹ „Der vorsitzende unseres Aufrichtsrater Herr Bloch bezüglich Badestrand 5. wird hiermit bevollmächtigt auf der Hamburg sud-amerika seine dem ‚Norddeutscher Lloyd Bremen‘, oder einer mit diesen beiden Linien in interessen gemeinschaft stehenden Reederei ein Abkommen über beförderung von Mittgliedern unserer Genossenschaft als Auswandern nach Brasilien rechtsverbindlich in tätigen“. In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Autorização de acordos entre companhias de navegação e Sociedade de Colonização Neu Danzig*. 26 jun. 1931. Documento 4. Tradução nossa.

identificados, este constitui a referência mais antiga à participação da NDL no processo de emigração dos colonos para o assentamento no Norte do Paraná.

Outro documento localizado aponta para a presença da NDL no processo de transferência das famílias danzigueses para o Brasil. Trata-se de uma carta redigida por Gastão Kück, colono estabelecido na própria Colônia *Neu Danzig*, e enviada à direção da *Norddeutscher Lloyd* de Bremen. O exemplar é datado de 29 de novembro de 1933, cerca de um ano e meio após a menção do documento anterior. Em determinado trecho da carta, Kück escreve:

O senhor Franz Bloch atuou como administrador fiduciário dos colonos e dos interessados na colonização. Estes efetuaram pagamentos a diversas instâncias e deveriam, em contrapartida, receber terras e outros valores equivalentes na colônia “Neu Danzig”. Uma grande parte desses depósitos foi realizada por meio da tesouraria da N.D.L. Sucursal Danzig G.m.b.H. Pelo prospecto anexo, que deixamos em suas mãos, Vossas Senhorias poderão constatar que a Norddeutscher Lloyd apresentava-se como representante geral da “Companhia de Terras Norte do Paraná”. Com base nesse prospecto, aliado ao bom nome de sua empresa em todo o mundo, os colonos confiaram de boa-fé e depositaram seu dinheiro.²¹²

O contexto da carta está atrelado à crise administrativa que a Colônia *Neu Danzig* estava atravessando, episódio que posteriormente desencadeou a falência da Colônia, o qual será aprofundado nos próximos tópicos. Contudo, dois elementos nela presentes são essenciais para compreender a segunda forma de atuação da NDL: a confirmação de que a tesouraria da sucursal da companhia em Danzig intermediou grande parte dos pagamentos realizados pelos colonos; e a existência de material promocional indicando a NDL como “representante geral” da CTNP. Esses aspectos evidenciam que a empresa de navegação desempenhou, a partir do que está presente no documento, funções de natureza financeira, configurando participação mais direta no processo migratório do que aquela tradicionalmente atribuída a uma companhia marítima.

Por outro lado, entre os documentos verificados, há também uma perspectiva

²¹² „Herr Franz Bloch trat als Treuhänder der Siedler resp. Siedlungsinteressenten auf. Diese zahlten na verschiedene Stellen Gelder ein und sollten dafür Land und andere Gegenwerte in der Kolonie “Neu-Danzig” zurückbekommen. Ein grosser Teil der Einzahlungen lief über die Kasse des N.D.L. Niederlassung Danzig G.m.b.H. Aus beiliegendem Prospect, den wir Ihnen zu treuen Händen überlassen, erschen Sie, dass der Norddeutsche Lloyd als Generalvertreter der “Companhia de Terras Norte do Paraná” auftritt. Auf diesen Prospect hin in Verbindung mit dem guten Namen den Ihre Firma in der Welt haben die Kolonisten gutgläubig ihr Geld eingezahlt“. In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. Carta de Gaston Kück a direção da *Norddeutscher Lloyd* em Bremen. 29 nov. 1933. Documento 14, p. 1. Tradução nossa.

contrastante, apresentada pela própria NDL. Em uma carta enviada à Oswald Nixdorf²¹³ em 12 de janeiro de 1934, a direção da companhia marítima – possivelmente representada pelo diretor L. Leisewitz, que aparece como remetente em outra correspondência consultada – procura se desvincular da situação envolvendo o fundo constituído através dos depósitos realizados pelos colonos:

Lamento que a questão da Colônia Neu-Danzig ainda não tenha sido definitivamente solucionada. Quaisquer reivindicações que nos tenham sido apresentadas pelo senhor Kück devemos, ou melhor, deve nossa representação em Danzig – que é uma sociedade anônima independente – rejeitar, pois nós, assim como Danzig, nada temos a ver com toda essa questão de contratos, etc. Nossa representação em Danzig atuava apenas como escritório de reservas de passagens. Os valores pagos além disso, em forma de quantias globais pelos emigrantes, foram mantidos à disposição do Senado de Danzig ou dos órgãos estatais de assistência à emigração por ele designados, e apenas o Senado ou esses órgãos podiam dispor desses fundos.²¹⁴

O conteúdo do documento faz referência direta à carta enviada por Kück à direção da NDL, negando quaisquer possibilidades de reivindicação ligada ao prejuízo financeiro sofrido pelos colonos, cuja arrecadação teria supostamente passado pela tesouraria da empresa. A partir do ponto de vista do autor da carta, nem a matriz em Bremen nem a filial em Danzig estiveram em algum momento atrelados de forma contratual com o grupo de colonos encabeçados por Franz Bloch, atribuindo-se a responsabilidade do acesso aos valores ao Senado da Cidade Livre de Danzig. O documento evidencia que há um conflito entre as partes envolvidas, em que cada uma busca isentar-se de todo o transtorno. Não foram encontradas na documentação analisada conclusões sobre toda a situação que desencadeou a crise administrativa. Outros aspectos sobre tal acontecimento serão aprofundados posteriormente.

²¹³ Neste contexto, Nixdorf esteve atuando como uma espécie de representante dos colonos danzigueses, buscando realizar o intermédio entre aqueles que foram prejudicados pela crise administrativa da Colônia *Neu Danzig* e algumas entidades que poderiam dar algum tipo de suporte ou reparação. Dentre algumas dessas entidades: o Senado da Cidade Livre de Danzig, a Companhia de Terras Norte do Paraná e a própria *Norddeutscher Lloyd*.

²¹⁴ „Es tut mir leid, dass die Angelegenheit der Kolonie Neu-Danzig immer noch nicht endgültig bereinigt ist. Irgendwelche Ansprüche, die uns durch Herrn Kück unterbreitet sind, müssen wir bezw. unsere Vertretung Danzig, die eine selbständige Aktiengesellschaft ist, ablehnen, da wir bezw. Danzig mit der ganzen Angelegenheit den Verträgen usw. Nichts zu tun haben. Unsere Vertretung Danzig war lediglich Buchungstelle für die Passagen. Gelder, die darüber hinaus in Form von Pauschalbeträgen von den Auswanderern eingezahlt sind, sind zur Verfügung des Danziger Senats bezw. der von diesen beauftragten staatlichen Auswanderer-Beratungsstellen gehalten worden und lediglich der Danziger Senat bezw. die staatlichen Auswanderer-Beratungsstellen konnten über diese Gelder verfügen“. In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. Carta de L. Leisewitz a Oswald Nixdorf. 12 jan. 1934. Documento 20, p. 1-2. Tradução nossa.

A apresentação e análise desses documentos referentes à participação da *Norddeutscher Lloyd* foi desenvolvida, sobretudo, como uma aplicação prática da variação de escalas, discutida no subtópico anterior. Outro exemplo dessas interações entre macro e micro reside no agravamento das tensões políticas entre 1918 e 1939. Como analisado, as disposições do Tratado de Versalhes desencadearam uma intensa crise na Alemanha, somando-se às consequências econômicas da guerra nos territórios envolvidos. A Cidade Livre de Danzig, além de ser um produto das imposições do Tratado, também foi afetada pelo elevado índice de desemprego, instabilidade política e econômica – especialmente após a crise de 1929 –, problemas compartilhados com a Alemanha e a Polônia²¹⁵. Esse cenário fomentou um clima de insegurança e apreensão entre seus habitantes, contribuindo para que muitos buscassem melhores condições de vida em outros lugares, alguns deles tendo como destino a própria Colônia *Neu Danzig*.

Tendo em vista o conjunto de fatores sobre o contexto global do período entreguerras, torna-se possível compreender como as dinâmicas do plano macro-histórico criaram as condições necessárias para que o empreendimento colonizador britânico no Norte do Paraná alcançasse setores específicos da população da Cidade Livre de Danzig. Examinar o cenário geopolítico das primeiras décadas do século XX possibilita visualizar que a formação e posterior falência da Colônia *Neu Danzig* não podem ser entendidas fora desse enquadramento mais amplo, que moldou expectativas, estratégias de propagandas, fluxos migratórios e mecanismos de financiamento.

4.2.3 A estruturação burocrática e fundiária da Colônia *Neu Danzig*

Com esse panorama global delineado, é possível agora deslocar o foco para o contexto local e analisar o processo de formação da Colônia *Neu Danzig*. É dispensável apresentar os antecedentes à formação do assentamento pelos colonos danziguenses, sobre a constituição da CTNP e as narrativas que envolvem sua atuação na região norte do Paraná, visto que esses foram assuntos abordados nos dois capítulos anteriores. Portanto, considera-se aqui como ponto de partida o início da década de 1930, após o começo da divulgação em massa dos lotes de terras

²¹⁵ CLARK, Elizabeth Morrow. The Free City of Danzig: Borderland, Hansestadt or Social Democracy? *The Polish Review*, Champaign, v. 42, n. 3, 1997. p. 269.

pertencentes à CTNP.

Conforme o argumento de Daniluk²¹⁶ já destacado, não foram encontradas evidências que apontem a forma com que a população de Danzig obteve informações sobre a possibilidade de formar assentamento no recém-iniciado empreendimento colonizador. A hipótese sobre os britânicos envolvidos na indústria ferroviária da Cidade Livre pode ser um caminho plausível, conforme observado, sobretudo quando somada à emissão de prospectos que circularam ao redor de toda a Europa. Apesar dessa dificuldade em afirmar precisamente como se deu esse contato, algumas informações presentes nos trabalhos de Daniluk e Cortez apresentam pistas sobre a formação da sociedade que agrupou e convenceu diversas famílias a se deslocarem para o Brasil.

A decisão de constituir uma sociedade de colonização aparentemente partiu de dois sujeitos que se tornaram sócios na Cidade Livre de Danzig. O engenheiro Walter Schneider e o comerciante²¹⁷ Franz Bloch organizaram a *Siedlungsgesellschaft Neu-Danzig* (Sociedade de Colonização *Neu Danzig*) possivelmente na primeira metade de 1931, tendo realizado o registro oficial junto às autoridades de Danzig em meados do mesmo ano. O objetivo central dessa instituição foi agrupar pessoas interessadas em investir na emigração para o norte do Paraná, criando um fundo em que os valores seriam depositados e, posteriormente, dando suporte aos colonos em sua nova casa.

O documento mais antigo ao qual se tem acesso mencionando a Sociedade de Colonização em questão – já apresentado no tópico anterior –, é a carta de autorização para negociações com companhias de navegação, datado de 28 de junho de 1931. Nela, pode-se observar um carimbo com o nome da Sociedade e alguns outros elementos presentes (Figura 9).

Figura 9 – Detalhe de carimbo em autorização de negociação (1931)



²¹⁶ DANILUK, op. cit., p. 181.

²¹⁷ Informação retirada de uma relação dos imigrantes que se deslocaram para a Colônia *Neu Danzig*, encontrada no Museu da Imigração em São Paulo, e disponível em: CORTEZ, op. cit. p.37-38.

Fonte: Fundo Oswald Nixdorf. Acervo do NDPH-UEL (2025).

O texto do carimbo apresenta a Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*” como uma cooperativa registrada com responsabilidade limitada (*eingetragene Genossenschaft mit beschränkter Haftpflicht*), sediada em Danzig e localizada na Rua Pfefferstadt, nº 76. Por último, a indicação da instituição que a cooperativa mantinha sua conta bancária, o *Deutsche Bank und Disconto-Gesellschaft*²¹⁸. O fato de o projeto estar juridicamente registrado conferia-lhe uma aparência de estrutura formal e confiável, essencial para estimular a adesão dos futuros membros que se tornariam colonos. Além disso, a menção à responsabilidade limitada indicava que os cooperados respondiam apenas até o limite de sua participação, ou seja, eventuais dívidas não poderiam ser cobradas diretamente dos colonos, apenas do patrimônio da própria sociedade.

O registro legal, endereço fixo, conta bancária em instituição renomada e menção explícita à responsabilidade limitada são elementos que transmitiram uma imagem de credibilidade à Sociedade. Mais que isso, são indícios de que os organizadores do projeto buscavam projetar confiança não somente aos indivíduos interessados, mas às autoridades de instituições burocráticas da Cidade Livre de Danzig, a exemplo do próprio Senado. Isso se reforça mediante à perspectiva de Daniluk, quando escreveu que as autoridades de Danzig recusaram as primeiras tentativas de Schneider em fundar colônias na América do Sul, por ele ter sido considerado um “criador de problemas”, após alguns de seus projetos coloniais fracassarem (Figura 10).

²¹⁸ A *Disconto-Gesellschaft* (Companhia de Descontos), fundada em Berlim no ano de 1851, foi por muito tempo considerada uma das maiores instituições bancárias da Alemanha. Em 1929, fundiu-se com o *Deutsche Bank* (Banco Alemão), outra empresa do ramo que também possuía grande relevância no país.

Figura 10 – Warnung vor „Neu-Danzig“ (Advertência sobre Neu Danzig)

Warnung vor „Neu-Danzig“

Brasilien wird die Danziger Auswanderer schwer enttäuschen

In der letzten Zeit macht ein Herr Ingenieur Schneider mit Unterstützung der „Danziger Neuesten Nachrichten“ Propaganda für die Auswanderung nach Brasilien und die Gründung einer Kolonie „Neu-Danzig“ in diesem Lande.

Die Staatliche Auswanderer-Beratungsstelle der Freien Stadt Danzig warnt, wie es die „Danziger Volksstimme“ bisher wiederholt getan hat, ausdrücklich davor, sich diesem Unternehmen anzuschließen. Sie ist sich hierin einig mit der Deutschen Reichsstelle für das Deutsche Auswanderungswesen, die ebenfalls zu diesem Projekt in abfälligem Sinne Stellung genommen hat.

Die in den letzten Jahren in Brasilien resp. Argentinien auf derselben gemeinwirtschaftlichen Basis, wie sie der Herr Ing. Schneider schaffen will, gegründeten Kolonien haben einen schweren Zusammenbruch erlebt. Die Teilhaber sind in kurzer Zeit ihre eingezahlten Gelder los geworden und waren später dem Hunger und Elend viel schlimmer wie in der Heimat preisgegeben.

Zu weiteren Auskünften für Interessenten ist die Staatliche Auswanderer-Beratungsstelle, Danzig-Neufahrwasser, Hindersinstraße 3-4, täglich in der Zeit von 9 bis 10 Uhr vormittags, bereit.

Fonte: *Danziger Volksstimme*. Acervo *The Free City Sourcebook* (2025).

A reportagem intitulada *Warnung vor „Neu-Danzig“* ou “Advertência sobre *Neu Danzig*” foi publicada no jornal *Danziger Volksstimme*²¹⁹ em 2 de julho de 1931. O subtítulo da notícia indica a recepção da ideia de formar uma colônia no Brasil por alguns setores da população danziguense: “O Brasil decepcionará fortemente os emigrantes de Danzig”²²⁰. A expectativa negativa sobre a formação da Colônia *Neu Danzig* pela Sociedade de Colonização de Bloch e Schneider se dá justamente pelo histórico conturbado mencionado no texto em questão:

As colônias recentemente fundadas no Brasil e na Argentina, que deveriam ter um caráter comunitário camponês, como pretende o senhor eng. Schneider, sofreram grande colapso. Os colonos foram, em pouco tempo, completamente enganados e caíram na miséria; fome e penúria chegaram a

²¹⁹ O *Danziger Volksstimme*, fundado em 3 de janeiro de 1920, alinhava-se ao *Sozialdemokratische Partei der Freien Stadt Danzig* (Partido Social-Democrata da Cidade Livre de Danzig) e tornou-se um dos principais jornais de oposição ao nazismo após 1933. Juntamente com o *Danziger Neueste Nachrichten*, figurava entre os periódicos de maior circulação em Danzig. Sua publicação foi suspensa em julho de 1936, após sucessivas restrições financeiras e intensificação da repressão dirigida aos seus jornalistas e à redação.

²²⁰ WARNUNG vor „Neu-Danzig“. *Danziger Volksstimme*, Danzig, ano 22, n. 151, p. 3, 2 jul. 1931.

níveis que não podem ser descritos adequadamente.²²¹

Não foram encontradas informações sobre a mudança de opinião acerca da emigração para o Brasil, visto que mesmo após a propaganda contrária, ela se concretizou meses após a publicação dessa reportagem. Além disso, o texto publicado no jornal aponta que a própria administração pública, na figura do Departamento Estatal de Assessoria aos Emigrantes da Cidade Livre de Danzig estavam advertindo a população contra a Sociedade de Colonização:

O Departamento Estatal de Assessoria aos Emigrantes da Cidade Livre de Danzig adverte, como já repetidamente afirmou a 'Danziger Volksstimme', de maneira explícita contra o ingresso nesse empreendimento. Ele concorda aqui inteiramente com a Repartição do Reich Alemão responsável pela Emigração Alemã, que também adotou uma posição desfavorável em relação a esse projeto.²²²

Dessa forma, a reportagem apresentada não apenas expressa a resistência das autoridades à proposta de Schneider, mas expõe o ambiente de desconfiança que acompanhou o projeto desde o início. O contraste entre essa recepção negativa e o esforço de Bloch e Schneider em construir uma imagem de legitimidade do empreendimento evidencia um cenário marcado por tensões. Nesse contexto, a reportagem funciona como um indicativo do clima de incerteza que permeava o início da futura colônia no Brasil, prenunciando, de certa forma, as dificuldades administrativas que emergiram nos anos seguintes. Os avisos e advertências sobre a atuação suspeita de Schneider em iniciativas coloniais anteriores tampouco eram infundados ou fruto de mera perseguição. Os acontecimentos que se desenrolaram no ano seguinte na Colônia *Neu Danzig* parecem ter se somado a mais um dos fracassos dentre os mencionados pelo *Danziger Volksstimme*.

Após a recepção negativa inicial e as reiteradas advertências divulgadas na imprensa de Danzig, Bloch e Schneider continuaram a insistir nas negociações junto às autoridades da Cidade Livre de Danzig. Seus esforços resultaram na autorização oficial do Senado para que a Sociedade de Colonização "*Neu Danzig*" realizasse os trâmites burocráticos da emigração. Segundo Daniluk, essa permissão foi concedida no verão de 1931²²³, ou seja, entre junho e setembro daquele ano. A informação

²²¹ WARNUNG [...], op. cit., p. 3.

²²² Ibid., p. 3.

²²³ O autor se refere ao verão do hemisfério norte. Cf. DANILUK, op. cit.

converge com os registros identificados por Cortez, que apontam a presença de Franz Bloch no livro de hóspedes da casa de recepção da CTNP em Londrina na data de 30 de agosto de 1931²²⁴. Essa informação se reforça a partir de outro documento, no qual se lê que:

Como as despesas da primeira visita dos Srs. Bloch, Schneider e Manya ao Brasil em setembro e outubro de 1931 haviam consumido grande parte das contribuições dos primeiros colonos, o Sr. Bloch recebeu, em 3 de dezembro, um empréstimo de 10.000 gulden do Senado de Danzig.²²⁵

O documento citado corresponde à declaração prestada por Bloch ao diretor da CTNP em 18 de outubro de 1932, acerca das acusações que estavam sendo feitas sobre o desaparecimento dos fundos que foram depositados pelos colonos, assunto que será aprofundado no tópico seguinte. Entretanto, a afirmação presente no documento, cruzada com o que se tem disponível na bibliografia consultada, permite precisar quando se deu a viagem de negócios de Bloch, Schneider e aparentemente um terceiro elemento de sobrenome Manya, que não havia aparecido até então nos registros e na bibliografia analisada.

As viagens realizadas pela liderança da Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*” ao Brasil tiveram por objetivo acertar os detalhes sobre o estabelecimento da Colônia, entre outras questões burocráticas. Após o período que estiveram em contato direto com a companhia britânica em São Paulo, os fundos começaram a ser angariados na Cidade Livre de Danzig, por parte dos interessados. Os primeiros depósitos foram realizados em 23 de novembro de 1931, conforme consta na declaração de Bloch à direção da CTNP²²⁶. A partir deste mesmo documento, é possível compreender o esquema realizado para se tornar um membro da Sociedade de Colonização:

Os termos pelos quais um homem poderia tornar-se membro da Sociedade Neu Danzig eram que ele deveria pagar 500 gulden referentes à compra de 5 alqueires ao preço de £8 ouro por alqueire (os 500 gulden representando 50% desse valor), ou o dobro caso desejasse 10 alqueires, e assim sucessivamente. Além disso, deveria pagar mais 1500 gulden, quantia

²²⁴ CORTEZ, op. cit., p. 34.

²²⁵ “As the expenses of the first visit of Messers Bloch, Schneider and Manya to Brazil in September-October, 1932, had eaten up so much of the first colonists’ contributions Mr. Bloch received, on 3rd December, a loan of 10,000 gulden from the Senate of Danzig”. In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Declaração de Franz Bloch ao diretor da CTNP*. 18 out. 1932. Documento 12, p. 1. Tradução nossa.

²²⁶ Ibid.

destinada à sua manutenção e instalação na nova colônia.²²⁷

Não foram encontrados documentos que abordassem especificamente sobre os detalhes dos acordos realizados no ato da adesão dos membros à cooperativa de colonização. Contudo, a partir dos valores que foram declarados por Bloch, torna-se viável estimar os gastos iniciais assumidos pelos colonos. Considerando a situação econômica da Europa no entreguerras, em que o custo de vida disparou enquanto o poder de compra se tornou cada vez mais ínfimo, os valores apresentados na declaração de Bloch – que em alguns casos ultrapassavam 2000 *gulden* – podem representar boa parte das economias dessas famílias. Este aspecto econômico será aprofundado no tópico seguinte.

Com as definições entre a Sociedade de Colonização e a CTNP estabelecidas, e a aprovação oficial do Senado da Cidade Livre de Danzig, o grupo formado pelas famílias se dirigiu à cidade de Bremen, na Alemanha, para tomar o navio rumo ao Brasil, no dia 1º de dezembro de 1931. Nessa mesma data, o Departamento de Assessoria aos Emigrantes (*Abteilung Auswandererberatung*), órgão vinculado ao Senado, enviou um comunicado oficial à Franz Bloch. O documento foi assinado por Oscar Greiser e oficializava o apoio institucional ao empreendimento colonizador formado. Na carta, Greiser afirmava:

Confirmamos por meio desta que encaramos com atitude favorável seu empreendimento de colonização 'Neu Danzig', no âmbito da 'Companhia de Terras Norte do Paraná', Paraná, Brasil.

Na medida em que estiver ao nosso alcance, daremos apoio ao empreendimento. A repartição estatal de assessoramento aos emigrantes da Cidade Livre de Danzig também se ocupará de continuar a promover a causa por meio de sua orientação durante sua ausência no Brasil.

Desejamos ao senhor e ao seu empreendimento o melhor, e esperamos que lhe seja possível, também no Brasil, trabalhar com êxito em benefício da colônia.²²⁸

²²⁷ "The terms on which a man could become a member of the Neu Danzig Society were that he should pay in 500 gulden towards Purchase of 5 alqs. at £8 gold per alq. (500 gulden representing 50%), or double if he wanted 10 alqs. and so on, and also 1500 gulden which was to provide for his upkeep and installation in the new colony". In: NDPH-UEL. *Declaração de Franz Bloch* [...], op. cit., p. 1. Tradução nossa.

²²⁸ „Wir bestätigen Ihnen hiermit, dass wir Ihrem Siedlungsunternehmen ‚Neu Danzig‘, innerhalb der ‚Companhia de Terras Norte do Parana‘ Parana, Brasilien, durchaus wohlwollen gegenüberstehen. Soweit es in unserem Bereiche möglich ist, werden wir das Unternehmen unterstützen. Auch wird die Staatl. Auswanderer-Beratungsstelle der Freien Stadt Danzig Gelegenheit nehmen, während Ihrer Abwesenheit in Brasilien die Sache durch ihre Beratung weiterhin zu fördern. Wir wünschen Ihnen und Ihrem Unternehmen das Allerbeste und hoffen, dass es Ihnen gelingen wird, auch in Brasilien weiterhin zum Wohle der Kolonie erfolgreich zu arbeiten“. In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Pasta Neu Danzig. Carta oficial enviada por Oscar Greiser a Franz Bloch com carimbo do Senado da Cidade Livre de Danzig*. 1 dez. 1931. Documento 3. Tradução nossa.

O apoio do Senado representou um grande feito para a Sociedade de Colonização, além de garantir ao negócio uma imagem confiável para as famílias que aplicaram suas economias na iniciativa colonizadora. O reconhecimento oficial funcionava como garantia pública de continuidade e estabilidade, algo altamente valorizado em meio à crise europeia.

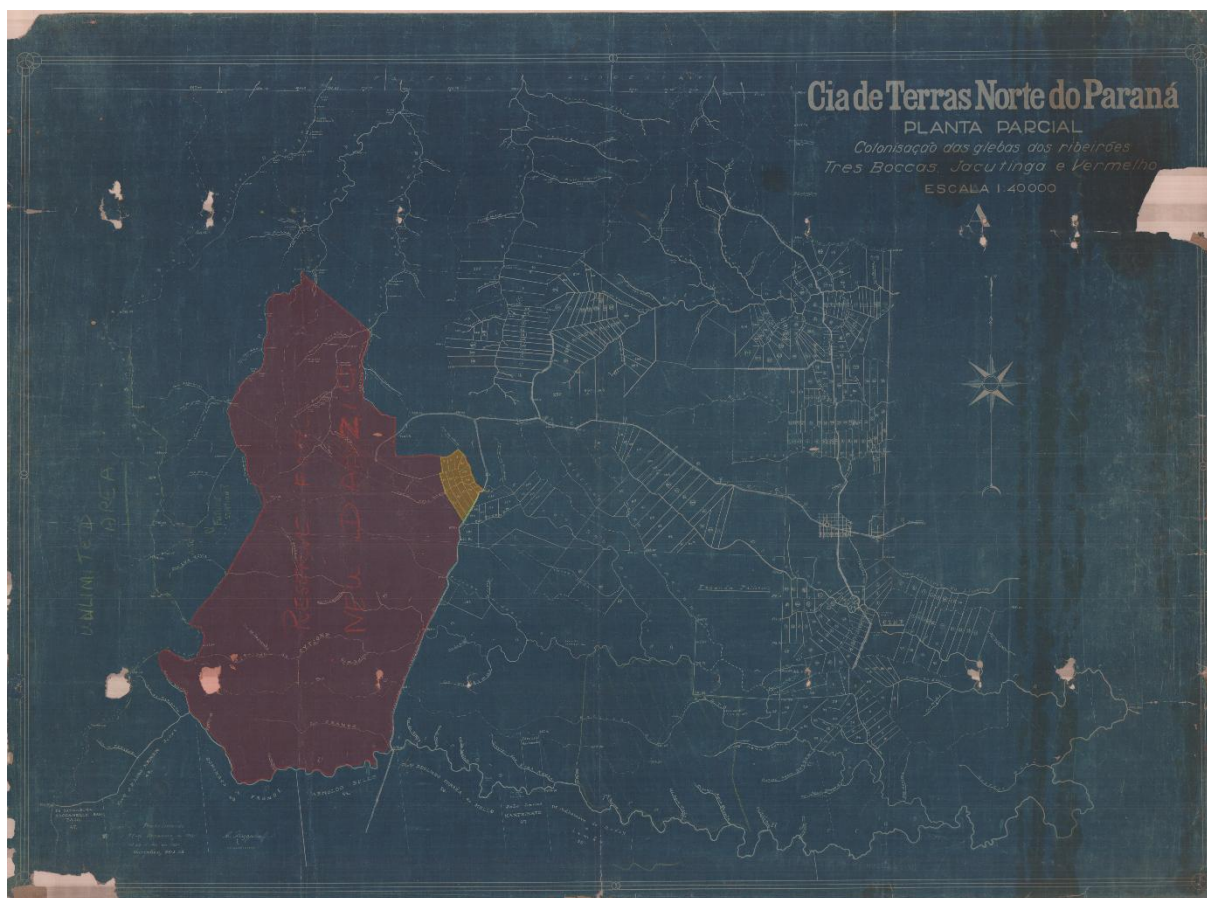
Após cerca um mês de viagem a bordo do navio *Madrid*, componente da frota da *Norddeutscher Lloyd*, aproximadamente 27 imigrantes danzigueses desembarcaram no porto de Santos no dia 25 de dezembro de 1931²²⁹. Foram direcionados para São Paulo, onde embarcaram no trem que seguiu para o norte do Paraná, apesar de a estrada de ferro ainda não ter alcançado Londrina naquele contexto. A chegada à Londrina ocorreu em 27 de dezembro, tendo a CTNP cedido o Hotel Campestre – estrutura que utilizavam como casa de recepção para abrigar os compradores de terras recém-chegados – para a estadia dos danzigueses. Estima-se que, devido às chuvas, o deslocamento para o local onde seria estabelecida a Colônia se deu somente no dia 2 de janeiro de 1932²³⁰, quando então continuaram a derrubada da mata e a construção do *Danziger Hof*, a casa de recepção.

A área destinada à Colônia *Neu Danzig* havia sido previamente demarcada pela CTNP, a cerca de 15 km de Londrina. Uma planta com a data final de 26 de janeiro de 1932, ou seja, pouco mais de 20 dias após a chegada das famílias à região, registra a inscrição “*reserve for Neu Danzig*” (reservado para *Neu Danzig*), o que constitui forte indício de que o empreendimento já havia sido incorporado ao planejamento territorial da empresa colonizadora (Figura 11).

²²⁹ CORTEZ, op. cit., p. 40.

²³⁰ Ibid.

Figura 11 – Planta parcial “Colonização das glebas dos ribeirões Tres Boccas, Jacutinga e Vermelho” (1930-1932)



Fonte: Acervo do NDPH-UEL. Adaptação do autor (2025).

Nota: A intervenção do autor destaca, em vermelho, a área reservada para a Colônia e, em amarelo, a porção já loteada.

A planta em questão foi produzida em escala 1:40.000, e apresenta elementos relevantes para compreender os anos iniciais do empreendimento iniciado pela CTNP. O projeto foi assinado pelo engenheiro contratado pela Companhia, o russo Alexandre Razgulaeff²³¹. Observa-se no quadrante inferior esquerdo do documento três datas distintas: 27 de dezembro de 1930; 12 de julho de 1931; e 26 de janeiro de 1932. Em termos interpretativos, a primeira inscrição parece estar associada ao levantamento

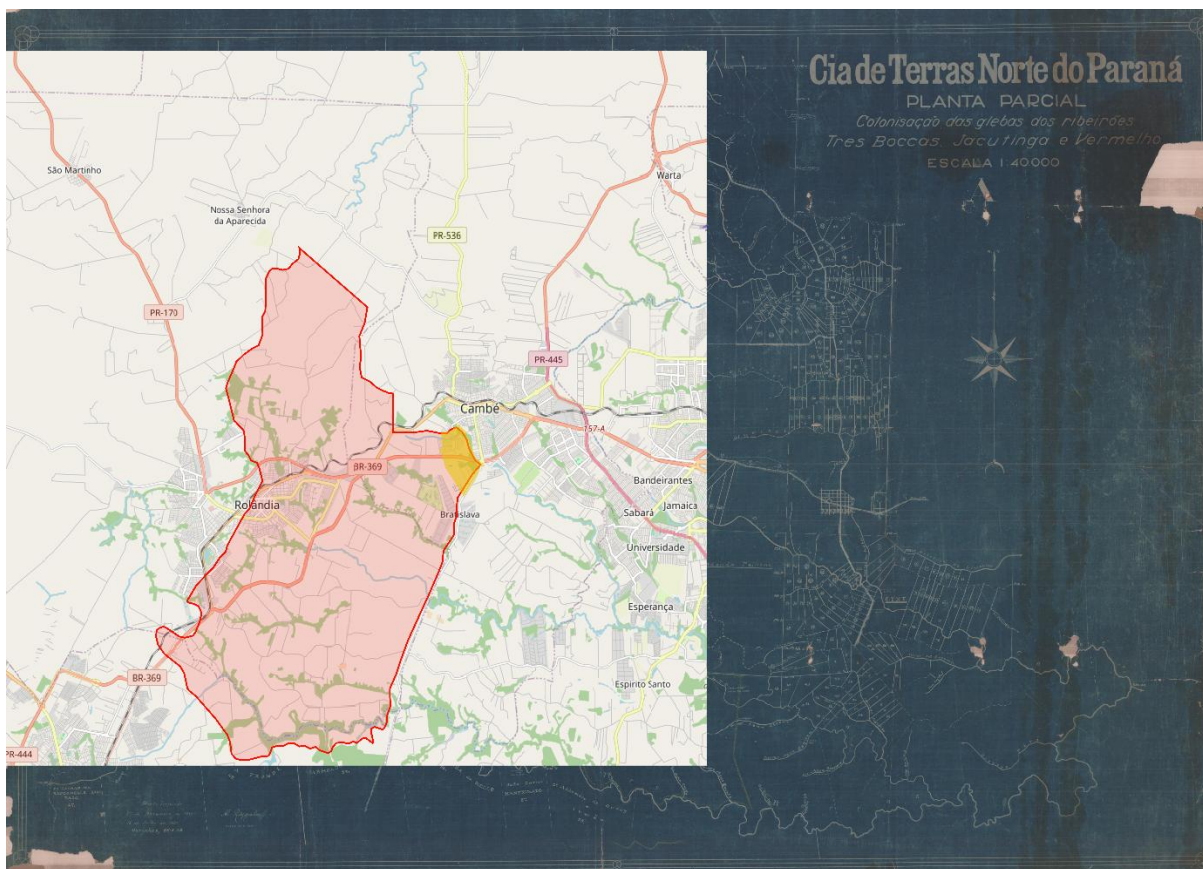
²³¹ Alexandre Razgulaeff (1894–1978) natural de Krostoma, na Rússia, concluiu seus estudos no Instituto de Geodesia Constantino, especializando-se como engenheiro geodésico em 1914. Após transferir-se para o Brasil, no mesmo ano, trabalhou como agrimensor para companhias privadas de colonização, experiência que o levou a integrar, em 1924, a equipe técnica da Companhia de Terras Norte do Paraná. Na condição de engenheiro-chefe, participou do mapeamento topográfico e do traçado dos centros urbanos vinculados ao avanço da Estrada de Ferro, projetando diversas cidades entre Londrina e Maringá. Cf. RAZGULAEFF, Alexandre. [Entrevista concedida a] Antônio Vilela Magalhães e Prof^a Maria Dulce Alho Gotti. Transcrição de Luciana Fidêncio. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 29-32, jul./dez. 2009.

técnico inicial da área, uma vez que o documento já registra os cursos d'água e caminhos de rodagem existentes na região. A segunda data pode corresponder à revisão cartográfica realizada no mesmo período histórico em que ocorreram as negociações entre a Sociedade de Colonização "*Neu Danzig*" e a CTNP, possivelmente vinculada à demarcação da área identificada "*reserve for Neu Danzig*" (destacado em vermelho). A terceira intervenção, datada de 26 de janeiro de 1932, parece associar-se à homologação administrativa final do material e à atualização dos lotes, pois as áreas que foram ocupadas pelas primeiras famílias estabelecidas em janeiro de 1932 já aparecem demarcadas (destacado em amarelo).

À esquerda do espaço reservado para a Colônia, encontram-se as anotações "*unlimited área*" (área sem delimitação) e "*future station?*" (futura estação?). A área não delimitada coincide espacialmente com o território onde viria a se formar, posteriormente, o núcleo urbano de Rolândia, parte do processo de expansão territorial planejado pela CTNP. A referência à futura estação indica que a ferrovia era considerada o eixo estruturador dos assentamentos no planejamento colonizador. A presença desse marco no documento, mesmo sem as delimitações definitivas, constitui indício de que a Companhia projetava a progressão da colonização a partir da ferrovia, compondo seu plano de ocupação sucessiva das glebas.

Para dimensionar espacialmente a área reservada pela CTNP à Colônia *Neu Danzig*, realizou-se a sobreposição de um mapa atual sobre a planta de 1932 (Figura 12).

Figura 12 – Sobreposição da malha urbana atual sobre a Planta Parcial da CTNP



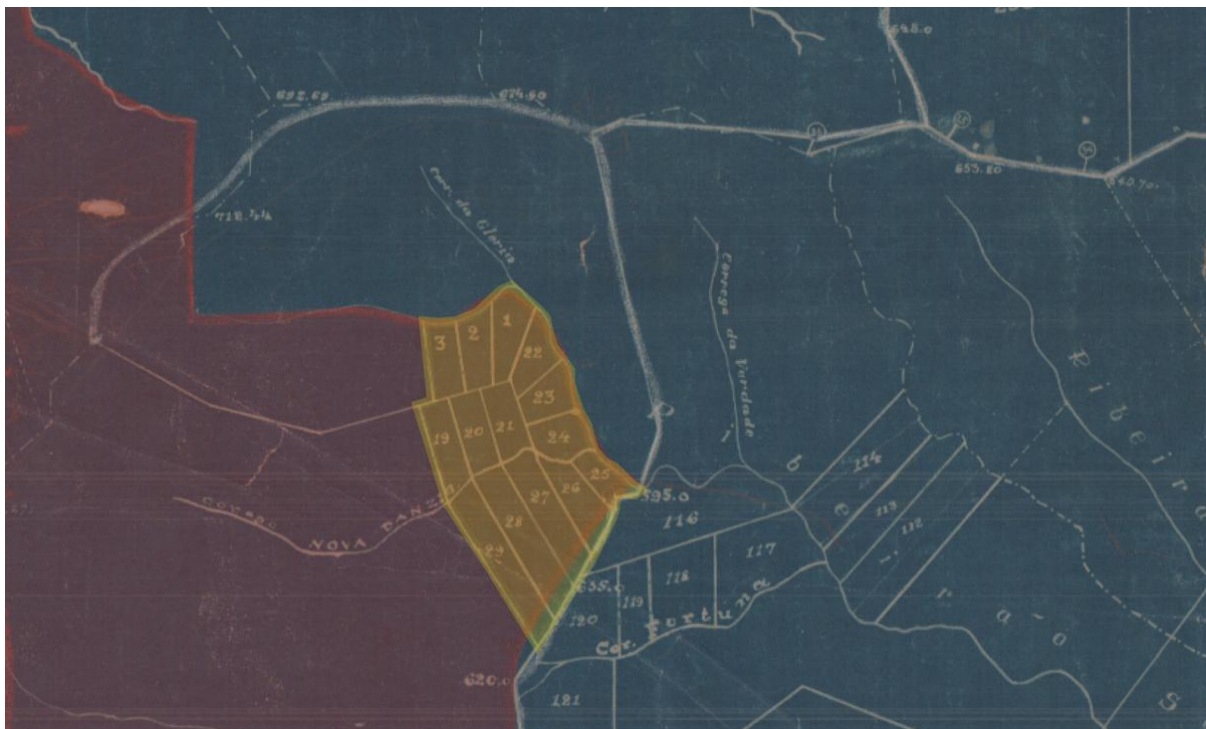
Fonte: Elaboração do autor (2025) com base no Acervo do NDPH-UEL e *OpenStreetMap* (2025).

Considerando possíveis distorções entre os documentos, foram utilizados os cursos d'água como elemento de referência para orientar o cruzamento cartográfico. A sobreposição evidencia que a área reservada compreendia uma porção territorial ampla, indicativa de que a CTNP considerava a possibilidade de expansão do núcleo de imigrantes vindos de Danzig. Observa-se ainda que uma parcela do espaço demarcado sobrepõe-se à localização onde mais tarde se desenvolveram a Colônia Roland e o atual perímetro urbano de Rolândia, o que sinaliza que o planejamento territorial ainda estava em elaboração naquele momento. Essa ausência de delimitação definitiva, reforçada pelo registro *"unlimited area"*, coincide cronologicamente com a chegada posterior de Oswald Nixdorf, em abril de 1932, aproximadamente quatro meses após os primeiros danzigueses.

Aproximando-se do destaque amarelo, é possível observar a demarcação de alguns lotes no espaço reservado para a Colônia *Neu Danzig* (Figura 13). Essa divisão das terras parece ter ocorrido entre a segunda intervenção da planta (12 de julho de 1931) e a terceira (26 de janeiro de 1932), período em que as tratativas com os

representantes do empreendimento já estavam em curso e o primeiro grupo de colonos havia chegado.

Figura 13 – Detalhe dos primeiros lotes demarcados na Colônia Neu Danzig (1932)



Fonte: Acervo do NDPH-UEL (2025). Adaptação do autor (2025).

De acordo com o que se observa na planta, oito lotes foram demarcados inicialmente pela CTNP. Todos possuíam acesso a cursos d'água, sendo eles: o Córrego da Glória (lotes 1, 22, 23, 24 e 25); o Ribeirão São Domingos (lotes 1, 2 e 3); e o Córrego Nova Danzig²³² (lotes 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 29). Ainda é perceptível que a estrada de rodagem que perpassa os lotes 25, 26, 27, 28 e 29 conectava-se à estrada principal²³³. Do lado oposto, outra estrada interligava os lotes 1, 2, 3, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, ao mesmo traçado principal²³⁴.

²³² É possível que este córrego tenha sido nomeado como “Nova Danzig” justamente por cruzar o espaço em que a colônia estava sendo estabelecida, na região dos primeiros lotes demarcados.

²³³ A estrada de rodagem que conectava os lotes à via principal, representada na planta em sentido vertical, era conhecida como Estrada do Bulle, pois se estendia até a Fazenda Bulle. Na malha viária atual, esse traçado corresponde, de forma fragmentada, à Avenida Brasil, Estrada do Bratislava e Estrada do Bulle. Já a estrada principal demarcada na parte superior da imagem, em orientação horizontal, corresponde ao antigo trecho da BR-369, que ligava Londrina, Cambé e Rolândia. Hoje, esse percurso foi incorporado às vias urbanas Avenida Roberto Conceição, Rua Belo Horizonte e Avenida José Bonifácio. Não foi possível identificar, nas fontes consultadas, a data exata em que o traçado original da rodovia foi desativado e substituído pelo novo percurso.

²³⁴ O traçado que atravessa os lotes corresponde ao atual trecho da BR-369. Na planta de 1932, essa estrada se conecta ao que hoje é a Avenida José Bonifácio, no entroncamento que dá acesso ao

Com base em uma listagem organizada por Cortez²³⁵, apresenta-se, no Quadro 2, a relação entre alguns dos primeiros proprietários e os lotes demarcados na área destinada à Colônia.

Quadro 2 – Relação dos primeiros proprietários de lotes na Colônia Neu Danzig

Proprietário	Lote
Werner Wittig	Lote 1
Willy Matschoss	Lote 2
Erich Anger	Lote 3
Max Katzor	Lote 19
Friedrich Wichmann	Lote 20
John Klein	Lote 21
Richard Nilson	Lote 24
Richard Noske	Lote 25
Arthur Axt	Lote 26
Kurt Petrusch	Lote 27
Werner Tkotz	Lote 28
Erwin Lapuse	Lote 29

Fonte: Elaboração do autor com base em Cortez (2012, p. 48).

Alguns nomes identificados como proprietário de lote, a exemplo de Max Katzor; Friedrich Wichmann; e Richard Noske, não constam na lista dos passageiros do navio *Madrid*²³⁶, que transportou o primeiro agrupamento estabelecido no Paraná. Considerando que a última intervenção na planta foi realizada em 26 de janeiro de 1932, é plausível supor que outros lotes tenham sido demarcados após a chegada das primeiras famílias que partiram da Europa ainda em dezembro de 1931, compatível com a expectativa de expansão do núcleo colonial.

Do ponto de vista espacial, a CTNP havia delimitado a área destinada aos imigrantes danziguenses antes mesmo da consolidação de vínculos jurídicos formais

perímetro urbano de Rolândia.

²³⁵ CORTEZ, op. cit.

²³⁶ Ibid., p. 37-38.

com a Sociedade de Colonização. A formalização legal que definiu as obrigações entre a Companhia e a Sociedade só seria realizada alguns meses após a chegada das famílias, em 8 de abril de 1932, por meio de um contrato firmado entre Franz Bloch, como representante dos colonos de Danzig, e a *Parana Plantations Ltd*, responsável pela CTNP no Brasil. O documento do contrato, parte do conjunto documental inédito que está sendo trabalhado nesta pesquisa, é composto por nove páginas e possui dezesseis cláusulas que estabelecem as determinações que ambas as partes deveriam seguir.

Não é o objetivo deste capítulo desenvolver uma análise aprofundada de todas as cláusulas presentes no acordo. Contudo, alguns pontos específicos do documento apresentam elementos que indicam uma tentativa de blindagem por parte da CTNP em relação a possíveis complicações financeiras que os imigrantes de Danzig pudessem atravessar. Desta forma, a CTNP aparece no documento na posição exclusiva de vendedora de terras, adotando um caráter empresarial – tendo o lucro como objetivo primário –, enquanto os colonos assumem os riscos financeiros e materiais envolvidos no processo de migração.

A começar pelo pagamento, que segundo a primeira cláusula do contrato, uma primeira parcela equivalente à metade do preço do ouro seria paga antes mesmo do colono nomeado deixar a Europa²³⁷. Esse formato de pagamento serviria apenas para aqueles que optassem pela aquisição de terras após a assinatura do contrato, ou seja, 8 de abril de 1932, visto que as primeiras famílias a chegarem depositaram seu dinheiro no fundo coletivo organizado pela Sociedade de Colonização. O adiantamento serviria como uma forma de garantia à CTNP, evitando possíveis colonos inadimplentes que levariam prejuízo ao empreendimento britânico. Além disso, o pagante só teria o lote transferido para seu nome após o pagamento das parcelas restantes, conforme consta na cláusula nº 5 do contrato em questão²³⁸.

O segundo ponto que desperta atenção no acordo diz respeito às cláusulas nº 2 e 3, que estabelecem metas progressivas de venda de terras. Conforme o documento, a CTNP dispunha de cerca de 2.200 alqueires reservados para a Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*”, incluindo 92 alqueires já alocados antes de 15 de março de 1932. A Cláusula nº 2 determina que:

²³⁷ NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. Contrato firmado entre a *Paraná Plantations Ltd*. e a Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*”. 8 abr. 1932. Documento 1, p. 3.

²³⁸ *Ibid.*, p. 5.

Se, antes de 31 de dezembro de 1932, não menos de 400 alqueires, incluindo os 92 alqueires já alocados, tiverem sido vendidos pela Companhia a colonos nomeados [...] a Companhia venderá, até 31 de dezembro de 1933, terras conforme necessário aos colonos nomeados, até uma área adicional total de aproximadamente 1.800 alqueires [...].²³⁹

Trata-se, portanto, de um regime de liberação condicionada, no qual os 1.800 alqueires complementares não constituem uma nova área, mas representam a continuidade do acesso ao território já previsto. Por conseguinte, a Cláusula nº 3 reforça a lógica escalonada ao estabelecer uma segunda meta:

Se, em ou antes de 31 de dezembro de 1933, não menos de 1.400 alqueires do total de aproximadamente 2.200 alqueires mencionado na Cláusula 2 deste instrumento tiverem sido vendidos a colonos nomeados [...] a Companhia, em ou antes de 30 de junho de 1934, conforme necessário, venderá a colonos nomeados todo ou qualquer saldo que então possa permanecer não vendido do total de aproximadamente 2.200 alqueires [...].²⁴⁰

Nesse sentido, o dispositivo contratual não amplia a área territorial reservada para a Sociedade de Colonização, mas fraciona a entrega do total de cerca de 2.200 alqueires em etapas, vinculando-a ao desempenho do empreendimento em atrair novos compradores. A expansão territorial aparece, portanto, não como resultado orgânico do crescimento populacional, mas como estratégia comercial. Essa lógica ajuda a compreender a ampla extensão da área reservada à Colônia *Neu Danzig* observada na planta de 1932, muito superior ao número de famílias inicialmente estabelecidas. O território não era uma projeção demográfica, mas comercial do empreendimento britânico.

Por fim, um terceiro ponto do contrato que corrobora a perspectiva de que a CTNP buscava se blindar diante de possíveis contratempos relacionados aos colonos danzigueses diz respeito às despesas básicas do assentamento, desde os custos da viagem até a construção de alojamentos, demarcação dos lotes e abertura de vias secundárias de acesso. Essa distribuição de responsabilidade está expressa na Cláusula nº 7, segundo a qual caberia à Sociedade de Colonização "*Neu Danzig*" garantir que cada colono dispusesse de recursos financeiros suficientes para arcar com tais encargos. Conforme dispõe o contrato:

A Sociedade Neu Danzig compromete-se, por meio deste, que quaisquer

²³⁹ NDPH-UEL. *Contrato firmado entre [...]*, op. cit., p. 3-4. Tradução nossa.

²⁴⁰ Ibid., p. 4.

colonos nomeados que adquirirem terras da Companhia conforme as disposições estabelecidas nas Cláusulas 1 a 4 deste instrumento deverão dispor de fundos suficientes para lhes permitir pagar: (a) Todas as suas despesas de viagem e outras despesas até a chegada às terras da Companhia; (b) As despesas necessárias de subsistência por nove meses a partir da data dessa chegada; (c) A construção de moradia com o equipamento necessário; (d) A derrubada/limpeza de pelo menos meio alqueire de terra; (e) A demarcação de seus lotes e a provisão de acesso aos mesmos; (f) A contratação de mão de obra adicional etc. conforme necessário para os propósitos acima.²⁴¹

A transferência desses encargos à Sociedade e, indiretamente aos colonos, indica o caráter estritamente comercial da CTNP frente ao empreendimento danziguense. A Companhia buscava isentar-se de qualquer obrigação material decorrente da fase inicial de implantação, preservando-se de riscos inerentes à adaptação dos imigrantes, à instabilidade financeira ou a eventuais fracassos do projeto. Tal postura evidencia que a possibilidade de insucesso era considerada, desde o princípio, uma variável previsível, algo que não tomaria de surpresa os dirigentes da CTNP. A negligência administrativa e as falhas de condução provenientes da liderança danziguense em relação à Colônia fizeram do contrato um instrumento de proteção eficaz ao empreendimento britânico.

Essa blindagem institucional torna-se ainda mais evidente na Cláusula nº 16, que estabelece: “Este Contrato é regido e deverá ser interpretado de acordo com a legislação inglesa e, se surgir qualquer disputa ou divergência entre as partes deste instrumento, elas deverão submeter-se à jurisdição da Alta Corte de Justiça na Inglaterra”²⁴². Com essa determinação, eventuais contestações por parte dos colonos encontrariam a necessidade de litigar em uma corte estrangeira, distante geográfica, cultural e financeiramente, ou seja, um obstáculo jurídico considerável. Dessa forma, os danziguenses encontravam-se duplamente desamparados, sem possibilidades de recorrer à CTNP, nem de solicitar apoio junto ao Senado da Cidade Livre de Danzig, cuja autoridade não possuía validade sobre o contrato.

A frustração vivida pelos colonos, decorrente dos problemas administrativos que a colônia enfrentou ainda em seus primeiros meses de existência, está diretamente ligada à quebra da expectativa de recomeço, marcada pela esperança de novas perspectivas de vida, melhoria econômica e ascensão social. A escolha do nome “*Neu Danzig*” não partiu de uma casualidade, tratava-se de um projeto simbólico

²⁴¹ NDPH-UEL. *Contrato firmado entre [...]*, op. cit., p. 5-6. Tradução nossa.

²⁴² *Ibid.*, p. 9.

que evocava a ideia de segurança, continuidade identitária e a possibilidade de reconstrução diante das adversidades que marcavam a Europa no entreguerras. No entanto, o contexto local rapidamente subverteu esse imaginário. O desaparecimento dos fundos depositados sob confiança da Sociedade de Colonização e a incapacidade administrativa de suas lideranças produziram desorganização, vulnerabilidade e incerteza. Diante dessa crise, o nome “*Neu Danzig*” deixou de representar a promessa de progresso e passou a refletir, agora em solo brasileiro, a repetição da precariedade e da instabilidade que marcaram a velha pátria.

4.3 O colapso do projeto colonial e as estratégias de apagamento

4.3.1 Desarticulação institucional e crise administrativa na Colônia *Neu Danzig*

A análise da crise administrativa que marcou a breve existência da Colônia *Neu Danzig* tem sido tradicionalmente orientada por narrativas memorialistas e por sínteses posteriores que atribuem a Franz Bloch a responsabilidade quase exclusiva pelo desaparecimento dos fundos depositados pelos colonos, destinados à aquisição dos lotes. Essa interpretação, amplamente difundida na historiografia local e sustentada por depoimentos de colonos recolhidos pelo Museu Histórico de Cambé, décadas após os acontecimentos, projeta sobre Franz Bloch a imagem de figura central do fracasso.

O cruzamento dessa versão com a documentação inédita presente no Fundo Oswald Nixdorf, entretanto, possibilita tensionar esse enquadramento. Entre os documentos encontrados destaca-se um relatório elaborado pelo próprio Oswald Nixdorf, datado de 20 de julho de 1935 e encaminhado a um destinatário, que chama atenção: o grupo regional do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães) no Brasil, sediado em São Paulo. O relatório reúne declarações de terceiros que afirmam terem sido prejudicados financeiramente pela Sociedade de Colonização, além de incluir a participação de Oscar Greiser, agente cuja atuação é pouco problematizada na bibliografia, mas que possuiu um papel ativo no desenrolar da crise.

Somam-se a isso outras questões que permanecem envoltas em incertezas. É o caso, por exemplo, da saída de Walter Schneider da Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*”, assunto sobre o qual as fontes consultadas não forneceram

informações adicionais. Dessa forma, a crise que envolveu a colônia deixa de ser compreendida apenas como resultado de falhas individuais – problemas de adaptação ao clima, dificuldades com o idioma e entraves laborais – e passa a emergir como produto de uma estrutura organizacional improvisada, de responsabilidade mal definidas e de uma crescente perda de confiança entre os próprios colonos. É a partir dessa reavaliação das fontes, cruzando a bibliografia sobre o tema com documentos inéditos, que se busca analisar, nas páginas seguintes, a sequência de tensões que levaram o empreendimento danziguense ao colapso.

Para compreender os acontecimentos sob uma perspectiva diferente do que se tem disponível, será apresentada, primeiramente, a contextualização produzida por Nixdorf no relatório mencionado. O documento é composto por seis páginas, as quais contém um panorama cronológico relacionado à crise que acometeu a Colônia *Neu Danzig*. A primeira informação relevante refere-se à forma como foi organizada a rede de captação dos interessados na emigração para o Brasil. Segundo o relatório:

Foram impressos prospectos nos quais estava explicitamente indicado que a cooperativa de colonização seria apoiada e controlada pelo Senado. Com base nesses prospectos, Danzig conseguiu reunir um grande número de pessoas interessadas em se estabelecer em Neu-Danzig, todas elas depositaram quantias maiores ou menores junto a Bloch, Greiser ou a Norddeutscher Lloyd.²⁴³

Esse procedimento constitui um dos primeiros passos para a formação do grupo daqueles que se tornaram colonos no norte do Paraná. O envolvimento formal do Senado da Cidade Livre de Danzig funcionou como um mecanismo de legitimação, reforçando a confiança dos interessados na Sociedade de Colonização. Outro aspecto fundamental diz respeito ao destino dos depósitos. Bloch e a *Norddeutscher Lloyd* são figuras já conhecidas nesse fluxo financeiro, por estarem diretamente associados à Sociedade de Colonização, mas a participação de Greiser chama atenção. Embora não integrasse oficialmente a cooperativa, ele também acabou ficando responsável por receber depósitos dos interessados em emigrar.

²⁴³ „Es wurden Prospekte gedruckt, auf denen ausdrücklich vermerkt stand, dass die Kolonisations-Genossenschaft durch den Senat unterstützt und kontrolliert würde. Auf diese Prospekte hin gelang es Danzig, eine grosse Anzahl Siedlungslustiger für Neu-Danzig zu bekommen, die alle mehr oder weniger grosse Summen bei Bloch, Greiser, oder dem Norddeutschen Lloyd einzahlten“. In: NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. Relatório sobre a Colônia *Neu Danzig* produzido por Oswald Nixdorf. 20 jul. 1935. Documento 37, p. 1.

Não foram encontradas maiores informações sobre a biografia de Oscar Greiser, mas sabe-se, através dos documentos consultados, que ele carregava o título de “engenheiro”²⁴⁴ e que foi alocado no cargo de Comissário de Emigração do Senado da Cidade Livre de Danzig²⁴⁵. De acordo com Cortez, esse departamento do Senado foi criado para gerenciar as questões relativas à emigração envolvendo a população de Danzig, sobretudo a que estava sendo organizada para o Brasil²⁴⁶. Apesar de ter participação ativa na formação da Colônia *Neu Danzig*, especialmente na esfera burocrática, sua figura é pouco lembrada nas narrativas históricas, seja pelo bem ou pelo mal, como será visto mais adiante.

Seguindo a ordem dos acontecimentos, após a reunião das famílias interessadas na transferência ao Brasil, começaram-se a realização dos depósitos. Segundo o relatório de Nixdorf:

Com esses depósitos, a intenção era que metade do preço da terra, nove meses de alimentação, assistência na construção de casas e a aquisição de algum gado em Neu-Danzig fossem cobertos, de modo que cada colonizador individual teria que levar para o Brasil apenas uma quantia relativamente pequena, já que tudo, como mencionado, deveria estar disponível.²⁴⁷

A descrição da finalidade dos fundos presente no relatório de 1935 é corroborada pela historiografia. Cortez²⁴⁸, baseando-se em depoimentos, confirma que esses recursos eram vitais para a subsistência inicial e aquisição de ferramentas, o que torna o desvio dessa verba ainda mais crítico para a sobrevivência do grupo. Considerando a dependência essencial dos colonos em relação a esses recursos, esperava-se que fossem resguardados com responsabilidade pelos encarregados, expectativa que foi frustrada pelo desenrolar da crise administrativa.

²⁴⁴ A abreviação “Dipl. Ing.” Corresponde ao título *Diplom-Ingenieur*, concedido a engenheiros formados em cursos superiores longos e de caráter técnico-científico, tradicionalmente equiparáveis ao nível de mestrado. O uso do título antes do nome indicava elevada qualificação profissional e prestígio técnico, razão pela qual Oscar Greiser é referido no contrato firmado entre Bloch e a CTNP como “Dipl. Ing. Oscar H. Greiser”.

²⁴⁵ É possível observar, no documento que sinaliza o apoio do Senado à Sociedade de Colonização, a assinatura de Oscar Greiser como “Autoridade de Emigração”. Cf. NDPH-UEL. *Carta oficial enviada por Oscar Greiser [...]*, op. cit.

²⁴⁶ CORTEZ, op. cit., p. 33.

²⁴⁷ „Mit diesen Zahlungen sollte die Hälfte des Landpreises, 9 Monate Verpflegung, Hilfe beim Hausbau und Erwerb von einigen Köpfen Kleinvieh in Neu-Danzig werden, sodas der einzelne Siedler nur noch einen verhältnismässig kleinen Betrag mit nach Brasilien zu nehmen hatte, da ja alles, wie bereits erwähnt, vorhanden sein sollte“. In: NDPH-UEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig [...]*, op. cit., p. 1. Tradução nossa.

²⁴⁸ CORTEZ, op. cit. p. 35.

Quando da chegada dos imigrantes danziguenses no norte do Paraná em dezembro de 1931, a CTNP aguardava os pagamentos correspondentes aos lotes de terras, que deveriam ter sido efetuados por Bloch, que acompanhou este primeiro grupo na viagem. Entretanto, a situação, conforme descrito por Nixdorf, se desenrolou de maneira diferente:

O primeiro grupo chegou aqui em dezembro de 1931, sob a liderança de Bloch. Este último instruiu a Cia. de Terras a fazer os pagamentos correspondentes aos colonos, sem que ele próprio tivesse depositado dinheiro para isso na Cia. de Terras. Assim como os colonos confiaram no prospecto, que foi expressamente assinado pelo Senado, e depositaram seu dinheiro, a Cia. de Terras confiou na assinatura contratual de Oscar Greiser, Comissário de Emigração da Cidade Livre de Danzig, e, até a chegada do segundo transporte em junho, adiantou de bom grado as quantias necessárias para o primeiro grupo.²⁴⁹

É perceptível que a institucionalização do empreendimento, envolvendo o Senado e o Comissário de Emigração, transmitiram tanto aos imigrantes quanto à própria CTNP uma confiança considerável em todas as etapas. O adiantamento da verba por parte da Companhia foi um fator agravante para os problemas futuros da colônia, além das outras dívidas que foram feitas com comerciantes e prestadores de serviço que construíram as casas, realizaram a derrubada de árvores e abriram picadas no local. Esse episódio relatado no documento marcou o que seria o início da crise que afetaria meses depois os moradores da colônia como um todo.

A regularização financeira, contudo, tornou-se objeto de sucessivos adiamentos. A promessa inicial de que os fundos chegariam com o segundo grupo de imigrantes, em junho, não se concretizou. Diante do impasse, Bloch postergou novamente a transferência, vinculando-a à visita oficial do senador Willibald Wiercinski-Keiser e do Comissário de Emigração Oscar Greiser²⁵⁰, que ocorreu no final de junho de 1932. A chegada da comitiva danziguense, entretanto, frustrou definitivamente as expectativas, uma vez que o dinheiro não foi apresentado. Essa sucessão de falhas gerou um cenário de desespero e agitação na colônia, uma vez

²⁴⁹ „Die erste Gruppe kam hier im Dezember 1931 an unter Führung von Bloch. Letzterer beauftragte die Cia. de Terras, hier die entsprechenden Zahlungen an die Kolonisten zu leisten, ohne, dass er selbst Geld dafür bei der Cia. de Terras deponierte. So, wie die Siedler auf den Prospekt, der ausdrücklich vom Senat unterschrieben war, hatten und ihr Geld eingezahlt hatten, hat die Cia. de Terras auf die Vertragsunterschrift von Oscar Greiser, Auswanderungskommissar der freien Stadt Danzig, vertraut und bis zur Ankunft des 2. Transportes im Juni bereitwilligst die nötigen Gelder für die erste Gruppe vorgeschossen“. In: NDPH-UEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig* [...], op. cit., p. 1. Tradução nossa.

²⁵⁰ Ibid.

que a maioria das famílias já havia esgotado suas economias pessoais. Como agravante, diante da inadimplência contínua da Sociedade de Colonização, a CTNP suspendeu os auxílios de manutenção que vinham concedendo²⁵¹, deixando os imigrantes desamparados.

A visita de Wiercinski-Keiser e Greiser à região, no entanto, não mostrou-se produtiva para os colonos de *Neu Danzig*. Nixdorf escreveu em seu relatório que: “Quando questionados sobre onde o dinheiro havia ido parar, ninguém soube dar uma resposta. Mais tarde, diante de mim, Greiser acusou Bloch e Bloch acusou Greiser”²⁵². Essa troca de acusações entre Greiser e Bloch é um forte indicativo do amorosismo com que foi levada a situação, visto que eram as vidas de dezenas de famílias que estavam sendo afetadas diretamente pelo desaparecimento dos fundos.

Outro sujeito que escreveu sobre o assunto e apresentou sua perspectiva sobre a visita dos oficiais à colônia foi Albert Koch, em seu livro “*Als Einwanderer in Brasilien: Erfolg oder Untergang*”. Ele apontou que:

Provavelmente devido a inúmeras cartas desesperadas enviadas a Danzig, um dia chegou uma comissão do Senado da cidade, composta por dois homens: um senador e outro cavalheiro. Nomes não importam aqui. O líder foi recebê-los em Santos. A Companhia também se esforçou para lhes dar uma recepção digna. Sob a liderança do chefe da colônia, os visitantes, montados em cavalos fornecidos pela Companhia, percorreram a região. Enquanto isso, as esperanças dos colonos atingiram o ápice – e, após a partida deles, despencaram abaixo de zero. A visita não trouxe ajuda alguma. **Os custos da viagem daqueles dois homens, se tivessem sido direcionados aos colonos, teriam representado um alívio significativo.** A cena lamentável que se desenrolou na praça da cidade, diante da casa do líder, durante a despedida da “comissão de ajuda”, fica melhor sob o manto do silêncio.²⁵³

Nota-se que Koch não mencionou os nomes de Wiercinski-Keiser e Greiser em seu texto. Além disso, a percepção que possuiu sobre a visita dos oficiais é de que ela foi desnecessária, dado que não trouxeram o dinheiro e sequer deram um parecer

²⁵¹ CORTEZ, op. cit., p. 60.

²⁵² „Auf Fragen, wo das Geld geblieben sei, wusste niemand eine Antwort zu geben. Mir persönlich gegenüber beschuldigte spatter Greiser Bloch und Bloch Greiser“. NDPH-UJEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig [...]*, op. cit., p. 2. Tradução nossa.

²⁵³ „Unter Führung des Leiters besuchten die Herren, beritten gemacht von der Cia. Während dieser Zeit standen die Hoffnungen der Kolonisten auf dem Siedepunkt und stürzten nach Abfahrt derselben unter Null. Hilfe brachte dieser Besuch nicht für einen Pfennig. Die Unkosten dieser Reise der beiden Herren hätten schon, wären sie den Kolonisten zugutegekommen, eine fühlbare Hilfe bedeutet. Der hässliche Auftritt, der sich bei Verabschiedung dieser ‚Hilfskommission‘ auf dem Stadtplatz vor dem Hause des Kolonieleiters abspielte, sei unter dem Mantel der Liebe verschwiegen“. In: KOCH, op. cit., p. 135-136. Tradução e grifo nossos.

para a solução do problema como um todo. A “cena lamentável” mencionada por Koch possivelmente diz respeito ao episódio em que os colonos reagiram agressivamente contra Franz Bloch, depois que os oficiais retornaram à Europa. Segundo Cortez:

A situação chegou ao ponto em que Franz Bloch foi surrado e amarrado a uma árvore na Colônia. Depois de algum tempo, foi resgatado pelos ingleses que vieram em seu socorro, atendendo ao pedido das irmãs Senta e Greta Lapuse, que se comoveram com a situação e temiam a possibilidade de um desfecho trágico.²⁵⁴

A revolta dos colonos contra a pessoa de Bloch, neste caso, está conectada à falta de pessoas a serem responsabilizadas pelo desaparecimento do dinheiro. Pela lógica, aquele que deveria ser a liderança da colônia, ficou com a culpa pelo desencadeamento da crise. Apesar de não ter sido encontrada nenhuma informação concreta sobre o real destino dos valores, os colonos começaram a desconfiar diretamente da índole de Bloch, especialmente quando chegou para se estabelecer em definitivo na região. Cortez escreveu que:

Assim que chegou, o diretor Bloch foi morar em sua residência que ficava distante quatro quilômetros da Colônia e foi construída, especialmente para ele, pelos ingleses no início de 1932. Localizava-se na área central da futura Villa de Nova Dantzig, construída com tábuas serradas, era muito confortável para os padrões da época, pois nela havia assoalho, forro, amplos aposentos e, até, vidros nas janelas. Esse fator contribuiu para aumentar o distanciamento e as divergências entre colonos e o diretor.²⁵⁵

O fato de ter sido alocado de maneira segregada aos colonos, possuir uma casa acima dos padrões da época somado ao desaparecimento dos fundos que haviam ficado sob responsabilidade dele, foram o suficiente para torná-lo um suspeito direto na situação. Para os danziguenses que foram diretamente afetados pelo desaparecimento do dinheiro, não havia dúvidas de que Bloch havia desviado os fundos para uso próprio. Por outro lado, a partir da documentação consultada, não houve uma conclusão final sobre a culpabilização do caso. Não há como afirmar que Bloch tenha se apropriado do dinheiro para si ou utilizado a bel-prazer, mas todo esse entrave indica o despreparo por parte da Sociedade de Colonização e da burocracia danziguense em realizar a transferência das famílias para *Neu Dantzig*.

²⁵⁴ CORTEZ, op. cit., p. 60.

²⁵⁵ Ibid. p. 59.

Para Nixdorf, no texto do relatório que produziu, Greiser também era um potencial suspeito no caso do desvio da verba reservada para a colônia. Conforme o texto do relatório:

De forma alguma pode-se decorrer que o Senado, ou o Commissariado de Emigração do Senado, tinham o direito de receber os pagamentos. Os pagamentos deveriam ter sido feitos única e exclusivamente à própria cooperativa. Em qualquer caso, se os pagamentos foram recebidos, então também seria necessário assumir posteriormente as perdas. Mesmo que todo o dinheiro perdido tivesse sido desviado unicamente por Bloch, Greiser é inteiramente responsável, pois, por delegação do Senado, ele estava ali para controlar Bloch.²⁵⁶

Essa afirmação presente no documento desloca o foco interpretativo tradicional, que atribui o fracasso quase exclusivamente a Bloch, e apresenta uma falha estrutural na cadeia de responsabilidades, visto que Greiser atuou como representante oficial da Cidade Livre de Danzig no esquema planejado pela Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*”. Sua atuação, portanto, não deve ser compreendida somente como burocrática. Ela se mostrou decisiva, ao mesmo tempo, para a construção e quebra da confiança dos colonos e da CTNP, que cedeu empréstimos mesmo sem o depósito dos fundos.

Uma outra atitude suspeita de Greiser foi relatada pelo próprio Bloch na declaração que realizou à direção da CTNP em 18 de outubro de 1932. Em sua fala, Bloch argumenta sobre a questão das passagens que as famílias deveriam adquirir para se deslocarem ao Brasil. Consta em sua declaração que:

Os colonos tinham que organizar suas passagens através do sr. Greiser e pagar a ele 510 gulden por adulto e metade desse valor por criança. Apenas um homem (Katzor) veio de forma independente, recusando-se a pagar 510 gulden ao sr. Greiser por uma passagem e reservou pessoalmente com o N.D.L por 338 gulden. No entanto, ele teve que ir a Berlim para obter um visto em seu passaporte. O sr. Greiser, então, de acordo com o sr. Bloch, pagou ao N.D.L 380 gulden por passagem e 190 por meia passagem, embolsando a diferença. O cálculo do sr. Bloch é que 36 passagens inteiras e 15 passagens meia foram reservadas através do sr. Greiser.²⁵⁷

²⁵⁶ „Auf keinen Fall kann daraus, dass der Senat resp. Das Auswanderungskommissariat des Senates die Kontrolle der Siedlungsgenossenschaft hatte, das Recht hergeleitet werden, Zahlungen in Empfang zu nehmen. Die Zahlungen hätten einzig und allein bei der Genossenschaft selbst gemacht werden dürfen. Jedenfalls, wenn Zahlungen entgegengenommen wurden, musste später auch für die Verluste aufgekommen werden. Selbst wenn die ganzen verlorengegangenen Gelder einzig und allein durch Bloch veruntreut worden wären, trifft Greiser die volle Verantwortung, da er vom Senat aus dazu da war, Bloch zu kontrollieren“. In: NDPH-UEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig* [...], op. cit., p. 4. Tradução nossa.

²⁵⁷ “Colonists had to arrange their passages through Mr. Greiser, and paid to him 510 gulden per head for adults and half that per child. Only one man (Katzor) came independently, having refused to pay Mr.

O trecho aponta que a venda das passagens era intermediada por Greiser, que deveria repassar os valores à *Norddeutscher Lloyd*. No entanto, a partir da recusa de um dos colonos em adquirir as passagens com o Comissário de Emigração, foi possível notar que ele esquematizou uma forma de lucrar em cima dessas vendas, cobrando uma quantia acima do real valor das passagens, e embolsando a diferença, totalizando um valor aproximado de 4.680 *gulden*²⁵⁸, somente com as passagens “inteiras”. As fontes consultadas não possuíam informações que tal prática estava descrita nos contratos. De qualquer forma, tal situação se enquadra no questionamento de Nixdorf sobre o Senado ou seu departamento de emigração receberem o depósito dos fundos, sendo que deveriam ser realizados diretamente para a Sociedade de Colonização.

Um elemento a ser destacado, que consta no relatório de 1935, diz respeito à conduta de Oscar Greiser enquanto esteve no Brasil. De acordo com a descrição de Nixdorf, o responsável pelo Comissariado de Emigração da Cidade Livre de Danzig possuiu um comportamento considerado inadequado ao longo de sua estadia na cidade de Londrina:

No Hotel Luxemburgo, onde ele estava hospedado às custas da companhia inglesa de terras, consumia quantidades imensas de álcool. Quase não passava um dia em que ele não bebesse uma garrafa inteira de uísque. Durante todo o período em que esteve aqui, o clima foi de chuva constante. Assim, ele tinha o hábito de deitar-se à noite na cama com suas botas altas, sujas pela lamacenta terra roxa, e, na manhã seguinte – como eu mesmo pude testemunhar – obrigava o funcionário do hotel, sob a mira de um revólver e com uma faca, a limpar-lhe as botas enquanto ele permanecia deitado. [...] Também chegaram, na época, notícias de São Paulo e Santos de que ele havia vivido de modo semelhante ali. Em Santos, chegou até mesmo a ser detido por disparar com arma de fogo.²⁵⁹

Greiser 510 gulden for a passage, and booked personally with the N.D.L. for 380 gulden. He had, however, to go to Berlin to get a visa on his passport. Mr. Greiser then, according to Mr. Bloch, paid the N.D.L. 380 gulden per passage and 190 per half-passage, and pocketed the differences. Mr. Bloch's calculation is that 36 full and 15 half passages were booked through Mr. Greiser". In: NDPH-UEL. *Declaração de Franz Bloch* [...], op. cit., p. 3. Tradução nossa.

²⁵⁸ A diferença entre o valor cobrado (510 *gulden*) e o custo real (380 *gulden*) gerava um lucro unitário de 130 *gulden*. Considerando os dados de Nixdorf sobre a emissão de 36 passagens “inteiras”, chegase ao valor mencionado no texto, ressaltando que o lucro real foi superior, dado que o cálculo desconsidera as 15 meias-passagens também vendidas.

²⁵⁹ „Im Hotel Luxemburgo, wo er auf Kosten der engl. Landgesellschaft lebte, vertilgte er ungeheure Mengen an Alkohol. Es ging kaum ein Tag vorbei, an dem er nicht eine ganze Flasche Whisky trank. Es herrschte in der Zeit seines Hierseins dauernd Regenwetter. So pflegte er sich mit seinen, durch die schmierige terra roxa beschmutzten hohen Stiefel nachts ins Bett zu legen und am nächsten Morgen, wie ich es selber habe miterleben können, den Hausdiener mit Revolver und Messer zum Putzen seiner an den Beinen bleibenden Stiefel zu zwingen. [...] Auch aus Sao Paulo und Santos kamen seinerzeit Nachrichten, dass er dort in ähnlicher Weise gelebt habe. In Santos hat man ihn wegen

O relato de Nixdorf sobre a conduta do Comissário de Emigração danziguense é incisivo nas questões relativas ao seu cotidiano em Londrina. São atitudes que deveriam ter sido reportadas oficialmente, direto para as autoridades do Senado da Cidade Livre de Danzig. Todavia, dois fatores devem ser levados em consideração diante dessas acusações. A primeira, é que não foram encontradas informações semelhantes ou mais detalhadas sobre este comportamento de Oscar Greiser, que pudessem reforçar essa personalidade narrada por Nixdorf, portanto, não sendo possível confirmar se houve alguma tentativa de reportar tal situação ao governo da Cidade Livre de Danzig ou se de fato esses episódios ocorreram da maneira descrita.

A segunda, diz respeito às intenções de Nixdorf ao produzir o relatório. O objetivo central desse documento era justamente a busca pela responsabilização de Bloch e Greiser pelo mau gerenciamento das finanças dos colonos. Esse objetivo fica claro quando Nixdorf afirma que faria tudo o que estivesse ao seu alcance, conforme ele mesmo prometeu aos danziguenses²⁶⁰, para buscar uma solução dos problemas financeiros e administrativos decorridos das atitudes do líder da Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*” e o representante oficial do Senado. Nesse sentido, considerando esses dois fatores, torna-se possível compreender a abordagem incisiva sobre o comportamento de Oscar Greiser no relatório.

O texto presente no documento é encerrado justamente com um trecho que corrobora a intencionalidade de Nixdorf ao produzir o relatório. Segundo o autor:

Parece que Greiser possui protetores em posições elevadas, de modo que ninguém se atreve a assumir completamente a questão e defender os direitos dos lamentáveis compatriotas no interior do Brasil. Se, por meio deste relatório, que redigi segundo meu melhor conhecimento e consciência como membro do NSDAP e como alemão, finalmente for aberto o abscesso que ainda adere ao governo de Danzig [...] um ponto obscuro na questão da colonização étnico-alemã no sul do Brasil terá sido eliminado.²⁶¹

Revolverschesserei sogar festgesetzt“. In: NDPH-UEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig* [...], op. cit., p. 5. Tradução nossa.

²⁶⁰ Ibid., p. 6.

²⁶¹ „Es scheint daran zu liegen, dass Greiser Hintermässer in höchsten Stellungen hat, sodass niemand wagt, sich der Sache ganz anzunehmen und für das Recht der bedauernswerten Volksgenossen im Urwald Brasiliens einzutreten. Wenn durch diesen Bericht, den ich nach bestem Wissen und Gewissen als Parteigenosse der N.S.D.A.P. und als Deutscher gegeben habe, endlich einmal das Geschwür aufgestochen wird, welches immer noch der Danziger Regierung anhaftet [...] so ist gleichzeitig damit ein dunkler Punkt aus der volksdeutschen Siedlungsfrage in Südbrasilien fortgewischt“. In: NDPH-UEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig* [...], op. cit., p. 6. Tradução nossa.

A posição de Oscar Greiser no sistema político da Cidade Livre de Danzig mostrou-se, segundo o relatório, uma barreira para possíveis denúncias de seus problemas administrativos e de conduta em relação à colonização no norte do Paraná. Isso indica a decisão de Nixdorf em enviar o apelo ao grupo do Partido Nacional-Socialista (NSDAP) em São Paulo, uma vez que nem o Senado de Danzig, o Consulado da Alemanha no Brasil ou a própria CTNP se empenharam em resolver a questão envolvendo a crise da Colônia *Neu Danzig*. Neste sentido, mais que só o objetivo central da produção do relatório, o destinatário também é um elemento de relevância para esta análise.

A metáfora utilizada por Nixdorf sobre “abrir o abscesso que adere o governo de Danzig” relaciona-se à necessidade de expor a figura de Greiser e denunciar os problemas que causou na região. Sua preocupação em eliminar o “ponto obscuro na questão da colonização étnico-alemã” indica uma motivação que ultrapassa a mera justiça aos colonos lesados. A crise instaurada na Colônia *Neu Danzig* poderia causar apreensão em possíveis compradores de terras, o que seria um ponto negativo não apenas para a CTNP, que objetivava o lucro das vendas, mas para o próprio Nixdorf, que havia se tornado diretor da Colônia Roland e estava incumbido de organizar e expandir o assentamento de imigrantes germânicos.

Em linhas gerais, considerando o contexto de formação da colônia e partindo da análise de trechos do relatório sobre a “questão *Neu Danzig*”, nota-se que, Franz Bloch está distante de ser considerado inocente, mas não foi a única figura que influenciou na desestruturação do projeto colonial ainda em seus meses iniciais. Conforme observado, o início dos problemas se deu na estrutura organizacional da Sociedade de Colonização, além do amadorismo por parte de Bloch no posto de líder da colônia e a suposta má conduta por parte de outro pilar do empreendimento colonizador danziguense, que foi Oscar Greiser.

A presença de uma liderança estruturada pouparia os colonos de *Neu Danzig* não somente do desaparecimento dos fundos, mas também de erros de decisão no momento de investir o (pouco) dinheiro que possuíam. Em sua obra, Albert Koch escreveu sobre os investimentos desvantajosos e o comportamento desorganizado do danziguenses. De acordo com o autor:

Aqueles que tinham um pouco de dinheiro construía imediatamente uma casa de tábuas. Se lhes dizíamos: ‘Invistam primeiro em plantações; um rancho serve bem no início, assim no próximo ano terão uma colheita para

vender e para viver’, recebíamos como resposta: ‘Não estamos acostumados a viver assim’, ou ‘Não posso sujeitar minha esposa a isso. Em Danzig, meu Deus, tínhamos de tudo!’. E quando chegou a época do plantio, tinham uma casa; e quando começou o tempo da colheita, tinham algumas flores na frente dela, mas nada para comer, e ainda por cima estavam endividados. As senhoras apareciam na praça da cidade com chapéu e luvas, comprando mantimentos aos poucos, como se a loja fosse logo ali e não houvesse um trabalho em casa. Os jovens andavam todos a cavalo. O lema era: ‘Um reino por um cavalo’. Cavalgavam sem propósito pela região e atiravam inutilmente na colorida fauna de pássaros. Tudo isso evoluiu para uma catástrofe.²⁶²

O relato de Koch, marcado por críticas aos hábitos urbanos dos imigrantes, evidencia outra dimensão da crise administrativa, que é a ausência de diretrizes técnicas na Colônia *Neu Danzig*. Enquanto a Sociedade de Colonização se via envolvida em disputas financeiras e acusações mútuas entre Bloch e Greiser, deixou de cumprir a função básica de organizar a adaptação produtiva dos recém-chegados. Sem um direcionamento claro sobre como empregar seus escassos recursos, muitas famílias reproduziram padrões de vida da antiga Danzig, priorizando conforto doméstico ou gastos imediatos, em vez de investir em plantações ou infraestrutura agrícola mínima.

Essa desconexão com a realidade agrária não passou despercebida pela imprensa da época. Uma reportagem publicada no jornal *Danziger Volksstimme*, em 20 de fevereiro de 1932, sob a manchete “*Neu-Danzig na selva do Brasil*”, dedicou uma página inteira para descrever a trajetória das famílias que se deslocaram para o norte do Paraná. Em determinado ponto da matéria, o texto da notícia alertava:

Por fim, deve-se ainda observar que estas informações não devem levar ninguém a emigrar com o objetivo de se estabelecer na selva do Brasil. Todo aquele que tem uma subsistência minimamente assegurada deve permanecer aqui. Nem todos são adequados para ser colonos, pois, além de tudo, especialmente no início, é preciso levar uma vida dura e cheia de privações. Para isso são necessárias, além de aptidão física, disposição e amor pela vida no campo, com renúncia a muitos confortos culturais.²⁶³

²⁶² „Wer finanziell ein wenig hatte, baute sich gleich ein Bretterhaus. Sagte man ihnen: „Stecken Sie ihr Geld erst in Pflanzungen; ein Rancho tut es auch zum Anfang, dann haben Sie wenigstens nächstes Jahr eine Ernte, etwas zu verkaufen und zu leben“, dann erhielt man die Antwort: „Das sind wir nicht gewohnt, so zu leben, oder, das kann ich meiner Frau nicht zumuten. Wir hatten in Danzig – mein Gott, was haben wir da nicht alles gehabt!“ Und als die Pflanzzeit kam, da hatte man ein Haus, und wie die Erntezeit anbrach, da hatte man ein paar Blumen davor, aber nichts zu essen und noch Schulden. Aber die Damen kamen mit Hut und Halbschüchen zum Stadtplatz und kauften viertelpfundweise ein, als sei der Laden gleich über der Strasse und zu Hause keine Arbeit. Die jungen Leute waren alle beritten. Devise: Ein Königreich für ein Pferd. Sie jagten nutzlos in der Umgebung herum und knallten unnützerweise die bunte Vogelwelt ab. Das ganze entwickelte sich zu einer Katastrophe“. In: KOCH, op. cit., p. 135. Tradução nossa.

²⁶³ „Zum Schluss soll noch bemerkt werden, dass diese Ausführungen niemand veranlassen sollen, auszuwandern, um sich im Urwald von Brasilien anzusiedeln. Jeder, der hier sein einigermaßen Auskommen hat, soll hier bleiben. Alle eignen sich nicht zum Kolonisten, denn abgesehen davon, dass

A cautela sugerida pelo periódico, recomendando a permanência na Europa daqueles que não possuíssem “aptidão e amor pela vida no campo”, conecta-se diretamente à crítica de Koch sobre a manutenção dos hábitos urbanos na colônia. O que o *Danziger Volksstimme* apontava como um risco necessário de ser avaliado antes da partida, acabou se convertendo em um dos fatores da ruína do grupo já estabelecido. O descompasso entre expectativas urbanas e as exigências rurais acelerou a deterioração das condições internas. Assim, a desorganização administrativa não apenas criou o problema inicial do desaparecimento dos fundos, como também permitiu que o capital trazido pelos colonos fosse rapidamente dissipado, por falta de orientações estratégicas que pudessem garantir a sobrevivência econômica do grupo.

Outro elemento pouco explorado pela historiografia, mas que emerge na documentação inédita, refere-se ao desaparecimento de Walter Schneider do empreendimento. Embora tenha sido um dos fundadores da Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*”, sua participação em todo o esquema não é explicitada nas fontes tradicionais. Um documento localizado no Fundo Oswald Nixdorf, porém, indica que Schneider, já afastado do grupo, publicava textos em jornais do Brasil que circulavam em Danzig, depreciando tanto Franz Bloch quanto o próprio projeto colonizador. Trata-se de uma carta redigida por Bloch em 1º de abril de 1932, destinada a Arthur H. M. Thomas, diretor da CTNP.

No corpo do texto, Bloch inicia informando sobre alguns novos colonos que estavam se deslocando para a Colônia *Neu Danzig* através do navio S.S. *Sierra Cordoba*, com previsão de chegada a Santos em 15 de abril, e solicita à Thomas que os alocassem nos lotes indicados. Entretanto, o trecho crucial para esta análise surge quando ele aborda a repercussão do trabalho em Danzig e no Brasil:

Pessoalmente, posso dizer que o trabalho está indo muito bem aqui em Danzig. Temos a ajuda das autoridades em todos os lugares. A única preocupação é que, deste lado, tudo está bem, mas de São Paulo estão chegando jornais com difamações sobre nosso trabalho e sobre minha pessoa. Assim, o ‘São Paulo Zeitung’ de 11 de março publicou um artigo intitulado ‘Siedlung oder Goldmine’ contra nosso trabalho. Talvez seja possível tomar alguma medida contra esse jornal, pois eles estão circulando

er besonders in der ersten Zeit ein hartes, entbehrungsreiches Leben führen muss, ist hierbei neben körperlicher Tüchtigkeit, Lust und Liebe zum Landleben bei Verzicht auf manche Kulturgenüsse nötig“. In: NEU-DANZIG im Urwald von Brasilien. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 23, n. 43, p. 3, 20 fev. 1932. Tradução nossa.

em Danzig e são enviados para pessoas que têm interesse em se estabelecer em 'Nova Danzig'. Acredito que este artigo tenha sido escrito pelo famoso Sr. Eng. Schneider, que dizem trabalhar para esse jornal. Eu acho que o Sr. Schneider envia esses exemplares para a esposa dele em Danzig, que os distribui aqui.²⁶⁴

O excerto evidencia dois pontos relevantes para o contexto de fundação da Colônia *Neu Danzig*. O primeiro refere-se à tentativa de Bloch de construir uma imagem de que o projeto estava “indo muito bem”. Ele busca legitimidade ao reforçar o apoio que tem recebido das autoridades de Danzig, o que deveria conferir ao empreendimento uma maior reputação, além de afastar quaisquer suspeitas de crise interna na administração da Sociedade de Colonização. O segundo ponto está relacionado à preocupação explícita de Bloch com a opinião pública em Danzig, visto que demonstra preocupação ao mencionar as difamações que ele e a Sociedade de Colonização estavam sofrendo a partir de artigos publicados no jornal *São Paulo Zeitung*.

Um elemento que se destaca no trecho apresentado é a menção explícita a Walter Schneider²⁶⁵. Bloch o acusa de ser responsável por escrever os artigos difamatórios e pela circulação deles em Danzig em meio a possíveis interessados no empreendimento. Isso sugere uma ruptura interna entre Bloch e Schneider, antes sócios na formação da Sociedade de Colonização, possivelmente ligada à disputa de poder dentro do empreendimento. Esse conflito entre os ex-sócios no texto de Bloch ajuda a compreender os motivos pelos quais o nome de Schneider não está presente em outros documentos, tendo ele sido desassociado de quaisquer coisas ligadas à colonização de *Neu Danzig*.

Mesmo afastado da cooperativa, Schneider atuou nos bastidores da colonização, realizando uma propaganda negativa do empreendimento e

²⁶⁴ “I personally can say that the work starts very good here in Danzig. We have the helpness of the authorities everywhere. There is only one trouble. On this side all things are all right only from Sao Paulo are coming here Newspaper with defamations concerning our work and my person. So the ‘Sao Paulo Zeitung’ from March 11th brings one article ‘Siedlung oder Goldmine’ against our work. Perhaps it is possible to do anything against this newspaper, because these newspapers are running in Danzig and are send to people, that have interests to settle in ‘New Danzig’. I think that this article is written by the famous Mr. Ing. Schneider, who is said to work for this newspaper. I think that Mr. Schneider sends these numbers of the newspaper to his wife in Danzig, who distributes them here.” *In: NDPH-UEL. Fundo Oswald Nixdorf. Pasta Neu Danzig. Carta enviada por Franz Bloch a Arthur Thomas. 1 abr. 1932. Documento 2. Tradução nossa.*

²⁶⁵ Embora o prenome não conste no documento, infere-se que a referência seja a Walter Schneider devido ao uso do título de engenheiro (Ing.). Essa identificação é corroborada pela reportagem “*Warnung vor ‘Neu-Danzig’*”, publicada no *Danziger Volksstimme* em 02 de julho de 1931, na qual ele é citado como “*Herr Ingenieur Schneider*”.

possivelmente minando a reputação de Bloch, o que poderia afetar diretamente nos negócios da Sociedade de Colonização. Em contrapartida, numa busca pelo controle da narrativa, ele sugere a possibilidade de “tomar alguma medida” contra o jornal. A atitude soa como uma tentativa de suprimir a circulação do artigo, e indica sua percepção acerca da ameaça que a imprensa poderia representar ao desenvolvimento da Colônia *Neu Danzig*. Para tentar contornar tal situação, Bloch sugeriu:

O senhor poderia encomendar um artigo escrito em um jornal alemão em São Paulo, talvez o ‘Deutsche Zeitung in São Paulo’, sobre o trabalho de ‘Nova Danzig’ e teria a gentileza de enviar alguns exemplares para o ‘Comissário de Emigração Sr. Oscar H. Greiser – Danzig Neufahrwasser – Hindersins 3/4 – Cidade Livre de Danzig’? Qualquer coisa positiva escrita em jornais do exterior sobre ‘Nova Danzig’ ajudará nosso trabalho aqui, por aqui em Danzig temos uma imprensa maravilhosa.²⁶⁶

O trecho indica que a sobrevivência do projeto colonizador dependia da gestão de sua imagem pública, tanto na Europa quanto no Brasil. A solicitação pela produção de artigos favoráveis foi uma das estratégias da manutenção da confiança popular e do apoio institucional em Danzig. A imprensa aparece, nesse caso, como um instrumento ativo na operação migratória. Além disso, o pedido de que tais matérias fossem enviadas a Greiser sugere que Bloch buscava assegurar que as instâncias oficiais de Danzig continuassem comprometidas com o projeto. Isso ocorreu mesmo quando os vínculos entre ambos estavam enfraquecidos por suspeitas mútuas.

Esse documento constitui o único registro localizado que menciona, ainda que de maneira indireta, a tensão entre Bloch e Schneider. Embora não seja possível precisar as motivações exatas do rompimento com as fontes disponíveis, uma hipótese que pode ser considerada reside no próprio título do artigo denunciado por Bloch: *Siedlung oder Goldmine* (Colônia ou mina de ouro). É provável que em algum momento entre a viagem dos sócios ao Brasil e a chegada das famílias em Londrina, (agosto a dezembro de 1931), alguma divergência de natureza econômica – sugerida

²⁶⁶ Can you make it possible to order an article written in on German newspaper in Sao Paulo, perhaps the ‘Deutsche Zeitung in Sao Paulo’ concerning the work of “New Danzig” and will you be so kind to send them some numbers to the “Auswanderungs Kommissar Mr. Oscar H. Greiser – Danzig Neufahrwasser – Hindersins 3/4 – Free City of Danzig”. Anything good written in oversea newspapers over “New Danzig” will help our work here, because here in Danzig we have a wonderful press. All newspapers in Danzig have in the last time brought articles and pictures from “New Danzig.” In: NDPH-UEL. *Carta enviada por Franz Bloch* [...], op. cit. Tradução nossa.

pela metáfora da “mina de ouro” – fez com que Schneider se desligasse do empreendimento.

O documento amplia a compreensão sobre o colapso da colônia ao expor fissuras que não haviam sido consideradas pela historiografia tradicional. Os indícios apontam que a crise não se limitou ao mau gerenciamento de recursos, mas envolveu também embates políticos, ressentimentos pessoais e uma disputa pelo controle da narrativa. A fragmentação interna, agravada pelo desaparecimento dos fundos, pela desconfiança generalizada e pela ausência de uma liderança administrativa, marcou a turbulenta fundação da Colônia *Neu Danzig*, bem como sua precoce desestruturação. Nesse sentido, considerando os acontecimentos analisados nesse subtópico, pode-se compreender o desejo de silenciar ou apagar esse passado “fracassado” e desestruturado da memória pública do município de Cambé, mantendo, em contrapartida, as narrativas vencedoras sobre o contexto, em sintonia com a política da própria CTNP, como será verificado mais adiante.

4.3.2 A materialidade econômica do colapso

Até o momento, foram analisadas as tomadas de decisões que acarretaram a crise administrativa e econômica na Colônia *Neu Danzig*, impedindo-a de se desenvolver e alcançar o progresso prometido – e desejado – pela CTNP. Todavia, a partir da documentação localizada no Fundo Oswald Nixdorf, é possível precisar valores relativos ao preço das terras, das passagens e mesmo a quantia que foi desaparecida. Objetiva-se a seguir apresentar uma perspectiva sobre a situação econômica que os colonos possuíam quando optaram por investir na emigração para o norte do Paraná, além de especificar o prejuízo declarado por alguns dos integrantes da colônia.

Para compreender o poder de compra e as condições socioeconômicas vivenciadas pela população da Cidade Livre de Danzig no início da década de 1930, sobretudo os grupos sociais mais atingidos pela crise e, portanto, potencialmente motivados a emigrar – boa parte dos imigrantes homens eram comerciantes²⁶⁷, afetados pela crise –, foi realizado o cruzamento de informações entre fontes. Visto a impossibilidade de encontrar informações concretas sobre o salário médio de um

²⁶⁷ CORTEZ, op. cit. p. 37-38.

cidadão da Cidade Livre de Danzig no início da década de 1930, examinou-se alguns exemplares do jornal *Danziger Volksstimme* referentes ao ano de 1931, com o objetivo de encontrar anúncios ou reportagens que apontassem o preço dos produtos da época.

Alguns anúncios comerciais e tabelas de preços com a cotação de produtos em geral permitem estabelecer uma aproximação do custo de vida dos danziguenses, possibilitando a comparações diretas com os valores exigidos pela Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*” para participação no fundo dos colonos. No número de 29 de janeiro de 1931, por exemplo, identifica-se um anúncio de uma loja de roupas que expõe itens acompanhados de seus respectivos preços em *gulden*. Um casaco de tecido fino custava entre 55 e 75 *gulden*, enquanto vestidos estavam na faixa de 20 a 40 *gulden*²⁶⁸. Esses valores oferecem um primeiro parâmetro do poder aquisitivo local e do impacto que grandes somas representavam para a população trabalhadora.

Outra informação significativa foi encontrada no número publicado em 28 de abril de 1931, que apresenta uma reportagem sobre a proposta de redução salarial dirigida aos trabalhadores municipais e estatais. A matéria descreve a assembleia realizada para deliberar sobre o corte de 1/6 do rendimento mensal, proposto pelo Senado de Danzig. Entre os relatos, destaca-se a fala de um funcionário público que afirma que, caso seu salário de 1.100 *gulden* mensais fosse reduzido em 100 *gulden*, ele estaria “economicamente arruinado”²⁶⁹. Esse testemunho é particularmente interessante quando comparado aos valores exigidos para a composição do fundo da cooperativa de colonização, que giravam, em média, em torno de 2.000 *gulden*.

Se a redução dos 100 *gulden* já era percebida como suficiente para comprometer a sobrevivência econômica de uma família, torna-se evidente que a quantia solicitada pela Sociedade de Colonização constituía um montante elevado para a grande maioria dos trabalhadores urbanos. Considerando as famílias que se estabeleceram na Colônia *Neu Danzig*, grande parte se deslocou para o Brasil com uma condição menos favorecida financeiramente. Registros apontam que alguns sujeitos chegaram a vender o que possuíam em Danzig para conseguir juntar o dinheiro necessário que seria depositado no fundo da cooperativa dos colonos.

²⁶⁸ DAMEN-MÄNTEL, Kostüme u. Kleider in ersten Qualitäten und reicher Auswahl. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 22, n. 24, p. 11, 29 jan. 1931.

²⁶⁹ DIE Gemeinde- und Staatsarbeiter lehnen ab: Arbeitszeitverkürzung einstimmig abgelehnt – Die Kürzung ihres Einkommens untragbar. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 22, n. 98, p. 3, 28 abr. 1931.

O relato de Hans Anger²⁷⁰ – membro de uma das famílias estabelecidas na Colônia –, registrado pelo Museu Histórico de Cambé no ano de 1993, ilustra com precisão esse quadro. Ao narrar os preparativos para a partida, Anger descreve não apenas a precariedade econômica da família, mas o grau de improvisação necessário para reunir a quantia da viagem:

Até foi difícil a gente sair de lá, porque... faltava até dinheiro para a passagem, né? [...] O meu avô, o pai da minha mãe, ajudou minha mãe que era... fazia o sustento da casa com uma máquina de costura, teve que vender na última hora a máquina de costura porque faltava 250 gulden, que era o dinheiro lá da nossa terra, para a minha passagem, né? Então ela teve que... ainda bem que uma amiga da família comprou a máquina, que não valia esse dinheiro, mas ela deu justamente esse dinheiro pra completar.²⁷¹

A referência à venda da máquina de costura indica um ponto de atenção. Não se trata da venda de um bem supérfluo, mas de um instrumento que era utilizado como sustento familiar. Pode-se dizer que emigrar significou o rompimento com a própria fonte de renda, convertendo-a em capital de fuga. O relato de Anger se assemelha ao de outros danzigueses em relação à condição financeira no contexto da emigração para o Brasil. A composição profissional dos imigrantes do primeiro grupo corrobora essa fragilidade estrutural. A partir da lista de bordo do navio *Madrid*, disponível no Memorial do Imigrante em São Paulo, Cortez organizou o perfil das primeiras famílias que se estabeleceram na Colônia *Neu Danzig* em janeiro de 1932, conforme consta no Quadro 3.

²⁷⁰ Foi possível constatar, a partir do conteúdo da entrevista, que ela foi concedida na casa de Hans Anger em São Paulo, onde morava com sua família.

²⁷¹ ANGER, Hans. **[Entrevista]**. [São Paulo?], 1993. Disponível no acervo do Museu Histórico de Cambé.

Quadro 3 – Primeiro grupo de imigrantes danziguenses estabelecidos na Colônia Neu Danzig em janeiro de 1932

Família	Chefe	Nº de membros	Ocupações
Axt	Arthur Axt	5	Comerciante, doméstica
Anger	Erich Anger	4	Comerciante, doméstica
Matschoss	Willy Matschoss	2	Comerciante, doméstica
Petrusch	Kurt Petrusch	4	Comerciante, doméstica
Lapuse	Erwin Lapuse	5	Construtor, doméstica
Tkotz	Werner Tkotz	1	Comerciante
Bloch	Franz Bloch	1	Comerciante
Wittig	Werner Wittig	1	Comerciante
Nilson	Richard Nilson	1	Serralheiro
Klein	John Klein	1	Lavrador
Sass	Heinrich Sass	1	Lavrador
Warden	Franz Warden	1	Pintor

Fonte: Elaboração do autor com base em Cortez (2012, p. 37-38).

Observa-se no quadro que, dos doze chefes de família identificados, sete se declararam comerciantes, ocupações típicas de economia urbana e que dependem de circulação, crédito e mercado, justamente os setores colapsados pela crise no início da década de 1930. Um outro apontamento que torna-se possível realizar partindo das informações dispostas no quadro é que apenas dois membros – John Klein e Heinrich Sass – registraram experiência agrícola prévia, por serem lavradores. Esse foi um dos detalhes decisivos no que diz respeito ao sucesso da Colônia, visto que grande parte do grupo de colonos era formado por trabalhadores urbanos em busca de melhores condições de vida.

Por outro lado, Anger também indica em seu relato que algumas famílias possuíam uma condição menos drástica, embora também tenham sido afetadas pela

crise e optado pela emigração:

[...] meu pai desde 1923 tava desempregado... viva em Danzig assim de... de bicos. E minha mãe ajudava com costura. Nós éramos super pobres, né? O pai da minha mãe de duas em duas semanas, vinha visitar a gente e trazia uma... na Alemanha não é dúzia, lá é por quinze, trazia quinze ovos, um pacote de manteiga e um pedaço de queijo, pra ajudar. Era coisas tão raras que não tinha dinheiro pra comprar essas coisas. E tinha outras famílias que eram mais abastados, como o Lapuse, o Tkotz... por exemplo o Tkotz vendia leite e manteiga, em Danzig... gente com mais recurso.²⁷²

Essa relativa diferença nas condições de uma ou outra família não os isentou da crise administrativa que afetou a Colônia logo em seus primeiros meses de existência. A ausência de uma gestão eficaz afetou tanto os colonos mais fragilizados quanto aqueles que possuíam mais recursos, visto que o dinheiro depositado no fundo coletivo e administrado por Franz Bloch não cumpriu as finalidades prometidas. A maior distinção residiu apenas em formas alternativas de enfrentamento, como o caso da família Tkotz, que reconheceu a impossibilidade de assumir o trabalho agrícola e optou por transferir para o Brasil o modelo de negócio que possuíam em Danzig (Figura 14).

²⁷² ANGER, op. cit.

Figura 14 – Anúncio da Officina Mechanica “Nova Dantzig” no Jornal Paraná-Norte (1936)

Página 10 Paraná-Norte 9 - 10 - 36

OFFICINA MECHANICA “NOVA DANTZIG”

Agencia de Bicycletas e Motocycletas

BICYCLETAS de fama mundial:
Duerkopp, Opel, Diamant, Brennabor, Bismark, Jupiter, Merkur, Resolute e Apollo,
com garantia de um anno da minha casa
desde Rs. 350\$000

MOTOCYCLETAS:
Triumph, N. S. U., B. M. W. e Duerkopp de 2,5 a 20 H. P.
desde Rs. 1:800\$000

MOTORES para bicycletas “Ilo”
de 1,25 H. P. com luz electrica
Percorre 60 kilometros com 1 litro de gasolina
Rs. 750\$000

NOVIDADE! - Bicycleta de transporte - **NOVIDADE!**
Para entregas rapidas, propria para Emporios, Padarias, etc.
Rs. 780\$000

Victrolas e Discos, ‘Columbia’ e outras marcas
Discos desde Rs. 3\$000 — SEMPRE NOVIDADES
Musica de sanfona, Modas de Viola, etc. sempre em stock

Concertos, peças e pertences
para bicycletas, motocycletas, victrolas, machinas de costura, armas,
accumuladores, lampeões a gasolina, etc.

Officina moderna e optimamente aparelhada - TRABALHO RAPIDO E GARANTIDO

Permuta-se bicycletas velhas por novas

Acceita-se vendedores a comissão e
que já trabalhem com outros artigos

Rua Allemanha Caixa postal, 9 **Pedro Tkotz** NOVA DANTZIG Est. do Paraná

Fonte: Jornal Paraná-Norte. Acervo do Museu Histórico de Londrina (2025).

A propaganda do empreendimento de Pedro Tkotz, a “Officina Mechanica ‘Nova Dantzig’”, divulgada nas páginas do Jornal Paraná-Norte, demonstra esse deslocamento estratégico. Ela evidencia que a família teria abandonado o projeto agrícola para retomar o modelo de trabalho urbano que mantinha antes da emigração, agora em um cenário econômico e possibilidade de mercado mais atrativo. Diferentemente da maior parte dos colonos, que se dispersaram pela região ou migraram novamente após a derrocada da Colônia, a família Tkotz obteve relativa estabilidade econômica ao replicar seu capital comercial prévio em um novo território.

Essa permanência material converteu-se, com o passar do tempo, em

permanência simbólica. O empreendimento dos Tkotz tornou-se um elemento de memória pública local, sobretudo quando a história da Colônia *Neu Danzig* ou da “fundação de Cambé” é mencionada. Enquanto o núcleo colonial agrícola fracassou, a experiência da família Tkotz foi incorporada à memória coletiva como exemplo de adaptação e símbolo de progresso – reflexo da forma com que a própria CTNP gerenciava seus negócios à época, com sua política propagandista –, deslocando o foco da falência para a narrativa da prosperidade.

Uma vez contextualizada a realidade econômica dos imigrantes em sua origem, torna-se fundamental examinar a materialidade contábil desse colapso no Brasil. A análise da situação financeira do primeiro ano da colônia será realizada em duas etapas, baseando-se em informações contidas em uma correspondência²⁷³ enviada por Arthur Thomas a Oswald Nixdorf em 17 de outubro de 1933. O primeiro documento consiste em um balancete geral que confronta os débitos totais gerados pela instalação do núcleo colonial com os valores efetivamente recebidos pela CTNP. O segundo, de caráter mais detalhado, apresenta um quadro nominativo dos colonos, indicando a área adquirida (em alqueires), os créditos depositados originalmente em *gulden*, o custo da terra e as quantias gastas em Mil-réis²⁷⁴. A análise conjunta desses registros permite compreender não apenas o déficit contábil, mas as ações institucionais tomadas pela CTNP diante da insolvência da Sociedade de Colonização.

O balancete produzido com as informações dos débitos da Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*” (Figura 15) aponta a complexidade da situação financeira da colônia em seu primeiro ano de existência.

²⁷³ É plausível considerar que esses dados serviram de base documental para o relatório que Nixdorf produziu dois anos depois, em 1935, destinado ao NSDAP, no qual ele denunciou as falhas administrativas do empreendimento.

²⁷⁴ O padrão monetário brasileiro durante o recorte temporal da pesquisa era o Mil-réis, que permaneceu em vigor até a reforma monetária de 1942, quando foi substituído pelo Cruzeiro. Na notação da época, o cifrão era posicionado entre a unidade de milhar e a centena, de modo que 1\$000 representava a unidade básica (um mil-réis).

Figura 15 – Balancete geral dos débitos (dez. 1931 – nov. 1932)

Total of our debits between 29-12-31 and 30-11-32		46:844\$500
Demarcations and picadas		4:263\$600
Balance of expenses in Santos and São Paulo on receiving colonists		529\$600
		<hr/> 51:637\$700
<u>Received:</u>		
29-12-31 from N.D.L.	6:584\$000	
30- 1-32 " Bloch	3:000\$000	
2- 4-32 " N.D.L.	10:000\$000	
	<hr/> 19:584\$000	
5- 2-32 from Katzor	1:980\$000	
Various small credits	134\$200	
		<hr/> 21:698\$200
	Our credit	29:939\$500
	Received from Senate	23:000\$000
		<hr/> 6:939\$500
	Balance	

Fonte: Fundo Oswald Nixdorf²⁷⁵. Acervo do NDPH-UEL (2025).

Os valores dispostos no balancete estão expressos em Mil-réis, moeda corrente nas transações da CTNP, visto que atuava em solo brasileiro. Para fins de análise, adotou-se a taxa de câmbio de 3\$100 por 1 *gulden*, paridade identificada em um dos anexos da própria correspondência enviada por Thomas. A conversão é essencial para dimensionar a real magnitude das quantias movimentadas e o impacto do prejuízo financeiro na moeda de referência dos colonos. A partir disso, o extrato aponta, em primeiro lugar, que a CTNP desembolsou um total de 51:637\$700 (cerca de 16.657 *gulden*) para cobrir custos de aquisição de lotes, abertura de picadas e despesas de recepção em Santos e São Paulo.

Na sequência, discriminam-se os recebimentos, que ao todo somaram apenas 21:698\$200 (cerca de 7.000 *gulden*). O detalhamento dessas entradas corrobora a atuação direta da *Norddeutscher Lloyd* como intermediária financeira, responsável por repasses em 29 de dezembro de 1931 (cerca de 2.124 *gulden*) e 2 de abril de 1932 (cerca de 3.226 *gulden*). Além disso, também reforça o que foi destacado por Bloch sobre o imigrante Max Katzor ter optado por efetivar a transferência de maneira independente²⁷⁶, tendo depositado em 05 de fevereiro de 1932 o valor de 1:980\$000

²⁷⁵ NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. Carta enviada por Arthur Thomas a Oswald Nixdorf. 17 out. 1933. Documento 15, p. 3.

²⁷⁶ O registro do pagamento individual de Katzor em 05 de fevereiro de 1932 ajuda a compreender sua ausência na lista de passageiros do navio *Madrid*, apresentada anteriormente. Além disso, o dado

(cerca de 638 *gulden*).

Nota-se que foi registrado um saldo devedor de 29:939\$500 (cerca de 9.657 *gulden*), quantia essa que a Sociedade de Colonização não dispunha. No entanto, outro aporte de 23:000\$000 (cerca de 7.419 *gulden*) foi realizado pelo Senado da Cidade Livre de Danzig para cobrir uma parte da dívida dos colonos. Mesmo após a ajuda do Senado, o balanço encerrou o período com um saldo devedor de 6:939\$500 (cerca de 2.238 *gulden*), o que indica que a colônia operou no vermelho antes mesmo de completar seu primeiro ano, sustentada artificialmente pelos adiantamentos da CTNP e pelo suporte financeiro do governo da Cidade Livre de Danzig.

Se o balancete geral da CTNP expõe os indícios da falência institucional do projeto, o segundo documento a ser analisado evidencia o lado individual da tragédia econômica. Trata-se de um demonstrativo contábil, intitulado *Balances of Neu Danzig Settlers* (Balanços dos Colonos de *Neu Danzig*), que detalha informações financeiras de 21 chefes de família que se deslocaram ao norte do Paraná para estabelecerem-se em *Neu Danzig*. O documento em si não possui uma data, mas através do texto presente na correspondência, à qual ele é anexo, pode-se estimar que foi organizado após julho de 1932²⁷⁷. Observa-se, no Quadro 4, uma sistematização dos dados, evidenciando a desproporção entre o capital possuído e os custos de instalação.

indica a autonomia do imigrante, demonstrando que a adesão à intermediação financeira da Sociedade de Colonização ou da sucursal da *Norddeutscher Lloyd* não constituía condição absoluta para o estabelecimento na Colônia *Neu Danzig*, sendo possível a negociação direta com a Companhia.

²⁷⁷ No conteúdo da carta, Thomas escreve que o livro de contas com os gastos relativos aos imigrantes – o qual dispunha das informações utilizadas para produzir os balanços individuais de cada chefe de família – estava sob posse dos próprios colonos. Esse indício possibilita deduzir que o acesso de Thomas ao livro se deu após a fuga de Bloch da região, por volta de julho de 1932. Cf. NDPH-UEL. *Carta enviada por Arthur Thomas [...]*, op. cit., p. 1.

Quadro 4 – Balanço dos colonos de Neu Danzig (1932)

Proprietário	Área (alqueires)	Crédito depositado (gulden)	Custo da terra (gulden)	Gastos no Brasil	Crédito (gulden)	Débito (gulden)
Erich Anger	5	1.000	500	4:006\$700	-	790
Johann Klein	5	755	500	1:313\$000	-	168
Willy Matchoss	5	1.500	500	1:469\$900	526	-
Anton Bartnow	10	2.000	1.000	1:698\$000	453	-
Kurt Nehring	10	3.841	1.000	6:288\$500	813,5	-
Peter Tkotz	10	725,5	1.000	1:834\$100	-	866
Gaston Kück	15	2.500	1.500	972\$800	687	-
Arnold Klawitter	20	3.125	2.000	1:406\$600	672	-
Theuss	-	1.400	-	-	1.400	-
Kurt Wichert	-	1.605,75	-	657\$700	1.393	-

Fonte: NDPH-UEL. Fundo Oswald Nixdorf. Pasta *Neu Danzig. Carta enviada por Arthur Thomas a Oswald Nixdorf*. 17 out. 1933. Documento 15, p. 4. Adaptação do autor (2025).

Foram selecionados apenas alguns registros do balanço elaborado pela CTNP, com o objetivo de evidenciar situações distintas entre os colonos. Um primeiro dado que se destaca refere-se aos valores, expressos em *gulden*, que foram depositados pelos imigrantes no fundo da Sociedade de Colonização ainda na Europa – quantias que, conforme indicado pela documentação, desapareceram. Observa-se, ainda, que os valores pagos pelos alqueires correspondem aos montantes declarados por Bloch em seu depoimento²⁷⁸, já analisado no tópico anterior, seguindo a lógica de preços estabelecida (500 *gulden* para 5 alqueires, 1.000 *gulden* para 10 alqueires, e assim sucessivamente).

Outra informação relevante apresentada no quadro diz respeito às despesas realizadas no Brasil, que englobam custos com abertura de picadas, demarcação de lotes, aquisição de ferramentas, mantimentos e outros serviços necessários à instalação inicial da colônia. Esses gastos foram registrados em Mil-réis, moeda corrente nas transações locais. As duas últimas colunas do quadro, por sua vez,

²⁷⁸ NDPH-UEL. *Declaração de Franz Bloch* [...], op. cit.

permitem compreender de forma mais clara o agravamento da crise financeira, ao apresentar os saldos credores e devedores atribuídos a cada família. Do total originalmente depositado em *gulden*, subtraíram-se o valor correspondente ao pagamento da terra e as despesas efetuadas no Brasil, convertidas pela taxa de câmbio adotada (3\$100 por 1 *gulden*), expondo a situação deficitária em que alguns colonos se encontravam.

É possível visualizar casos como os de Erich Anger, John Klein e Peter Tkotz que se estabeleceram na Colônia *Neu Danzig* já com saldo devedor. Esse panorama indica que, mesmo antes da obtenção da primeira colheita, essas famílias encerraram o balanço em situação negativa. Considerando o relato de Albert Koch, que aponta como recorrente a decisão dos colonos de priorizar a construção da moradia em detrimento do investimento imediato no plantio, torna-se novamente evidente a ausência de orientação técnica e a importância de uma liderança local estruturada. No caso específico de Peter Tkotz, observa-se que, mesmo endividado após estabelecimento da família, optou por investir em outra atividade, possivelmente levando em conta a falta de experiência no trabalho agrícola.

Cabe destacar que o saldo credor registrado para algumas famílias não implicou o acesso efetivo a esses valores ou qualquer forma de reembolso. Conforme demonstrado no balancete geral analisado anteriormente, os recursos arrecadados pela Sociedade de Colonização não foram integralmente repassados à CTNP, perdendo-se no emaranhado administrativo envolvendo Bloch e Greiser. Nesse sentido, o documento funcionava estritamente como um instrumento de controle contábil interno, utilizado pela CTNP para dimensionar, no papel, os gastos atribuídos a cada imigrante. Na prática, aqueles que apresentavam saldo positivo – como Willy Matchoss, Anton Bartnow, Kurt Nehring, Gaston Kück e Arnold Klawitter – figuravam apenas como “menos lesados” ou tecnicamente quites com suas obrigações relativas à terra e manutenção, mas, assim como os devedores, não tiveram acesso a qualquer excedente financeiro.

As duas últimas linhas inseridas no quadro referem-se a imigrantes que se estabeleceram na Colônia *Neu Danzig*, mas não chegaram a adquirir terras. A situação desses indivíduos demonstra o caráter crítico da crise administrativa enfrentada pelo empreendimento colonizador. Casos como o de Theuss, que depositou um total de 1.400 *gulden* e não realizou aquisição de lotes nem apresentou despesas em Mil-réis, ou de Kurt Wichert, que mesmo tendo efetuado gastos no Brasil,

ainda possuía um crédito de 1.393 *gulden*, evidenciam que o prejuízo não decorreu exclusivamente da operação agrícola ou do custo de vida no Brasil. Em teoria, esses imigrantes deveriam ter mantido seu capital intacto e disponível para saque. No entanto, diante do desaparecimento do fundo administrado pela Sociedade de Colonização, esses valores permaneceram “congelados”, sem possibilidade de restituição. Isso corrobora que a insegurança financeira atingiu indistintamente os colonos danzigueses, independentemente de terem ou não se estabelecido efetivamente na terra.

A gravidade da crise administrativa da Colônia *Neu Danzig* ganha contornos mais precisos quando se observa – para além do balancete geral e do balanço específico das famílias – o volume de recursos que, segundo Oswald Nixdorf, supostamente deixou de existir nos registros do empreendimento. Em seu relatório de 1935, Nixdorf afirma que o total de dinheiro depositado em Danzig pelos membros da Sociedade de Colonização era de 137:900\$000²⁷⁹ (cerca de 44.484 *gulden*). Desse montante total depositado, considerando as quantias que efetivamente foram pagas à CTNP, conforme consta no balancete geral analisado, o valor desaparecido alcançava, segundo o relatório, a cifra de 117:916\$000²⁸⁰ (cerca de 38.037 *gulden*).

Para dimensionar o valor total angariado em termos fundiários, considera-se o preço base praticado pela CTNP, que fixou o valor de 100 *gulden* por alqueire (ou 500 *gulden* pelo lote padrão de cinco alqueires). Se essa quantia fosse integralmente convertida em terras, seria suficiente para adquirir aproximadamente 445 alqueires, o que corresponderia a cerca de 89 lotes rurais. Embora seja necessário considerar que esse fundo também deveria custear a manutenção das famílias por nove meses, a conversão territorial ilustra a magnitude do capital desaparecido e com ele, as expectativas e projetos de vida de dezenas de famílias que haviam apostado na promessa de um recomeço em solo brasileiro.

O colapso administrativo e financeiro do empreendimento resultou na dispersão das famílias que haviam se estabelecido na Colônia *Neu Danzig*. A falta de recursos e o endividamento crescente fez com que muitas famílias se mudassem para locais vizinhos com melhor estrutura, a exemplo da Colônia Roland, Londrina ou até mesmo para a Vila Nova Dantzig (núcleo urbano), enquanto uma outra parte dos imigrantes

²⁷⁹ NDPH-UEL. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig* [...], op. cit., p. 4.

²⁸⁰ *Ibid.*

optou por direcionar-se à São Paulo ou mesmo retornarem à Europa²⁸¹. Esse processo de dispersão fragmentou não apenas o grupo social inicialmente constituído, mas também inviabilizou a consolidação de uma identidade coletiva vinculada ao espaço da colônia. Esse desfecho contribuiu decisivamente para que a história da Colônia *Neu Danzig* fosse reduzida à pequenos fragmentos na memória local, dando voz às figuras que se destacaram financeiramente e silenciando a experiência do fracasso coletivo. Como nas palavras de Albert Koch, ainda no início da década de 1950, “Nova Danzig afundou e foi esquecida”²⁸².

4.3.3 O silenciamento do fracasso como estratégia corporativa

Após a contextualização histórica sobre a Cidade Livre de Danzig, a formação da Sociedade de Colonização “*Neu Danzig*” e a análise das crises administrativa e financeira, cabe neste último subtópico examinar como esses eventos culminaram no silenciamento da experiência danziguense nos espaços públicos de Cambé. Parte-se da premissa de que esse apagamento não resultou de um processo aleatório, mas sim um desdobramento da política de gestão de imagem da CTNP. A hipótese central é a de que a supressão de determinadas narrativas constituía uma prática recorrente da Companhia, voltada à proteção do mercado de terras, um *modus operandi* que pode ser verificado, por exemplo, nos casos de subnotificação de doenças nos anos iniciais do empreendimento.

A presença de surtos epidêmicos no norte do Paraná é registrada desde o início do século XX, sendo intensificada pelos processos migratórios que contribuíram para o aumento da densidade populacional da região. Entre as enfermidades mais recorrentes nesse contexto, a malária e a febre amarela²⁸³ assumiram papel central, encontrando condições ambientais favoráveis à sua disseminação. A geógrafa Márcia Siqueira de Carvalho, ao analisar uma epidemia de malária que atingiu núcleos urbanos do norte paranaense – tomando como exemplo a cidade de Tomazina –,

²⁸¹ CORTEZ, op. cit. p. 81.

²⁸² „Versunken und vergessen ist Neu-Danzig“. In: KOCH, op. cit., p. 136.

²⁸³ A malária, popularmente conhecida como “maleita”, é uma doença parasitária transmitida pelo mosquito *Anopheles*, cuja proliferação era favorecida pelas represas e desmatamento. Já a febre amarela, de origem viral, manifestou-se na região em sua forma silvestre, transmitida pelos mosquitos dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes* que circulavam nas matas. Caracterizou-se por surtos de alta letalidade e rápido contágio.

identifica uma série de fatores estruturais associados à propagação da doença, tais como:

[...] a falta de assistência médica oficial ou privada, as condições de vida dos habitantes no que diz respeito à habitação, vestuário, alimentação e trabalho, o analfabetismo e a falta de hábitos higiênicos, a localização das moradias nas baixadas e nas margens dos rios, a devastação das florestas nas partes altas com reflexos nos mananciais, a má distribuição das águas e o represamento ou desvios para atividades como a movimentação de monjolos ou de tanques para a ceva de porcos.²⁸⁴

As condições descritas pela autora dialogam diretamente com a realidade vivenciada pela maioria dos habitantes que adquiriram terras no empreendimento da CTNP. Os primeiros vilarejos e núcleos coloniais foram implantados em áreas densamente cortadas por cursos d'água, circunstância que favorecia a proliferação do mosquito transmissor da malária. Diversos lotes de terras eram comercializados com acesso direto à ribeirões, como se observa no caso da própria Colônia *Neu Danzig*, conforme indicado na planta analisada. Soma-se a isso a precariedade das habitações nos anos iniciais do empreendimento, predominantemente constituídas por ranchos de palmito cobertos com folhas de palmeira²⁸⁵, fator que agravava ainda mais as condições sanitárias da população recém estabelecida.

A questão da assistência médica constituiu outro problema estrutural no contexto do empreendimento da CTNP. O crescimento progressivo da população, impulsionado pela venda de lotes, ampliou a demanda por atendimentos à saúde, tanto no tratamento de doenças endêmicas quanto no socorro a acidentes de trabalho e partos. Como resposta a essa necessidade, a Companhia iniciou, em 1932, a construção de um pequeno hospital em Londrina e contratou o médico alemão Kurt Müller²⁸⁶ para assumir a assistência médica regional. Entretanto, conforme observa Carvalho, a organização desses serviços esteve diretamente vinculada às ambições econômica da companhia colonizadora. A autora destaca que:

Independente da afirmação corrente em entrevistas de que 'a malária dava até em pé de árvore' na região do Norte do Paraná, a propaganda de uma das colonizadoras (CTNP) sobre a fertilidade das terras destacava a ausência

²⁸⁴ CARVALHO, Márcia Siqueira de. As doenças como objeto de estudo no contexto geográfico: Londrina 1932/1943. *Terra Livre*, [S.l.], v. 2, n. 29, 2015. p. 80.

²⁸⁵ CARVALHO, op. cit., p. 83.

²⁸⁶ Kurt Peter Müller (1894-?) foi um médico alemão contratado pela CTNP para gerenciar o primeiro hospital de Londrina. Chegou à região em 1932 e permaneceu até 1935, quando sua trajetória foi abruptamente interrompida devido ao duplo homicídio que cometeu, vitimando sua esposa e um suposto amante, episódio que motivou sua fuga e o desligamento da Companhia.

de saúvas. Entretanto, há uma total ausência das condições sobre a (in) salubridade para os possíveis interessados. Tal fato atrapalharia bastante os negócios na venda de lotes aos estrangeiros e aos nacionais. A assistência média, inicialmente, foi providenciada pela mesma companhia responsável pela colonização.²⁸⁷

A centralização dos serviços de saúde sob a tutela da própria CTNP instaurou um evidente conflito de interesses. Ao controlar a única infraestrutura hospitalar da região e ser responsável pela contratação do médico, a Companhia concentrava não os meios materiais da assistência sanitária, mas o poder de influenciar diagnósticos e estatísticas oficiais. Nesse contexto, o médico deixava de atuar exclusivamente como agente da saúde pública, passando a integrar, ainda que de forma indireta, uma engrenagem corporativa cuja sobrevivência dependia da manutenção de uma imagem de salubridade e progresso.

O caso do Dr. Müller ilustra as tensões inerentes a essa relação entre assistência médica, interesses econômicos e controle da informação. Um documento localizado no Fundo Oswald Nixdorf sugere que a atuação de Müller não estava isenta de questionamentos. Trata-se de uma carta enviada por Hermann von Freeden, diretor executivo da *Gesellschaft für Wirtschaftliche Studien in Übersee*, a Oswald Nixdorf, datada de 19 de maio de 1932. O conteúdo da correspondência é composto por algumas orientações, mas sobretudo, a preocupação de von Freeden a respeito dos riscos sanitários da região. Ele menciona, nesse contexto, o nome de Ludwig Aeldert²⁸⁸, cônsul da Alemanha no Paraná, com quem manteve contato durante o período da emigração alemã para o norte do Paraná. Segundo o autor:

A título de esclarecimento, observamos que o Senhor Cônsul Aeldert assume a posição de que não é um médico perito, por isso, não pode assumir qualquer garantia de que o clima nas terras da 'Terras Norte do Paraná' esteja livre de febres. As autoridades também se baseiam na declaração do Cônsul Aeldert. Entregamos às autoridades o conhecido laudo médico do Dr. Müller, mas Aeldert o rejeita, pois Müller não pode ser considerado um relator imparcial. Assumimos perante as autoridades a posição de que elas deveriam nos provar que Müller é tendencioso; continuaremos a seguir a linha de dizer que a terra está livre de febres, e que opiniões contrárias devem ser fundamentadas.²⁸⁹

²⁸⁷ CARVALHO, op. cit. p. 82.

²⁸⁸ Ludwig August Johannes Heinrich Aeldert (1881-1964), diplomata de carreira, assumiu o Consulado da Alemanha no Paraná em 15 de agosto de 1927, permanecendo no Brasil até 1935. Foi o representante oficial do governo alemão no estado durante o período de intensa migração para o norte do Paraná.

²⁸⁹ „Erläuternd bemerken wir dazu, dass Herr Konsul Aeldert sich auf den Standpunkt stellt, er sei nicht sachverständiger Arzt und könne deswegen keine Gewähr dafür übernehmen, dass das Klima auf den Länderein der Terras Norte do Parana fieberfrei sei. Auf diese Aeusserung des Konsuls Aeldert stützen

A dúvida expressa pelo cônsul Aeldert quanto à imparcialidade de Müller indica que as suspeitas sobre a atuação de um médico contratado por uma companhia, cujo objetivo central era a venda de terras em larga escala, não constituíam um episódio isolado. Conforme apontado por Carvalho, as condições sanitárias da região não constavam nas propagandas difundidas aos possíveis compradores, uma vez que poderiam comprometer significativamente o mercado fundiário, tanto entre brasileiros quanto entre estrangeiros. Nesse sentido, a posição assumida por von Freeden, ao optar por seguir afirmando que as terras estavam livres de “febres”, aproxima-se mais do ideal propagandístico da CTNP do que de uma avaliação técnica isenta. Tal postura indica uma contradição estrutural, visto que, em tese, a função da GWS consistia justamente em identificar áreas consideradas seguras para a instalação de emigrantes alemães.

Não foram encontradas outras informações que confirmem a imparcialidade do Dr. Müller ou documentos que comprovem diretamente sua participação em subnotificações de casos de doenças. Ainda assim, a ocorrência de um surto de febre amarela em 1934, permite identificar o *modus operandi* da CTNP no tratamento das questões sanitárias: o uso do silenciamento e apagamento das informações. Tal postura tornou-se evidente quando o médico nomeado Delegado de Higiene de Londrina, Dr. Osvaldo Dias, resistiu às pressões exercidas pela Companhia para que os óbitos decorrentes da doença não fossem oficialmente registrados.

O livro comemorativo dos 50 anos da Associação Médica de Londrina apresenta um relato significativo sobre a atuação de Osvaldo Dias naquele contexto. Segundo o excerto:

Dr. Osvaldo Dias chegou a Londrina em 1934, nomeado delegado da Higiene, e deparou com uma epidemia de febre amarela silvestre. A Companhia de Terras comandava a vida do Município recém-criado [...]. Quando surgiram os primeiros óbitos – conta Dr. Góes – teve o Dr. Osvaldo o desassombro e a correção profissional de notificá-los, **apesar da tentativa de suborno por parte dos diretores da Companhia**. Tinha se espalhado rapidamente a notícia dessa grave epidemia, que causou pânico e matou muita gente no

sich auch die Behörden. Letzteren haben wir das Ihnen bekannte ärztliche Gutachten des Dr. Müller übergeben, doch lehnt Aeldert dies ab, weil Müller nicht als unparteilicher Berichterstatter angesehen werden könne. Wir haben uns den Behörden gegenüber auf den Standpunkt gestellt, dass sie uns nachweisen möchten, dass Müller befangen sei; wir werden weiterhin die Linie verfolgen, dass wir sagen, dass Land ist fieberfrei, gegenteilige Meinungen möchten begründet werden“. *In: NDPH-UEL. Fundo Oswald Nixdorf. Carta de Hermann von Freeden a Oswald Nixdorf. 19 mai. 1932. Documento 28, p. 1. Tradução nossa.*

sertão. Com o pânico, **houve redução do número de potenciais compradores** de lotes urbanos e rurais. As pressões sobre Dr. Osvaldo vinham diariamente da Companhia, da Câmara, da Prefeitura e de comerciantes. Mas ele insistiu com a Saúde estadual e conseguiu a vinda de uma equipe da Missão Rockefeller [...]. **Mas Dr. Osvaldo foi, de qualquer modo, obrigado a se demitir.**²⁹⁰

O episódio evidencia que a tentativa de subnotificação não se restringiu a rumores ou suspeitas, mas envolveu ações diretas da alta cúpula da CTNP, articuladas com outros setores do poder local. A informação de que a divulgação da epidemia provocou “redução do número de potenciais compradores” esclarece o empenho da Companhia em impedir que a gravidade da situação sanitária se tornasse pública. A recusa de Osvaldo Dias em ceder às pressões, incluindo tentativas de suborno, resultou em sua demissão do cargo de Delegado de Higiene, apesar de sua atuação ter possibilitado a intervenção da Missão Rockefeller²⁹¹.

É plausível que essa prática de silenciamento tenha sido exercida inclusive pelo próprio Dr. Müller, enquanto esteve à frente do hospital construído pela Companhia. Carvalho aponta que, das 2.988 mortes registradas no Cemitério São Pedro de Londrina entre 1932 e 1943, cerca de 41% não tiveram a causa identificada e/ou não contaram com assistência médica²⁹². Diante desse percentual elevado, torna-se estatisticamente provável que muitos desses óbitos tenham sido causados pelas epidemias que circulavam pela região à época (malária, febre amarela, tifo etc.), sem que tais causas fossem oficialmente registradas nos sistemas de saúde.

Outro elemento que fragiliza a credibilidade das notificações de óbito refere-se à própria organização do atendimento médico local. De acordo com Márcia Carvalho, “Até a abertura de um hospital particular em 1937, somente os médicos contratados pela CTNP tinham acesso ao ‘hospitalzinho’ sendo vedado seu uso aos médicos particulares [...]”²⁹³. Diante desse cenário, a manipulação ou omissão de dados tornava-se operacionalmente viável, visto que o capital político e institucional encontrava-se concentrado na Companhia²⁹⁴. O monopólio dos serviços de saúde

²⁹⁰ PELLEGRINI, Domingos. **Associação Médica de Londrina: 50 anos de arte - 1941/1991**. Londrina: Associação Médica de Londrina, 1991, p. 20. Grifo nosso.

²⁹¹ A articulação para a intervenção da Missão Rockefeller foi, posteriormente, atribuída a Arthur Thomas por Humberto Puiggari Coutinho no jornal *Paraná-Norte*. Cf. SCHWARTZ, Widson. Médicos viveram tragédias pessoais. **Jornal de Londrina**, Londrina, 18 mai. 1996, p. 8.

²⁹² CARVALHO, op. cit., p. 88.

²⁹³ Ibid., p. 90.

²⁹⁴ Exemplo paradigmático dessa sobreposição de interesses é a eleição de Willie Davids à prefeitura de Londrina, em 1935, concomitantemente à sua atuação na diretoria técnica da CTNP, fato esse mencionado no primeiro capítulo desta pesquisa.

integrava uma estratégia mais ampla de proteção do empreendimento britânico, que fazia questão de sustentar, em suas propagandas, a imagem de civilização e progresso, ao mesmo tempo em que ocultava dificuldades e fracassos bastante comuns nos primeiros anos de estabelecimento na região.

É dentro desse panorama de gestão da imagem que se insere a hipótese de que o fracasso da Colônia *Neu Danzig* foi progressivamente silenciado pela CTNP, até ser apagado ou ao menos reduzido a um episódio marginal, ofuscado pela narrativa do progresso daqueles que “venceram as adversidades”. O apagamento da experiência danziguense não foi um evento aleatório, mas a aplicação do mesmo *modus operandi* empregado para ocultar as crises sanitárias. A falência da Sociedade de Colonização, com seu rastro de dívidas e problemas administrativos, representava para a Companhia um risco comercial análogo ao das epidemias. Era a demonstração concreta de que o “Eldorado” paranaense também estava suscetível a possuir falhas estruturais profundas. Assim como a malária ou a febre amarela, o colapso da Colônia *Neu Danzig* precisou ser tratado pela CTNP como uma “doença” a ser silenciada e esquecida.

A prática de apagamento dos vestígios do fracasso colonial em favor de uma perspectiva de progresso pode ser compreendida à luz do conceito de “memória-monumento”, proposto por Alessandro Portelli. Conforme o autor, trata-se de uma memória “[...] praticada e frequentemente imposta pelas instituições, como comemoração e celebração das glórias do passado; narração da identidade nacional que só recorda aquilo que a orgulha, ocultando as sombras e as contradições”²⁹⁵. No caso da Colônia *Neu Danzig*, o afastamento deliberado das experiências que rememoram o insucesso e a exaltação de narrativas alinhadas ao desenvolvimento econômico foram elementos centrais da construção da memória oficial, moldada em grande medida pela própria CTNP, cujos dirigentes mantinham estreitas relações com as elites políticas e econômicas da região. Cabe destacar que, a partir da criação do distrito de Nova Dantzig, em outubro de 1937, o núcleo passou a integrar formalmente o município de Londrina, de modo que a visibilidade de um fracasso colonial nesse território poderia comprometer a imagem de êxito associada à cidade, amplamente promovida como vitrine do sucesso do empreendimento colonizador.

²⁹⁵ PORTELLI, Alessandro. **A História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 48.

Pelo lado danziguense, também se observa uma tentativa deliberada de minimizar os efeitos da crise administrativa que atingia a colônia. A reportagem „*Mein Besuch in Neu-Danzig*“, publicada no jornal *Deutsche Neueste Nachrichten* em 03 de agosto de 1932, apresenta o relato do senador Wiercinski-Keiser acerca de sua visita ao assentamento no norte do Paraná. O texto constrói narrativa marcada por um tom apologético, insistindo em afirmar que os colonos estabelecidos em *Neu Danzig* estavam satisfeitos, felizes e prosperando em sua nova realidade. Segundo Wiercinski-Keiser:

Todos os demais encontravam-se em estado de saúde impecável e com o espírito alegre. Viram-se rostos com uma expressão de satisfação, assim disse o presidente, como não estamos mais acostumados a ver por aqui. Eles concordam unanimemente sobre o quão felizes estão por terem escapado da terrível falta de trabalho, da ociosidade e da desesperança, e por terem um trabalho cujo florescimento e progresso eles estão presenciando.²⁹⁶

O otimismo veiculado pelo senador contrasta com a situação vivenciada no local. Conforme demonstrado nos relatos e documentos analisados, os danziguenses encontravam-se, naquele momento, imersos em um cenário de desespero, incerteza e revolta, sobretudo em razão do desaparecimento dos fundos depositados. A forma com que a reportagem aborda – ou silencia – a má administração dos recursos financeiros indica uma estratégia de preservação política, na qual o Senado buscou resguardar sua imagem como apoiador responsável do “esforço emigratório”, distanciando-se dos erros de seus próprios representantes. Esse episódio evidencia o uso da imprensa danziguense como instrumento de legitimação do projeto migratório, voltado à transmissão de estabilidade e credibilidade, ao mesmo tempo que ocultava as contradições e conflitos que marcavam a experiência concreta da Colônia *Neu Danzig*.

O efeito da desestruturação do projeto colonizador também pode ser percebido em um elemento central para a memória local e o para o sentimento de pertencimento da população: a denominação do vilarejo. O nome “Nova Dantzig” evocava a presença de um grupo que, em sua maioria, já havia se dispersado da região e cuja experiência

²⁹⁶ „Alle übrigen waren gesundheitlich in tadelloser Verfassung und geistig freudig gestimmt. Man sah Gesichter von einem Ausdruck der Zufriedenheit, so sagte der Präsident, wie wir ihn hier nicht mehr gewöhnt sind. Sie stimmen überein darin, wie glücklich sie sind, der furchtharen Erwerbslosigkeit, Untätigkeit und Hoffnungslosigkeit entronnen zu sein und eine Arbeit zu haben, deren Gedeihen und Vorwärtsschreiten sie erleben“. In: „MEIN Besuch in Neu-Danzig“. **Danziger Neueste Nachrichten**, Danzig, n. 6, 3 ago. 1932. p. 6.

estava associada a frustrações e conflitos. Além disso, a alcunha passou a carregar o peso de expectativas não alcançadas, tanto por parte da CTNP – que projetava progresso e estabilidade – quanto dos próprios imigrantes, atraídos pelas promessas veiculadas pelas propagandas. Nesse contexto, o nome “Nova Dantzig”, originalmente escolhido para homenagear os primeiros compradores de terras, deixou de fazer sentido para a realidade que se consolidava.

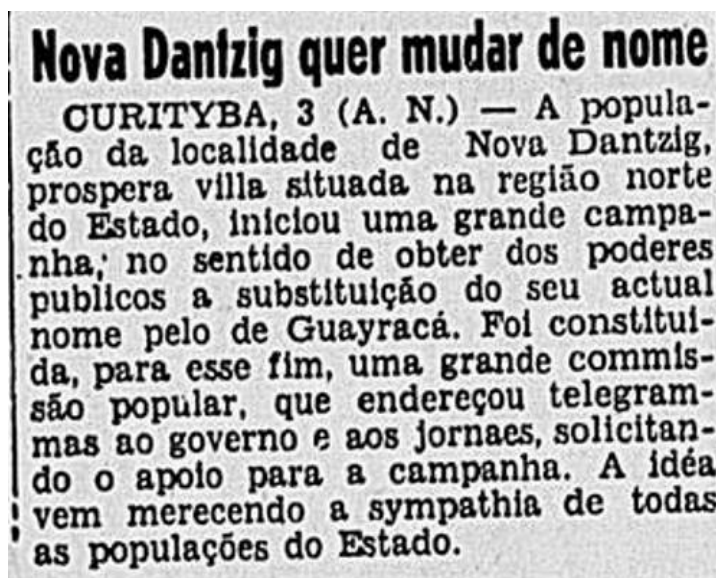
Sabe-se que a alteração da denominação de “Nova Dantzig” para “Cambé” passou a vigorar em 1º de janeiro de 1944, após promulgação do Decreto-Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943 pelo Estado do Paraná. Todavia, a insatisfação com o nome que homenageava o antigo núcleo colonial danziguense já se manifestava anteriormente entre parcelas da população local. Nesse sentido, a busca pela substituição da denominação não se restringiu a uma decisão administrativa isolada, tampouco pode ser explicada apenas pelo contexto nacionalista do período. Duas reportagens publicadas no jornal *Paraná-Norte* evidenciam a existência de um debate público em torno da mudança do nome do vilarejo, ainda antes da formalização legal da alteração.

A primeira reportagem foi publicada em 9 de outubro de 1939, sob o título “Mudança de nomes”²⁹⁷. Nela, um leitor identificado pelo pseudônimo “Cedecê” solicita ao editorial a realização de um concurso para a escolha de novos nomes para Londrina e Nova Dantzig, sugerindo que as denominações fossem associadas a figuras “em evidência no mundo político nacional”. Já em 4 de abril de 1940, aproximadamente seis meses depois, o mesmo periódico publicou a matéria intitulada “Mudança de nome do Districto de Nova Dantzig”²⁹⁸, na qual se apresentava a proposta de batizar o distrito com um nome indígena, de origem guarani. Essa segunda sugestão parece ter obtido maior repercussão, visto que o tema voltou a aparecer em reportagem do *Correio Paulistano* (Figura 16), periódico tradicional da cidade de São Paulo.

²⁹⁷ MUDANÇA de nomes. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 6, n. 260, 9 out. 1939, p. 2.

²⁹⁸ MUDANÇA do nome do Districto de Nova Dantzig. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 6, n. 303, 5 ago. 1940, p. 2.

Figura 16 – “Nova Dantzig quer mudar de nome” (1940)



Fonte: Correio Paulistano. Acervo da Biblioteca Nacional (2025).

O excerto indica que a população iniciou uma mobilização em favor da substituição do nome “Nova Dantzig” por “Guayracá”, denominação de origem indígena também mencionada na reportagem do *Paraná-Norte*. Embora não tenha sido possível identificar as motivações específicas para a escolha desse nome, um aspecto relevante reside no próprio título da matéria (“Nova Dantzig quer mudar de nome”), que atribui ao distrito, ou à sua população, um papel ativo nesse processo. Diferentemente da mudança efetivada posteriormente por força de legislação federal e estadual, vinculada às tensões internacionais e à rejeição de referências aos países do Eixo, nesse momento a iniciativa partia da própria comunidade local, expressando um desejo de ruptura simbólica que antecedeu a determinação legal.

As reivindicações presentes nas reportagens dialogam com o contexto histórico do final da década de 1930, marcado pelas políticas nacionalizantes do Estado Novo, que valorizavam elementos considerados autenticamente nacionais. Contudo, para além desse enquadramento ideológico, a mudança de nome também se apresentou como uma escolha coerente para a população local, uma vez que o grupo de imigrantes danzigueses já não representava a coletividade estabelecida no espaço. A substituição da denominação simbolizou, assim, a superação de um passado associado ao fracasso e ao conflito. A comparação com Rolândia é elucidativa, visto que enquanto o município retomou seu nome original após o período de exceção, “Cambé” permaneceu, ao passo que “Nova Dantzig” foi definitivamente abandonado.

O decreto de 1943, nesse sentido, pode ser entendido como a formalização de um desejo já existente, tanto da população quanto das elites locais, de apagar simbolicamente a experiência da Colônia *Neu Danzig* e afirmar a narrativa de progresso e de um “novo começo”.

O apagamento dos vestígios da experiência danziguense nos espaços públicos do município de Cambé constituiu-se como uma necessidade estratégica para consolidar a narrativa de sucesso do empreendimento colonizador. A ausência de referências aos imigrantes danziguenses em ruas e praças; a pressão pela substituição do nome “Nova Dantzig” ainda antes de 1944; a demolição do *Danziger Hof* na década de 1960; e a preservação seletiva da memória de grupos economicamente bem-sucedidos, como no caso da família Tkotz, não devem ser interpretados como fatos desconexos. Tratam-se, antes, de manifestações de um mesmo processo de silenciamento, orientado pela lógica protetiva da CTNP diante de qualquer elemento capaz de comprometer seus negócios. Assim como as epidemias e seus óbitos ameaçavam a imagem de salubridade na região, a falência da Colônia *Neu Danzig* impôs à Companhia a necessidade de neutralização simbólica, por expor que o “progresso” também carregava fraturas e perdas. A narrativa hegemônica, portanto, foi construída a partir de escolhas, exclusões e hierarquizações da memória. Cabe à pesquisa histórica tensionar esse discurso, evidenciar suas fissuras e reinserir no debate público as experiências marcadas pelo fracasso e pela desestruturação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu do interesse em investigar e compreender outras memórias para além daquelas que estão presentes nos espaços públicos de Cambé. Mais do que apenas reconstituir a trajetória da colônia em si – o que também se mostrou imprescindível para a compreensão dos mecanismos associados ao silenciamento –, buscou-se problematizar os processos de produção, legitimação e apagamento das narrativas históricas sobre o município, observando como determinados acontecimentos e sujeitos foram incorporados ou excluídos da historiografia local, sobretudo daquela produzida fora do âmbito acadêmico. Ao longo do trabalho, demonstrou-se que o esquecimento dos acontecimentos relacionados à Colônia *Neu Danzig* não pode ser compreendido como um fenômeno do acaso ou decorrente apenas de seu fracasso administrativo, mas como resultado de dinâmicas discursivas, políticas e historiográficas mais amplas.

A reflexão historiográfica desenvolvida ao longo do primeiro capítulo demonstrou que a história de Cambé ocupa uma posição periférica no âmbito da historiografia regional do Norte do Paraná, especialmente no que se refere à experiência da Colônia *Neu Danzig* e aos anos iniciais de formação do município. A comparação com Londrina e Rolândia apontou que o interesse acadêmico se concentrou majoritariamente nesses dois núcleos. Constatou-se, assim, que o silenciamento de *Neu Danzig* não decorre apenas de um desinteresse historiográfico, mas da convergência entre a ruptura que sua experiência representou frente ao discurso ideológico da Companhia de Terras Norte do Paraná, a escassez e dispersão das fontes históricas e a seletividade temática que privilegiou narrativas associadas ao êxito e ao progresso. Essa combinação favoreceu a predominância de leituras alinhadas à “história dos vencedores”, limitando a incorporação das memórias dos imigrantes danziguenses na construção da identidade local.

No segundo capítulo, constatou-se que a memória histórica de Cambé tem sido predominantemente estruturada a partir de produções de cunho memorialista, responsáveis por difundir uma narrativa acessível, porém seletiva, sobre o passado local. Independentemente da formação de seus autores, essas produções tendem a privilegiar trajetórias familiares específicas e a exaltação da “figura do pioneiro”, fazendo com que a história do município assuma um papel secundário e fragmentado. Essa lógica ultrapassa o âmbito das obras escritas e projeta-se nos espaços urbanos

e no ensino básico, contribuindo para a consolidação de uma memória pública que reproduz versões consagradas do passado e limita a incorporação de experiências historicamente silenciadas, como a da Colônia *Neu Danzig*.

Por fim, o terceiro capítulo evidenciou que a incorporação de fontes primárias inéditas, reunidas no Fundo Oswald Nixdorf, permitiu uma revisão das interpretações acerca da formação e do declínio da Colônia *Neu Danzig*. O fracasso do empreendimento, anteriormente atribuído exclusivamente a fatores individuais – a exemplo da má adaptação dos colonos ao local ou a inadimplência de Franz Bloch –, passou a ser entendido como fruto dos conflitos administrativos, disputas políticas e fragilidades estruturais. Ao articular essas fontes com o contexto do período entreguerras e com a circulação de discursos produzidos em Danzig por meio da imprensa, a pesquisa inseriu a experiência danziguense em uma perspectiva histórica integrada, demonstrando como dinâmicas globais repercutiram diretamente no espaço local – as variações de escala na prática. Desse modo, a Colônia *Neu Danzig* deixa de ser interpretada como um episódio isolado ou excepcional, passando a ser compreendida como parte de processos transnacionais.

Diante desse percurso investigativo, espera-se que essa dissertação tenha como uma das principais contribuições o reconhecimento da legitimação da Colônia *Neu Danzig* como objeto historiográfico relevante para a compreensão da história regional do Norte do Paraná. Ao problematizar os mecanismos de silenciamento que incidiram sobre a experiência imigratória em *Neu Danzig*, o trabalho buscou ampliar o debate sobre os usos do passado, a construção da memória coletiva e as relações entre história, poder e identidade. Além disso, a pesquisa demonstrou o potencial do acervo documental que compõe parte do Fundo Oswald Nixdorf para a produção de novas abordagens e revisões de narrativas consolidadas.

A análise da crise administrativa e econômica permitiu a identificação de um *modus operandi* da CTNP no que diz respeito à tentativa de camuflar acontecimentos considerados incômodos ao empreendimento colonizador. Problemas sanitários, como as epidemias recorrentes à época, bem como a falência de um núcleo colonial em um momento de intenso fluxo migratório para a região, impulsionado pela promessa de progresso, foram minimizados ou silenciados. A esses episódios somaram-se outros, a exemplo do crescimento da prostituição a partir da década de 1940, a marginalização de trabalhadores da lavoura e da construção da estrada de ferro, além da presença de povos indígenas – processos estes já identificados pela

historiografia regional –, igualmente deixados em posição secundária na narrativa oficial. Tal narrativa, dominada pela própria CTNP – que mantinha estreita relação com a imprensa local, especialmente por meio do Jornal *Paraná-Norte* – e reforçada pelas elites locais através de produções memorialistas, construiu a imagem de um “Eldorado” que pouco dialogava com a complexidade e a sensibilidade do cotidiano vivenciado na região.

É importante reconhecer, contudo, os limites do estudo. As dificuldades de acesso a acervos, causadas sobretudo pela dispersão documental, restringiram a possibilidade de aprofundar determinadas dimensões da pesquisa, no que se refere, por exemplo, às trajetórias dos colonos danziguenses após a falência da colônia. A impossibilidade de consulta ao arquivo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná também limitou a compreensão da perspectiva institucional acerca do processo de desestruturação do projeto colonial de *Neu Danzig*. Soma-se a isso a escassez bibliográfica sobre o tema, que exigiu um esforço adicional na construção da contextualização e no reconhecimento da produção historiográfica existente. Tais limites, no entanto, não encerram a temática, mas apontam para a possibilidade de novas investigações que ampliem o escopo de análise e aprofundem as questões aqui levantadas.

Pode-se concluir, partindo do que foi construído nesta dissertação, que a Colônia *Neu Danzig* não afundou apenas do ponto de vista econômico, mas foi também objeto de um processo ativo de silenciamento/esquecimento, operado em favor de uma narrativa de progresso linear que marcou a colonização do Norte do Paraná, funcionando como um mecanismo de proteção simbólica dessa ordem estabelecida. A falência do empreendimento danziguense e a subsequente dispersão dos colonos produziram uma espécie de trauma, um vazio narrativo, que a ideologia do progresso não conseguiu absorver. Diante disso, a história da Colônia *Neu Danzig* passou a ser abordada, em grande parte, a partir de duas estratégias recorrentes: a minimização do fracasso por meio da transferência ou responsabilidade para os próprios colonos, frequentemente retratados como inaptos ou mal adaptados; ou a associação a casos excepcionais de sucesso.

Essa “lógica de exceção” manifesta-se de forma emblemática no caso da família Tkotz, cuja trajetória bem-sucedida foi incorporada ao discurso oficial como símbolo representativo de toda a Colônia *Neu Danzig*. Ao se enquadrar nos parâmetros do progresso econômico e da permanência no território, essa experiência

singular passou a ocupar o lugar da memória coletiva do assentamento, ofuscando as vivências da maioria dos colonos que não conseguiram atravessar a crise.

Revisitar a história da Colônia *Neu Danzig* a partir de novas perspectivas, portanto, não significa apenas reconstituir um episódio pouco explorado da colonização regional, mas disputar o direito à memória e questionar os critérios que definem quais passados são dignos da lembrança. A problematização das narrativas consolidadas e a exposição dos mecanismos de silenciamento e esquecimento que as sustentam, permitem que esta pesquisa reafirme o papel da História como campo crítico, capaz de apontar ausências, problematizar consensos e expandir os horizontes interpretativos sobre a formação social e histórica do Norte do Paraná.

REFERÊNCIAS

Fontes

A CAMINHO do Paraguay. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 1, n. 1, 09 out. 1934. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina.

ALVES, Edinelson. Marco inicial de Cambé vira parque. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 nov. 1995.

ANGER, Hans. **[Entrevista]**. [São Paulo?], 1993. Disponível no acervo do Museu Histórico de Cambé.

AZEVEDO, José Julio de. **Viagem à Nova Dantzig: do sertão do Guairá aos primórdios de Londrina, quatro séculos de história**. São Matheus do Sul: Manoel Menezes, 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938**. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.

CAMATA, Estela. Prefácio. *In*: ZERBETTO, Angélica Pires Nantes de Oliveira. **Viagem histórica pelos caminhos de Cambé**. Cambé: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023. p. 9.

CAMBÉ. **Lei nº 934, de 28 de abril de 1995**. Dispõe sobre a criação do Parque Histórico Municipal Danziger Hof, e dá outras providências. Cambé: Câmara Municipal, 1995. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nafbm>. Acesso em: 24 set. 2025.

CARVALHO, Brasilino de. **Londrina Monumental: milagre do gênio britânico e do caboclo vencendo as forças brutas da natureza**. São Paulo: BIPA Editora, 1978.

CORTEZ, César. Entrevistadora: Bruna Garcia Catarino. Entrevista cedida em 30 de abril de 2019. *In*: CATARINO, Bruna Garcia. **“E assim começou a história que já**

havia começado”: a presença indígena e as ações educativas patrimoniais do Museu Histórico de Cambé (1985 a 2019). 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, Estado do Paraná: 25 anos de sua História**. Londrina: Universal, 1959.

DAMEN-MÄNTEL, Kostüme u. Kleider in ersten Qualitäten und reicher Auswahl. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 22, n. 24, p. 11, 29 jan. 1931. Disponível em: <https://www.freecitysourcebook.com/danziger-volksstimme.html>. Acesso em: 09 nov. 2025.

DANZIG to establish new currency system. **The New York Times**, New York, 20 jul. 1923. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1923/07/20/archives/danzig-to-establish-new-currency-system-one-independent-of-germany.html?searchResultPosition=35>. Acesso em: 07 nov. 2025.

DIE Gemeinde- und Staatsarbeiter lehnen ab: Arbeitszeitverkürzung einstimmig abgelehnt – Die Kürzung ihres Einkommens untragbar. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 22, n. 98, 28 abr. 1931. Disponível em: <https://www.freecitysourcebook.com/danziger-volksstimme.html>. Acesso em: 09 nov. 2025.

DORÉ, Luiz. **Três gerações da família Doré**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1980.

KOCH, Albert. **Als Einwanderer in Brasilien: Erfolg oder Untergang**. Olsberg: Josefs-Druckerei Bigge-Ruhr, 1952.

„MEIN Besuch in Neu-Danzig“. **Danziger Neueste Nachrichten**, Danzig, n. 6, 03 ago. 1932.

MUDANÇA de nomes. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 6, n. 260, 9 out. 1939. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina.

MUDANÇA do nome do Districto de Nova Dantzig. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 6, n. 303, 5 ago. 1940. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Mapa da situação das terras da CTNP publicado pela Parana Plantations Ltd*. jul. 1930. Documento 2.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Impresso institucional da Gesellschaft für Wirtschaftliche Studien in Übersee*. 1932. Documento 4.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Carta de Hermann von Freeden a Oswald Nixdorf*. 19 mai. 1932. Documento 28.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. *Prospecto da CTNP*. 1934. Documento 416.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Contrato firmado entre a Paraná Plantations Ltd. e a Sociedade de Colonização "Neu Danzig"*. 8 abr. 1932. Documento 1.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Carta enviada por Franz Bloch a Arthur Thomas*. 1 abr. 1932. Documento 2.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Carta oficial enviada por Oscar Greiser a Franz Bloch com carimbo do Senado da Cidade Livre de Danzig*. 1 dez. 1931. Documento 3.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Autorização de acordos entre companhias de navegação e Sociedade de Colonização Neu Danzig*. 26 jun. 1931. Documento 4.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Declaração de Franz Bloch ao diretor da CTNP*. 18 out. 1932. Documento 12.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Carta de Gaston Kück a direção da Norddeutscher Lloyd em Bremen*. 29 nov. 1933. Documento 14.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Carta enviada por Arthur Thomas a Oswald Nixdorf*. 17 out. 1933. Documento 15.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Carta de L. Leisewitz a Oswald Nixdorf*. 12 jan. 1934. Documento 20.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Carta de Oswald Nixdorf a Oscar Greiser*. 5 mar. 1933. Documento 21.

NDPH-UEL. **Fundo Oswald Nixdorf**. Pasta *Neu Danzig*. *Relatório sobre a Colônia Neu Danzig produzido por Oswald Nixdorf*. 20 jul. 1935. Documento 37.

NEU-DANZIG im Urwald von Brasilien. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 23, n. 43, 20 fev. 1932. Disponível em: <https://www.freecitysourcebook.com/danziger-volksstimme.html>. Acesso em: 09 nov. 2025.

NIXDORF, Oswald. **Um pioneiro na selva brasileira**: a história de aventuras da colônia alemã de Rolândia. Londrina: EDUEL, 2016.

NOVA Dantzig quer mudar de nome. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 87, n. 25.894, 4 ago. 1940. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

OFFICINA Mechanica "Nova Dantzig". **Paraná-Norte**, Londrina, ano 3, n. 105, 9 out. 1936. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina.

PARANÁ. **Decreto-lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943**. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências. Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1943.

PELLEGRINI, Domingos. **O sonho de Salomão**: história da família Hauly/El Haoli. Londrina: [s.n.], 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Brava gente italiana**: caderno fotográfico de famílias italianas que chegaram a Cambé na década de 30. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Caderno de Memória 1**: Família Hauly. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Caderno de Memória 2**: Família Wladeck. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Caderno de Memória 3**: Padre Symphoriano Kopf. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Caderno de Memória 4**: Família Tkotz. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Cambé nas lentes de Arthur Eidam**. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Cambé**: repensando sua história. Cambé: Museu Histórico de Cambé, 1992.

RAZGULAEFF, Alexandre. [Entrevista concedida a] Antônio Vilela Magalhães e Profª Maria Dulce Alho Gotti. Transcrição de Luciana Fidêncio. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 29-32, jul./dez. 2009. Disponível em: https://sites.uel.br/museu/wp-content/uploads/2023/07/Boletim_01.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

ROCHA, Moacyr. **Fazenda restinga**: o início de tudo. Santos: Editora Comunnicar, 2021.

SCHWARTZ, Widson. Médicos viveram tragédias pessoais. **Jornal de Londrina**, Londrina, 18 mai. 1996.

SILVA, Francisco Pereira da. **Hino do Município de Rolândia**. Música de Angelo Antonello. Rolândia, 1957.

TRATADO de Paz entre as Potências aliadas e associadas e a Alemanha, e Protocolo anexo, assinados em Versalhes aos 28 de junho de 1919. 28 jun. 1919. Disponível em: <https://idi.mne.gov.pt/images/pdf/primeira-guerra/TVersailles.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

VANNUCHI, Marli Terezinha Oliveira; MANFRIN, Regina Tereza de Oliveira. **Raízes**: a família Raminelli de Oliveira. Londrina: Midiograf, 2020.

VILLANUEVA, Orion. **Rolândia, Terra de Pioneiros**. Londrina: Gráfica Ipê, 1974.

WARNUNG vor „Neu-Danzig“. **Danziger Volksstimme**, Danzig, ano 22, n. 151, 02 jul. 1931. Disponível em: <https://www.freecitysourcebook.com/danziger-volksstimme.html>. Acesso em: 09 nov. 2025.

WESTPREUSSISCHER ARCHITEKTEN- UND INGENIEUR-VEREIN ZU DANZIG. **Danzig und seine Bauten**. Berlin: Wilhelm Ernst & Sohn, 1908.

ZERBETTO, Angélica Pires Nantes de Oliveira. **Viagem histórica pelos caminhos de Cambé**. Cambé: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Bibliografia

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Historiografia Norte Paranaense: alguns apontamentos. *In*: ALEGRO, Regina Célia et. al. **Temas e questões para o ensino de história do Paraná**. Londrina: Eduel, 2013. p. 3-26.

ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de (org.). **Relatório da Missão Inglesa**. Fortaleza: FWA, 2010.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O paraíso entre luzes e sombras**: representações de natureza em fontes fotográficas. Londrina: Eduel, 2014.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). Londrina: Eduel, 2008.

ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. *In*: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios**: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.

ARRUDA, Gilmar.; PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, Programa de Pós-Graduação em História – UEPG, Ponta Grossa/PR, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/5024>. Acesso em: 06 mai. 2024.

ARRUDA, Gilmar.; PROENÇA, Wander de Lara. Conflitos no campo do saber: universidades, historiadores e usos do passado na fronteira – Londrina 1970-1980. **Revista de História Regional**, Programa de Pós-Graduação em História – UEPG, Ponta Grossa/PR, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14363>. Acesso em: 06 mai. 2024.

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/23435>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BARROS, José D' Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**. Programa de Pós-Graduação em História – UEPG, Ponta Grossa/PR, v.

10, n. 1, 2007. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BARROS, José D' Assunção. O lugar da História Local. *In: A expansão da História*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 264-300.

BARROS, José D' Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **OP SIS**, Goiânia, v. 7, n. 9, p. 167-186, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9336>. Acesso em: 10 out. 2025.

BANDIERI, Susana. Micro História, Microanálise, História Regional, História Local. Semelhanças, diferenças e desafios teóricos e metodológicos: contribuições a partir da Patagônia. **Aedos**, Porto Alegre, v. 14, n. 32, p. 298-313, jul./dez. 2022.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/126537>. Acesso em: 10 out. 2025.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENATTE, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAIN, Peter J.; HOPKINS, Antony Gerald. **British imperialism**: 1688-2015. 3. ed. Oxford: Routledge, 2016.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. *In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.) Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 49-63.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. As doenças como objeto de estudo no contexto geográfico: Londrina 1932/1943. **Terra Livre**, [S.l.], v. 2, n. 29, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/241>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CATARINO, Bruna Garcia. **“E assim começou a história que já havia começado”**: a presença indígena e as ações educativas patrimoniais do Museu Histórico de Cambé (1985 a 2019). 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIENCIALA, Anna M.; KOMARNICKI, Titus. **From Versailles to Locarno**: keys to Polish foreign policy, 1919-25. Lawrence: University Press of Kansas, 1984.

CLARK, Elizabeth Morrow. The Free City of Danzig: Borderland, Hansestadt or Social Democracy? **The Polish Review**, Champaign, v. 42, n. 3, p. 259-276, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25779004>. Acesso em: 25 out. 2025.

CLÉMENT, Élisabeth et al. **Dicionário Prático de Filosofia**. Lisboa: Terramar, 1999.

CORRÊA, Anderson Pereira Romário. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 146, p. 11-27, 2015.

CORTEZ, César; LAGOEIRO, Danilo do Amaral Santos. Cambé: os germânicos de Danzig fundaram Nova Dantzig. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da história**: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p. 103-126.

CORTEZ, Edna Scalon. **Danziger Hof**: a hospedaria dos danziguenses em Cambé. Cambé: Gráfica Objetiva, 2012.

COUTO, Gisleide da Silva. O Local e o Regional: experiências de planejamento e a intervenção dos atores. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 29, n. 1, p. 151-162, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/7303>. Acesso em: 06 mai. 2024.

DAL MORO, Nataniél. Os memorialistas e a Edificação de um Passado Glorioso. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 3, n. 6, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2898>. Acesso em: 06 mai. 2024.

DANILUK, Jan. Emigration from the Free City of Danzig to the Brazilian jungle. In: MAZURKIEWICZ, Anna (org.). **East Central Europe in Exile Volume 1**: Transatlantic Migrations. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26. 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1300879525_ARQUIVO_textoanpuh.pdf. Acesso em: 09 mai. 2024.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FRITSCH, Winston. 1924. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 713-774, dez. 1980. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/457/400>. Acesso em: 14 dez. 2024.

GASPAR, Rosângela Perini de Godoy. **A emigração de Dantzig para Nova Dantzig**. 83 f. Monografia (Especialização em História). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1996.

GONZALES NETO, José Garcia. **Cambé: confronto, composição política e relações de poder no município de Cambé de 1947 a 1968**. Cambé: Prefeitura do Município de Cambé, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná**. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, 1985.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **“O modesto semanário” Intervenção, atuação e mobilização: o jornal Paraná-Norte na disputa pelo controle político em Londrina (1934-1936)**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

LEME, Edson J. Holtz. **Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005.

LEME, Edson J. Holtz. **O Teatro da memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000**. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LUKOWSKI, Jerzy; ZAWADZKI, Hubert. **A Concise History of Poland**. New York: Cambridge University Press, 2019.

MAESIMA, Cacilda. Do centro de documentação a lugar de memória. *In*: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012. p. 329-353.

MAESTRO, Wilson de Creddo. **A Permuta de Interesses: perspectivas sobre a estratégia para o assentamento de refugiados na Colônia Roland (1935-1939)**. 2022.

90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 09 mai. 2024.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169924>. Acesso em: 09 mai. 2024.

MATTOSO, José. A História Regional e Local. In: MATTOSO, José. **A Escrita da História: teoria e métodos**. Lisboa: Editora Estampa, 1988.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEDEIROS, Euclides Antunes de.; CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. História, Memória e Literatura: o uso das fontes na reconstrução dos processos históricos vividos pelos sertanejos do Norte nos séculos XIX e XX. In: DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: EDUFOP, 2009.

MENDES, Maria Lúcia Dias. **No limiar da história e da memória. Um estudo de Mês mémoires, de Alexandre Dumas**. 320 f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e Região: tópicos de história regional e local. **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 1. n. 2, abr./out. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 06 mai. 2024.

OLIVEIRA, Caroline da Silva. **A “Geada Negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PAVINATO, Eduardo Roberto. **Conexões Temporais: História e Arqueologia Indígena no Museu Histórico de Cambé 1985 - 2023**. 224 f. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

PELLEGRINI, Domingos. **Associação Médica de Londrina: 50 anos de arte - 1941/1991**. Londrina: Associação Médica de Londrina, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 06 mai. 2024.

PORTELLI, Alessandro. **A História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar (1919-1933)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Los efectos de 1968 sobre la historiografía occidental. **Revista de Historia y Geografía**, Santiago, n. 39, p. 187-207, nov. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7369098>. Acesso em: 10 out. 2025.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história italiana: modos de uso**. Londrina: Eduel, 2012.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago Siqueira (org.) et al. **Coleção História do Tempo Presente: volume II**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

RUBERT, Gabriela Cristina Maceda. **A construção do sagrado: benzedeadas e práticas religiosas em Cambé/Paraná**. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SCHWENGBER, Cláudia Portelinha. **Aspectos históricos de Rolândia**. Cambé: Wgraf, 2003.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. **Representações do gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina-PR (1981-2008)**. 187 f. Dissertação (Mestrado em

História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

SILVA, Luciano Pereira da. **Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado** (Montes Claros, 1889-1926). 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOARES, Marco Antonio Neves. **Da Alemanha aos Trópicos: identidades judaicas na terra vermelha** (1933-2003). Londrina: Eduel, 2012.

SOUZA, Diego Gomes. Ensino de História e História Pública: territórios comuns, zonas de contato e diálogos possíveis. **Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 104-120, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46670>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SOUZA, Éder Cristiano de. **Os excluídos do café: as classes populares e as transformações no espaço urbano de Londrina** (1944 – 1969). 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

TIEMANN, Joachim. Oswald Nixdorf (1902-1981). In: MAINKA, Peter Johann; PRIORI, Ângelo (orgs.). **Rolândia no norte do Paraná: contribuições para a história da sua fundação**. Maringá: Eduem, 2017. p. 91-132.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

Filmografia

UMA CIDADE sem passado (*Das schreckliche Mädchen*). Direção e roteiro: Michael Verhoeven. Alemanha Ocidental: Sentana Filmproduktion, 1990. (92 min.).

Sites consultados

MEMORIALISTA. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: . Acesso em: 17 jul. 2024.

OPENSTREETMAP. **OpenStreetMap**, 2025. Disponível em: <https://www.openstreetmap.org/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PERTENCER. In: **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Pertencer/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

READ-COOP SCE. **Transkribus: AI-powered text recognition, transcription and searching**, 2025. Disponível em: <https://www.transkribus.org/>. Acesso em: 23 set. 2023.

THE FREE CITY SOURCEBOOK. **Primary sources on the Free City of Danzig**, 2025. Disponível em: <https://www.freecitysourcebook.com/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

THE MAP ARCHIVE. **The Map Archive**, 2025. Disponível em: <https://themaparchive.com/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Biblioteca Digital UEL, 2024. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH). **Banco de Trabalhos Acadêmicos**, 2024. Disponível em: <https://sites.uel.br/ndph/banco-de-trabalhos-academicos/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Repositório Institucional UEM, 2024. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Repositório Institucional UNESP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

APÊNDICE A – FICHA DE CATALOGAÇÃOCATALOGAÇÃO – DOCUMENTOS FUNDO OSWALD NIXDORF (*Neu Danzig*)

NÚMERO/CÓDIGO	
TIPO DOCUMENTAL	
DATA CRONOLÓGICA	
MATÉRIA	
CONTEÚDO	
TRANSCRIÇÃO/TRADUÇÃO	
OBSERVAÇÕES	